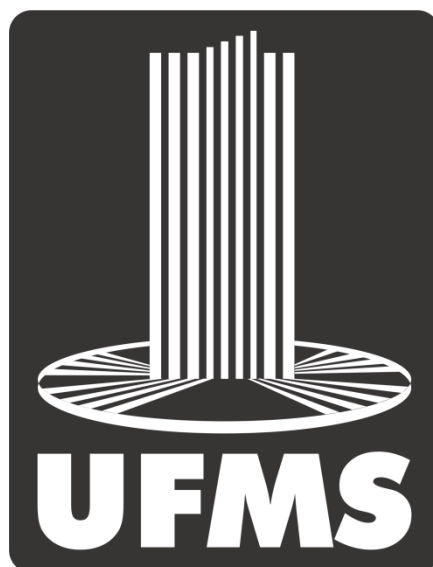


**Poder Executivo**  
**Ministério da Educação**  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



# **Relatório de Gestão** **Exercício**

# **2016**

**Campo Grande, MS**



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação

**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições orientações contidas no sistema e-Contas, da IN TCU nº 63/2010 e alterações, Portaria do TCU nº 59/2017, da DN TCU nº 154/2016 e Norma de Execução nº 01, aprovada pela Portaria CGU nº 522/2015.

**Campo Grande, 06 de março de 2017**

**Reitor:**

---

Marcelo Augusto Santos Turine

**Vice-Reitor:**

---

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

**Pró-Reitores:**

---

Cláudio César da Silva– **PROADI**  
Marcelo Fernandes Pereira – **PROECE**  
Ana Rita Barbieri Filgueiras – **PROAES**  
Ruy Alberto Caetano Correa Filho- **PROGRAD**  
Antônio José Ângelo Motti - **PROGEP**  
Dulce Maria Tristão– **PROPLAN**  
Nalvo Franco de Almeida Júnior - **PROPP**

**Diretores de Centro:**

---

Albert Schiaveto de Souza - **CCBS**  
Vera Lúcia Penzo Fernandes - **CCHS**

**Diretores de Câmpus:**

---

Edgar Aparecido da Costa- **CPAN**  
Auri Claudionei Matos Frübel- **CPAQ**  
Andreia Cristina Ribeiro- **CPAR**  
Fábio Henrique Rojo Baio - **CPCS**  
Gedson Faria- **CPCX**  
Solange Fachin- **CPNA**  
Daniel Henrique Lopes - **CPNV**  
Cláudia Carreira da Rosa- **CPPP**  
Osmar Jesus Macedo– **CPTL**

**Diretores de Escola:**

---

José Carlos de Jesus Lopes - **ESAN**

**Diretores de Faculdades:**

---

Henrique Mongelli- **FACOM**  
Ynes da Silva Félix- **FADIR**  
João Onofre Pereira Pinto - **FAENG**  
Wilson Ayach– **FAMED**  
Fabricio de Oliveira Frazilio- **FAMEZ**  
Paulo Zarate Pereira- **FAODO**

**Diretores de Institutos:**

---

Dorotéia de Fátima Bozano - **INFI**  
Patrícia Sândalo Pereira - **INMA**  
Lincoln Carlos Silva de Oliveira - **INQUI**

**Diretores de Agências:**

---

Sílvia Morales de Queiroz Caleman - **AGINOVA**  
Luciano Gonda - **AGETIC**

## SUMÁRIO

<b>2. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>3. VISÃO GERAL.....</b>	<b>18</b>
3.1 Finalidade e competências .....	20
3.2 Organograma.....	22
3.3 Macroprocessos finalísticos .....	23
3.4 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade .....	26
3.5 Ambiente de atuação .....	30
<b>4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....</b>	<b>41</b>
4.1 Planejamento Organizacional.....	42
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício .....	42
4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	76
4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos .....	78
4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos .....	79
4.3 Desempenho Orçamentário .....	81
4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade .....	81
4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário .....	108
4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento .....	109
4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores .....	112
4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	115
<b>4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas .....</b>	<b>118</b>
4.3.6 Informações sobre a realização das receitas .....	119
4.3.7 Informações sobre a execução das despesas .....	120
4.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal .....	127
4.4 Desempenho operacional .....	128
4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho .....	129
4.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União .....	134
4.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos .....	140
<b>5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>141</b>
5.1 Descrição das estruturas de governança.....	142
5.2 Atuação da unidade de auditoria interna .....	143
5.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos .....	146
5.4 Gestão de riscos e controles internos .....	147
<b>6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....</b>	<b>149</b>
6.1 Gestão de pessoas.....	150
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	150
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	155
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal .....	156
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários .....	157
6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais .....	159
6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura .....	160
6.2.1 Gestão da frota de veículos.....	160
6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições .....	166
6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	167
6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas .....	173
6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros .....	174
6.3 Gestão da tecnologia da informação.....	175
6.3.1 Principais sistemas de informações .....	180
6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	182
<b>7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>191</b>
7.1 Canais de acesso do cidadão .....	192

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão .....	200
7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	201
7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	206
7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações .....	209
<b>8.DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>215</b>
8.1 Desempenho financeiro no exercício .....	216
8.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.....	218
8.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão .....	218
8.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados .....	223
8.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	224
8.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	225
8.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas .....	229
<b>9.CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE .....</b>	<b>230</b>
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	231
9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	234
9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário .....	235
9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 .....	236
9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento .....	246
9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	247
9.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	248
<b>ANEXOS E APÊNDICES .....</b>	<b>249</b>
ANEXO I -DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS .....	250
ANEXO II-DECLARAÇÃO HUMAP .....	266
<b>PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA .....</b>	<b>267</b>
<b>RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....</b>	<b>276</b>
<b>DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE .....</b>	<b>293</b>
Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal .....	294
Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões .....	296
Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas .....	298
Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento ...	299
Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI .....	300
Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	301
<b>Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994 .....</b>	<b>302</b>

## Lista de Abreviações e Siglas

AG - Alunos regularmente matriculados na graduação  
AGE - Alunos Equivalentes Da Graduação  
AGETIC - Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação  
AGINOVA - Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais.  
AGTI - Alunos Da Graduação Em Tempo Integral  
AGU - Advocacia Geral da União  
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.  
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
APCN - Apresentação de Proposta de Cursos Novos  
APG - alunos na pós-graduação  
APGTI - Alunos Da Pós-Graduação Em Tempo Integral  
APITT - Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia  
AR - Alunos de residência médica  
ARTI - alunos de Residência Médica em Tempo Integral  
ASSISTIVA - Sistema do Ministério da Tecnologia, Ciência e Inovação que possibilita a maior autonomia e inclusão social das pessoas com deficiência.  
AUD - Auditoria Interna da UFMS  
AULP - Associação das Universidades de Língua Portuguesa  
BEP – Base de Estudo do Pantanal  
BNC - Base Nacional Comum curricular  
BS - Boletim de Serviços  
BSE - Sistema de Boletim de Serviços da UFMS  
CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis  
CAP – Coordenadoria de Administração de Pessoal  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior  
CAS – Coordenadoria de Assistência a Saúde  
CATMAT - Sistema de Catalogação de Material  
CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
CCHS – Centro de Ciências Humanas e Sociais  
CCO - Coordenadoria de Contabilidade  
CCS - Coordenadoria de Comunicação Social  
CD – Conselho Diretor  
CEI - Clínica Escola Integrada  
CEM - Coordenadoria de Energia e Manutenções Gerais  
CEP - Código de Endereçamento Postal  
CEPG - Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação  
CF - Constituição Federal  
CFI - Coordenadoria de Finanças  
CGD - Comitê de Governança Digital  
CGM – Coordenadoria de Gestão de Material  
CGO – Coordenadoria de Gestão Orçamentária  
CGRIFES - Conselho de Gestores de Relações Internacionais das Instituições Federais de Ensino Superior  
CGU – Controladoria Geral da União  
CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares  
CI - Comunicação Interna  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COA - Coordenadoria de Operações e Atendimento à Comunidade  
COEG - Conselho de Ensino de Graduação  
COEX – Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
CONDESAUD - Consultar Desequilíbrio de Equação de Auditor (Funcionalidade do SIAFI)  
COPP - Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação  
COUN – Conselho Universitário  
CPA - Comissão Própria de Avaliação  
CPACE - Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções.  
CPAN - Câmpus do Pantanal.  
CPAQ – Câmpus de Aquidauana  
CPAR - Câmpus de Paranaíba.

CPBO - Câmpus de Bonito  
CPC - Conceito Preliminar de Curso  
CPCS - Câmpus de Chapadão do Sul  
CPCX - Câmpus de Coxim.  
CPF - Cadastro de Pessoa Física  
CPI – Coordenadoria de Planejamento Institucional  
CPNA - Câmpus de Nova Andradina  
CPNV - Câmpus de Naviraí  
CPO - Coordenadoria de Projetos e Obras  
CPPP - Câmpus de Ponta Porã  
CPR - subsistema do SIAFI que possibilita obter informações relativas ao fluxo financeiro ou de caixa  
CPTI - Comissão Permanente de Tecnologia da Informação  
CPTL - Câmpus de Três Lagoas.  
CRC - Conselho Regional de Contabilidade  
CRT - Coordenadoria de Relações Institucionais  
DBR - Declaração de Bens e Rendas  
DETACUSTO - Sistema de Detalhamento de Custo do SIAFI  
DHT - Departamento de Hidráulica e Transportes  
DIAF - Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas  
DIAS - Divisão de Atenção Integral ao Servidor  
DIAV - Divisão de Acompanhamento e Avaliação  
DICM - Divisão de Conservação, Urbanismo e Meio Ambiente.  
DICV - Divisão de Convênios  
DIEE - Divisão de Eficiência Energética  
DIGC - Divisão de Gestão de Custos  
DIGE - Divisão de Gestão da Informação  
DINTER - Doutorado Interinstitucional  
DIPC – Divisão de Acompanhamento de Convênios  
DIRE - Divisão de Revitalizações e Adequações dos Espaços Físicos  
DIST - Divisão de Segurança do Trabalho  
DITL - Divisão de Transporte e Logística Sustentável  
DN - Decisão Normativa  
DOU - Diário Oficial da União  
EAD – Ensino à Distância  
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
EBW+ - Projeto Euro-Brazilian Windows  
EES - Empreendimentos de Economia Solidária  
EGD - Estratégia de Governança Digital  
EJ - Empresas Juniores  
e-MEC - Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil  
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
ENEX - Encontro de Extensão Universitária  
e-OUV - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal  
EPC - Equipamento de Proteção Coletiva  
EPI - Equipamento de Proteção Individual  
ESAN - Escola de Administração e Negócios  
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão  
EXT - Programa de Extensão Universitária com fluxo contínuo  
FACOM – Faculdade de Computação  
FADEMS - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul  
FADIR – Faculdade de Direito  
FAENG - Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.  
FAMED – Faculdade de Medicina  
FAMEZ – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia  
FAODO – Faculdade de Odontologia  
FAPEC - Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura.  
FETEC - Feira de Tecnologias, Engenharias e Ciências de Mato Grosso do Sul.  
FG - Função Gratificada  
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos  
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia.  
FUNTRAB - Fundação do Trabalho  
GAB - Gabinete  
GCUB - Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras  
GED - Gratificação de Estímulo à Docência  
GNSS - Estação Global Navigation Satellite System  
GPE - Grau de Participação Estudantil  
GPO - Gerência de Projetos e Obras  
GRU – Guia de Recolhimento da União  
HU - Hospital Universitário  
HUMAP - Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian  
HV - Hospital Veterinário  
ICTP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IES – Instituições de Ensino Superior  
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior  
IFMS - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul  
IN - Instrução Normativa  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
INFI - Instituto de Física  
INMA - Instituto de Matemática  
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial  
INQUI - Instituto de Química  
INTOSAI - Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras  
IPEV – Incentivo à Participação em Eventos  
IQCD - Índice de Qualificação do Corpo Docente  
ITIL - Information Technology Infrastructure Library  
LEE - Laboratório de Educação Especial  
LIFE - Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
LTDA - Sociedade do tipo limitada  
MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado  
MCASP - Manual de Contabilidade do Setor Público  
MCT - Ministério da Tecnologia, Ciência e inovação.  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
ME - Microempresa  
MEC – Ministério da Educação  
MEJ - Movimento das Empresas Juniores  
MF - Ministério da Fazenda  
MP - Ministério Público  
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.  
MS – Mato Grosso do Sul  
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego  
MUARQ - Museu Arqueológico  
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade  
NBR - Norma Brasileira aprovada pela ABNT  
NHU - Núcleo de Hospital Universitário  
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica  
NP - Não processado, refere-se aos Restos a Pagar  
NTI – Núcleo de Tecnologia de Informação  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
OCC - Orçamento de Custeio e Capital  
ODP - Observatório da Despesa Pública  
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
OI - Orçamento de Investimento  
ONG - Organização não governamental  
OTRS - Open Technology Real Services  
OTTO - ciclo termodinâmico que idealiza o funcionamento de motores de combustão interna de ignição por centelha  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PAD - Processo Administrativo Disciplinar  
PAEXT - Programa de Apoio à Extensão Universitária  
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PAS – Programa de Assistência a Saúde  
 PBE - Programa Brasileiro de Etiquetagem  
 PBPMEC - Programa de Bolsa Permanência  
 PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação  
 PCD - Pessoas com Deficiência  
 PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.  
 PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
 PDTI – Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação  
 PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações  
 PDU - Programa de Desenvolvimento das Universidades Federais  
 PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação  
 PEE - Plano Estadual de Educação  
 PET - Programa de Educação pelo Trabalho  
 PF - Polícia Federal  
 PGF - Procuradoria-Geral Federal  
 PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
 PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência  
 IBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação  
 PIME - Pantanal Incubadora Mista de Empresas da UFMS  
 PLANFOR - Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes  
 PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual  
 PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável  
 PMBOK - Project Management Body of Knowledge, conjunto de práticas na gestão de projetos organizado pelo instituto PMI.  
 PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil  
 PNE - Pessoa com necessidades especiais  
 PNE –Plano Nacional de Educação  
 PPA – Plano Plurianual  
 PPC - Projeto Pedagógico de Curso  
 PPI - • Projeto Pedagógico Institucional  
 PRAD – Pró-Reitoria de Administração  
 PREAE – Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.  
 PREG – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
 PROADI - Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura  
 PROAES - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis  
 PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação  
 PROCAMPO - Programa de Apoio À Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo  
 PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica  
 PRODOCÊNCIA - Programa de Consolidação das Licenciaturas  
 PROECE - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esportes.  
 PROEXT - Programa de Extensão Universitária  
 PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho  
 PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação  
 PROINFRA – Pró-Reitoria de Infraestrutura  
 PROJELE - Projeto de Extensão Cursos de Línguas Estrangeiras  
 PROMISAES - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior  
 PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo  
 PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças.  
 PROPP – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação  
 PSE - Programa Saúde na Escola  
 QP - Quantidade Prevista  
 QR - Quantidade Realizada  
 RAINIT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna  
 RAP - Restos a Pagar  
 REGDOC - Registro de Documentos da UFMS  
 REGGIO - Sistema de Gestão de Restaurante Universitário  
 REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
 RH - Recursos Humanos  
 RIP - Registro Imobiliário Patrimonial  
 RMO - Registro Mensal de Ocorrências  
 RP - Restos a Pagar  
 RP - Restos Processados

RPNP - Restos a pagar não processados  
RPP - Restos a Pagar Processados  
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social  
RTR – Reitoria  
SC - Sem Conceito  
SEB - Secretaria de Educação básica  
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.  
SECEX - Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União  
SECOM - Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica  
SED - Secretaria Estadual de Educação  
SEMED - Secretaria Municipal de Educação  
SEPAF - Secretaria de Estado de Produção e Agricultura Familiar  
SESAU - Secretaria Municipal de Saúde Pública  
SESu - Secretaria de Educação Superior  
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno  
SGP – Sistema de Gestão de Pessoal  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIAUD - Sistema de Auditoria Interna  
SIC - Serviço de Informações ao Cidadão  
SICON - Sistema de Convênios da UFMS  
SICONV - Sistema de gestão de Convênios  
SIEN - Sistema de Informação de Ensino  
SIG - Sistema de Informações Gerenciais  
SIGPÓS - Sistema de Gestão da Pós-graduação  
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação  
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SIPAS - Sistema para Gestão do Programa de Assistência a Saúde Suplementar  
SIPLAN - Sistema da UFMS para consulta de Contratos e Convênios.  
SISAC - Sistema de Controle de Ações de Comunicação  
SISCAD - Sistema Acadêmico  
SISP - Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática  
SISU – Sistema de Seleção Unificada  
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação  
SOF - Secretaria de Orçamento Federal  
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento  
SPU - Superintendência do Patrimônio da União  
STN - Secretaria do Tesouro Nacional  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TCE - Tribunal de Contas do Estado  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TED - Termos de Execução Descentralizada  
TI – Tecnologia da Informação  
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação  
TSG - Taxa de Sucesso na Graduação  
TVU - TV Universidade  
UCM - Universidad Complutense de Madrid  
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
UF - Unidade da Federação  
UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
UG – Unidade Gestora  
UGO – Unidade Gestora Orçamentária  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UM –Universidad de Matanzas  
UO – Unidade Orçamentária  
UPC - Unidade Prestadora de Contas  
UQO - Universitédu Québec em Outaouais  
URL – Uniform Resource Locator, é o endereço de um recurso disponível na rede.  
USP - Universidade de São Paulo

## Lista de Quadros

Quadro 1 – Ambiente de atuação .....	39
Quadro 2 – Ação/Subtítulos – OFSS.....	81
Quadro 3 – Ações do Orçamento de Investimento.....	104
Quadro 4 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos .....	109
Quadro 5 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – UO 26283 <b>Valores em R\$</b> .....	112
Quadro 6 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – UO 26401 <b>Valores em R\$</b> .....	112
Quadro 7 – Restos a Pagar NP – UG 154054 .....	113
Quadro 8 – Restos a Pagar – UG 154357.....	114
Quadro 9 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios .....	115
Quadro 10 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios .....	115
Quadro 11 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse .....	116
Quadro 12 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão .....	116
Quadro 13 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos .....	117
Quadro 14 – Realização das receitas.....	119
Quadro 15 - Despesas totais por modalidade de Contratação – UO: 26283 .....	120
Quadro 16 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – UO: 26283 .....	121
Quadro 17 – Restos a Pagar Processados.....	122
Quadro 18 – Despesas com Investimento/Custeio/Pessoal .....	122
Quadro 19 – Despesas com Pessoal .....	123
Quadro 20 – Despesa com Custeio .....	123
Quadro 21 – Despesa com Investimento .....	123
Quadro 22 - Despesas totais por modalidade de Contratação .....	124
Quadro 23 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – UO 26401 .....	125
Quadro 24 – Despesas Executadas pela UG 154357 .....	126
Quadro 25 - Indicadores de Desempenho .....	129
Quadro 26- Indicadores Primários – Decisão TCU N.º 408/2002.....	134
Quadro 27 - Resultado dos Indicadores da Decisão TCU N.º 408/2002.....	135
Quadro 28 - Resumo dos procedimentos instaurados, julgados e anulados .....	146
Quadro 29 - Elementos de Controles Internos adotados na UFMS.....	147
Quadro 30 – Força de Trabalho da UPC .....	150
Quadro 31 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	150
Quadro 32 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	151
Quadro 33 – Despesas do Pessoal.....	155
Quadro 34 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade .....	157
Quadro 35 – Composição do Quadro de Estagiários .....	158
Quadro 36 -Frota de Veículos .....	161
Quadro 37 - Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional .....	169
Quadro 38 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	173
Quadro 39 - Bens Imóveis Locados de Terceiros .....	174
Quadro 40 – Sistemas Institucionais .....	176
Quadro 41 – Força de Trabalho da área de TI.....	178
Quadro 42 – Descrição dos Projetos de TI.....	179
Quadro 43 – Resultados do Plano de Logística Sustentável .....	183
Quadro 44 – Espaços Adaptados à Acessibilidade .....	210
Quadro 45 - Quantitativo de acadêmicos público alvo da educação especial matriculados na UFMS .....	211
Quadro 46 - Acadêmicos por deficiência e altas habilidades/superdotação na UFMS .....	212
Quadro 47 – Materiais Permanentes .....	213
Quadro 48 – Desempenho financeiro no exercício .....	216
Quadro 49 – Demonstrativos da arrecadação de receita própria .....	221
Quadro 50- Sustentabilidade Financeira - Receitas de 2016.....	222
Quadro 51- Sustentabilidade Financeira - Despesas de 2016 .....	222
Quadro 52 – Determinações e Recomendações feitas pelo TCU .....	232
Quadro 53 – Determinação pendente de cumprimento .....	233
Quadro 54 – Servidores Ativos e Inativos com Reposição ao Erário .....	235
Quadro 55 – Pensionistas com Reposição ao Erário.....	235
Quadro 56 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – MOVIMENTO NO MÊS (Janeiro a Junho).....	236

Quadro 57 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – MOVIMENTO NO MÊS (Julho a Dezembro).....	238
Quadro 58- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – SALDO ACUMULADO NO MÊS (Janeiro a Junho) .....	240
Quadro 59 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – SALDO ACUMULADO NO MÊS (Julho a Dezembro).....	242
Quadro 60 – Despesas com publicidade .....	247
Quadro 61–Ativo Circulante .....	262
Quadro 62 - Intangível .....	262
Quadro 63 – Saldo Aberto no Balanço Patrimonial .....	262
Quadro 64 – Unidades Gestoras/Contas a Pagar .....	263
Quadro 65 – Obrigações Contratuais .....	263
Quadro 66 – Receitas Derivadas e Originárias .....	264
Quadro 67 – Outros Ingressos das operações.....	264
Quadro 68 – Pessoal e Demais Despesas .....	264
Quadro 69 – Fluxos de Caixa das atividades das operações .....	264
Quadro 70 – Geração Líquida de Caixa .....	265
Quadro 71 - Composição do Quadro de Servidores Inativos .....	296
Quadro 72 - Instituidores de Pensão .....	296
Quadro 73 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU .....	297
Quadro 74 - Atos Sujeitos a Comunicação do TCU .....	297
Quadro 75 - Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	297
Quadro 76 - Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio .....	302
Quadro 77 - Relação de Projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio da UFMS, tendo a UFMS como Executora/Anuente e não enquanto concedente de recursos as referidas Fundações. ....	304

## **2.APRESENTAÇÃO**

## **Estrutura do Relatório de Gestão**

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul apresenta o seu Relatório de Gestão/2016, no qual são analisados os aspectos mais relevantes da gestão durante o exercício.

Estruturado em capítulos conforme a ordem estabelecida no Sistema de Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União – e-Contas – e na Portaria TCU nº 059/2017, o Relatório de Gestão tem como objetivo consolidar informações compiladas dos relatórios setoriais das Unidades da UFMS e dos sistemas de informações gerenciais disponíveis, com vistas a relatar as práticas de gestão para efeito de prestação de contas aos Órgãos de Controle Interno e Externo e transparência dos serviços ofertados à sociedade.

A arquitetura do documento observou a sequência das informações constantes no Sistema de Prestação de Contas e foi feita a renumeração dos capítulos e quadros em algarismo arábico, de acordo com a ordem correspondente; o formato exigido em relação à denominação dos tópicos e especificações dos demonstrativos, com exclusão dos quadros ou campos em branco, justificados no item ou subitem. No caso dos capítulos que não possuem estrutura padronizada, optou-se pela organização das informações em forma de demonstrativos de fácil entendimento.

Em suma, constam nove capítulos e um conjunto de anexos e apêndices, referenciados pelo TCU que versam sobre:

- 1) Elementos pré-textuais;
- 2) Apresentação do Relatório;
- 3) Visão Geral da Universidade onde estão englobados os itens sobre finalidades e competência; macroprocessos finalísticos; normas e regulamentos de criação e funcionamento; e ambiente de atuação;
- 4) Planejamento Organizacional e Resultados - consta o planejamento organizacional com ênfase nas Diretrizes e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019, ano de referência 2016 e seus resultados; desempenho orçamentário e sua execução física e financeira; e apresentação e análise dos indicadores de desempenho;
- 5) Governança, Gestão de Risco e Controles Internos - onde estão contemplados a estrutura de governança, a atuação da Auditora Interna, e as atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos; além, da gestão de riscos;
- 6) Áreas Especiais da Gestão, detalha a gestão de pessoal; gestão de patrimônio financeiro e infraestrutura; gestão da tecnologia de informações e gestão ambiental; e sustentabilidade.
- 7) Relacionamento com a Sociedade – traz os canais de acesso ao cidadão; carta de serviços ao cidadão; mecanismos de transparência das informações; e medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações;
- 8) Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, neste capítulo é apresentado o desempenho financeiro de 2016; medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior; tratamento contábil do patrimônio e de ativos e passivos; sistemática de apuração dos custos na universidade e demonstrativos contábeis.
- 9) Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle – consta o tratamento dado as determinações e recomendações do TCU e do Controle Interno; medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário; conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações; informações sobre publicidade e propaganda.

Anexo e Apêndices – traz demonstrações contábeis, pareceres, rol de responsáveis e declarações de integridade e informações sobre projetos desenvolvidos com a Fundação de Apoio.

Consolidado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, através da Coordenadoria de Planejamento Institucional, este instrumento tem como objetivo dar visibilidade às ações desenvolvidas tanto na área administrativa como na área acadêmica.

### **Principais realizações no exercício**

As ações realizadas no exercício de 2016 estão relacionadas diretamente a execução das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019, conforme detalhamento apresentado no capítulo “Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional”, no item “Planejamento Organizacional” e subitem “Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício”. Dentre as metas previstas para o ano de 2016, destacamos as seguintes ações:

#### **• Expansão Quantitativa da Graduação e Inserção Interinstitucional**

– destaca-se a criação do curso de Administração no Campus de Naviraí com 40 vagas; a destinação de 221 bolsas no programa de monitoria por semestre. Foram publicados editais, para preenchimento das vagas ociosas existentes, nas modalidades de movimentação interna, transferências de outras IES, e ainda, foi fortalecida a integração da UFMS com as redes de ensino da Educação Básica – Estadual e Municipal com a realização de 11 ações de incentivo à interação dos cursos de graduação com a educação básica.

Ênfase foi dada ao Programa de Modernização e Automatização do Sistema de Biblioteca onde foram realizados investimentos para aquisição 6,5 mil exemplares de livros e adquiridos 45 títulos de e-books na área de biomédica e renovação da minha biblioteca com 3.061 e-books. Também foram reeditados os programas de revitalização dos laboratórios de graduação – custeio e capital, o programa de adequações/revitalizações da infraestrutura e o programa de apoio a aulas de campo.

Em relação à inserção interinstitucional foi dada ênfase a mobilidade estudantil com 111 vagas na modalidade nacional e 46 vagas na mobilidade exterior. Também foram viabilizados 5 bolsas no Programa Santander Luso-brasileiras; e viabilizados quatro novos acordos de cooperação com instituições internacionais e manteve em vigência vinte e dois.

**• Expansão Quantitativa da Pós-graduação** destaca-se o apoio ao desenvolvimento e fortalecimento dos cursos de pós-graduação mediado pelas ações: criação dos mestrados acadêmicos em Antropologia Social, Ciências Contábeis Engenharia Elétrica e do mestrado profissional em Filosofia e aprovação do doutorado de Ensino de Ciências e o Dinter em Direito entre USP e UFMS. Também foram quatro cursos de pós-graduação lato sensu nas seguintes especializações: Medicina e Cirurgia da Coluna Vertebral; Atenção Básica em Saúde da Família, Direitos Humanos e Ciências Ambientais.

Foram viabilizadas 128 novas vagas nos cursos de pós-graduação, oferta de bolsas para 612 estudantes em nível de mestrado e doutorado, oferta de bolsas para a iniciação científica PIBIC e PIBIT a 348 alunos da graduação, oferta de bolsas no âmbito do Programa das residências médicas e multiprofissional a 236 alunos.

Os projetos de pesquisa também oportunizaram acréscimos qualitativos à pós-graduação, onde 412 projetos foram desenvolvidos com fomento interno e externo e aumentado para 435 a quantidade dos grupos de pesquisa.

Na área de inovação tecnológica foram assinados 7 contratos de parceria com instituições públicas e privada; criadas 3 empresas juniores; atendidos 8 pedidos de registros de patentes e 1 de software e ainda, foram concebidos 29 prêmios de mérito em empreendedorismo inovador no âmbito da UFMS.

• **Consolidação da Assistência Estudantil e Extensão Universitária** - destacam-se no atendimento Estudantil as ações de caráter continuado que concederam: 11.579 bolsas permanência a 1.452 acadêmicos; 10.460 auxílios alimentação a 1.331 acadêmicos; 376.109 refeições (café da manhã e almoço) oferecidas no Restaurante Universitário a 9.054 acadêmicos cadastrados; e ainda, foram atendidos 289 acadêmicos no programa Suporte Instrumental; 243 alunos com Incentivo à Participação em Eventos (IPEV) e 633 com Auxílio Emergencial. Além de ações desenvolvidas para beneficiar os acadêmicos como: atendimento psicoeducacional, atendimento médico, odontológico, fisioterápico e nutricional, promoção da acessibilidade e ações afirmativas, passe estudantil municipal, inclusão digital e ações de cultura e desporto.

Já no programa de consolidação da extensão universitária foram executadas 245 ações de extensão, sendo assim executadas: 68 com financiamento da UFMS, 9 com financiamento PROEXT/MEC, 12 custeados por meio de arrecadação, 1 ação do PDU (Implementação de páginas multilíngues) recurso do MEC, 1 ação do Programa Mais Médicos (recurso do MEC), 1 ação do Inglês sem fronteiras com recurso do MEC (ação incluída no PROJELE), 1 ação do Pronacampo (recurso do MEC) e 1 ação de Formação de Conselheiros (recurso do MEC), 2 ações com Convênio com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFMS (Município de Maracajú e Corguinho), 2 ações com financiamento da CAPES (FETEC) e 11 ações com financiamento da FUNDECT. Sendo 68 ações com recurso da UFMS e 41 com recurso externo e 136 ações sem recurso. Com o fomento externo obtido foi possível o financiamento de 212 bolsistas.

Na Área de Cultura e Desporto foram executados 107 projetos que registrados a participação de aproximadamente 10.244 acadêmicos.

• **Gestão Pública e Fortalecimento Institucional** os objetivos e programas propostos e executados no ano em curso tiveram como impacto estratégico a modernização infraestrutural viabilizada pela ampliação, revitalização e manutenção das Unidades de Administração Central e Setorial, e o apoio logístico na manutenção, ampliação e suporte dos sistemas (infraestrutura de equipamentos, sistemas de informações e gerenciais e de recursos Humanos e transporte). No ano, destaca-se o investimento para aquisição de materiais permanentes para equipar as Unidades e os Laboratórios da Universidade; os investimentos realizados no atendimento gradual das demandas das revitalizações das unidades acadêmicas; a contratação de 4 novas obras, e 13 que já estavam em andamento e receberam recursos orçamentários no ano, e a aquisição de 10 novos veículos para o atendimento da Comunidade Universitária; a instituição do Plano de manutenção preventiva para a frota veicular; a implantação do plano de inventário das emissões dos gases poluentes do transporte de pessoal e material, a consolidação do Plano de Gestão e Logística Sustentável com adoção de ações.

Na área de gestão de recursos humanos foram realizados concursos para docentes e técnicos e realizadas capacitações internas. A rede de transmissão de dados foi melhorada e ampliada nas unidades acadêmicas da sede e do interior.

### **Principais dificuldades para a realização dos objetivos**

Ao longo do ano de 2016 algumas metas não puderam ser alcançadas em sua totalidade e alguns indicadores de desempenho ficaram abaixo dos índices desejáveis.

Tais dificuldades devem-se a eventos, antevistos ou não, que limitaram ou mesmo impediram a execução de determinadas metas. Dentre estes eventos, destacaram-se os movimentos grevistas deflagrados por docentes e técnicos administrativos no ano de 2015, cujos reflexos se estenderam no ano de 2016 e que implicaram no remanejamento do calendário acadêmico da Universidade e consequentemente na execução parcial ou interrupção de algumas atividades essenciais ao cumprimento das metas contidas no PDI, as disfunções presentes no processo operacional de aquisição de bens materiais e contratação de serviços e, ainda, o quantitativo de sistemas gerenciais de informação (SIG) que consolidem e compartilhem dados entre Unidades Acadêmicas e Administrativas (há dados acadêmicos que se incorporam à função administrativa e vice-versa) não ser suficiente para a dinamicidade do processo estratégico. Aliado a estes fatores houve a recessão da economia brasileira que limitou os recursos orçamentários disponíveis ao Governo Federal que optou em realizar contingenciamento dos limites de crédito orçamentário de custeio e de capital prejudicando sensivelmente as ações.

### **3.VISÃO GERAL**

## Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MEC – Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul			
Denominação abreviada: UFMS			
Código SIORG: 827	Código LOA: 26283	Código SIAFI: 154054	
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 15.461.510/0001-33	
Principal Atividade: Educação		Código CNAE: 85	
Telefones/Fax de contato:	(067) 3345.7975	(067) 3345.7977-FAX	
Endereço eletrônico: reitoria@ufms.br			
Página da Internet: <a href="http://www.ufms.br">http://www.ufms.br</a>			
Endereço Postal: Cidade Universitária – Caixa Postal 549 – CEP. 79070-900 – Campo Grande - MS			
Identificação das Unidades Orçamentárias consolidadas			
Nome	Situação	UO	SIORG
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Ativa	26283	827
Núcleo do Hospital Universitário	Ativa	26401	16542
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
154064	Câmpus de Aquidauana		
154065	Câmpus do Pantanal		
154067	Câmpus de Três Lagoas		
150161	Câmpus de Coxim		
150162	Câmpus de Paranaíba		
151068	Câmpus de Chapadão do Sul		
151069	Câmpus de Nova Andradina		
151070	Câmpus de Ponta Porã		
151071	Câmpus de Naviraí		
151072	Câmpus de Bonito		
154357	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian		
150160	Programa de Assistência à Saúde do Servidor		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
-----	-----		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
-----	-----		

### 3.1 Finalidade e competências

O retorno social e o valor estratégico que a produção de conhecimento aporta à sociedade têm sido considerados na emancipação de um ensino superior polivalente, inclusivo e eficiente. Na busca por cenários alternativos para viabilizar a universalidade dos direitos fundamentais à cidadania e oferecer insumos e quadros profissionais para arrojado o setor produtivo, as universidades surgem como ativos indispensáveis para atingir esses ideais. O espaço para discutir a contextualidade do patrimônio científico e intelectual vem apresentando contornos mais abrangentes; pois, se antes a universidade, promotora desse patrimônio, era discutida em domínios acadêmicos, hoje ela é uma pauta-chave também para nações e organizações com e sem finalidade lucrativa.

Situando o papel da educação superior, no Brasil, desde o seu surgimento até os dias atuais, é notória como a responsabilidade formativa das universidades tem abarcado contornos que envolvem problemas de um país que, embora aponte como uma das maiores economias mundiais, ainda enfrenta desafios sérios para nivelar adequadamente a distribuição de renda e o acesso aos serviços de educação e saúde, as universidades passaram a assumir um papel supra significativo no esforço pela diminuição dos desequilíbrios de bem-estar social, com a geração de oportunidades de aprendizado para todas as camadas sociais e a estruturação de bases para um desenvolvimento amplo e contínuo.

Difundindo e aplicando conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do homem em geral e, em particular, do homem do Estado de Mato Grosso do Sul, a UFMS, apoiada em uma gestão efetiva e modernizada, vem consolidando as suas finalidades acadêmicas, científicas e sociais, propiciando e disponibilizando ao ser humano, por meio de seus cursos de graduação, de seus programas de pós-graduação, presenciais e a distância, bem como também das atividades extensionistas e serviços comunitários de atenção à saúde, as condições de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação.

Buscando sempre desempenhar uma articulação consistente e arrojada entre a academia e o meio social, dois enfoques contextualizam todo o processo decisório: “globalização”, impondo pensamento amplo, universal, e “individualização”, estimulando o desenvolvimento de competências para liderar, administrar e transformar o conhecimento em ativo social indispensável a uma cidadania plena e sustentável. Abarcado em tais pressupostos, as Competências Institucionais estão, regimental e estatutariamente, assim estipuladas:

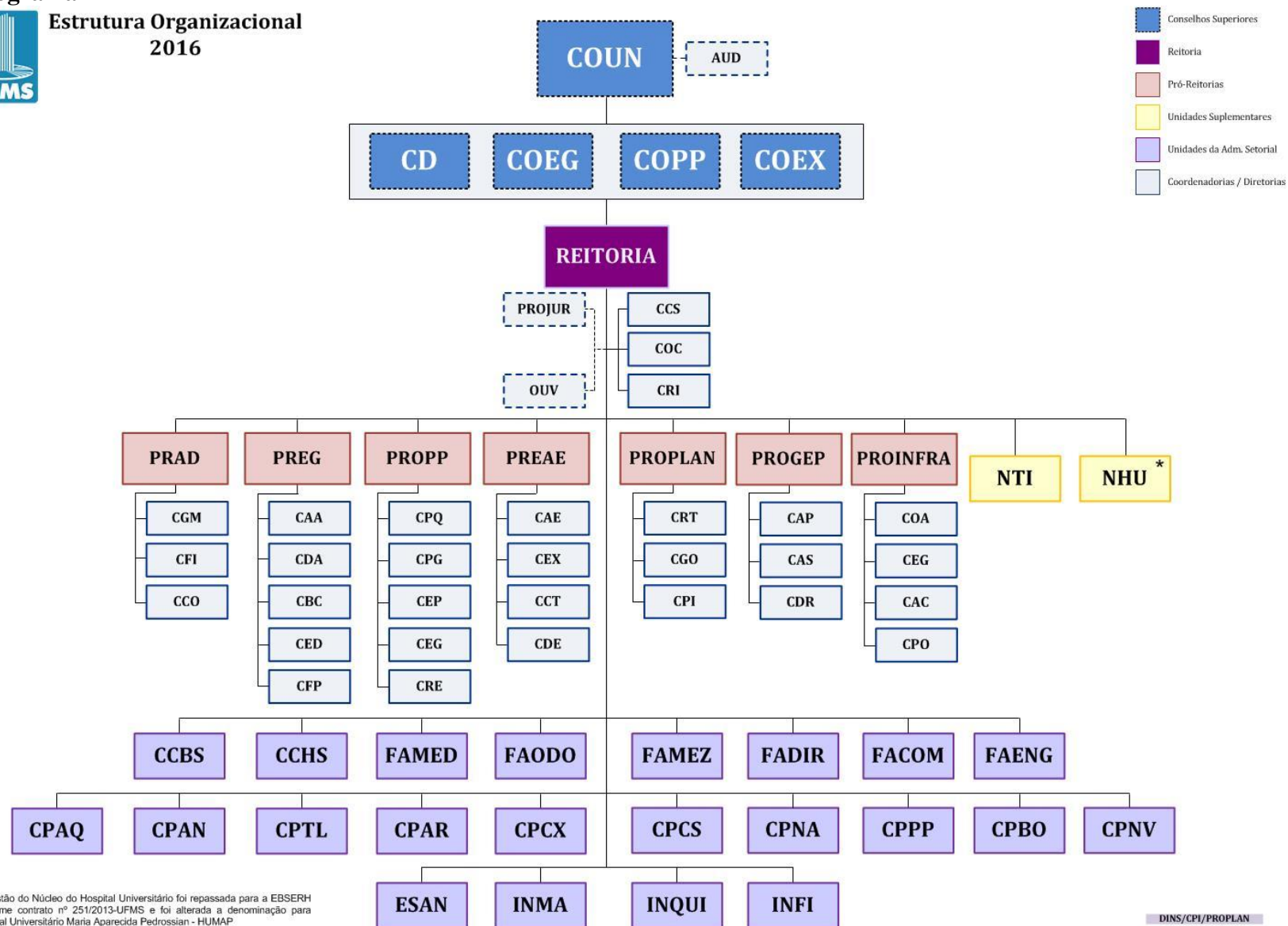
- Gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, utilizando as potencialidades da região, mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, ao meio ambiente e às diversidades, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado;
- Formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, com vistas ao seu ingresso no desenvolvimento das sociedades sul-mato-grossense e brasileira em geral, de forma participativa e continuada;
- Contribuir para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico, artístico e cultural por meio de pesquisas e de atividades que promovam a descoberta, a invenção e a inovação, considerando o pluralismo de ideias;
- Educar para o desenvolvimento sustentável;
- Assegurar permanentemente a qualidade das atividades desenvolvidas;

- Participar da formulação das políticas nacionais;
- Assegurar a gratuidade do ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu*; e
- Assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na Instituição.

### 3.2 Organograma



#### Estrutura Organizacional 2016



\*A gestão do Núcleo do Hospital Universitário foi repassada para a EBSERH conforme contrato nº 251/2013-UFMS e foi alterada a denominação para Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian - HUMAP

DINS/CPI/PROPLAN

### **3.3 Macroprocessos finalísticos**

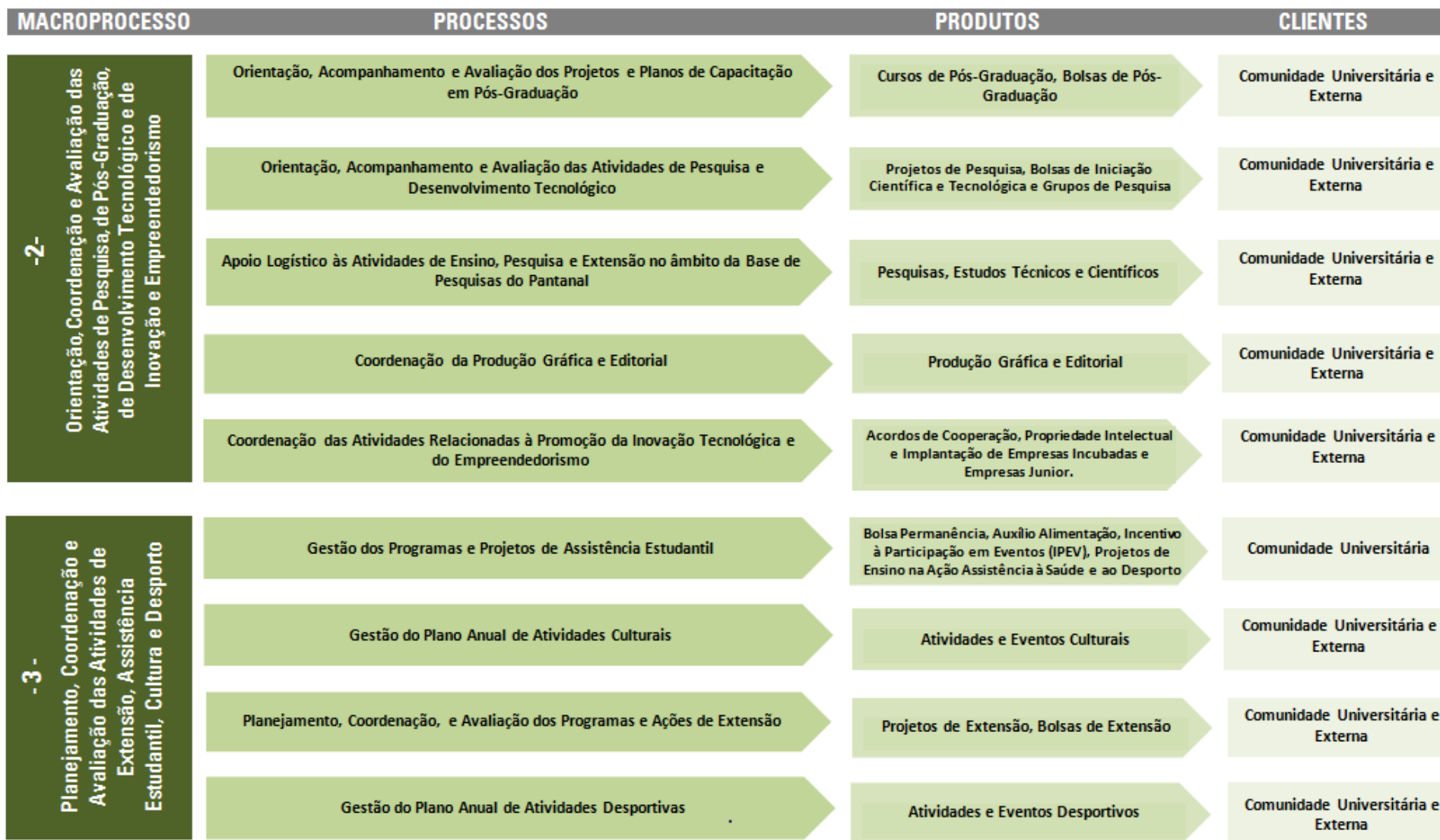
Toda organização consiste num conjunto de atividades que são concebidas e realizadas para viabilizar a concretização das metas e dos objetivos defendidos na Estratégia Organizacional; assim expresso, a observação sistemática das atividades que afetam o desempenho de outras, precedentes e subsequentes, e agregam valor às potencialidades da organização é um imperativo para subsidiar a construção dos macroprocessos com o devido alinhamento e impacto ao planejamento estratégico.

A ferramenta que dá suporte as proposições alegadas denomina-se Cadeia de Valor. Este ferramental expressa o modo como a organização executa as suas atividades individuais e agregadas, refletindo sua história, cultura, visão e missão. A gestão da Cadeia de Valor é uma prerrogativa para a otimização dos macroprocessos e para a otimização do desempenho organizacional, com efeito, o conhecimento das interfaces existentes em cada atividade de valor é o toque de caixa para consolidá-la como elemento primordial ao funcionamento da organização e à entrega de serviços de qualidade aos seus interessados.

O mapeamento dos macroprocessos realizado pela UFMS resultou de ampla consulta das atividades que a compõem; este exame tem permitido contextualizar a universidade em níveis gerencias distintos, gerar a necessária visão sistêmica e oportunizar a definição de um conjunto de metas e objetivos de desenvolvimento institucional adequadamente integrado à sua função social. Com efeito, a abordagem holística evidente na Cadeia de Valor aporta maior eficiência à gestão universitária e por isso maximizar os resultados da instituição e os benefícios à sociedade. Oportuno frisar que os macroprocessos da UFMS se submetem a análises periódicas a fim de melhorar a sua eficácia para a missão institucional.

## MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MACROPROCESSO	PROCESSOS	PRODUTOS	CLIENTES
<b>-1-</b> <b>Planejamento, Coordenação, Controle e Avaliação das Atividades de Ensino de Graduação</b>	Coordenação das Atividades de Registro e Controle do Sistema Acadêmico	Processos Seletivos Acadêmicos e Registros Acadêmicos	Comunidade Universitária
	Coordenação das Atividades Docentes	Lista de Oferta de Disciplinas, Carga Horária e Lotação Docente	Comunidade Universitária
	Coordenação das Atividades de Ensino Presencial	Cursos de Graduação, Estágios, Projetos e Programas vinculados à Graduação	Comunidade Universitária e Externa
	Coordenação das Atividades de Ensino a Distância	Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão na Modalidade EAD	Comunidade Universitária e Externa
	Coordenação das Atividades de Formação Docente	Professores da UFMS e da rede estadual e municipal de ensino.	Comunidade Universitária e Externa
	Gestão do Patrimônio Bibliográfico	Material Didático-Pedagógico, Sistema de Bibliotecas UFMS	Comunidade Universitária e Externa



Fonte: Manual de Competências, 2013, adaptado. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

### 3.4 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Lei nº 6.674 de 05/07/1979	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Estatuto da UFMS – Resolução COUN nº 35/2011 . Regimento Geral da UFMS – Resolução COUN nº 78/2011 Realinhamento do PDI UFMS 2010/2014 – Resolução COUN nº 85/2011 Alteração da Estrutura Organizacional da UFMS – Resolução COUN nº 10/2011 Alterar a Estrutura Organizacional da FAMED – Resolução COUN nº 05/2014. Alterar a Estrutura Organizacional da PRAD – Resolução COUN nº 08/2014. Alterar a Estrutura Organizacional da PROINFRA – Resolução COUN nº 09/2014. Alterar a Estrutura Organizacional da PRAD – Resolução COUN nº 30/2014. Alterar a Estrutura Organizacional da PROINFRA – Resolução COUN nº 36/2014. Alterar a Estrutura Organizacional do CCBS – Resolução COUN nº 38/2014. Alterar a Estrutura Organizacional da PRAD – Resolução COUN nº 47/2014. Alterar a Estrutura Organizacional da PROPLAN – Resolução COUN nº 51/2014. Alterar a Estrutura Organizacional da PROPP – Resolução COUN nº 64/2014. Alterar a Estrutura Organizacional da ESAN – Resolução COUN nº 23/2015. Aprovar a criação e implantação da ESAN – Resolução COUN nº 96/2014.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Resoluções do Conselho Universitário:	
03	Altera Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Comunicação Social da Reitoria.
08	Vincular a Auditoria Interna da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul ao Conselho Universitário e as ações administrativas à Reitoria.
09	Aprovar a criação e implantação do Curso de Bacharelado em Administração, na modalidade presencial, no Câmpus de Naviraí, com quarenta vagas, no período noturno.
10	Aprovar a criação do Curso de Medicina – Bacharelado, na modalidade presencial, no Câmpus do Pantanal, com trinta vagas, período integral.
11	Alterar o art. 54 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
12	Alterar o Estatuto da UFMS, do Sul, aprovado pela Resolução nº 35, Coun, de 13 de maio de 2011.
13	Alterar o Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011.
14	Aprovar o Estatuto Social da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (Fapec).
15	Alterar a Estrutura Organizacional da Reitoria, a partir de 1º de abril de 2016.
16	Aprovar a criação e implantação do Curso de Mestrado em Engenharia Elétrica, com área de concentração em Eletrônica de Potência, Acionamentos Elétricos e Sistemas de Energia Renovável, na Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.
17	Aprovar a criação e implantação do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, com área de concentração em Contabilidade e Controladoria, na Escola de Administração e Negócios.
18	Aprovar a criação e implantação do Curso de Mestrado Profissional em Filosofia, com área de concentração em Ensino de Filosofia, no Centro de Ciências Humanas e Sociais.
19	Aprovar a criação e implantação do Curso de Mestrado em Antropologia, com área de concentração em Antropologia Social, no Centro de Ciências Humanas e Sociais.
20	Aprovar a criação e implantação do Curso de Mestrado em Geografia, com área de concentração em Produção do Espaço e Análise Regional, na Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.
24	Alterar a Estrutura Organizacional da Divisão de Registro e Movimentação da Coordenadoria de Administração de Pessoal da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho.
25	Alterar o art. 5º da Resolução nº 70, de 25 de setembro de 2014.
28	Aprovar a criação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, na modalidade presencial, no Câmpus de Nova Andradina, com quarenta vagas, no período noturno.
29	Aprovar o oferecimento do Curso de Especialização em Direitos Humanos, com área de concentração em Direitos Humanos.

34	Criar e implantar a Unidade Técnica de Apoio denominada Unidade Multiusuário de Ciência, Tecnologia e Inovação em Materiais, vinculando-a à estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.
35	Aprovar o realinhamento dos programas e metas constante no item 1.4, Diretriz, Programas e Metas Institucionais do Eixo Temático I – Perfil Institucional, do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019, aprovado pela Resolução nº 14/2015– Coun, para o período de 2016-2019.
36	Aprovar o oferecimento do Curso de Especialização em Medicina e Cirurgia da Coluna Vertebral, com área de concentração em Ortopedia e Traumatologia.
53	Aprovar as Normas para Reconhecimento de Diplomas de Pós-Graduação Stricto Sensu expedidos por instituições estrangeiras.
55	Aprovar o oferecimento do Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, com área de concentração em Saúde da Família, na modalidade a distância.
69	Autoriza o registro e a divulgação das reuniões dos Conselhos Superiores da UFMS, por meio de gravação audiovisual adicional à ata.
70	Aprova a criação do Curso de Bacharelado em Administração, na modalidade presencial, no Câmpus de Chapadão do Sul.
78	Aprova oferecimento Curso de Especialização em Ciências Ambientais/CPAQ.

**Resoluções Conselho Diretor:**

Nº	ASSUNTO
11	Fixa as competências das Unidades integrantes da Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Comunicação Social.
18	Alterar o §2º do art. 3º a Resolução nº 133/2015, que estabelece as Normas Regulamentadoras para Pagamento de Retribuição Pecuniária da UFMS.
19	Alterar o inciso VIII e o §4º do art. 3º da Resolução nº 135/2015, que disciplina o Regime de Trabalho em Dedicação Exclusiva dos Integrantes da Carreira do Magistério Superior da UFMS.
20	Aprovar o Relatório de Gestão – Exercício 2015 da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
24	Constituir Comissão para elaborar proposta de política de utilização de prédios e de instalações da UFMS.
30	Aprovar o MANUAL DE PROCEDIMENTOS GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE PROTOCOLO da UFMS.
33	Excluir o art. 13 da Resolução nº 136, de 3 de dezembro de 2015, que regulamentou o Plano de Atividades Docentes (Padoc).
48	Fixar as competências das Unidades integrantes da Estrutura Organizacional da Divisão de Registro e Movimentação da Coordenadoria de Administração de Pessoal da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho.
55	Alterar o caput do art. 18, e seus §§ 1º e 2º, da Resolução nº 138, de 3 de dezembro de 2015.
58	Aprovar as instruções para o encerramento do Exercício Financeiro de 2016, e fixar as datas conforme Cronograma anexo desta Resolução.
65	Fixar as competências da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação e da Divisão de Educação Continuada, subordinadas à Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação da Progep.
84	Fixar as competências da Unidade Multiusuário de Ciência, Tecnologia e Inovação em Materiais da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, parte integrante desta Resolução.
94	Aceitar a doação da Prefeitura Municipal de Três Lagoas à UFMS, da área de 9.727 metros quadrados, anexa à Unidade II do Câmpus de Três Lagoas,
98	Permitir o uso do espaço físico com área de 16x30m2, no Câmpus de Naviraí, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para a construção da Estação Global Navigation Satellite System (GNSS).
99	Permitir o uso do espaço físico pela UEMS, no Câmpus de Ponta Porã, por cinco anos, a contar da assinatura do Termo de Cessão.
101	Constituir Comissão para elaborar normas relativas a incentivo de qualificação de servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFMS.
151	Alterar o art. 10 da Resolução nº 134, de 3-12-2015, que regulamenta o pagamento de bolsas aos servidores e discentes da UFMS.
175	Aprova a proposta do Plano Anual de Auditoria Interna (Paint), exercício 2017.

180	Aprova Plano de Ações 2017-Plano de Gestão de Logística Sustentável.
Resoluções do Conselho de Ensino de Graduação:	
Nº	ASSUNTO
76	Autoriza, em caráter excepcional, a exclusão de disciplina do Histórico Escolar dos acadêmicos do Curso de Pedagogia – Licenciatura do CCHS.
77	Autoriza, em caráter excepcional, a migração da Estrutura Curricular nº 0331, aprovada pela Resolução nº 536/2014, Coeg, para a Estrutura Curricular nº 0365, aprovada pela Resolução nº 649/2014, Coeg, para os acadêmicos contidos nesta Resolução, do Curso de Letras – Licenciatura – Habilitação em Português e Inglês do CCHS.
95	Altera redação da alínea “a” do inciso I e alínea “d” do inciso II do art. 2º da Resolução nº 190, de 9 de agosto de 2011, Coeg, que aprovou a Semestralização do Currículo Pleno do Curso de Direito do CPAN.
102	Altera redação do art. 8º da Resolução nº 401, de 22 de novembro de 2013.
104	Aprova o Calendário de Alterações nos Projetos Pedagógicos de Curso, para o triênio 2016-2018.
105	Aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal.
106	Aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos desta Resolução.
107	Aprova o Calendário Acadêmico, para o ano letivo de 2016, para o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal (Prolind).
108	Aprova o Calendário Acadêmico, para o ano letivo de 2016, para os Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na modalidade a distância.
162	Defini peso 1 e notas mínimas 0,01 nas Provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a serem utilizados no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) da UFMS, para todos os cursos de graduação presenciais participantes do Sisu, a partir da segunda edição do Sisu de 2016.
179	Aprova Regras de Transição para o novo modelo de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos de graduação da UFMS, aprovado pela Resolução 106/2016 do Coeg.
180	Altera a redação do art. 7º, do parágrafo único do art. 17, dos arts. 30, 31 e 33, e do inciso V do art. 49, do Regulamento Geral dos Cursos de Graduação a Distância, aprovado pela Resolução nº 349, de 1º de setembro de 2014.
256	Altera redação do art. 12 da Resolução nº 401, de 22 de novembro de 2013, que estabelece as Normas para Renovação de Matrícula dos Cursos de Graduação, presenciais.
465	Alterar o § 2º do art. 10 da Resolução nº 561/2015, que estabelece as Regras de Aproveitamento de Estudos para acadêmicos da UFMS, participantes dos programas de mobilidade.
566	Aprova o Calendário Acadêmico, para o ano letivo de 2016, para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO da UFMS, nos termos do anexo desta Resolução.
620	Aprova o Calendário Acadêmico, para o ano letivo de 2016, para os Cursos de Graduação, na modalidade a distância, da UFMS,
667	Altera o Calendário Acadêmico aprovado pela Resolução nº 297, de 9 de maio de 2016.
750	Estabelece as regras para o ingresso nos cursos de graduação presenciais, de estrangeiros portadores de visto de refugiado, visto humanitário ou visto de reunião familiar.
753	Aprova os pesos e fixar as notas mínimas das Provas do Exame Nacional do Ensino Médio, a serem utilizados na seleção do Sistema de Seleção Unificada da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Sisu-Verão-2017.
754	Estabelece as regras para o cálculo do número de vagas ociosas nos cursos de graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; e revoga a Resolução nº 151, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 22 de outubro de 1999.
756	Propõe para apreciação do Conselho Universitário, a Política de Ensino de Graduação, no âmbito da UFMS.
757	Indefere a solicitação de alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Turismo da Esan, aprovado pela Resolução nº 384, Coeg, de 31 de outubro de 2013.
760	Altera o Calendário Acadêmico para os cursos de Graduação, na modalidade a distância, aprovado pela Resolução nº 620, de 27 de julho de 2016.

764	Altera redação do art. 2º da Resolução nº 95, de 5 de março de 2015, que estabelece as regras para solicitação de Aproveitamento de Estudos, para ingressantes nos cursos de graduação da UFMS, passa a vigorar acrescido do § 5º.
<b>Resoluções do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação:</b>	
<b>Nº</b>	<b>ASSUNTO</b>
02	Define procedimentos para a elaboração de propostas de criação de Cursos de Pós-Graduação stricto sensu
27	Regulamenta o estágio de pós-doutorado.
40	Regulamenta o Programa de Visitante Sênior da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
41	Aprova as Normas para Pós-Graduação stricto sensu da UFMS.
198	Aprova as Normas para Elaboração de Projetos de Pesquisa
235	Aprovar o Regulamento dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, do Câmpus de Três Lagoas.
236	Aprovar o Regulamento do Curso de Mestrado em Geografia, do Câmpus de Aquidauana.
237	Aprovar o Regulamento dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.
240	Aprova o Regulamento do Curso de Doutorado em Ensino de Ciências, do Instituto de Física.
241	Altera as Normas Gerais para Capacitação do Docente Integrante da Carreira do Magistério Superior da UFMS, aprovadas pela Resolução nº 151, de 2 de outubro de 2014.
246	Aprova o Regulamento do Curso de Especialização em Ciências Ambientais, com área de concentração em Ciências Ambientais.

### 3.5 Ambiente de atuação

Situada em um estado fronteiriço que possui um dos mais importantes ecossistemas do mundo, a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) é reconhecidamente um bem público significativo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. Com uma extensão territorial de 357.145,836 quilômetros quadrados, o estado supera dois milhões de habitantes distribuídos em seus setenta e oito municípios; com uma economia marcadamente agropecuária, um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,73 e uma pluralidade cultural em razão de uma população composta de imigrantes vindos principalmente dos estados de Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, também de outros países, como Alemanha, Itália, Paraguai, Portugal, Síria e Líbano

O estado sul-mato-grossense apresenta uma diversidade de oportunidades e desafios, onde a presença de instituições de ensino, pesquisa e extensão constitui-se um ativo valioso para a compreensão e atendimento das demandas da sociedade, do mercado de trabalho e da própria contemporaneidade.

O desafio de interpretar as mudanças ocorridas em campos tão diversos, bem como lidar com suas pressões, coloca a difusão do conhecimento como condição básica para estruturar um desenvolvimento equilibrado, amplo e sustentável. Nesse sentido, a UFMS por reconhecer a necessidade de atender com eficácia e transparência as exigências do seu entorno, pois possui forte senso de pertencimento social, permanece em alerta quanto à sua finalidade de gerar, difundir e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do homem em geral e, em particular, do homem do Estado de Mato Grosso do Sul, tem fortalecido as suas funções acadêmicas, científicas e sociais, propiciando e disponibilizando ao ser humano, por meio de seus cursos de graduação e de seus programas de pós-graduação, presenciais e a distância, condições de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação.

Neste processo de inserção, buscando superar uma realidade no campo da educação, em que das trinta e quatro instituições de ensino superior que atuam no estado, apenas quatro são de acesso gratuito, a UFMS reforça o seu compromisso para fortalecer as suas funções acadêmicas, científicas e sociais por meio da oferta de cursos presenciais e a distância de graduação e de pós-graduação, bem como o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando, para tanto, o perfil socioeconômico local para melhor enfrentar os desnivelamentos reais e potenciais<sup>1</sup>. Imbuída do papel de articuladora, orientadora, motivadora e inspiradora de atitudes e atividades, a instituição empreende sua marca num contexto de democracia, responsabilidade e consciência social, diante de dois enfoques: “globalização”, impondo pensamento amplo, universal, e “individualização”, estimulando o desenvolvimento de competências para liderar, administrar e transformar o conhecimento em qualidade de vida.

---

<sup>1</sup> A capilaridade do ensino superior é uma das diretrizes que norteiam o processo de inserção da UFMS no em Mato Grosso do Sul e estados fronteiriços; nesse sentido, os Câmpus presentes nos municípios de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, além de Campo Grande, representam a consolidação desse pressuposto.

## ***A Atuação da UFMS: Uma Abordagem Multicontextual***

O papel das universidades no desenvolvimento regional onde estão situadas vem recebendo atenção crescente nos últimos anos e está sendo considerado como um elemento chave no processo construtivo das atividades socioeconômicas e ambientais. Neste processo de intervenção, a UFMS está expandindo seus horizontes, com a ampliação do número de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, combatendo o êxodo de profissionais qualificados e estudantes para outras regiões do País, favorecendo a fixação de talentos nos mais diversos segmentos produtivos e o acesso ao ensino superior.

É certo que a abrangência geográfica da UFMS, presente em onze municípios, tem atendido a uma demanda existente em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, parte do Oeste do Estado de São Paulo e uma boa parcela dos Estados de Mato Grosso, de Goiás, de Minas Gerais e do Paraná, além de países com que nosso Estado faz fronteira (Paraguai e Bolívia), porém, ao fator “região” agrega-se uma gama variada de aspectos de ordem cultural, científica, econômica, educacional e social, concretizados nos cursos de graduação e de pós-graduação que oferece.

As particularidades que caracterizam o Estado de Mato Grosso do Sul e a sua localização no Cone Sul têm gerado pesquisas e cursos de pós-graduação para atender a uma demanda oriunda de instituições públicas e privadas de ensino do próprio Estado e de outros Estados e países circunvizinhos. Vista essa inserção de outra perspectiva, além do critério geográfico, considera-se o fato da UFMS ser uma Universidade Pública que oferece, também, ensino, pesquisa e extensão e assistência na área da saúde, principalmente pelo Hospital Universitário (HU), pelas Faculdades de Medicina (FAMED), de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), de Odontologia (FAODO), e pelos cursos a elas relacionados, ações que demonstram o seu relevante papel no cenário da região Centro-Oeste e do Estado de Mato Grosso do Sul, que, por sua extensão e localização geográfica, é um polo de desenvolvimento e um promissor mercado de trabalho

Mato Grosso do Sul constitui-se num espaço que vem sendo mapeado em sua rica diversidade linguística, cultural e étnica, decorrente de um variado processo de povoamento determinante do desenvolvimento de variedades e variantes linguísticas e de práticas artístico-culturais heterogêneas, cujo estudo vem sendo propiciado, por exemplo, pelos cursos de Artes Visuais, Ciências Sociais, Geografia, História, Letras e Música. Também se evidencia a preocupação da UFMS com a diversidade nos conteúdos curriculares com a preservação ambiental, especialmente nos cursos de Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Geografia, Turismo e Turismo e Meio Ambiente, promovendo um sólido entendimento das dimensões socioambientais e contemporâneas, cuja especificidade legitima a sua busca pela inserção local, regional, nacional e internacional.

Na formação de docentes para o ensino básico e superior, a UFMS oferece cursos de licenciatura em diferentes áreas de conhecimento, além de promover diversas ações que visam aprimorar a formação acadêmica destes profissionais, tais como o oferecimento de cursos de capacitação e formação continuada de professores da educação básica das redes estadual e municipal e dos docentes da UFMS; a implementação do curso de formação inicial de docentes da UFMS; a integração e o fortalecimento dos cursos de licenciatura da UFMS por meio do Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e Laboratórios Interdisciplinares de Formação de

Educadores (Life); a implantação do Centro de Formação de Professores; a representação da UFMS como membro efetivo no Observatório Estadual do Plano Estadual de Educação – Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação (PEE); a participação da UFMS junto à Secretaria de Estado de Educação para as discussões da Base Nacional Comum curricular (BNC); participação do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente.

A interação com a sociedade pode ser vista nos atendimentos prestados pelos projetos dos cursos de Educação Física, Nutrição, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Odontologia e Psicologia, pela disseminação e transferência de conhecimentos mediante atividades de pesquisa e de extensão vinculadas a programas interdisciplinares, práticas de ensino, estágios curriculares e extracurriculares e de outras atividades complementares oferecidas à comunidade. Por outro lado, o Estado de Mato Grosso do Sul possui uma grande vocação pecuária, o que exige grande número de profissionais envolvidos nas cadeias de produção.

Atualmente, o Estado é um dos maiores produtores de carne bovina do mundo, há uma forte demanda de zootecnistas e médicos veterinários, espaço que pode ser preenchido pela atuação de profissionais formados nos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia, da UFMS.

Alguns condicionantes de ordem geográfica, econômica, política e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul demonstram a abertura de um leque de possibilidades de atuação profissional aos graduados (licenciados ou bacharéis) nos diversos campos das chamadas ciências humanas. Nesse sentido, cita-se, o intercâmbio direto do Estado com países vizinhos componentes do Mercosul, a viabilização do gasoduto Bolívia– Brasil e os esforços para inserir o Estado no circuito turístico nacional e internacional.

Foram desenvolvidas as seguintes ações: 1) Integração da UFMS com as redes de ensino da Educação Básica – Estadual e Municipal, por meio de reuniões e dos Cursos de Formação Continuada ministrados, em atendimento às demandas da Secretaria da Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); 2) Execução de Cursos de capacitação e formação continuada de professores da Educação Básica das Redes Estadual e Municipal e dos docentes da UFMS; 3) Instauração do Curso de Formação Inicial de Docentes da UFMS; 4) Integração e o fortalecimento dos cursos de licenciatura da UFMS por meio do Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE); 5) Implantação/inauguração do Centro de Formação de Professores; 6) Representação da UFMS como membro efetivo no Observatório Estadual do Plano Estadual de Educação – Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação (PEE) ; 7) Participação da UFMS junto à Secretaria de Estado de Educação para as discussões da Base Nacional Comum curricular (BNC); 8) Revitalização/Reforma dos Laboratórios de Prática de Ensino do CCBS e CCHS, LIFE's dos campus do interior do MS, Cursos de Licenciatura da UFMS; 9) Consignação de materiais permanentes para o Centro de Formação de Professores; 10) Reunião com o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente; 11) Realização do III Seminário do Programa da Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA na UFMS.

Os programas de pós-graduação oferecem ferramentas e tecnologias de preservação e manutenção das características ecológicas típicas da região, solidificando o conhecimento dos complexos problemas e potencialidades dos ecossistemas, apresentando e implementando novos modelos de desenvolvimento sustentável, orientados por uma racionalidade ambiental e uma expansão antipredatória das

atividades turísticas e econômicas. No campo das Ciências Exatas, deve-se considerar o fato de que a formação adequada de mão-de-obra qualificada é fundamental e estratégica para o desenvolvimento de qualquer região do país e do mundo, seja para o domínio de novas tecnologias, na área das engenharias, da computação e da informática, ou para o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas, com inserção regional, nacional e internacional nas áreas de física, matemática e química.

Os cursos de Sistemas de Informação, Matemática e Ciência da Computação, também, desempenham um importante papel neste contexto, por meio de iniciativas que promovem a inclusão digital, com a oferta de cursos de informática básica, realização de provas e competições, além de projetos de suporte e estruturação de telecentros, em parceria com outras instituições.

Pode-se destacar, ainda, as ações desenvolvidas na área de Educação a Distância, cujos indicadores dão visibilidade quanto ao papel social representado pela UFMS nos vários municípios do Estado, como Água Clara, Bataguassú, Bela Vista, Camapuã, Campo Grande, Costa Rica, Miranda, Porto Murtinho, Rio Brillante e São Gabriel do Oeste. Nos municípios limítrofes com o país vizinho, o Paraguai, com uma população caracterizada pela diversidade de etnias e de línguas, os cursos oferecidos na modalidade a distância possuem alunos índios matriculados.

Quanto ao atendimento a essa população, cabe ressaltar que foram desenvolvidas ações extensionistas, quais sejam, Curso de Formação de professores na temática Culturas e Histórias Indígenas; Rede de Saberes - permanência de indígenas no ensino superior; Saberes Indígenas na Escola; Programa Teréna; II Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas; Programa de Ações Educativas para o Ensino de História Indígena e Práticas Interculturais. Cabe ressaltar também o curso de graduação de Licenciatura Intercultural Indígena – Povos do Pantanal (Câmpus de Aquidauana).

A UFMS, por meio da educação a distância ainda desenvolve programas de formação continuada ou permanente na área de Educação e Saúde, oferecendo cursos para atender demandas específicas dos profissionais de saúde e também estimulando os alunos a participar de campanhas educativas para a população em geral. Em suma, a UFMS concentra a expansão da Universidade Pública na região Centro-Oeste, suprimindo a demanda regional de ensino superior público, na formação de profissionais qualificados e na promoção da inclusão social.

No que diz respeito à Mobilidade Acadêmica Internacional, a universidade tem parceria com o Programa Santander Luso-brasileiras Universidades, que por mais um ano ofereceu bolsas aos alunos de graduação, após critérios definidos em edital, para realizarem um semestre nas universidades de Portugal, das quais as escolhidas pelos alunos foram a Universidade de Coimbra e do Porto. Há, ainda, na graduação, cerca de quarenta e um alunos do Programa Ciências sem Fronteiras que prorrogaram sua permanência nos países participantes do programa, uma vez que conseguiram novos estágios nos países em que realizavam o intercâmbio. Na pós-graduação *stricto sensu* foram recebidos dezenove alunos estrangeiros, tanto em programas de mestrado como de doutorado na UFMS.

A UFMS aderiu à Chamada Pública/CGRIFES nº 01/2016 que trata da adesão ao Programa de Leitores Franceses da Embaixada da França, e recebemos no ano de 2016 um francês, denominado pelo programa como “leitor francês”, que tem realizado diversas ações no Curso de Letras, como por exemplo, auxiliar alunos do curso a aprimorar o contato com a língua francesa e oferecer suporte à Relações Internacionais; o “leitor francês” estará presente na instituição até maio de 2017. O projeto Erasmus Mundus – Ibrasil também está mantido e continua a oferecer mobilidade para as universidades: Université Lille, França, instituição coordenadora; Universidade do

Porto, Portugal; Hochschule Darmstadt, Alemanha; University of Patras, Grécia; Università degli Studi di Roma "TorVergata", Itália; University of Luxembourg, Luxemburgo; Universitatea Babes-Bolyai, România; University of Žilina, Eslováquia e Universidad de Castilla-La Mancha, Espanha.

A universidade também mantém convênio com o Programa Erasmus Mundus (Projeto EBW+), como universidade associada, oferecendo mobilidade internacional para as universidades: Universidade do Porto, Portugal, como instituição coordenadora; Technische Universität Dresden, Alemanha; Universitat Politècnica de València, Espanha; Université de Rouen, França; Université Lille, França; Università degli studi di Roma "La Sapienza", Itália; Riga Technical University, Letônia; Università ta' Malta, Malta; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal e Uppsala Universitet, Suécia.

No ano de 2016, houve a celebração de mais três protocolos de intenções firmados com: Espanha (Universidad Complutense de Madrid - UCM); Portugal (Escola Superior de Enfermagem do Porto); Cuba (Universidad de Matanzas - UM) e Canadá (Université du Québec em Outaouais– UQO). Assim como se mantiveram parcerias com os seguintes países/universidades: Bolívia – Universidad Autónoma Gabriel René Moreno; Espanha – Universidade de Santiago de Compostella / Universidade de Salamanca; Estados Unidos – Universidade de Washington / Universidade de Kentucky; França – Université de Lille / Université de Toulon / Université D Avignon; Itália – Università Degli Studi di Torino (Universidade de Estudos de Turim) / Politécnica de Turim; Japão – National University Corporation Kochi University; Portugal – Universidade do Algarve / Universidade de Coimbra / Universidade do Porto / Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

A UFMS se mantém associada a grupos como Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), cuja finalidade é promover relações acadêmicas, científicas e culturais entre as instituições associadas e parceiros internacionais por meio de programas, projetos e ações de cooperação internacional, bilaterais e multilaterais; e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), que é uma ONG internacional que promove a cooperação e troca de informação entre universidades e institutos superiores e tem como missão facilitar a comunicação entre os membros em prol do desenvolvimento coletivo do ensino e da língua portuguesa no mundo, bem como estimular a investigação e o intercâmbio de alunos e docentes.

Consciente da relevância que exerce como organização que promove a acumulação e disseminação do conhecimento socialmente importante, a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul continua fortalecendo a sua atuação para além da academia a fim de propiciar recursos de valor a todos os seus interessados. Nesse sentido, a UFMS desenvolve atividades como forma de contribuir para a formação de uma sociedade do conhecimento, como, a exemplo:

- **Base de Estudos do Pantanal (BEP)**, desenvolve atividades na área de ensino, extensão e pesquisa, onde o ensino de graduação consta de programas de aulas práticas de campo dos cursos da UFMS; e na pós-graduação a BEP tornou-se de fundamental importância para as atividades de campo e desenvolvimento dos projetos de dissertação e de tese. Os projetos de extensão consistem de cursos e treinamento de pessoal nas diferentes áreas do conhecimento relativos ao Pantanal. Desse modo, a BEP constitui-se um posto avançado de apoio aos pesquisadores que desenvolvem atividades científicas no Pantanal e na região;

- **Projeto Educação Empreendedora na UFMS**, cuja parceria com o Sebrae, objetiva identificar os princípios para a construção do aprendizado e do conhecimento que promova o empreendedorismo nas Instituições de Ensino Superior, elaborar e avaliar ações estratégicas para sensibilizar e promover um modelo de empreendedorismo acadêmico na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, visando assim desenvolver novas práticas de ensino e aprendizado por meio de projetos voltados a novos produtos e serviços;

- **Projeto Empreendendo: Uma Alternativa na Formação de Alunos/as em Conclusão do Ensino Médio de Escolas Públicas**, tem por objetivo é fomentar o empreendedorismo para jovens de escolas públicas como alternativa de formação, por meio de conceitos teóricos, estudos de casos e dinâmicas junto aos participantes.

- **Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME)**, possui como característica principal fornecer a novas empresas o suporte inicial para o seu desenvolvimento, ou seja, disponibilizar espaço para produção de seus produtos, atendimento a clientes além de fornecer cursos de capacitação para uma gestão saudável das empresas incubadas. A PIME tem por objetivos apoiar a formação e consolidação de empresas mistas caracterizadas pelo conteúdo inovador e contribuição para o desenvolvimento do mercado brasileiro e internacional de modo a assegurar seu fortalecimento e melhoria do seu desempenho, desenvolver na UFMS e na comunidade externa uma cultura empreendedora;

- **Empresas Juniores (EJ)**, as quais são criadas por alunos de graduação ou técnica de uma instituição de ensino superior ou técnica e deve ser sempre ligada a um ou mais cursos de graduação ou a cursos Técnicos. O objetivo primeiro das empresas juniores é promover a melhor experiência de mercado aos alunos graduandos na instituição à qual ela é vinculada. Por esse objetivo entende-se fomentar o crescimento pessoal e profissional do aluno membro, por meio do oferecimento de serviços de qualidade e a baixo custo ao mercado. Dessa forma, além de atingir seu próprio objetivo, as EJs contribuem para o desenvolvimento do empreendedorismo em sua região. Em alta escala, o Movimento das Empresas Juniores (MEJ) contribui com uma importante parcela no desenvolvimento empresarial e econômico do país;

- **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ICTP)** é um projeto de extensão da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que presta serviços necessários para o início, desenvolvimento e/ou reciclagem de cooperativas ou grupos de trabalho associativo, denominados de Empreendimentos de Economia Solidária – EES. É uma linha de extensão universitária que disponibiliza um núcleo básico interdisciplinar formado pelo quadro: docente, acadêmico e técnico, buscando assim, socializar o conhecimento da academia junto aos setores populares, para que consigam não só uma melhor inserção social no plano de trabalho como avançar na conquista da cidadania plena;

- **Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (APITT)**, é responsável pelo gerenciamento, proteção e transferência das tecnologias desenvolvidas no âmbito da UFMS. Atende aos professores, pesquisadores, alunos e técnicos da UFMS, além de instituições e empresas parceiras em pesquisa. Conta com equipe técnica especializada para realizar pedidos de patentes, registro de programa de computador, marcas e outros tipos de proteção por propriedade intelectual.

A proteção por propriedade intelectual, tarefa da APITT, é o primeiro passo para que os resultados das pesquisas cheguem à sociedade. Através da transferência da tecnologia desenvolvida pela universidade, é gerada a inovação, com novos produtos e processos no mercado;

- **Museu Arqueológico (MUARQ)** da UFMS que tem como meta institucional realizar pesquisas sobre o passado arqueológico de Mato Grosso Sul, buscando entender e explicar os diversos processos pretéritos de povoamento humano no território estadual, isto é, as origens e as relações homem-ambiente na pré-história, bem como os processos etnoarqueológicos de formação das etnias indígenas que existiram e existem em Mato Grosso do Sul;

- **Fazenda Escola**, contribui para as atividades práticas dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia; situada em Terenos, possui estruturas para atividades práticas, além de desenvolvimento de pesquisas e extensão relacionadas à pecuária sul-mato-grossense;

- **Hospital Veterinário (HV)**, oferece atendimento clínico-médico a animais de pequeno e grande porte por meio de alunos, residentes e profissionais; a taxa para atendimento possibilita pessoas de baixa renda tratar seus animais. O objetivo principal do HV é de que ele seja uma extensão das atividades de ensino para que os acadêmicos e recém-formados possam colocar em prática o que aprenderam em sala de aula;

- **Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (Humap)**, construído na década de setenta, com o objetivo de oferecer suporte ao curso de Medicina da então Universidade Estadual de Mato Grosso (hoje UFMS) e ser um núcleo de ensino, voltado para a formação de recursos humanos na área de saúde. Com o passar do tempo, o Humap se tornou referência estadual em doenças infecto-contagiosas e procedimentos de alta complexidade no tratamento de pacientes com HIV, TRS, diagnose, cirurgia cardiovascular, hemodiálise e neurologia, além de gestação de alto risco, urologia, tratamento com tomografia e litotripsia ligados ao Sistema Único de Saúde. Hoje o HUMAP tem sua gestão cedida a Ebaserh.

- **Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)** que viabiliza a formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior – IES brasileiras. O PEC-G constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso;

- **Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde)** o qual se destina a fomentar grupos de aprendizagem tutorial em áreas estratégicas para o Sistema Único de Saúde (SUS), tendo por pressupostos a inserção das necessidades dos serviços em saúde pública como fonte de produção de conhecimento e pesquisa;

- **Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes)**, que promove o fomento e a cooperação técnico-científica e cultural entre as instituições de ensino e pesquisa, em âmbito internacional, nas áreas de educação e cultura.

- **Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores**, onde, além da oferta de educação superior na modalidade a distância, oferece cursos de capacitação, atualização e formação continuada de professores das redes de ensino da educação básica;

- **Programa Escola de Conselhos**, promove inúmeras atividades voltadas ao aperfeiçoamento e qualificação da participação da sociedade na definição e controle das políticas públicas de atendimento e defesa dos direitos humanos e da cidadania, em especial dos atores que compõem a rede de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Além de uma série de atividades voltadas ao apoio e assessoria técnica aos órgãos e instituições que atuam na área, a Escola de Conselhos tem se ocupado da formação teórico-prática das pessoas que compõem colegiados da área da infância, com vistas a uma atuação consequente quando de seus envolvimento nos processos de elaboração, de acompanhamento e controle das políticas públicas. Com isso busca oferecer instrumentos para a evolução do processo de mobilização e articulação sócio-política;

- **Serviço de Atendimento Psicossocial (Saps)**, que promove acompanhamento psicológico gratuito para alunos e servidores da universidade e à comunidade.

- **Clínica Escola Integrada (CEI)** é uma unidade integrante do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, que tem por finalidade promover ações de ensino, pesquisa e extensão, buscando a interdisciplinaridade em especial dos cursos de enfermagem, fisioterapia e nutrição, nas formas de linhas de cuidado e por meio de atividades de educação em saúde. Na clínica são desenvolvidos os seguintes projetos que atende à população: Universidade Aberta à Pessoa Idosa- UNAPI; Intervenção Sensorio-Motora Precoce para Bebês; Saúde do Atleta; Atendimento Nutricional Ambulatorial; Avaliação e Acompanhamento Nutricional dos Servidores da UFMS Portadores de Doenças Crônicas Não Transmissíveis;

- **Núcleo de Práticas Jurídicas** que desenvolve atividades como Aula teórica e prática (Direito Civil e Direito Penal) com acompanhamento de audiências; elaboração de estrutura de desenvolvimento de audiências envolvendo processo de conhecimento (procedimentos ordinários); projetos de extensão com atendimento comunitário; projetos de ensino, orientações e pesquisas jurídicas em monografias e trabalhos de conclusão de curso; e orientações e relatórios de atividades complementares

### ***Desafios e Oportunidades no Setor Educacional: A Universidade em Movimento***

Visualizando a conjuntura política e socioeconômica em curso, pode-se concluir que a educação superior brasileira poderá sofrer pela insuficiência de condições necessárias ao desempenho de suas atribuições básicas. Não obstante o papel da educação, destacadamente o do ensino superior, ser reconhecido como fundamental ao desenvolvimento de uma sociedade moderna, coesa e intelectualizada, o setor da Educação, assim como os demais setores que permitem ao estado garantir a proteção

social, pode se vê implicada pelas prioridades relativas ao financiamento público e às políticas para o setor.

Outro aspecto que também pode comprometer mais severamente a atuação da universidade pública diz respeito ao seu grau de inovação e de articulação com os setores produtivos. Por outro lado, o que hoje se caracteriza ameaça à sobrevivência de uma organização, pode, futuramente, ser uma oportunidade de correção de rotas e êxito nos objetivos; com efeito, compreender o pano de fundo pode ser, conforme a capacidade de resposta organizacional, assustador ou desafiante.

Ciente do seu quadro de realidade, a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul vem incentivando mudanças estruturais e comportamentais, constituindo novos formatos gerenciais permeáveis ao diálogo, à ruptura de paradigmas, ao alcance de resultados e, de forma especial, à aprendizagem organizacional. Nessa direção, buscando sempre aperfeiçoar sua base de valores, a UFMS têm assumido um papel ativo na consolidação das propostas de desenvolvimento institucional e nos modelos de gestão fortemente alicerçados na proatividade e na autoavaliação; também as iniciativas envidadas para fortalecer a participação universitária nas estruturas de decisão, viabilizaram a renovação do significado da cultura organizacional para a visão, a missão e os objetivos institucionais.

Concebida em um contexto que incentiva a construção de cenários para pensar, discutir e estruturar um futuro desejável, os gestores universitários, em suas respectivas unidades administrativas, realizam metodicamente um inventário (apresentado em tela) das fontes de vantagens competitivas, ou potencialidades, e as fontes de ameaças, ou fragilidades, oriundas do sistema do qual é parte a UFMS, para orientar a gestão estratégica enquanto inspira condutas, em nível pessoal e organizacional, mais ajustadas à nova dinâmica da administração pública e à complexidade de executar a criação e disseminação do conhecimento. Nesse passo, conceitos como efetividade, transparência, cliente, criação de valor e responsabilidade socioambiental delineiam as estratégias para enfrentar e se apropriar dos vieses de um mundo marcadamente volúvel.

Quadro 1 – Ambiente de atuação

ANÁLISE AMBIENTAL EXTERNA	
Fontes de Vantagens Competitivas	Fontes de Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Parcerias com instituições públicas e privadas, em âmbito nacional e internacional, no sentido de fomentar a produção de conhecimento;</li> <li>▪ Reputação perante a sociedade dos serviços em ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na UFMS;</li> <li>▪ Interesse das instituições públicas e da sociedade para a educação a distância;</li> <li>▪ Demanda para qualificação profissional;</li> <li>▪ Ambiente favorável para o desenvolvimento de pesquisa na área de sustentabilidade ambiental;</li> <li>▪ Agenda pública para a revitalização da infraestrutura das IFES;</li> <li>▪ Modernização do setor público, em termos de gestão;</li> <li>▪ Existência de fundos setoriais e globais para a educação superior;</li> <li>▪ Novos enfoques para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária;</li> <li>▪ Políticas regulatórias para viabilizar o autofinanciamento das IFES.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contingenciamento do investimento público direcionado ao ensino superior;</li> <li>• Fragilidade da economia produtiva (ou economia real) frente à economia especulativa;</li> <li>• Desvalorização da educação superior pública como política social e estratégica;</li> <li>• Pouca autonomia universitária;</li> <li>• Defasagem do Plano de cargo e carreira para os profissionais da área de educação;</li> <li>• Reputação institucional baixa perante a sociedade;</li> <li>• Defasagem da infraestrutura e do patrimônio, comprometendo a capacidade de realização institucional;</li> <li>• Desaparelhamento dos fundos globais para a educação;</li> <li>• Articulação insuficiente entre a Universidade e os setores produtivos;</li> <li>• Articulação insuficiente entre a Universidade e outras instituições de ensino e pesquisa.</li> </ul>

Fonte: Diav/CPI/Proplan.

ANÁLISE AMBIENTAL INTERNA	
Fontes de Vantagens Competitivas	Fontes de Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Excelência em alguns cursos de graduação e pós-graduação;</li> <li>▪ Titulação e qualificação do corpo docente;</li> <li>▪ Universidade multicampi;</li> <li>▪ Credibilidade da instituição;</li> <li>▪ Ensino público de qualidade e gratuito;</li> <li>▪ Localização geográfica;</li> <li>▪ Programas de assistência aos estudantes;</li> <li>▪ Potencialidade para parcerias em projetos de desenvolvimento regional;</li> <li>▪ Oportunidades de atividades interdisciplinares;</li> <li>▪ Crescente inserção no desenvolvimento local;</li> <li>▪ Qualificação de Recursos Humanos em quantidade e diversidade;</li> <li>▪ Pluralismo de ideias;</li> <li>▪ Disposição de busca de recursos;</li> <li>▪ Crescente oferta de ensino de graduação e pós-graduação, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviço;</li> <li>▪ Acesso às redes de informações nacionais e internacionais;</li> <li>▪ Consciência da necessidade de desenvolvimento;</li> <li>▪ Reconhecimento da necessidade de novas formas de ensino;</li> <li>▪ Descentralização de recursos orçamentários;</li> <li>▪ Estruturação que possibilita a articulação interna.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Insuficiência de recursos financeiros;</li> <li>▪ Gestão universitária autocentrada;</li> <li>▪ Pouca divulgação das potencialidades da UFMS;</li> <li>▪ Uso não otimizado dos espaços físicos e equipamentos;</li> <li>▪ Defasagem da infraestrutura física e dos equipamentos;</li> <li>▪ Não otimização do potencial dos recursos humanos;</li> <li>▪ Necessidade de qualificação de pessoal em novas tecnologias;</li> <li>▪ Necessidade de maior integração entre a graduação e a pós-graduação;</li> <li>▪ Necessidade de aprimoramento da política de extensão;</li> <li>▪ Deficiência do sistema de comunicação;</li> <li>▪ Modelo de distribuição interna de RH mal dimensionada;</li> <li>▪ Visão parcial das atividades dos órgãos, acarretando pouca integração horizontal;</li> <li>▪ Distância física do mercado consumidor de tecnologia;</li> <li>▪ Excesso de normatização;</li> <li>▪ Fluxos de atividades mal estabelecidos;</li> <li>▪ Desmotivação dos servidores;</li> <li>▪ Autoavaliação institucional interna subaproveitada;</li> <li>▪ Cultura fechada à inovação, iniciativa e resultado.</li> </ul>

Fonte: Diav/CPI/Proplan.

## **4.PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS**

## 4.1 Planejamento Organizacional

### 4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Quando o amplo panorama que acerca o setor do ensino superior vem à tona, emerge-se todo o *portfólio* de produtos e serviços demandados às organizações educativas. Diante de expectativas sociais crescentes, instada a fornecer os recursos necessários à construção de um futuro inovador, profuso e coeso, a Universidade tem procurado superar modelos de gestão ostensivamente ineficazes com a reformulação de seus sistemas, estratégias e da sua própria cultura; instituindo novos arranjos gerenciais para a administração universitária, ela aproveita para assumir o papel de aceleradora do aprimoramento em nível individual e organizacional.

No umbral desse novo quadro de realidade, a UFMS persiste em renovar o suporte organizacional para lidar com as iniciativas de caráter modernizante; com efeito, a gestão da Universidade tem assumido a responsabilidade de consolidar, em todas as instâncias, modelos de gestão fortemente alicerçados no planejamento estratégico teórico e tecnicamente fundamentado, na avaliação de resultados e, por fim, mas não menos importante, na revitalização do sentido de entidade/utilidade pública. São também dignas de nota as iniciativas adotadas para fortalecer a participação universitária nas estruturas de decisão, o que facilitou e enriqueceu o constructo analítico para elaboração das estratégias elegidas para colocar a universidade em posição de destaque quanto à sua capacidade formativa de saberes e à sua competência gerencial.

Tais estratégias, por sua vez, estão atualmente consolidadas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019<sup>2</sup>, o qual consta estruturado em eixos temáticos com diretrizes e metas para cada ano no horizonte de tempo estipulado para o Plano (apresentados em tela, o exercício 2016), que abrangem políticas administrativas, pedagógicas, estruturais e sociais; ele representa ainda, além de um atendimento formal-legal, uma ética pública e um compromisso com os princípios da racionalidade administrativa na busca pela maximização dos benefícios entregues à sociedade.

---

<sup>2</sup> O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 está alojado no endereço eletrônico: <http://novopdi.ufms.br/>

## Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTIQUALITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Graduação	Proceder à análise técnica para fundamentar a criação; a suspensão; a redução ou a ampliação de vagas e a mudança de turno dos cursos superiores.	1	1	Foi realizada a análise para fundamentar a criação do Curso de Administração em Naviraí (MS) – Resolução Counº 9, de 23 de março de 2016.	2032	20RK 8282
	Alcançar a taxa de sucesso da graduação proposta.	54	41,54	Não foi possível alcançar a taxa de sucesso proposta, mas observa-se que houve um aumento da taxa de sucesso de 2016 (41,54) em relação a 2015 (40,59). Constata-se que os fatores determinantes para que a taxa de sucesso proposta não fosse alcançada, constituem-se na dificuldade do acadêmico em concluir o curso dentro da duração padrão, no aumento dos trancamentos de matrícula, além da crescente oferta de bolsas para mobilidade estudantil nacional e internacional.	2032	20RK 8282
	Elevar o índice de ocupação de vagas reofertadas <sup>3</sup> .	24%	9%	Foi possível elevar o índice de ocupação das vagas reofertadas em 9%. Em 2016 foram reofertadas 5.691 e 511 foram ocupadas. Ressaltamos que em 2016.1 e 2016.2 não houve tempo hábil para oferta de vagas no processo seletivo para Portador de Diplomas.	2032	20RK 8282

Continua

<sup>3</sup> Consideram-se vagas reofertadas as vagas ociosas que são novamente oferecidas nos processos seletivos. As vagas ociosas, por seu turno, são as vagas que não foram preenchidas quando da sua primeira oferta nos processos seletivos, bem como as que foram desocupadas em razão de desistência, solicitação do aluno, transferência e jubilação.

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Graduação	Elevar a oferta de bolsas no Programa Monitoria conforme disponibilidade de recursos.	10%	10%	A projeção para o programa monitoria no quinquênio 2015 – 2019, que previa elevar a oferta de bolsas, foi cumprida nesses dois anos, de 2015 e 2016. Em 2015 houve um aumento de 10% no número de bolsas em relação ao ano anterior (112 bolsas para cada semestre) e, em 2016, tivemos mais um aumento de mais 10% (121 bolsas).	2032	20RK 8282
	Atingir a taxa média de evasão.	20%	21,32	Não foi possível reduzir e colocar a taxa média de evasão para 20%. A taxa média institucional em 2016 chegou a 21,32%.	2032	20RK 8282
	Implantar projetos de tutoria e acompanhamento acadêmico junto aos cursos de alta ociosidade e retenção.	1	0	Projeto em elaboração	2032	20RK 8282
	Elevar a quantidade de cursos de graduação com atividades integradas à pós-graduação.	75%	0	Ação estimulada, mas sem avaliação dos resultados.	2032	20RK 8282
	Elevar a quantidade de cursos de graduação com atividades integradas a programas de extensão.	35%	0	Ação estimulada. mas sem avaliação dos resultados.	2032	20RK 8282

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Graduação	Conceber estudo de viabilidade do funcionamento em único turno dos cursos oferecidos em período integral.	1	0	Estudo não realizado	2032	20RK 8282
	Redefinir as atribuições do coordenador de curso no que concerne ao impacto das suas ações para o aperfeiçoamento acadêmico.	1	0	Ocorreram discussões sobre as competências dos coordenadores, sem finalização da elaboração de documento.	2032	20RK 8282
	Atingir a média geral estipulada do CPC dos cursos de graduação.	3,7	3,22	A média geral do Conceito de Curso (CPC) dos cursos de graduação obtida foi 3,22. Em 2016 havia 88 cursos com CPC, cuja somatória foi 283 (total dos conceitos).	2032	20RK 8282
	Elevar o número de disciplinas para cursos aptos à flexibilidade curricular.	100%	100%	Meta alcançada.	2032	20RK 8282
	Estabelecer indicadores mínimos de desempenho dos cursos de graduação para manutenção da oferta de vagas.	1	0	O assunto está em estudo, porem os indicadores ainda não foram estabelecidos.	2032	20RK 8282
	Desenvolver ações de incentivo à interação dos cursos de graduação com a educação básica	4	11	Foram desenvolvidas as seguintes ações: 1) Integração da UFMS com as redes de ensino da Educação Básica – Estadual e Municipal, por meio de reuniões e dos Cursos de Formação Continuada ministrados, em atendimento às demandas da Secretaria da Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); 2) Execução de Cursos de capacitação e formação continuada de professores da Educação Básica das Redes Estadual e Municipal e dos docentes da UFMS; 3) Instauração do Curso de Formação Inicial de Docentes da UFMS; 4) Integração e o fortalecimento dos cursos de licenciatura da UFMS por meio do Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE); 5) Implantação/inauguração do Centro de Formação de Professores; 6) Representação da UFMS como membro efetivo no Observatório Estadual do Plano Estadual de Educação – Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação (PEE) ; 7) Participação da UFMS junto à Secretaria de Estado de Educação para as discussões da Base Nacional Comum curricular (BNC); 8) Revitalização/Reforma dos Laboratórios de Prática de Ensino do CCBS e CCHS, LIFE's dos campus do interior do MS, Cursos de Licenciatura da UFMS; 9) Consignação de materiais permanentes para o Centro de Formação de Professores; 10) Reunião com o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente; 11) Realização do III Seminário do Programa da Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA na UFMS.	2032	20RK 8282

Continua

Continuação

<b>DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Metas</b>	<b>QP</b>	<b>QR</b>	<b>Realizações da Unidade</b>	<b>Alinhamento PPA/LOA</b>	
					<b>Programa</b>	<b>Ação</b>
<b>Prover a Expansão Quantitativa da Graduação</b>	Elevar o acervo bibliográfico institucional (físico).	5,1%	2,48%	Sistema de Bibliotecas: crescimento de 11.979 exemplares de acervo físicos.	2032	20RK 8282
	Elevar o acervo bibliográfico institucional (digital).	26%	21,7%	Adquiriu 45 títulos de e-books da área biomédica: 40 Dotlib e 5 Ebsco; renovação do Minha Biblioteca com aumento de 6.026 E-books, Renovação v-Lex com aumento de 1.098 E-books e periódicos e aumento de 498 documentos no Repositório Institucional.	2032	20RK 8282
	Manter a frequência média diária nas bibliotecas (sede e campus).	100%	54%	Frequência de 302.918, acréscimo de 163.101	2032	20RK 8282
	Elevar os empréstimos de materiais bibliográficos nas bibliotecas (sede e câmpus).	2,5%	4,11%	Empréstimo Normal e Especial do Sistema de Bibliotecas: aumento de 21.296.	2032	20RK 8282
	Elevar os acessos aos bancos de dados digitais.	5%	5%	Manteve o número de acessos previsto.	2032	20RK 8282

Continua

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Pós-graduação	Atingir o contingente de programas de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado acadêmico e profissionais aprovados.	4	4	Meta alcançada. Aprovação dos cursos de Mestrado Acadêmico em Antropologia Social, Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis, Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica e Mestrado Profissional em Filosofia. Além dos mestrados, evidencia-se a aprovação do Doutorado de Ensino de Ciências após diligência e o Dinter em Direito entre USP e UFMS.	2032	20RK
	Implantar cursos de pós-graduação lato sensu.	4	4	Meta alcançada. Foram implantadas as seguintes especializações em 2016: Medicina e Cirurgia da Coluna Vertebral, Atenção Básica em Saúde da Família, Direitos Humanos e Ciências Ambientais.	2032	20RK
	Atingir a média geral do conceito CAPES dos cursos de pós-graduação.	3,6	3,62	Meta alcançada. Considerando que os cursos aprovados foram autorizados com a nota mínima de funcionamento (nota 3), a média geral do conceito CAPES dos cursos de pós-graduação (mestrados acadêmicos e profissionais e doutorados) foi 3,625.	2032	20RK
	Elevar a oferta de vagas nos cursos de pós-graduação	40	128	Meta alcançada. Nos cursos de Pós-graduação Stricto Sensu havia, em 2015, 864 vagas. Em 2016, o número de vagas ofertadas foi ampliado para 992.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Pós-graduação	Atingir o contingente de bolsas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.	634	612	Meta praticamente alcançada. Em março de 2016 foram recolhidas aproximadamente 100 bolsas da UFMS por se apresentarem ociosas (não alocadas) no período (Anexo D). Este fato ocorreu em função das defesas ocorridas no início do período e não preenchimento das vagas pelos processos seletivos em andamento. Apesar de ter havido uma reposição parcial das bolsas ao longo do ano, houve uma perda de bolsas em 2016. Neste sentido, esforços serão envidados pela administração central a fim de obter novas bolsas e manutenção das atuais, bem como a Coordenadoria de Pós-graduação atuará no Fórum de Coordenadores de Pós-graduação na orientação dos procedimentos a respeito de bolsas, para que o Programa não sofra perdas neste sentido pela não observância de critérios.	2032	20RK 8282
	Realizar a avaliação de desempenho dos programas de pós-graduação.	1	0	Meta não alcançada. A Coordenadoria de Pós-graduação em 2016 entendeu que, com a iminência da avaliação quadrienal em 2017 tal avaliação poderia aguardar o parecer da CAPES. Em 2017, a Coordenadoria de Pós-graduação planeja realizar avaliação anual dos programas de pós-graduação por meio da avaliação a partir dos indicadores da CAPES e respectivo acompanhamento de ações dos Programas para alcançar patamares superiores no processo avaliativo, bem como o desenvolvimento de avaliação interna dos alunos e professores dos Programas. Tais atividades avaliativas compõem o foco estratégico de monitoramento da gestão 2016-2020 relativa à pós-graduação.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Pós-graduação	Estabelecer critérios de viabilidade para a oferta e a manutenção dos programas de pós-graduação	1	1	Meta alcançada. Os critérios para viabilidade de oferta dos cursos (APCN) são estabelecidos para atendimento aos indicadores CAPES da área de avaliação do programa proponente. O fluxo de processos internos para oferta de novos cursos permite esta avaliação por uma comissão de professores de pós-graduação, os quais deliberam sobre a oferta ou não destes cursos em função do alcance dos critérios CAPES. A manutenção do Programa ocorre em função dos recursos financeiros que a CAPES provê aos Programas via PROAP, cujos critérios de distribuição provêm da CAPES.	2032	20RK
	Atingir o contingente de bolsas do programa de Residência Médica.	133	133	Meta alcançada. Destacamos que a UFMS vem envidando esforços no sentido de aprimorar os processos relativos ao Programa de Residência Médica.	2032	20RK
	Atingir o contingente de bolsas do programa de Residência Multiprofissional	56	106	Meta alcançada. Destacamos que a UFMS vem envidando esforços no sentido de aprimorar os processos relativos ao Programa de Residência Multiprofissional.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa em PD&I	Promover eventos para discussão, aprimoramento e consolidação dos programas de pós-graduação.	1	1	Meta alcançada. Foi realizada uma reunião com todos os coordenadores dos Programas de Pós-graduação em julho de 2016 para tratar de recursos financeiros. Será criado o Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação, com a previsão de 4 reuniões anuais, cujo objetivo é discutir e aprimorar os processos com vistas a consolidação dos Programas de Pós-graduação da UFMS, para atingir a missão de ser uma instituição de ensino superior que tenha excelência em Pós-graduação.	2032	20RK
	Atingir o contingente de bolsas para Iniciação Científica no âmbito do PIBIC.	341	341	Bolsas concedidas pelo CNPq (199) e bolsas concedidas pela UFMS (142).	2032	20RK
	Atingir o contingente de bolsas para Iniciação Científica no âmbito do PIBIT.	19	8	A diminuição na procura por essa modalidade foi devido à interpretação equivocada do edital para seleção de projetos. Medidas serão tomadas para o melhor entendimento das modalidades.	2032	20RK
	Atingir o contingente de participações voluntárias na Iniciação Científica.	65	53	Essa modalidade será proposta como fluxo contínuo em 2017/2018.	2032	20RK

Continua

Continuação

<b>DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Metas</b>	<b>QP</b>	<b>QR</b>	<b>Realizações da Unidade</b>	<b>Alinhamento PPA/LOA</b>	
					<b>Programa</b>	<b>Ação</b>
<b>Prover a Expansão Quantitativa em PD&amp;I</b>	Elevar as publicações de artigos científicos em periódicos com Qualis A1, A2, B1 e B2, em bases nacionais e internacionais.	7%	0	Não foi possível obter as informações sobre essa meta. . Espera-se, com a nova metodologia a ser aplicada no processamento dos dados para pontuação visando promoção/progressão docente, envolvendo a obtenção do Currículo Lattes do CNPq, seja possível a obtenção desses dados.	2032	20RK
	Realizar eventos científico-tecnológicos realizados na UFMS.	3	4	Meta superada. Foram realizados 4 eventos: XVI Encontro da RedeMS de Inovação; III Feira de Soluções Inovadoras da UFMS; Curso de Capacitação em Combate a Pirataria com a OAB/MS; 1º Café Empreendedor da UFMS.	2032	20RK
	Celebrar novos contratos de parceria, cooperação, transferência ou licenciamento de tecnologia com empresas ou organizações públicas.	20	7	Foram realizadas parcerias com as seguintes instituições, envolvendo transferência de conhecimento da UFMS: Sebrae; Universia; Fundação Butantan; FUNDECT/Edital Incubadoras 2016; FUNDECT/Edital NIT 2016; Município de Amambai (MS); Município de Ladário (MS).	2032	20RK
	Elevar a quantidade de empresas graduadas no âmbito da PIME.	1	2	Meta superada. Foram graduadas 2 empresas: MMHCC Tecnologia da Informação LTDA/OlimpoTec; CNPJ: 10.709.353/0001-19; GAMA G.P. Instalações Elétricas LTDA ME; CNPJ: 16.628.266/0001-13.	2032	20RK
	Elevar a quantidade de empresas juniores.	1	3	Meta superada. Foram criadas 3 novas Empresas Juniores: EJ Appetite (Curso de Nutrição); EJ Engenharia de Produção; EJ Brava (Curso de Jornalismo).	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa em PD&I	Atingir o contingente de pedidos para registro patentado e registros de softwares.	10	9	Meta quase alcançada. Foram realizados 8 depósitos de pedido de patentes e 1 registro de software. <b>Registro no INPI das Patentes:</b> BR 10 2016 002227 4; BR 10 2016 013941 4; BR 10 2016 016327 7; BR 10 2016 017807 0; BR 10 2016 018446 0; BR 10 2016 021522 6; BR 10 2016 027701 9; BR 10 2016 029220 4; <b>Registro no INPI do Software:</b> BR 51 2016 001477 6	2032	20RK
	Atingir o contingente de docentes, com propostas de trabalho, participantes em eventos acadêmicos e científicos tecnológico.	30	0	Não foi possível obter essa informação no ano de 2016. Um procedimento foi criado para o controle desta informação.	2032	20RK
	Atingir o contingente de projetos de pesquisa apoiados com fomento interno.	310	315	A instituição conseguiu apoiar os projetos com fomento interno, mesmo com a forte restrição orçamentária. Para isso houve uma redução nos valores disponibilizados para cada projeto.	2032	20RK
	Elevar os projetos de pesquisa apoiados com fomento externo.	15%	-53%	A redução de editais dificultou a captação de recursos externos para realização de projetos de pesquisa, tanto de órgãos de fomento públicos, quanto de empresas privadas.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa em PD&I	Conceber prêmios de mérito em empreendedorismo inovador no âmbito da UFMS.	20	29	Meta superada. Foram premiadas 29 pessoas, conforme segue: Patrícia Vieira Del Ré; Ana Rita de Oliveira Tucan; Elisana Lima Rodrigues; Giovanna de Carvalho Corrêa Chaves; Emanuel Marcos Lima; Laisa Aparecida Pereira de Souza; Vanderlei Antonio Matieli; Paulo Egidio Mendonça de Araújo; Leandro Wanderley Gomes; Guilherme Alves de Souza Andrade; Raquel Pires Campos; Paulo Cesar Rodrigues Monteiro; Aline Friosi; Alicia Souza Lemos; Mariana Talita Gomes dos Santos; Isabela da Silva Cunha; Peter Batista Cheung; Diego Takaki Matsubara; Pedro Henrique da Silva Souza; Alexandre Meira de Vasconcelos; Gabriela Lima Ferreira; Katlen Teles Echeverria; Fabiana Tiemi Idie; Hygor Renato da Silva Garcia; Raquel Pires Campos; Vitória Bracht de Oliveira; Eliza do Prado Francisco; Francielle Lole Cachoeira; Aryanne Alice Monteiro de Oliveira; e Alessandra Nikitenko Braga.	2032	20RK
	Atingir o contingente de grupos de pesquisa.	390	435	O aumento no número de registros de grupos de pesquisa superou a meta prevista, mesmo sendo um ano onde os recursos para o desenvolvimento de pesquisas foram reduzidos. Isso evidencia a tentativa de reduzir o impacto negativo por meio de parcerias.	2032	20RK
	Elevar a quantidade de projetos no âmbito da Base de Estudos do Pantanal.	10%	-6%	Não foi possível elevar a quantidade em 10%; houve um decréscimo de 6% nos projetos desenvolvidos na base de estudos do pantanal, já que no ano anterior a quantidade foi de 50 projetos e em 2016, 47; destes, foram 25 de pesquisa, 8 de doutorado, 12 de mestrado e 5 de extensão.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa em PD&I	Elevar o número de visitantes do Museu de Arqueologia da UFMS, através da realização de exposições itinerantes e dinâmicas de educação patrimonial nos municípios e para alunos da educação básica.	1.000	230	Meta não alcançada, pois houve acréscimo de 230 no número de visitantes do Muarq (em 2015: 1.127 visitantes e em 2016, 897). Foram realizadas as atividades realizadas pela equipe do museu com alunos da rede pública e privada, porém, houve uma diminuição da participação dos alunos da rede pública do interior, devido à dificuldade de recursos para deslocamento.	2032	20RK
	Incentivar a inserção institucional em âmbito internacional, por meio de títulos publicados pela editora da UFMS em regime de coautoria com pesquisadores vinculados a instituições estrangeiras.	1	0	A unidade não se manifestou a respeito dos motivos que inviabilizaram o alcance da meta.	2032	20RK
	Elevar a publicação de livros, revistas científicas e de material didático oriundos de trabalhos de pesquisa, de programas de pós-graduação e projetos de extensão cultural no âmbito da UFMS.	3%	-22%	A meta não foi atingida em função da diminuição do número de projetos apoiados com recursos externos; em 2015 houve 36 publicações e em 2016, 28.	2032	20RK

Fonte: PREG e PROPP.

Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Equivalência: (QP) quantitativo previsto; (QR) quantitativo realizado; (a.a) ano anterior; (a.c) ano corrente; ( - ) não há dados referenciais; ( \* ) não é necessário fornecer dados.

Nota: Conforme a devolutiva das unidades gestoras, as metas com o verbo elevar estão quantificadas ora com valor absoluto, ora com valor relativo.

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Assistência Estudantil	Elevar o alcance do acompanhamento de acadêmicos atendidos pela Assistência Acadêmica.	2%	0%	No ano de 2016, dos 1.452 (permanência) e 1.331 (alimentação) alunos contemplados com as Ações Bolsa Permanência e Auxílio Alimentação, 341 acadêmicos foram convocados para o acompanhamento (2015-1) por não atingir o desempenho acadêmico exigido para permanecer nas Ações. Destes, 282 foram acompanhados o que significou um percentual de 83% em relação aos acadêmicos convocados. Como previsto no ano anterior, o acompanhamento em 2016 caiu com relação ao ano de 2015 não acompanhando o crescimento anterior (8%) e, conseqüentemente, não atingindo a meta prevista. Em 2016 não foi possível estender o acompanhamento para outras ações assistenciais em razão da não realização do realinhamento dessas ações em 2015. Assim, no ano de 2016, foi possível realizarmos apenas o acompanhamento dos acadêmicos vinculados ao 1º semestre de 2015. O segundo semestre de 2015 ficou prejudicado devido a equipe de trabalho estar concentrada na oferta dos Processos Seletivos 2016 -1 e 2016-2, pois, na ausência de processo seletivo no ano de 2015, em função da greve, houve ampliação da demanda de acadêmicos que solicitaram as ações no ano de 2016. Outro fator que contribuiu para sobrecarregar a equipe técnica de trabalho foi o novo Sistema de Seleção para as ações de assistência Estudantil que demandou a realização de entrevistas aos alunos pré ranqueados pelo sistema de seleção, ou seja, 1.430 alunos necessitaram ser entrevistados pelo profissional de serviço social para acesso às ações.	2032	4002

Continua

Continuação

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Assistência Estudantil	Elevar o número de acadêmicos atendidos nas ações de auxílio emergencial	500	184	No ano de 2016, não foi possível ampliar em 500 o número de alunos atendidos nas ações de auxílio emergencial; nesse ano, houve um aumento de 184 atendimentos. No total, foram 633 acadêmicos atendidos com a Ação Auxílio Emergencial, contra os 449 atendidos no ano anterior, assim, alcançamos 37% da meta estabelecida. Isto ocorreu devido a ausência dos processos seletivos no ano de 2015, em função da greve, o que ainda causa uma migração dos acadêmicos em vulnerabilidade para a Ação Auxílio Emergencial.	2032	4002
	Elevar o número de acadêmicos atendidos nas ações de apoio pedagógico.	240	147	Em 2016 não foi possível elevar em 240 o número de acadêmicos atendidos nas ações de apoio, mas em 147. Nesse ano, 707 acadêmicos foram atendidos pelas Ações de Apoio Pedagógico, contra os 560 atendidos no ano anterior. Os acadêmicos beneficiaram-se dos seguintes programas: Incentivo à Participação em Eventos (IPEV); Suporte Instrumental KIT; Orientação Profissional/CPPP; Projetos de Ensino. Importante destacar que a ação Apoio Pedagógico, é desenvolvida em diversas modalidades, a exemplo de projetos de ensino, aquisição de materiais e/ou equipamentos, incentivo a participação em eventos, locação de transporte para participação em eventos científicos, entre outros.	2032	4002

Continua

Continuação

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Assistência Estudantil	Elevar o número de acadêmicos atendidos nas ações de saúde.	30	68	Foram atendidos na Ação de Saúde um total de 464 acadêmicos, sendo: encaminhamentos médicos: 23; atendimento odontológico: 23; atendimento psicológico: 331; projetos de ensino: 87. Consideramos positivo o resultado, uma vez que o número de acadêmicos atendidos em 2016 supera a quantidade de 68 atendimentos em relação ao ano de 2015.	2032	4002
	Elevar o número de acadêmicos com necessidades educacionais especiais beneficiados pelas ações de Acessibilidade.	135	- 9	Não foi possível ampliar em 135 o número de acadêmicos PNE assistidos. Através do apoio do Núcleo de Tecnologia da Informação/NTI é possível verificar o quantitativo de alunos com deficiência que ingressam na Cidade Universitária e nos Câmpus. Em 2015, 221 alunos declararam apresentar algum tipo de deficiência. Já em 2016, após um trabalho da equipe DIAF em identificar os tipos de deficiências declaradas, o número de acadêmicos que apresentam algum tipo de deficiência caiu para 212, pois, foi detectado que muitos alunos com baixa visão (que usam óculos apenas) se declaram como deficiente visual. A PREAE oferece orientação aos acadêmicos com deficiência, aos coordenadores, professores, bolsistas e familiares, bem como oferece atendimento especializado aos que demandam em função da deficiência que possuem. A PREAE, no ano de 2016, também somou esforços no sentido da institucionalização do Núcleo de Acessibilidade, conforme orientado pelo Ministério da Educação e legislação concernente ao assunto.	2032	4002

Continua

Continuação

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Extensão Universitária	Elevar o número de acadêmicos beneficiados pelas ações de cultura e desporto.	257	-138	EM 2016 houve uma redução de 138 acadêmicos beneficiados com ações culturais e desportivas. Os projetos registraram a participação de aproximadamente 10.244 discentes de graduação nas diferentes ações, contra os 10.428 discentes, no ano anterior.	2032	20GK
	Elevar a participação de docentes nas ações extensionistas.	5%	7,1%	Em 2016, foram executadas 245 ações de extensão, sendo: 168 pelo Edital EXT, 68 pelo Edital PAEXT, 09 pelo Edital PROEXT. Participaram nestas ações de extensão 1.146 docentes, e no ano anterior foram 1.070 participações.	2032	20GK
	Elevar a participação de discentes nas ações extensionistas.	6%	9,25%	Em 2016, foram executadas 245 ações de extensão, sendo: 168 pelo Edital EXT, 68 pelo Edital PAEXT, 09 pelo Edital PROEXT. Participaram nestas ações de extensão de 2.007 discentes, e no ano anterior foram 1.837 participações no anterior.	2032	20GK
	Constituir Programas de Extensão Universitária.	15	6	A UFMS teve 6 Programas executados em 2016, sendo 1 referente ao programa Mais Médicos do Governo Federal e 5 com recursos orçamentários da SESU/MEC/PROEXT, sendo 1 na área de Direitos Humanos, 1 na área de Tecnologia, 1 na área de Comunicação e 2 na área de Meio Ambiente.	2032	20GK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Extensão Universitária	Promover ações de extensão na forma de redes e parcerias para intercâmbio de conhecimento, mobilização de recursos e desenvolvimento sustentável.	60	65	Em 2016 foram realizadas ações de extensão na forma de redes e parcerias através da celebração de termos de cooperação da UFMS com 2 municípios de MS (Maracaju e Corguinho), abrangendo oito assentamentos e suas respectivas associações, 3 cooperativas de produtores rurais, além de parcerias com a Agraer, Fio Cruz, Mapa, MTE, MDA e FUNTRAB, SEPAF. Outros três municípios (Caracol, Jaraguari, Porto Murtinho) tiveram os convênios cancelados devido a não publicação da lei de autorização dos convênios pelas respectivas câmaras municipais. No entanto estes municípios, mais os municípios de Aquidauana, Anastácio, Ladário, Corumbá e Naviraí estão no processo de pré-incubação através de ações pontuais como o diagnóstico rápido-participativo realizado com os agricultores. Também foram construídos pré-projetos envolvendo os agricultores, as prefeituras e demais parcerias locais, de forma que as leis municipais autorizando a celebração de convênios com a UFMS para a execução do projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas estão em processo de aprovação em suas respectivas câmaras municipais. A celebração destes convênios visa à realização de ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária envolvendo as prefeituras destes municípios. Foram realizadas ações de extensão em rede voltadas ao fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE), do Governo Federal, envolvendo 41 escolas municipais, 15 escolas estaduais e 2 escolas indígenas, além de 3 ONGs e as Secretarias municipais de Campo Grande SEMED e SESAU e a Secretaria Estadual de Educação – SED. Desta forma foram realizadas 65 ações, envolvendo 180 instituições parceiras, formando três grandes redes de atuação para intercâmbio de conhecimento, mobilização de recursos e desenvolvimento comunitários sustentável.	2032	20GK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Extensão Universitária	Atingir a oferta estipulada para bolsas de extensão com fomento externo.	131	212	Com fomento externo foi possível o financiamento de 212 bolsistas, sendo 100 por meio do Edital EXT/2016 e 112 com o Edital PROEXT/2016. O aumento em relação aos anos anteriores ocorreu devido ao recurso proveniente do PROEXT/SESu/MEC.	2032	20GK
	Atingir a oferta estipulada para bolsas de extensão com fomento interno.	40	51	Com fomento interno foi possível o financiamento de um total de 51 bolsistas de extensão por meio do Edital PAEXT/2016.	2032	20GK
	Elevar a quantidade ações extensionistas com fomento externo.	6%	2,5 %	Não foi possível ampliar em 6% o número de ações de extensão, mas em 2,5%, pois em 2016 foram realizadas 41 ações, e no ano anterior 40 ações. As ações realizadas: Seseu/Mec: 9 ações do Proext; 1 ação do PDU (Implementação de páginas multilíngues); 1 ação do Programa Mais Médicos e 1 ação do Inglês sem fronteiras; Secadi/Mec: 1 ação do Pronacampo e 1 ação de Formação de Conselheiros; Arrecadação (GRU): 12 ações; Convênio: 2 ações da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFM; Capes: 2 ação (Fetec); Fundect: 11 ações.	2032	20GK
	Atingir o contingente estipulado de ações extensionistas com fomento interno.	68	68	Foram financiadas 68 ações com fomento interno (PAEXT/2016).	2032	20GK
	Ofertar cursos de extensão na modalidade EaD.	12	5	Foram realizadas 5 ações na modalidade a distância.	2032	20GK

Fonte: PREAE

Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Equivalência: (QP) quantitativo previsto; (QR) quantitativo realizado; (a.a) ano anterior; (a.c) ano corrente; ( - ) não há dados referenciais; ( \* ) não é necessário fornecer dados.

Nota: Conforme a devolutiva das unidades gestoras, as metas com o verbo elevar estão quantificadas ora com valor absoluto, ora com valor relativo.

DIRETRIZ 3 - INSERÇÃO INTERINSTITUCIONAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Inserção Interinstitucional	Estabelecer o Plano de Gestão dos programas de mobilidade estudantil e docente em âmbito nacional e internacional.	1	0	O plano não foi estabelecido, contudo, houve adequação dos sistemas do NTI na legislação da graduação.	2032	20RK
	Atingir o contingente de vagas <sup>4</sup> proposto para a mobilidade estudantil e docente em âmbito nacional.	120	111	Foi ofertado uma vaga de mobilidade acadêmica para cada curso de graduação.	2032	20RK
	Elevar a oferta de bolsas <sup>5</sup> dos programas de mobilidade estudantil e docente em âmbito nacional.	2	0	A unidade não se manifestou a respeito dos motivos que inviabilizaram o alcance da meta.	2032	20RK
	Estabelecer novos acordos de cooperação, convênios e/ou parcerias com universidades ou centros de pesquisa em âmbito nacional, para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.	1	3	Foram estabelecidos três novos convênios e foram mantidos dezoito convênios já existentes.	2032	20RK

Continua

<sup>4</sup> O termo Vaga corresponde à disponibilidade de vagas ofertadas a alunos e professores de outras instituições de ensino, nacionais ou internacionais, para a mobilidade na UFMS.

<sup>5</sup> O termo Bolsista corresponde a alunos e professores da UFMS beneficiados com bolsas para a mobilidade em instituições de ensino nacionais ou internacionais.

Continuação

<b>DIRETRIZ 3 - INSERÇÃO INTERINSTITUCIONAL</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Metas</b>	<b>QP</b>	<b>QR</b>	<b>Realizações da Unidade</b>	<b>Alinhamento PPA/LOA</b>	
					<b>Programa</b>	<b>Ação</b>
<b>Fortalecer a Inserção Interinstitucional</b>	Atingir o contingente de vagas para mobilidade estudantil internacional.	60	46	A quantidade para vagas de mobilidade não foi atingida, um dos principais motivos foi a não abertura de novas chamadas para graduação do Programa Ciências sem Fronteiras, sendo possível atingir 46 vagas para a mobilidade estudantil em âmbito internacional.	2032	20RK 8282
	Elevar a oferta de bolsas dos programas de mobilidade estudantil e docente em âmbito internacional.	50	5	Em função da não abertura de novas chamadas do Programa Ciências sem Fronteiras, houve impacto diretamente na estimativa de novas vagas para mobilidade. Somente foram ofertadas cinco bolsas Luso-Brasileiras Santander Universidades Edição 2016.	2032	20RK 8282
	Estabelecer novos acordos de cooperação, convênios e/ou parcerias com universidades ou centros de pesquisa em âmbito internacional.	5	4	A UFMS estabeleceu quatro novos acordos de cooperação com instituições internacionais, e manteve em vigência vinte e dois.	2032	20RK 8284
	Oferecer curso de língua portuguesa aos alunos estrangeiros em mobilidade estudantil na UFMS.	1	0	Meta não realizada	2032	20RK
	Oferecer curso de língua estrangeira aos alunos dos Câmpus interessados em mobilidade estudantil internacional.	1	0	Meta não realizada	2032	20RK 8282

Continua

Continuação

DIRETRIZ 3 - INSERÇÃO INTERINSTITUCIONAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Inserção Interinstitucional	Realizar ações que visem divulgar as opções para a mobilidade estudantil disponíveis na instituição.	7	3	Foram realizadas três ações em 2016 para divulgar a mobilidade estudantil: programas Luso-Brasileiras Santander Universities - edição 2016; Projeto Erasmus Mundus e Projeto Erasmus + (EBW+).	2032	20RK 8282
	Estabelecer a política de inserção da UFMS em diversos eixos geográficos nacionais e internacionais.	4	0	A política de inserção institucional em âmbito nacional e internacional está sendo analisada.	2032	20RK 8282

Fonte: PREG e RTR

Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Equivalência: (QP) quantitativo previsto; (QR) quantitativo realizado; (a.a) ano anterior; (a.c) ano corrente; ( - ) não há dados referenciais; ( \* ) não é necessário fornecer dados.

Nota: Conforme a devolutiva das unidades gestoras, as metas com o verbo elevar estão quantificadas ora com valor absoluto, ora com valor relativo.

DIRETRIZ 4 - APROPRIAÇÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Alinhar a Comunicação Social ao Planejamento Estratégico institucional	Estabelecer a Política de Comunicação Social na UFMS.	1	1	Houve estabelecimento da política de Comunicação Social da UFMS a partir das divisões que compunham a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS/RTR)	2032	20RK
	Instituir Equipes de Comunicação Social nos Câmpus.	1	0	Não foi possível realizar a instituição de equipes de Comunicação Social nos câmpus do interior pela indisponibilidade de vagas para concursos. Todavia, houve o incremento do diálogo com as unidades para que o fluxo de comunicação fosse otimizado.	2032	20RK
	Prover a adaptação dos vídeos institucionais ao público PNE.	2	2	Vídeos adaptados.	2032	20RK
	Iniciar a radiodifusão da Rádio Universitária.	1	1	Implantação realizada com sucesso da Rádio Educativa UFMS 99,9 FM	2032	20RK

Fonte: CCS/RTR.

Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Equivalência: (QP) quantitativo previsto; (QR) quantitativo realizado; (a.a) ano anterior; (a.c) ano corrente; ( - ) não há dados referenciais; ( \* ) não é necessário fornecer dados.

Nota: Conforme a devolutiva das unidades gestoras, as metas com o verbo elevar estão quantificadas ora com valor absoluto, ora com valor relativo.

DIRETRIZ 5- POTENCIALIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Proporcionar à instituição uma força de trabalho capacitada e motivada	Desenvolver uma política para qualificação do corpo docente, junto à CPPD, alinhada ao planejamento estratégico institucional	1	1	Treinamento Introdutório de 80 servidores da carreira docente realizada no campus de Bonito em setembro de 2016	2019	4572
	Atingir o quantitativo de docentes e técnicos administrativos beneficiados pelas ações de capacitação	450	286	Foram realizados 10 cursos de capacitação pelo setor de capacitação, concedemos auxílios para participação de servidores em 3 congressos, 7 cursos de capacitação fora da UFMS, 6 encontros e 3 seminários.	2019	4572
	Desenvolver ações que promovam a qualidade de vida no trabalho	5	5	Foram desenvolvidas as seguintes ações: 1 - visitas domiciliares /hospitalares a ativos, aposentados e pensionistas (30 visitas); 2 - Acompanhamento de licenças médicas prolongadas; acompanhamento de dependentes químicos; avaliação de servidores em estágio probatórios com avaliação abaixo da média e atendimentos individuais a demandas pessoais e laborais (170 atendimentos). 3 - Compartilhando o mundo com a pessoa especial –oficinas e acompanhamentos a pessoas especiais –estagiários da APAE (48 ); 4 - Cada dia crescendo mais: Acompanhamento de estagiário e Mirins: (30); 5 -Servidores com deficiência: admitidos e já efetivos: Acompanhamento de servidores admitidos na vaga de PCD e identificação dos servidores que se declararam com deficiência	2019	4572
	Atingir o contingente de vistorias nos ambientes sob condições de periculosidade e insalubridade	180	432	Foram realizadas 432 inspeções técnica ambiental.	2019	4572

Continua

Continuação

DIRETRIZ 5- POTENCIALIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Proporcionar à instituição uma força de trabalho capacitada e motivada	Dimensionar a amplitude das vistorias nos ambientes sob condições de periculosidade e insalubridade	1	0	Não foi realizado o estudo sobre a quantidade de ambientes em condições insalubres e/ou perigosos vigentes na UFMS (Sede/Câmpus) e a abrangência/amplitude das vistorias (quantidade de vistorias sobre o total de ambientes insalubres e/ou perigosos). A unidade não se manifestou a respeito dos motivos que inviabilizaram o alcance da meta.	2019 2109	4572 2004
	Reduzir o número de acidentes laborais	7	11	Cursos de capacitação; Aquisição de equipamentos de proteção coletivo e individual; Orientação quanto a utilização de equipamentos de proteção; Adequação de ambientes.	2109	2004

Fonte: PROGEP.

Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Equivalência: (QP) quantitativo previsto; (QR) quantitativo realizado; (a.a) ano anterior; (a.c) ano corrente; ( - ) não há dados referenciais; ( \* ) não é necessário fornecer dados.

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Instalações Físicas e Patrimônio	Prover a construção de obras de acordo com a viabilidade orçamentária.	3	4	No exercício de 2016 foram licitadas 4 obras, já o número de obras em execução atualmente é de 13 obras, todavia as demais foram licitadas em exercícios anteriores.	2032	20RK 8282 4002
	Prover as revitalizações dos espaços internos demandadas pelas unidades acadêmicas e administrativas, de acordo com a viabilidade orçamentária.	10%	70,5%	Foram realizados apenas serviços de manutenção, no exercício de 2016 foram executados 2,15% dos empenhos da ata de 2013/2014 e 68,35% dos empenhos da ata de 2015/2016. Em anexo, segue arquivo com a lista de ordens de serviço emitidas em 2016.	2032	20RK 20GK 8282 4002
	Prover as revitalizações dos espaços externos demandadas pelas unidades acadêmicas e administrativas, de acordo com a viabilidade orçamentária.	10%	70,5%	Foram realizados apenas serviços de manutenção, no exercício de 2016 foram executados 2,15% dos empenhos da ata de 2013/2014 e 68,35% dos empenhos da ata de 2015/2016. Em anexo, segue arquivo com a lista de ordens de serviço emitidas em 2016.	2032	20RK 20GK 8282 4002

Continua

Continuação

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Instalações Físicas e Patrimônio	Conceber o Plano de Gestão de Imóveis e sua respectiva avaliação.	1	0	O plano encontra-se em fase de desenvolvimento.	2032	20RK
	Instituir o Plano de Retenção de Emissão de Gases Poluentes e sua respectiva avaliação periódica	1	1	Trata-se do Plano de Inventário das emissões dos gases poluentes do transporte de pessoal e material. Plano instituído.	2032	20RK
	Instituir a Política de Biossegurança.	1	0	Até a mudança de gestão e de estrutura administrativa, essa política não foi iniciada. A unidade não se manifestou a respeito dos motivos que inviabilizaram o alcance da meta.	2032	20RK
	Instituir o Plano Diretor.	1	0	Meta não realizada.	2032	20RK
	Instituir o Plano de Gestão Ambiental e sua respectiva avaliação.	1	0	Meta não realizada.	2032	20RK
	Desencadear as ações previstas no Plano de Gestão e Logística Sustentável.	10	31	Foram planejadas 41 ações, cujas metas: 23 foram atingidas plenamente, 8 parcialmente e 10 não atingidas.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Instalações Físicas e Patrimônio	Prover a acessibilidade na sede e nos Câmpus conforme a viabilidade orçamentária e prioridades definidas	6	0	Meta não realizada.	2032	20RK
	Conceber o sistema de banco de projetos e informações de obras, revitalizações internas e externas e acessibilidade conforme demanda das Unidades.	1	1	O Banco de projetos já se encontra concebido desde o Ano de 2015 e está sendo atualizado conforme as demandas.	2032	20RK
	Instituir o Plano de Manutenção Preventiva para as instalações prediais e sua respectiva avaliação periódica.	1	0	Em face da escassez de pessoal, a elaboração do plano de manutenção preventiva foi iniciada, porém não finalizada.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Instalações Físicas e Patrimônio	Instituir o Plano de Manutenção Preventiva para a frota veicular e sua respectiva avaliação periódica.	1	1	A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atendendo diretrizes pautadas na eficiência e na sustentabilidade dos gastos públicos, tem realizado significativos esforços no sentido de renovar a frota de veículos. No ano de 2016 foram incorporados dez novos veículos à frota da UFMS, sendo 05 micro-ônibus rodoviários Volare W8 e 05 veículos de passeio Doblô 1.8 com capacidade para 07 pessoas. Tais veículos foram adquiridos através de Ata de Preços registrada pela UFMS, com recursos de 2015, sendo entregues somente em 2016. A opção que se tem feito para a política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso adotada pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é de alienação dos bens classificados como antieconômicos. Tais veículos receberam tal classificação seja pelos valores envolvidos no seu conserto (valor da manutenção superior a 50% do valor do veículo); seja por conta do rendimento precário do veículo por conta do seu uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência, conforme o Parágrafo Único do Art. 3º do Decreto 99.658/90. Desta forma, na outra ponta do plano de substituição da frota, foram alienados por meio de leilão público três veículos em 2016. Tais veículos foram classificados como inservíveis para uso da Instituição, sendo sua manutenção no patrimônio da UFMS considerada como antieconômica.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Instalações Físicas e Patrimônio	Renovar a frota veicular para atender a demanda das unidades acadêmicas e administrativas.	5%	7%	10 veículos incorporados em 2016 com recursos de 2015 e baixados 10 veículos de 142, fazendo um índice de 7% (sete por cento).	2032	20RK 8282
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos	Revisar periodicamente os critérios de distribuição orçamentária.	1	1	A matriz de alocação submete-se periodicamente à revisão dos indicadores e de outros elementos constitutivos; assim, em 2014, revisões foram estabelecidas para conferir maior assertividade à alocação orçamentária na instituição nos diversos programas.	2032	20RK
	Operacionalizar o Sistema de Custos.	1	1	A UFMS aderiu à ferramenta DetaCusto no novo Siafi, onde os objetos de custos institucionais estão inseridos.	2032	20RK
	Estabelecer o Plano Institucional de Autofinanciamento.	1	0	O Plano não foi instituído. No ano foram definidas apenas normas relativas à distribuição interna dos recursos arrecadados.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos	Fortalecer o processo de autoavaliação institucional mediante aportes orçamentários.	1	1	A autoavaliação institucional em 2016 analisou os Eixos: Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, Dimensão 2: Responsabilidade Social da Instituição); Políticas de Gestão (Dimensão 5: Políticas de Pessoal; Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição; Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira). Ademais, a CPA não recebeu orçamento para conduzir suas atividades.	2032	20RK
	Normatizar a operacionalização de contratos.	1	1	Em fase de elaboração de Manual de Fiscalização de Contratos, contendo conceitos, perfil do Gestor de contratos, fiscalização do contrato, vedações e competências do Gestor, documentação a ser apresentada pela contratada, legislação e sites recomendados e modelos de documentos orientativos.	2032	20RK
	Normatizar a operacionalização de convênios.	1	1	Foi emitida uma Instrução Normativa 01/2016 a qual estabelece os procedimentos para formalização, celebração e execução dos convênios e congêneres, disciplinando as orientações técnicas necessárias e disponibilizando os modelos para sua consecução.	2032	20RK
	Normatizar e estabelecer procedimentos para viabilizar a redução dos prazos envolvidos no processo de aquisição de bens e serviços, em todas as suas etapas constitutivas.	1	1	As ações para reduzir os prazos envolvidos nas aquisições foram: Capacitação para elaborar termo de referência; indicação formal de servidor para emitir pareceres sobre compras; disponibilização da relação de documentos de habilitação no site de compras governamentais; penalização para empresas que retardarem o procedimento de processo licitatório; entre outras.	2032	20RK
	Elaborar manual contendo normas e procedimentos para a aquisição de bens e serviços.	1	1	Minuta do manual de compras está em fase de revisão e aprovação.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos	Conceber a avaliação anual dos resultados do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2016.	1	1	O Relatório de Avaliação do PDI 2015/2019, ano base 2016 foi concebido; a publicação do mesmo ocorrerá logo após apreciação/manifestação dos gestores universitários.	2032	20RK
	Conceber a avaliação dos resultados do PDTI.	1	1	Os resultados do PDTI 2012-2015 foram avaliados e inseridos no PDTIC 2017-2020.	2032	20RK
	Conceber o realinhamento estratégico do PDTI.	1	1	O realinhamento do PDTI foi realizado e um novo documento foi elaborado, denominado de PDTIC 2017-2020.	2032	20RK
	Conceber a avaliação dos resultados do Sistema de Governança da Sustentabilidade na UFMS.	1	1	Avaliação contida nos planos de ação do Plano de Logística Sustentável.	2032	20RK 20GK 8282 4002

Continua

Continuação

<b>DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL</b>						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
<b>Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos</b>	Disponibilizar à comunidade universitária o cronograma de obras.	1	0	O cronograma das obras era disponibilizado mensalmente pelo antigo chefe da CPO para o Pró-Reitor da Proinfra e para a Reitoria até outubro/2016; mas o mesmo não foi publicado.	2032	20RK 20GK 8282 4002
	Atingir a execução orçamentária <sup>6</sup> das ações orçamentárias previstas na LOA (Custeios).	98%	96,43	A meta foi praticamente alcançada; houve a utilização de parte dos limites orçamentários de custeio para execução do orçamento de capital.	2032	20RK
	Atingir a execução orçamentária das ações orçamentárias previstas na LOA (Materiais Permanentes).	98%	79,17	A meta não foi atingida em razão do contingenciamento de limites orçamentários para emenda de bancada e contingenciamento de limites para capital, no entanto, do limite orçamentário liberado, praticamente 100% foi empenhado.	2032	20RK

Continua

<sup>6</sup> O termo “execução orçamentária” refere-se, no presente documento, o empenho dos créditos orçamentários em favor da UFMS. De acordo com o artigo 58 da Lei 4.320/1964, empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, consistindo assim uma reserva de dotação orçamentária para um fim específico, registrado no momento da contratação do serviço, aquisição do material ou bem, obra ou amortização da dívida.

Continuação

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos	Atingir a execução orçamentária das ações orçamentárias previstas na LOA (Obras).	97%	79,27	A meta não foi atingida em razão do contingenciamento de limites orçamentários para emenda de bancada e contingenciamento de limites para capital, no entanto, do limite orçamentário liberado, praticamente 100% foi empenhado.	2032	20RK
	Atingir a execução financeira das ações orçamentárias previstas na LOA (Custeios).	90%	90,71%	A execução financeira atingiu 90,71%, sendo liquidados R\$ 108.956.437,55 do total empenhado de R\$ 120.114.478,27 referente ao custeio.	2032	20RK
	Atingir a execução financeira das ações orçamentárias previstas na LOA (Obras).	15%	37,14%	A execução financeira atingiu 37,14%, sendo liquidados R\$ 3.107.306,34 do total empenhado de R\$ 8.367.326,28 referente a obras.	2032	20RK
	Atingir a execução financeira das ações orçamentárias previstas na LOA (Materiais Permanentes).	80%	14,67%	A execução financeira atingiu 14,67%, sendo liquidados R\$ 2.068.729,12 do total empenhado de R\$ 14.099.164,19 referente a material permanente.	2032	20RK

Fonte: PRAD e PROPLAN.

Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Equivalência: (QP) quantitativo previsto; (QR) quantitativo realizado; (a.a) ano anterior; (a.c) ano corrente; ( - ) não há dados referenciais; ( \* ) não é necessário fornecer dados.

#### 4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A elaboração de planos estratégicos por si só é um grande desafio a qualquer organização, mas às de caráter público, têm que vencer obstáculos ainda maiores por serem instadas a buscarem continuamente o ponto de equilíbrio entre a flexibilidade e os regimentos; de toda forma, perscrutar o futuro e traçar uma linha de ação predefinida para ele é apenas parte de uma tarefa complexa. Para uma organização alcançar medidas concretas que traduzam o planejamento estratégico, é necessário que ela se aproprie adequadamente dos seus ativos internos que lhe confirmem vantagem competitiva no alcance dos seus propósitos, uma vez que para se formular a estratégia é necessário que a instituição olhe para fora; para implementá-la, é necessário um olhar para dentro de si, ou seja, para as suas potencialidades e fragilidades.

A implementação da estratégia é certamente a etapa mais laboriosa do planejamento estratégico, já que envolve um conjunto de operações que exigem um alto grau de vínculo organização/pessoas, aprendizagem coletiva, capacidade de lideranças não institucionalizadas, sistemas de recompensas, gestão de resultados, entre outros aspectos, para que os planos de ações não se transformem em mera cartilha de boas intenções. O planejamento estratégico sem uma implementação excelente não tem sentido, porque a organização que apenas declara uma estratégia não consegue atingir os resultados que busca; assim sendo, essa etapa por mais desafiadora que seja, não pode ser marginalizada sob o risco de colocar não apenas o futuro da organização em situação de perigo mas sobretudo de macular a credibilidade do planejamento em si.

O processo de implementação estratégica na UFMS se conforma no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019, cuja estruturação observou as diretrizes da literatura especializada e já consolidada no meio acadêmico e empresarial; contudo, utilizou-se de forma complementar produções de outras universidades que versavam sobre planejamento estratégico. A análise desses materiais foi essencial para formular as bases da sistemática de trabalho que envolveu todas as etapas do processo de implementação do mencionado plano.

De posse de todas as informações possíveis e relevantes ao planejamento da universidade, foi possível consolidar as demandas da comunidade universitária numa proposta estratégica bastante sólida e abrangente; a abordagem que se conferiu na implementação do planejamento estratégico institucional valorizou a colaboração interfuncional de modo a criar um ambiente que favorecesse o intercâmbio de recursos, conhecimentos e responsabilidades, e, nesse sentido, pode-se afirmar que atualmente existe uma força-tarefa trabalhando para colocar a universidade em patamares ótimos no que diz respeito à gestão dos seus negócios.

Ciente de que a implementação do planejamento estratégico é um processo contínuo, a UFMS tem apoiado as gerências, em todos os níveis, na consecução dos procedimentos operacionais, seja providenciado os recursos materiais e humanos, seja estabelecendo estrutura organizacional mais condizente com uma universidade que almeja consolidar uma cultura que valoriza a gestão por resultados.

O estágio presente da implementação do planejamento estratégico consiste na etapa de avaliação do PDI 2015-2019, ano base 2016, oportunidade em que a comunidade universitária discute a conformidade da matriz estratégica que o compõe; para tanto é realizado um confronto entre as metas propostas, pactuadas pelas áreas

estratégicas<sup>7</sup>, e o seu respectivo cumprimento no decorrer de cada ano. A utilização de indicadores de desempenho em cada meta é um parâmetro para conferir a capacidade de realização da área estratégica, que, tomados em conjunto, revelam o nível de aprendizagem, a coerência dos planos de trabalho e a sintonia entre gestores e colaboradores na persecução dos objetivos da unidade.

O processo de avaliação do planejamento estratégico é também uma etapa que oportuniza uma visão sistêmica da organização, pela qual se analisa o roteiro que ela determinou percorrer a fim de alcançar os objetivos estratégicos declarados; assim sendo, a conformidade estratégica conduz invariavelmente a questionamentos do tipo “a que ponto a estratégia está funcionando”; as respostas a essas interpelações conferem um material valioso diante do contexto atual da universidade pública, pelo que, realinhar a estratégia de uma organização é, antes de ter uma visão do futuro, reconhecer que nenhuma estratégia é eficaz para sempre.

Por último, a UFMS tem utilizado a avaliação anual dos resultados da sua proposta estratégica para interpretar aspectos como qualidade, transparência, eficácia e eficiência no conjunto dos seus serviços, para poder determinar mais acertadamente se está apta a responder aos múltiplos, complexos e até mesmo contraditórios desígnios da sua realidade atual e futura. De fato, a avaliação faz parte de um processo de reflexão continuada para conhecer, aprimorar e consolidar a aprendizagem organizacional, mesmo porque, sabe-se que o caminho que leva à excelência é uma jornada, não um destino.

---

<sup>7</sup>As áreas estratégicas denominam as unidades organizacionais relacionadas às atividades-fim, quais sejam, Graduação, Pós-graduação e Pesquisa, Extensão Universitária e Apoio Estudantil, e às atividades-meio, que dizem respeito à gestão da Infraestrutura, da Orçamento e do Planejamento.

#### **4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

Conforme já mencionado nos subitens anteriores, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - 2015-2019 é o instrumento de planejamento e gestão da UFMS, espaço em que se define as diretrizes, os objetivos e as metas de desenvolvimento para o médio prazo, bem como as ações necessárias à concretização do planejamento estratégico.

Elaborado para dimensionar o conjunto de metas e ações declaradas pela Instituição, o PDI é o documento que as identifica no que diz respeito à metodologia de trabalho, às diretrizes pedagógicas, estrutura orgânica e jurídica, à missão institucional e à construção de parâmetros de desempenho. Revestido de uma concepção de avaliação crítica, o Plano proporciona o desvelamento das potencialidades e fragilidades da instituição, melhorando sobremaneira a capacidade de realização dos objetivos, diretrizes e metas estabelecidas.

As diretrizes estratégicas e os programas contidos no plano revelam o esforço que a UFMS tem empregado na execução de processos e procedimentos mais ajustados com as demandas de todos os estratos da sua comunidade, de modo que se possa efetivar a contribuição desta universidade no desenvolvimento das atividades socioeconômicas e ambientais locais, regionais e nacionais, sem prescindir, contudo, da sua função maior que é a disseminação do conhecimento.

Os eixos norteadores, as diretrizes, os objetivos e as metas estratégicas do PDI tem interfaces e agregam as orientações estabelecidas nos planos nacionais (Educação – PNE; Extensão; Assistência Estudantil e Pós-graduação, entre outros) e os planos internos (Plano de Desenvolvimento da Tecnologia da informação – PDTI; Plano de Logística Sustentável – PLS e outros, além da integração com a Lei de Orçamento Anual – LOA, em função dos recursos disponibilizados para sua execução. Os resultados das metas e ações previstos no PDI são demonstrados anualmente através de indicadores apresentados no Relatório de Avaliação.

## 4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A prática avaliativa consiste atualmente em um elemento-chave na gestão universitária; pelo que, ela aporta informações que ajudam a qualificar a tomada de decisão. Os sinais vitais de uma organização são capturados quando ela examina as suas próprias ações e consegue emitir juízos de valor acerca da sua experiência; as investigações sobre recursos, competências e resultados de uma organização representam um importante ferramental para o sistema de gestão, já que apontam uma linguagem comum no âmbito da organização para introduzir a melhoria. Efetivamente, a função do monitoramento consiste em assegurar que os objetivos sejam atingidos em conformidade com o que fora estabelecido; desse modo, é uma atividade que permite executar ações corretivas quando ocorrem problemas nos padrões de desempenho.

Nesse sentido, as bases dessa etapa devem se respaldar em parâmetros que traduzam a performance tanto dos processos quanto das pessoas aí envolvidas; a consistência dos resultados obtidos com as propostas de ação, ou, na linguagem adotada no PDI 2015-2019, as metas de desenvolvimento institucional, permite análises mais aprofundadas sobre o efetivo comprometimento do corpo organizacional com as suas próprias decisões estratégicas. Os instrumentos de monitoramento e avaliação adotados pela UFMS procuram oferecer suporte ao processo de decisão em todos os níveis de responsabilidade de modo que os gestores passam a acompanhar os indicadores de desempenho a eles relacionados e analisar a sua contribuição com a performance global da instituição.

Assumindo características particulares e buscando identificar com nitidez seus pontos fortes e fracos, os preceitos abarcadores do monitoramento e da avaliação dos planos estratégicos vigentes, ganharam corpo no Relatório de Avaliação do PDI 2015-2019<sup>8</sup>, o qual consiste em um documento que, anualmente, verifica a consistência da programação estratégica na universidade. Nessa acepção, as metas pactuadas no âmbito do PDI são avaliadas quanto à sua concretização, e indicadores de desempenho são analisados com base no comportamento que apresentam em determinados intervalos temporais e no impacto que seu resultado provoca no alcance dos objetivos da instituição.

A metodologia que envolve o processo de consolidação do Relatório de Avaliação do PDI desencadeia uma sequência de atividades ao longo da cadeia de processos inerente às áreas estratégicas da instituição, na qual, cada uma delas desenvolve ações de monitoramento e avaliação com horizontes mais curtos cujo propósito é realizar as conversões necessárias; nesse contexto, cabe aos gestores desenvolver parâmetros de desempenhos locais para acompanhar e avaliar a efetividade da sua gestão e, quando da oportunidade do realinhamento do PDI, que em geral ocorre anualmente, elaborar uma proposta estratégica consistente a ponto de envolver as pessoas não apenas pelos benefícios que ela potencialmente apresenta, mas, sobretudo, pelo caráter desafiador que ela inspira.

A UFMS se utiliza ainda de sistemas de informação gerencial disponibilizados pelo governo federal aos órgãos públicos (Tesouro Gerencial, Simec, Siafi, e-MEC, Sigepe, Siorg, Siconv, plataformas Censo e Sucupira, dentre outros), para acompanhar as atividades e, quando é o caso, as ações estratégicas nas áreas de pessoal, finanças, orçamento, estrutura organizacional, estrutura acadêmica e de cursos. Essas plataformas conferem uma visão abrangente da gestão universitária porque disponibiliza dados

---

<sup>8</sup> O Relatório de Avaliação do PDI 2015-2019, ano base 2016, encontra-se em elaboração; contudo, é possível acessar relatórios de anos anteriores no endereço eletrônico <http://pdi.ufms.br/?section=download>

atualizados acerca de informações relevantes para a tomada de decisões em diversos níveis de comando.

Ainda, paralelamente a esses sistemas, a universidade desenvolve plataformas de gestão customizadas com as mesmas finalidades, como por exemplo, dentre outros, o Sistema Acadêmico (Siscad), o Sistema de Gestão de Pós-graduação (Sigpos), Sistema de Gestão de Pessoal (SGP), Sistema de Boletim de Serviço Eletrônico (BSE), Sistema de Patrimônio, Sistema de Controle de Bolsas, Sistema de Compras, Sistema de Registro de Documentos (Regdoc), Registro Mensal de Ocorrências (RMO).

Embora ainda carente de uma cultura ampla e efetivamente voltada ao planejamento estratégico e ao monitoramento e avaliação de resultados, é possível observar expressivos avanços na gestão universitária, pelo que, todas as unidades acadêmicas da UFMS puderam planejar suas demandas e metas para o cumprimento idealizado de suas atribuições, e, inseridas no contexto organizacional de parametrização do desempenho, realizaram, na medida do grau de envolvimento com a autoavaliação, questionamentos acerca do conjunto dos seus serviços, especificamente sobre a quantidade e a qualidade de como estes são entregues à sociedade.

### 4.3 Desempenho Orçamentário

#### 4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ação/Subtítulos – OFSS

UO: 26283

Quadro 2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Valores em R\$1,00

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	0181					Tipo	
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - no Estado de MS						
Descrição	-						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União				Código	0089	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	(    ) Sim (    X    ) Não    Caso positivo: (    ) PAC (    ) Brasil sem Miséria (    ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	128.269.973	152.372.926	151.584.372	151.584.372	151.584.372	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	-	-	-	-		-	-

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

#### Análise Crítica da Ação 0181

Os valores de dotação inicial e final divergem da LOA e do SIMEC em razão de estarem computados nesta ação os recursos para atender os servidores mantidos em exercício no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP/Ebserh, conforme Portaria nº166/2016-RTR/UFMS, antes contemplados na UO 26401.

Foram realizados os pagamentos das aposentadorias e pensões solicitados pelos requerentes, que estavam de acordo com a legislação vigente e atendiam os requisitos legais. Todos os pagamentos foram realizados através de folha de pagamento no SIAPE e importaram num montante de R\$ 151.584.372,00. Não houve recursos inscritos em restos a pagar. Os atos de aposentadorias após sua conclusão foram lançados no sistema SISAC - Portal eletrônico de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão do Tribunal de Contas da União e os referidos processos foram enviados ao citado Tribunal para a homologação do ato e a Controladoria Regional da União em MS para análise.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	0005					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - no Estado de Mato Grosso do sul						
<b>Descrição</b>	-						
<b>Iniciativa</b>	-						
<b>Objetivo</b>	-					<b>Código</b>	-
<b>Programa</b>	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					<b>Código</b>	0901
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	8.425.824	8.688.345	-	-	-	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo/Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	--		-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	-	-	-	-	-	-	

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

### Análise Crítica da Ação 0005

Para esta ação não há meta física a ser alcançada; A execução orçamentária é uma atividade realizada pelos tribunais, portanto não executada pela Unidade Orçamentária.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	00G5					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequenos Valores						
<b>Descrição</b>							
<b>Iniciativa</b>	-						
<b>Objetivo</b>	-				<b>Código</b>	-	
<b>Programa</b>	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais				<b>Código</b>	0901	<b>Tipo</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	63.057	63.057					
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	-	-	-	-	-	-	

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

### Análise Crítica da Ação 00G5

Para esta ação não há meta física a ser alcançada; A execução orçamentária é uma atividade realizada pelos tribunais, portanto não executada pela Unidade Orçamentária.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	0536					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Pensões decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais – Nacional						
<b>Descrição</b>	-						
<b>Iniciativa</b>	-						
<b>Objetivo</b>	-					<b>Código</b>	-
<b>Programa</b>	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais					<b>Código</b>	0909
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	68.000	71.000	68.199	68.199	68.199	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo/Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	-	-	-	-	-	-	

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

**Análise Crítica da Ação 0536**

Para esta ação não há meta física a ser alcançada. Por decisão judicial foram empenhados, liquidados e pagos despesas de três processos no montante de recursos de R\$ 68.199,00.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	00OL					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Contribuições e Anuidades à Organismos e Entidades Nacionais						
<b>Descrição</b>							
<b>Iniciativa</b>	-						
<b>Objetivo</b>	-					<b>Código</b>	-
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					<b>Código</b>	0910
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	72.000	72.000	41.059	41.059	41.059	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	-	-	-	-	-	-	

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

**Análise Crítica da Ação 00OL**

No exercício de 2016 foi realizado o pagamento da anuidade da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20GK					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Fomento as ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão no estado de Mato Grosso do Sul						
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores; Incentivo e promoção de ações de integração ensino-serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao SUS; Apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das IES públicas; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para laboratórios; à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais; e apoio à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Formação de grupos tutoriais de alunos visando a otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem.						
<b>Iniciativa</b>	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero						
<b>Objetivo</b>	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					<b>Código</b>	0803
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					<b>Código</b>	2032
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283					<b>Tipo</b>	
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária do exercício</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	1.711.165	1.368.932	1.197.730	872.059	867.859		489.404
<b>Execução Física</b>							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	Iniciativa apoiada		Unid.	120	-	245	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	397.995,61	375.541,81	16.550,90				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

## **Análise Crítica da Ação 20GK**

A meta física prevista na LOA para o exercício de 2016 nesta ação era apoiar 120 projetos de extensão. Foram apoiados 245 Ações de Extensão. Do total de ações apoiadas 68 foram com financiamento da UFMS, 9 com financiamento PROEXT/MEC, 12 custeados por meio de arrecadação, 1 ação do PDU (Implementação de páginas multilíngues) recurso do MEC, 1 ação do Programa Mais Médicos (recurso do MEC), 1 ação do Inglês sem fronteiras com recurso do MEC (ação incluída no PROJELE), 1 ação do Pronacampo (recurso do MEC) e 1 ação de Formação de Conselheiros (recurso do MEC)), 2 ações com Convênio com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFMS (Município de Maracajú e Corguinho), 2 ações com financiamento da CAPES (FETEC) e 11 ações com financiamento da FUNDECT, sendo 68 ações com recurso da UFMS e 41 com recurso externo e 136 ações sem recurso totalizando 245 ações executadas em 2016.

Importante destacar a realização do 9º Encontro de Extensão Universitária da UFMS, no qual houve apresentação e exposição pública de produtos e resultados derivados das ações de extensão realizadas no decorrer do ano de 2016. O 9º ENEX movimentou mais de 280 pessoas, dentre alunos, técnicos administrativos e professores de Campo Grande e de oito câmpus do interior: Aquidauana, Chapadão do Sul, Coxim, Corumbá, Naviraí, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. Ao todo foram inscritas 36 apresentações de docentes, no Painel Conquistas e Desafios, 21 Oficinas Criativas, ministradas por docentes, técnicos administrativos e alunos da UFMS e 112 apresentações de alunos, no Espaço Vivências e Reflexão.

Em relação à execução orçamentária e financeira a dotação prevista na LOA de 1,3 milhões não foi integralmente liberada em função do contingenciamento do limite orçamentário

Os fatores que contribuíram foram a melhoria dos procedimentos internos e na interlocução com a comunidade universitária para qualificar as ações extensionistas e, conseqüentemente, potencializar seu financiamento e seu alcance. Principais destaques: aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento das ações de extensão do PROEXT (fomento externo - MEC/SESu); exclusão de financiamento para eventos internos referentes ao ensino e/ou pesquisa (não extensionistas) e ampliação do montante individual de financiamento das ações extensionistas; constituição de Comissões Setoriais de Extensão em todas as Unidades Setoriais da Instituição; sistema informatizado para pagamento de bolsas de extensão; revista eletrônica da extensão.

Para além do financiamento direto, especialmente por parte da UFMS, do MEC, de outros financiadores e da arrecadação, a extensão universitária também vem se realizando sem recursos financeiros, contando para tanto com parceiros externos que oferecem apoio “in natura”, ou seja, sem o repasse de recursos financeiros entre as instituições, além de contarem com o empenho pessoal (docentes, discentes e técnicos administrativos) e com a infraestrutura das unidades da administração setorial.

Os fatores que dificultaram foram o contingenciamento orçamentário do ano de 2016 teve um impacto negativo no que diz respeito ao financiamento das ações de extensão com fomento interno na UFMS, contando com um “corte” de 20%. Tal fato dificultou a aquisição de materiais de consumo e permanente, bem como diminuiu sobremaneira o quantitativo de bolsistas de extensão.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20RK					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Funcionamento de instituições federais de ensino superior no Mato Grosso do Sul						
<b>Descrição</b>	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Superior, além de definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.						
<b>Iniciativa</b>	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas física e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.					<b>Código</b>	0841
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					<b>Código</b>	2032
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	71.361.246	68.724.000	60.888.990	49.011.414	49.008.213		11.877.576
Execução Física							
Nº do subtítulo/Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	Estudante matriculado		Unid.	18.000	18.000	18.457	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	14.750.778	11.705.303	1.517.841				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

## **Análise Crítica da Ação 20RK**

A meta física prevista na LOA para esta Ação no exercício de 2016 tinha como objetivo atender 18.000 alunos matriculados, a meta realizada foi de 18.457 alunos matriculados. Do montante de recursos orçamentários previstos na LOA (considerando o contingenciamento de orçamento) foram comprometidos (empenhados) 88% e destes recursos foram liquidados 80% e inscritos em Restos a pagar não processados no exercício 20%.

A operacionalização da ação tem como objetivo atender os alunos da graduação e pós-graduação, proporcionando melhores condições tanto no aspecto acadêmico como de infraestrutura física.

A distribuição orçamentária interna dos recursos desta ação é realizada através da adoção de um conjunto de critérios técnicos quantitativos e qualitativos dispostos em matrizes técnicas que definem para cada Unidade da Administração Setorial o montante de recursos de investimento e custeio, dentro dos recursos previstos na LOA, necessários a atender as demandas de crescimento e manutenção destas Unidades. São destinados recursos para readequação de espaços físicos, diárias e passagens, revitalização de laboratórios, manutenção das unidades, entre outros.

A implementação de programas e ações associado a necessidade de adequação do orçamento para atendimento as demandas decorrentes do crescimento da Instituição, possibilitaram a execução da ação e foram os fatores que contribuíram para a realização das ações previstas.

Os fatores que dificultaram a execução da ação consistem em sua grande maioria: a) morosidade dos processos licitatórios, provocando acumulo de demandas e trabalho ao final do exercício; b) gestão ineficiente da execução de contratos; c) contingenciamento de limites orçamentários para empenho imposta pela SOF, contribuindo sobremaneira com o acréscimo na inscrição de despesas em restos a pagar.

Como principais resultados obtidos destacam-se as adequações das Unidades de Administração Setorial; aquisição e manutenção de equipamentos; modernização da infraestrutura das Unidades administrativas; Conclusão de obras; ampliação do Acervo Bibliográfico; Manutenção e expansão do programa de bolsas.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	4002					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Assistência ao estudante de ensino superior - no estado de Mato Grosso do Sul						
<b>Descrição</b>	Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, inclusive para estudantes estrangeiros, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante de ensino superior.						
<b>Iniciativa</b>	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência						
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.					<b>Código</b>	0841
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					<b>Código</b>	2032
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	15.329.676	14.662.989	13.287.156	11.221.970	11.221.970		2.065.186
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	Benefício concedido		Unid.	42.473	-	42.716	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	2.135.213,20	1.982.213,49	118.377,26				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

## **Análise Crítica da Ação 4002**

A meta física prevista na LOA para a Ação 4002 no exercício de 2016 foi estimada para conceder 42.473 benefícios aos estudantes. A meta realizada na ação foi 42.716 benefícios concedidos. Já na meta financeira foram comprometidos (empenhados) 94,47% dos recursos disponibilizados e destes 84,46% foram liquidados.

Associamos como fatores que contribuíram para a efetivação da Ação: 1) Aumento da demanda decorrente da democratização do acesso ao ensino superior público associada à ampla divulgação dos Programas de Permanência pelo Governo Federal; 2) Constante trabalho de orientação e divulgação das Ações pela equipe de Assistência Estudantil; 3) Comprometimento e eficiência da equipe que operacionaliza as Ações de Assistência Estudantil na UFMS; 4) Aprimoramento dos mecanismos e instrumentos de acesso aos benefícios contribuindo com a diminuição dos índices de indeferimento nas solicitações; 5) Efetivação do Sistema Informatizado para a Assistência Estudantil, o que otimizou os processos de trabalho para a seleção dos benefícios; 6) Efetivação da Ação Auxílio Emergencial, o que contribui com o aumento do número de alunos atendidos pela Assistência Estudantil; 7) Instituição de equipe interdisciplinar (Pedagoga, assistente social e Psicóloga) de trabalho para o acompanhamento sistemático dos alunos beneficiários, evitando dessa forma, desistências das ações por motivos socioeconômicos, psicológicos, dificuldade de aprendizagem, dificuldade de se organizar nos estudos etc. 8) Maior familiaridade dos gestores envolvidos nas ações facilitando os trâmites institucionais.

Associamos como fatores que dificultaram a execução da ação: 1) Racionamento e cortes de recursos durante todo o exercício em função do cenário de crise nacional; 2) Falta de recursos humanos na área de Assistência Estudantil, por se tratar de uma Universidade multi campi (10 Câmpus) 3) Limitação em infraestrutura e recursos financeiros para atender toda a

Consideramos que os nossos maiores resultados concentram-se na oferta das ações de caráter continuado (aproximadamente 90% do nosso recurso), a saber: Bolsa Permanência – 11.579 Auxílio Alimentação – 10.460 Auxílio Emergencial – 1.492 Restaurante Universitário Campo Grande – 16.344 Restaurante Universitário Três Lagoas – 1.625 Incentivo à Participação em Eventos – 243 Acessibilidade - 13 Desporto e Cultura – 671 Kit Instrumental – 289 Além do número de alunos atendidos que compõe a meta física, outros alunos também são beneficiados com outras ações em que não há dispêndio de recurso, a exemplo de: Atendimento Psicoeducacional - 1.702 Atendimento Especializado Acessibilidade-315 Atendimento médico/odontológico – 26 Atendimento fisioterápico, Nutricional e clínica de psicologia - 5 Promoção de Acessibilidade e Ações afirmativas – 504 Passe Estudantil Municipal – 4.500 Inclusão Digital – aproximadamente 25.000 Desporto e Cultura – aproximadamente 8.000 indiretamente.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	8282					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul						
<b>Descrição</b>	Apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, no exercício de sua autonomia, que visem ao aumento do número de vagas, à redução da evasão, à adequação e à modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e ao atendimento das necessidades de manutenção, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor. Auxílio financeiro repassado pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições. Apoio à ações que visem à mobilidade estudantil, à criação de vagas especialmente em cursos noturnos e ao aumento de concluintes no ensino superior.						
<b>Iniciativa</b>	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade						
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.					<b>Código</b>	0841
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					<b>Código</b>	2032
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária do exercício</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	24.565.982	24.334.504	14.984.625	3.457.645	3.457.645		11.626.979
<b>Execução Física</b>							
Nº do subtítulo/Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	Projeto viabilizado			Unid.	10	-	11
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/Localiz.	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	23.193.257	17.795.845	641.634				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

## **Análise Crítica da Ação 8282**

A meta física prevista na LOA para esta ação foi definida para viabilizar 10 projetos. A meta realizada foi de 11 projetos viabilizados. Já na meta financeira foram comprometidos (empenhados) 61,58% dos recursos disponibilizados e destes somente 23,07% foram liquidados.

Faz parte desta ação orçamentária o PO-0001 - mais médicos onde foi previsto e realizado duas ações: Obras do curso de Medicina na Sede e no Câmpus de Três Lagoas. Também faz parte desta ação uma Emenda Individual para a viabilizar a construção do Centro de Comercialização de Alimentos Orgânicos da Agricultura Familiar - Projeto Mercado da Escola UFMS, no valor de R\$ 1.000.000,00 dos quais foi comprometidos um montante de 97% .

O objetivo da ação em apoiar o aumento do número de vagas, à redução da evasão, à adequação e à modernização da estrutura acadêmica e física da instituição por meio de construção, adequação de infraestrutura física, aquisição de equipamentos, materiais de consumo e serviços, objetivando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor, tem sido plenamente atendidos ao contemplar toda a comunidade discente, da graduação e pós-graduação.

Quanto às obras de infraestrutura e às adequações físicas para a expansão contemplaram, parcialmente, as metas estabelecidas. As construções concluídas atendem satisfatoriamente a quantidade de vagas previstas.

O esforço envidado pela Administração face a contingência orçamentária instalada durante o exercício de 2016 bem como o acompanhamento das obras, constituem fatores de contribuição para assegurar a execução das ações, de modo a evitar prejuízos. Ainda assim, os problemas relacionados à liberação tardia dos limites financeiros e o consequente descumprimento do cronograma de obras por algumas empresas foram fatores que dificultaram a execução das ações.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2004					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Assistência médica e odontológica aos servidores- no estado de Mato Grosso do Sul						
<b>Descrição</b>	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.						
<b>Iniciativa</b>	-						
<b>Objetivo</b>	-				<b>Código</b>	-	
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				<b>Código</b>	2109	<b>Tipo</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	29.657.105	32.236.096	31.051.146	28.269.865	28.269.865	-	2.781.281
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	<b>Pessoa beneficiada</b>		Unid.	5.310	-	5.877	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	237.648,81	225.484,63	12.164,18				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

### **Análise Crítica da Ação 2004**

Os valores de dotação inicial e final divergem da LOA e do SIMEC em razão de estarem computados nesta ação os recursos para atender os servidores mantidos em exercício no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP/Ebserh, conforme Portaria nº166/2016-RTR/UFMS, antes contemplados na UO 26401.

Nesta ação estão previstos os seguintes Planos Orçamentários:

No PO 0001 – Assistência Médica e Odontológica Cívica – Complementação da União à meta prevista na LOA para atendimento da Ação. A meta física executada no ano de 2016 foi de 5877 pessoas beneficiadas (servidores, pensionistas e dependentes) com o ressarcimento de assistência à saúde. O valor total com o ressarcimento foi de R\$ 10.207.429,37

Foram atendidos os servidores e seus dependentes com cadastros atualizados nos registros das pastas funcionais, além das informações de cadastro, também foram incluídos novos servidores com dependentes que apresentaram a documentação exigida e também tiveram seus cadastros atualizados nos registros das pastas funcionais. Os dados foram extraídos do SIAFI, SIAPE e Sistema de uso interno na UFMS.

No PO 0005 – Assistência Médica e Odontológica Cívica – Participação do Servidor. Esta ação em 2016 atendeu 5.877 beneficiários (titulares, dependentes e agregados), num montante de R\$ 18.182.817,22.

Ressaltam-se os seguintes pontos positivos: melhorias no atendimento aos beneficiários, melhorias nos valores pagos aos credenciados e aumento do número de profissionais e estabelecimentos que atendem no Programa de Saúde da Instituição, inclusão de novos procedimentos cobertos.

Destacam-se as seguintes dificuldades: somos o único Programa de Assistência à Saúde no modelo de Serviço Prestado Diretamente pelo Órgão, não tendo com quem compartilhar experiências e sanar dúvidas; temos que gerenciar um grande número de contratos, o que demanda muito tempo e recursos humanos e ainda estamos na fase de adaptação de uma rotina para facilitar o controle efetivo destes.

No PO 002 - Exames Periódicos – Cívica. Foi realizada a convocação de 912 (novecentos e doze) servidores, desse quantitativo 566 (quinhentos e sessenta e seis) atenderam a convocação. Destes 566, o equivalente a 290 servidores foram pagos em 2016 um montante de R\$29.060,39.

O impacto dos resultados alcançados será a médio e longo prazo e devemos ressaltar a qualidade dos resultados, ou seja, os servidores que compareceram foram devidamente orientados sobre o seu estado de saúde e encaminhados a especialistas quando necessário. Registra-se, ainda, que apesar do número de atendimento parecer baixo, o impacto a médio e longo prazo, na execução dos exames, no sentido de prevenção e diagnóstico é mais importante que a quantidade de atendimentos. Deve-se levar em consideração que além dos motivos já expostos para o não cumprimento da meta, a não obrigatoriedade do servidor em participar dos exames periódicos dificulta o trabalho. Também destacamos que por termos um Programa de Assistência à Saúde para os Servidores, os mesmos sempre estão fazendo consultas e, exames preventivos, além de acompanhamento odontológico.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2010					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares - no estado de Mato Grosso do Sul						
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.						
<b>Iniciativa</b>	-						
<b>Objetivo</b>	-				<b>Código</b>	-	
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				<b>Código</b>	2109	<b>Tipo</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	456.000	2.123.181	1.855.989	1.855.989	1.855.989	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo/Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
054	Pessoa Beneficiada		Unid.	405	-	970	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	0,00	0,00	0,00				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

### Análise Crítica da Ação 2010

Os valores de dotação inicial e final divergem da LOA e do SIMEC em razão de estarem computados nesta ação os recursos para atender os servidores mantidos em exercício no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP/Ebserh, conforme Portaria nº166/2016-RTR/UFMS, antes contemplados na UO 26401.

Os pagamentos do auxílio pré-escolar a civis foram realizados de acordo com a legislação vigente, a partir da requisição do servidor interessado. Os pagamentos são realizados através de folha de pagamento no SIAPE. Foram concedidos 11.632 auxílios beneficiando em média 970 servidores por mês.

Identificação da Ação							
Código	2011					Tipo	
Título	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares - no estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código	2109	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	(    ) Sim    (    X    )Não    Caso positivo: (    )PAC    (    ) Brasil sem Miséria (    ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	126.564	126.564	106.039	106.039	106.039	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	Pessoa Beneficiada			Unid.	62	-	127
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	0.00	0.00	0.00				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

### Análise Crítica da Ação 2011

Os valores de dotação inicial e final divergem da LOA e do SIMEC em razão de estarem computados nesta ação os recursos para atender os servidores mantidos em exercício no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP/Ebserh, conforme Portaria nº166/2016-RTR/UFMS, antes contemplados na UO 26401.

Os pagamentos do auxílio transporte foram realizados de acordo com a legislação vigente, a partir da requisição do servidor interessado. Os pagamentos são realizados através de folha de pagamento no SIAPE. Foram concedidos 1.524 auxílios transportes no ano, beneficiando em média 136 servidores por mês.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2012					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares - no estado de Mato Grosso do Sul						
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.						
<b>Iniciativa</b>	-						
<b>Objetivo</b>	-					<b>Código</b>	-
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					<b>Código</b>	2109
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo o/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	15.600.000	19.483.619	18.881.213	18.881.213	18.881.213	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo o/ Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	<b>Pessoa Beneficiada</b>		Unid.	2.681	-	3.314	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo o/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	0,00	0,00	0,00				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

### Análise Crítica da Ação 2012

Os valores de dotação inicial e final divergem da LOA e do SIMEC em razão de estarem computados nesta ação os recursos para atender os servidores mantidos em exercício no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP/Ebserh, conforme Portaria nº166/2016-RTR/UFMS, antes contemplados na UO 26401.

Os pagamentos do auxílio-alimentação de civis são efetuados automaticamente na folha de pagamento pelo SIAPE e após a implantação do benefício em consonância com a legislação vigente. As demandas atendidas foram decorrentes de registros já realizados no SIAPE, assim como de novos cadastros decorrentes de nomeações de servidores. O quantitativo físico médio de 3364 servidores beneficiados foi extraído de sistema de uso interno na UFMS e registros realizados no SIAPE.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	216H					<b>Tipo</b>	Atividades
<b>Título</b>	Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia à agentes públicos						
<b>Descrição</b>							
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>						<b>Código</b>	
<b>Programa</b>	Previdência de Inativos e Pensionistas da União					<b>Código</b>	2109
<b>Unidade Orçamentária</b>	26401						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	21.600	21.600	-	-	-	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
-	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: CGO/PROPLAN

**Análise Crítica da Ação 216H**

Não houve execução física.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20TP					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Pagamento de pessoal ativo da União - no estado de Mato Grosso do Sul						
<b>Descrição</b>	-						
<b>Iniciativa</b>	-						
<b>Objetivo</b>	-				<b>Código</b>	-	
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				<b>Código</b>	2109	<b>Tipo</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	336.362.510	362.933.138	358.272.581	358.272.581	358.272.581	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	-	-	-	-	-	-	

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

### Análise Crítica da Ação 20TP

Os valores de dotação inicial e final divergem da LOA e do SIMEC em razão de estarem computados nesta ação os recursos para atender os servidores mantidos em exercício no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP/Ebserh, conforme Portaria nº166/2016-RTR/UFMS, antes contemplados na UO 26401.

Foram realizados os pagamentos de pessoal ativo da União em acordo com a legislação vigente e atendem os requisitos legais para efetivação de seus registros funcionais. Todos os pagamentos foram realizados através de folha de pagamento no SIAPE. Os atos de admissão após sua conclusão foram lançados no sistema SISAC - Portal eletrônico de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão do Tribunal de Contas da União e os referidos processos foram enviados à Controladoria Regional da União em MS para a análise do ato.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	4572					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação - no estado de Mato Grosso do Sul						
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.						
<b>Iniciativa</b>	-						
<b>Objetivo</b>	-					<b>Código</b>	-
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					<b>Código</b>	2109
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	270.000	270.000	226.391	212.839	212.839	-	13.551
Execução Física							
Nº do subtítulo/Localiz.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogram.	Realizado	
0054	Servidor capacitado		Unid.	350	-	286	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	7.215,84	6.267,12	0,00				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

**Análise Crítica da Ação 4572**

A meta física prevista na LOA para esta ação era capacitar 350 servidores. A meta realizada foi de 286 servidores capacitados. Foram oferecidos eventos de capacitação com carga horária variando entre 40 até 180 horas.

Os fatores que contribuíram para a execução foram: a intenção dos servidores em ministrar cursos para os demais, principalmente sobre a sua área de atuação; a utilização dos equipamentos de videoconferência, o que possibilitou a disponibilidade dos cursos ministrados em Campo Grande para os campi do interior; e a disponibilidade dos chefes em liberar os servidores para participar efetivamente dos cursos presenciais ter aumentado.

Os fatores que dificultaram a execução foram: a atual disponibilidade de cursos de capacitação gratuitos online, que diminuiu a demanda por cursos ministrados pelo setor de capacitação da UFMS; e a evasão.

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação							
Código	00M1					Tipo	
Título	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade - no estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	-						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código	2109	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	(    ) Sim    ( X ) Não    Caso positivo: (    ) PAC    (    ) Brasil sem Miséria (    ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	193.908	197.594	164.562	164.562	164.562	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054-	--			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01.01.2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054-	-	-	-	-		--	-

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

**Análise Crítica da Ação 00M1**

Os valores de dotação inicial e final divergem da LOA e do SIMEC em razão de estarem computados nesta ação os recursos para atender os servidores mantidos em exercício no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP/Ebserh, conforme Portaria nº166/2016-RTR/UFMS, antes contemplados na UO 26401.

O auxílio funeral é concedido após solicitação e juntada da documentação conforme legislação vigente. No ano de 2016 foram contemplados com auxílio funeral o montante de R\$ 95.249,27 às famílias de 19 servidores da UFMS.

O auxílio natalidade é concedido à servidora por motivo de nascimento de filho, inclusive no caso de natimorto (criança que nasce sem vida). Se a parturiente (aquela que deu a luz) não for servidora, o auxílio será requerido pelo pai, na condição de servidor. Será concedido após a solicitação e juntada da documentação conforme legislação vigente. No ano de 2016 foram contemplados com auxílio natalidade 84 servidores.

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	09HB					Tipo	
Título	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais - Nacional						
Descrição	-						
Iniciativa	-						
Objetivo	-				Código	-	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código	2109	Tipo
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	(    ) Sim    ( X ) Não    Caso positivo: (    ) PAC    (    ) Brasil sem Miséria (    ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0054	67.624.999	69.707.586	66.306.041	66.306.041	66.306.041	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogram.	Realizado
0054	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0054	-	-	-	-		-	

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

### Análise Crítica da Ação 09HB

A Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais foi realizada em todos os meses do ano de 2016. Vale salientar que o recolhimento da citada contribuição é realizado automaticamente pelo Sistema SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que controla a folha de pagamento dos servidores da União cabendo a Coordenadoria de Administração de Pessoal/PROGEP somente a informação dos valores para a apropriação da referida folha de pagamento.

## Ações - Orçamento de Investimento - OI

Quadro 3 – Ações do Orçamento de Investimento

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação								
Código	20GK					Tipo		
Título	Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão no estado de Mato Grosso do Sul							
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero							
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.				Código	0803		
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				Código	2032	Tipo	
Unidade Orçamentária	26283							
Ação Prioritária	(   ) Sim   ( X ) Não                      Caso positivo: (   ) PAC   (   ) Brasil sem Miséria (   ) Outras							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
224.720	224.720	201.251	Iniciativa apoiada	Unid.	3	-	1	

Fonte: CGO/PROPLAN

### Análise Crítica da Ação 20GK

A análise desta ação já foi abordada anteriormente no item que trata sobre as ações/subtítulos OFSS (Custeio e Capital).

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20RK					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Funcionamento de instituições federais de ensino superior no Mato Grosso do Sul						
<b>Iniciativa</b>	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade						
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.			<b>Código</b>	0841		
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			<b>Código</b>	2032	<b>Tipo</b>	-
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
6.047.481	5.792.596	5.770.066	Estudante matriculado	Unid.	18.000	18.000	18.457

Fonte: CGO/PROPLAN

### Análise Crítica da Ação 20RK

A análise desta ação já foi abordada anteriormente no item que trata sobre as ações/subtítulos OFSS (Custeio e Capital).

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	4002					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Assistência ao estudante de ensino superior - no estado de Mato Grosso do Sul						
<b>Iniciativa</b>	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência						
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				<b>Código</b>	0841	
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				<b>Código</b>	2032	<b>Tipo</b> -
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.533.523	1.670.056	1.670.019	Benefício concedido	Unid.	42.473	-	42.716

Fonte: CGO/PROPLAN

### Análise Crítica da Ação 4002

A análise desta ação já foi abordada anteriormente no item que trata sobre as ações/subtítulos OFSS (Custeio e Capital).

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	8282					<b>Tipo</b>	
<b>Título</b>	Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior - no estado de Mato Grosso do Sul						
<b>Iniciativa</b>	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade						
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.			<b>Código</b>	0841		
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			<b>Código</b>	2032	<b>Tipo</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26283						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
21.304.062	21.072.584	14.984.625	Projeto viabilizado	Unid.	10	-	11

Fonte: CGO/PROPLAN

### Análise Crítica da Ação 8282

A análise desta ação já foi abordada anteriormente no item que trata sobre as ações/subtítulos OFSS (Custeio e Capital).

### **4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário**

Conforme já exposto anteriormente, a UFMS contou com um orçamento referente a todas as fontes de financiamento de R\$ 753.763.620,00, visando o funcionamento e manutenção das atividades ensino, pesquisa, extensão, gestão e a manutenção da infraestrutura física e laboratorial das unidades.

Este montante esteve assim distribuído: 77,51% destinado a pessoal e encargos social; 18,67% a Outras Despesas Correntes e 3,82% a Investimentos. Em relação a origem das receitas percebe-se que 96,84% é proveniente do Orçamento da UFMS destinado diretamente pelo Tesouro Nacional; 3,16% é proveniente da captação de recursos diretamente arrecadados ou de convênios.

Alguns fatores foram determinantes para a execução do orçamento, dentre os quais podemos destacar:

- 1) Contingenciamento de limites orçamentários: durante todo o exercício de 2016, esta UFMS viu-se obrigada a rever seu planejamento orçamentário, em virtude da incerteza imposta pelo contingenciamento de limites. Os limites de custeio somente foram disponibilizados na íntegra no final do exercício e os de investimento sofreram um corte de 50%.
- 2) Atraso na liberação de limites orçamentários: Os limites foram sendo disponibilizados em uma proporção aquém daquela necessária, onde nos primeiros meses do ano, foram repassados apenas 1/18 avos daquilo previsto na Lei Orçamentária Anual, seguido de liberação parcelada dos limites ao longo do ano. Tal procedimento, fez com que ocorressem atrasos nos pagamentos de contratos, o que gerou multas e juros, contribuindo sobremaneira com o desempenho orçamentário.
- 3) Remanejamento de limites orçamentários: Considerando a necessidade de execução das obras em andamento, esta UFMS remanejou limites de custeio para o orçamento de capital, sendo justificado pelo contingenciamento de 50% do limite de capital, corroborando também com as mudanças no planejamento orçamentário.

### 4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 4 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
UG	Credor(CNPJ/CPF)	Saldo Final em	Movimento	Movimento	Sado Final em
		31/12/2015	Devedor	Credor	31/12/2016
154054	75308517134	0,00	622,00	622,00	0,00
154054	04089570000150	0,00	3.223,65	3.223,65	0,00
154054	72790814104	0,00	400,00	400,00	0,00
154054	00000000425010	0,00	4.280,00	4.280,00	0,00
154054	01086301102	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
154054	02322968000160	0,00	550,00	550,00	0,00
154054	510001	0,00	1.515,84	1.515,84	0,00
154054	02844216188	0,00	2.250,00	2.250,00	0,00
154054	15413826000150	0,00	1.071,04	1.071,04	0,00
154054	154054-Fl Pagto	0,00	8.163.918,66	8.163.918,66	0,00
154054	03703179000131	0,00	81.507,80	81.507,80	0,00
154054	03750293112	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00
154054	02410839150	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	44961883840	0,00	400,00	400,00	0,00
154054	03540066144	0,00	2.250,00	2.250,00	0,00
154054	56734619000184	0,00	1.700,00	1.700,00	0,00
154054	08856541882	0,00	14.855,58	14.855,58	0,00
154054	36781037000141	0,00	23.987,33	23.987,33	0,00

Fonte: PRAD

#### Análise Crítica

#### UG 154054(UFMS)

O montante de R\$ 8.163.918,66 de reconhecimento de dívida destacado para a UG 154054(Fundação Universidade Federal de MS) refere-se ao pagamento de ativos e inativos na folha de pagamento referentes exercícios anteriores, o que não dá para prever quando os mesmos serão liberados no SIGEP para o pagamento, sendo desse total o valor de R\$ 7.360.440,88 pagos na folha de pagamento de novembro/16 referentes abonos permanência de ativos e inativos.

Também ocorreu o valor de R\$ 14.855,58, referente uma ajuda de custo do exercício de 2015 que pela tramitação processual somente foi pago em 2016, tendo que ser reconhecida a dívida.

O CNPJ do Banco do Brasil foi reconhecido para pagamento de uma anuidade internacional com fechamento de câmbio, referente ao exercício de 2015 da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

Os reconhecimentos de pessoas jurídicas referem-se aos contratos de valores estimados de prestação de serviços, que por mais que sejam estimados um valor para o mês de dezembro, ainda assim as estimativas foram menores para o pagamento no ano seguinte, ocorrendo o reconhecimento da dívida.

O restante foram casos excepcionais de acadêmicos que recebem bolsas e não foram entregues no prazo os documentos comprobatórios, mas aceitos pela comissão Serviço Social do órgão e pelas unidades responsáveis pelo acompanhamento desses acadêmicos, no exercício seguinte.

Em todos os reconhecimentos ocorreram a análise de forma a garantir que estejam respaldados no Art. 22 §§ 1º e 2º, do Decreto nº 93.872/86 e demais legislações vigentes.

#### Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
UG	Credor(CNPJ/CPF)	Saldo Final em	Movimento	Movimento	Sado Final em
		31/12/2015	Devedor	Credor	31/12/2016
150160	00197365000158	0,00	752,45	752,45	0,00
150160	86945755000184	0,00	583,07	583,07	0,00
150160	01640560000173	0,00	5.200,08	5.200,08	0,00
150160	510001	0,00	34.195,74	34.195,74	0,00
150160	12890020000164	0,00	148,68	148,68	0,00
150160	11805951000154	0,00	148,68	148,68	0,00
150160	01563691000102	0,00	10.475,94	10.475,94	0,00
150160	03350899000160	0,00	2.544,09	2.544,09	0,00
150160	15419617000113	0,00	240,60	240,60	0,00
150160	03632914000163	0,00	36,20	36,20	0,00
150160	00208207000156	0,00	59,60	59,60	0,00
150160	66877512715	0,00	74,00	74,00	0,00
150160	32162529149	0,00	182,80	182,80	0,00
150160	05513982000139	0,00	119,14	119,14	0,00
150160	36820967000167	0,00	94,84	94,84	0,00
150160	17368936100	0,00	2.724,60	2.724,60	0,00
150160	00834773000173	0,00	29,80	29,80	0,00
150160	36817948000181	0,00	156,18	156,18	0,00
150160	37222395000187	0,00	4.253,84	4.253,84	0,00

Fonte: PRAD

#### Análise Crítica

##### UG 150160(PAS)

Os reconhecimentos de dividas da UG 150160 referem-se a valores estimados a menor no ano de 2015 e pagos em 2016 das faturas dos médicos e hospitais que realizaram os serviços no ano anterior, não tendo como estimar ao certo os valores que ficariam em restos a pagar para o exercício seguinte.

No caso, da UG 510001(Coordenação Geral de Orçamento e Finanças) no valor de R\$ 34.195,74 foi reconhecido o valor da previdência social (parte patronal) dos serviços prestados pessoa física do mês de dezembro/16, por não ter tido orçamento suficiente em 2015 para tal recolhimento.

Sendo esses reconhecimentos todos analisados e autorizados pelo Ordenador de Despesas com base nas legislações vigentes.

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
UG	Credor(CNPJ/CPF)	Saldo Final em	Movimento	Movimento	Sado Final em
		31/12/2015	Devedor	Credor	31/12/2016
154357	49351786001071	0,00	275,90	275,90	0,00
154357	01513946000114	0,00	116,95	116,95	0,00
154357	61418042000131	0,00	412,62	412,62	0,00
154357	113204	0,00	1.645,98	1.645,98	0,00
154357	02741679000103	0,00	7.968,84	7.968,84	0,00
154357	69069904000170	0,00	351,61	351,61	0,00
154357	49324221000880	0,00	2.138,40	2.138,40	0,00
154357	01963220000183	0,00	13,02	13,02	0,00
154357	54516661007700	0,00	122,87	122,87	0,00
154357	04674092000146	0,00	11.979,16	11.979,16	0,00
154357	06629745000109	0,00	81,40	81,40	0,00
154357	21114947000101	0,00	12,51	12,51	0,00
154357	07062586000168	0,00	702,64	702,64	0,00
154357	10398803000108	0,00	119.617,77	119.617,77	0,00

Fonte: PRAD

Análise Crítica

UG 154357(NHU)

O valor de R\$ 119.617,77 refere-se ao contrato com serviços de vigilância de setembro a 19 dezembro que foram pagos em janeiro 2016, não tendo inscrito em restos a pagar por decisão do ordenador de despesas devido a distribuição do escasso orçamento no final do exercício de 2015, para outras prioridades. No caso também dos contratos 41/2013 no valor de R\$ 11.979,16, do valor de R\$ 7.968,84 do contrato 02/2014 e do valor de R\$ 1.645,98 referentes a despesas de calibração do equipamento densímetro clínico.

Os demais reconhecimentos foram ocasionados por problemas de cancelamentos indevidos na liquidação de despesas de restos a pagar processados do ano de 2015, pagos em 2016, tendo que serem feitos novas liquidações referentes às retenções dos tributos federais no valor de R\$ 4.227,92, com autorização do ordenador de despesas.

Todos os reconhecimentos foram analisados e autorizados com base nas legislações vigentes.

#### 4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 5 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – UO 26283 Valores em R\$

Restos a Pagar não processados				
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
<b>2015</b>	29.802.339,69	22.224.959,36	1.309.384,41	6.267.995,92
<b>2014</b>	11.308.269,20	9.385.829,20	876.216,47	1.046.223,53
<b>2013</b>	2.153.244,61	1.521.846,75	156.069,71	475.328,15
Restos a Pagar processados				
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento.	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
<b>2015</b>	5.717.583,93	5.717.583,93	0,00	0,00
<b>2014</b>	727.903,74	727.903,74	0,00	0,00
<b>2013</b>	854.357,21	854.357,21	0,00	0,00

Fonte: PRAD

Obs.:

a) o saldo de 2015 de restos a pagar não processados montante, pagamento e cancelamento está incluído as UGs 154054 e 150160 e saldo a pagar somente tem saldo a UG 154054.

b) saldo de restos a pagar não processados 2014: liquidados a pagar R\$ 41.200,05 e a liquidar R\$ 1.005.023,48.

c) saldo de restos a pagar não processados 2015: liquidados a pagar R\$ 431.363,75 e a liquidar R\$ 5.836.632,17.

Quadro 6 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – UO 26401 Valores em R\$

Restos a Pagar não processados				
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
<b>2015</b>	501.443,14	414.052,50	20.890,64	66.500,00
<b>2014</b>	1.249.363,19	168.068,88	187.585,90	893.708,41
<b>2013</b>	279.640,91	0,00	560,00	279.080,91
<b>2012</b>	1.372.890,00	0,00	0,00	1.372.890,00
Restos a Pagar processados				
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
<b>2015</b>	323.635,24	320.135,48	3.499,76	0,00
<b>2014</b>	59.724,57	58.996,41	728,16	0,00
<b>2013</b>	638.669,24	129.633,75	0,00	509.035,49

Fonte: PRAD

Obs.:

a) o saldo de restos a pagar não processados a pagar do ano 2012 refere-se a liquidados a pagar, cuja liquidação da despesa ocorreu em 28/12/16, sem tempo hábil para o pagamento.

## Análise Crítica

### UG 154054

Durante o exercício de 2016, a Administração acompanhou e efetuou cobranças junto aos fornecedores para que todos os materiais e serviços fossem entregues, foram abertos vários processos administrativos sancionadores que pela dificuldade econômica do país, os mesmos deixaram de entregar diversos materiais, nas quais resultaram em cancelamentos de restos a pagar não processados e consequentemente multas e restrições aos fornecedores.

Pelas despesas iniciadas e não encerradas no final do exercício de 2016, a Administração decidiu por inscrever os restos a pagar que ainda não estavam em fase de liquidação da despesa conforme quadro abaixo:

Quadro 7 – Restos a Pagar NP – UG 154054

Posição SIAFI Restos a Pagar Não Processados - A Liquidar					
Ano RP	Elemento	Descrição	Fonte	Saldo fonte	Saldo 31/12/16
2013	339039	REFORMAS	0312000000	11.165,41	
			0112000000	2.712,62	13.878,03
		ESTUDOS/PROJETOS	0100000000	461.450,12	461.450,12
2014	449051	OBRAS	0112000000	464.341,54	464.341,54
	339039	REFORMAS	0112000000	370.354,20	370.354,20
		SERVIÇOS GERAIS	0112000000	62.250,00	
			0112915061	540,00	
			0112915405	200,00	
			0112915173	0,00	62.990,00
		SERVIÇOS/TC/FAPEC	6153000000	27.337,74	27.337,74
	339037	CONTRATO SERVIÇOS	0112000000	80.000,00	80.000,00
2015	339030	MATERIAL DE CONSUMO	0112000000	145.700,38	
			0250154054	132,90	
			6153000000	54,65	145.887,93
	449051	OBRAS	0112000000	3.258.108,60	
			0100000000	0,00	3.258.108,60
	449052	EQ/MATERIAL PERMANENTE	0112000000	335.183,71	
			0100000000	2.700,00	337.883,71
	divs	33-47-37-36-93	0250154054	15.950,98	15.950,98
	339039	REFORMAS	0112000000	846.811,12	
			0100000000	29.284,84	876.095,96
		SERVICOS GERAIS	0112000000	402.532,64	
			6153000000	14.034,37	
			6151000000	16.489,94	
			0108000000	769.648,04	1.202.704,99
<b>SALDO TOTAL RP</b>					<b>7.316.983,80</b>

Fonte: PRAD

### UG 154357(NHU)

O saldo final de restos a pagar processados que irão ser reinscritos no exercício de 2017 no valor de R\$ 509.035,49 refere-se:

- a) R\$ 193.573,00 a liquidação da despesa foi efetuada em 26/04/2013 da empresa BIOTRONIK empenho 2013NE800579, cuja decisão da ordenadora da UG 154357, foi devido a empresa estar sendo alvo de auditoria interna, visando a validação dos créditos que o fornecedor faz jus, conforme processo 23447.000445/2013-79 fls.58.
- b) R\$ 315.462,49 a liquidação da despesa foi efetuada em 20/03/2015 da empresa Construtora Cerrado, empenhos 2013NE803091 e 803093, cuja decisão de reinscrever foi devido a rescisão de forma unilateral, sendo aplicadas diversas sanções contratuais e inclusive com ocorrências de multas e ainda, considerando a necessidade de proceder-se encontro de contas visando compensação de tais multas em razão do crédito disponível do mesmo, conforme processo 23447.001688/2014-24 fls 892.

O saldo final de restos a pagar não processados, o valor de R\$ 1.372.890,00 cujo material foi entregue desde 2013 e não liquidado anteriormente pelo motivo exposto do ordenador de despesas de haver necessidade de reforma para instalação do mesmo, no final do exercício foi decidido conforme processo 23447.001118/2012-53 fls 108 pela liquidação da despesa e inscrição no exercício de 2017 como restos a pagar processados.

O saldo restante de R\$ 1.239.289,32 descritos abaixo, conforme processos: 23447.000563/2012-04 fl 464, 23447.000403/2014-39 fls 101, 23447.001340/2013-91 fls 175, 23447.001357/2014-75 fls 275, 23447.000946/2013-55 fls 488 e 23447.000563/2015-49 fls 134, foram decididos pela continuidade em restos a pagar não processados para o exercício de 2017.

Quadro 8 – Restos a Pagar – UG 154357

EMPENHO	NOME	FONTE	ELEMENTO	SALDO
2013NE802038	SEPARAR PROD.SERV.LTDA	6153000000	33903004	69.999,98
2013NE802067	SEPARAR PROD.SERV.LTDA	6151132466	33903004	69.073,93
2013NE802342	SEPARAR PROD.SERV.LTDA	0100000000	33903004	70.003,50
2013NE802343	SEPARAR PROD.SERV.LTDA	0100000000	33903004	70.003,50
2014NE800354	SEPARAR PROD.SERV.LTDA	6153000000	33903004	280.013,79
2014NE800957	SOL BRASIL SOLUÇÕES AMBIENTAIS	6153000000	33903905	3.660,00
2014NE800977	SEPARAR PROD.SERV.LTDA	6153000000	33903004	578.000,00
2014NE801400	GABINETE PROJ.ENG.ARQUITETURA	6151002117	33903905	32.034,62
2015NE800926	BRAILE BIOMEDICA IND COM	6153000000	33903036	66.500,00
<b>TOTAL</b>				<b>1.239.289,32</b>

Fonte: PRAD

### 4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 9 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul					
UG/GESTÃO:	154054/15269					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-		03	287.538,62	782.449,06	806.558,56
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação/Termo de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-	-
Totais	-		03	287.538,62	782.449,06	806.558,56

Fonte: [www.convenios.gov.br/siconv/ListarRepasse/ListaDeRepasseOBsConfluoEfetuadas](http://www.convenios.gov.br/siconv/ListarRepasse/ListaDeRepasseOBsConfluoEfetuadas)  
<https://acesso.serpro.gov.br/HOD10/jsp/logonID.jsp>  
 Compilado por: DICV/CRT/PROPLAN

Quadro 10 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul					
UG/GESTÃO:	154357/15269					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-		-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação/Termo de Execução Descentralizada	1	-	-	2.000.000,00	-	-
Totais	1		-	2.000.000,00	-	-

Fonte: DIPC/CRT/PROPLAN

Obs.: TED realizado pela UFMS, porém como os recursos foram repassados a UG 154357/15269 – NHU, e devido a inviabilidade de execução de recursos através referida UG (vez que não mais os servidores do NHU poderiam realizar os procedimentos operacionais no SIAFI, foi deliberado pela RTR, que seja procedido a efetivação operacional do TED pela UFMS, porém as unidades da UFMS, realizou a operacionalização/processamento dos recursos da 154357/15269 para UG EBSERH 155124/26443, processo administrativo nº 23104.004203/2016-88.

**Quadro 11 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse**

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul					
UG/GESTÃO: 154054/15269					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação/Execução Descentralizada	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	813.967,76	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fontes Convênios:

[www.convenios.gov.br/siconv/ListarRepasse/ListaDeRepasseOBsConfluoEfetuadas](http://www.convenios.gov.br/siconv/ListarRepasse/ListaDeRepasseOBsConfluoEfetuadas)

<https://acesso.serpro.gov.br/HOD10/jsp/logonID.jsp>

Compilado por: DIPC/CRT/PROPLAN

**Quadro 12 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão**

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul				
UG/GESTÃO: 154054/15269				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado(R\$)	-	-	-
Contas NÃO analisadas*	Quantidade	02		
	Montante repassado(R\$)	813.967,76*		

Fonte:

<https://www.convenios.gov.br/siconv/prestacaocontas/HistoricoPrestacaoContas/historicoPrestacaoContas.jsf>

Compilado por: DIPC/CRT/PROPLAN

Obs.: Prestação de Contas em Diligência para as Convenientes (Ofício nº 010/2017 e 011/2017-CRT/PROPLAN).

**Quadro 13 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
UG/GESTÃO:					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30dias	De 31 a 60dias	De 61 a 90dias	De 91 a 120dias	Mais de 120dias
Convênios	-	1	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-

Fonte: CRT/PROPLAN

Obs.: Prestação de Contas em Diligência para a Conveniente (Ofício nº 010/2017 – CRT/PROPLAN).

### **Análise Crítica**

Observando os demonstrativos dos Quadros disponibilizados no item 4.3.6 “Orientações para elaboração do conteúdo do item “Execução descentralizada com transferências de recursos” constatou-se que houve diminuição no montante de repasse, em decorrência de ajustes realizados em forma de convênios, por força da limitação orçamentária imposta pelo Governo Federal, limitando gradativamente até o encerramento final dos instrumentos firmados que se deu no exercício de 2016, o quantitativo de menores aprendizes que auxiliem na execução de tarefas nos inúmeros setores que compõe a UPC/UJ, o que por outro lado, houve repasse de recursos por TED no valor de R\$ 2.000.000,00, o qual esta IFES recebeu como Emenda Parlamentar na LOA/2016 e na UG 154357/15269, porém foi repassado a UG 155124/26443, haja vista o contrato de gestão firmado entre UFMS x EBSERH.

A disponibilidade de equipamentos para realização dos trabalhos se mostra suficiente, havendo a necessidade de capacitação por meio de sistemáticos treinamentos, com intuito de alcançar resultados de maior qualidade a médio e longo prazo, vez que, a estrutura já mostra resultados de eficiência com a implementação de rotinas administrativas readequadas, levando-se em consideração os referenciais apresentados em anos anteriores.

#### **4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas**

Houve mudança na situação/realidade apresentada em 2015, referindo-se ao quantitativo de pessoal, haja vista a reposição gradativa do quadro de pessoal, diferentemente do apresentado anteriormente, ao ponto de retorno ao equilíbrio das atividades definidas no respectivo Manual de Competência, registrando inclusive do alcance na capacitação de 02 servidores, pleiteada à anos, e que foi concedida com recursos da capacitação da IFES no exercício de 2016.

Registre-se ainda, que para melhoria na implementação de rotinas constantes no rol de competências da DIPC/CRT/PROPLAN, a fim de atender a demanda institucional, e órgãos de controle, assim como os normativos legais, foi normatizada a IN nº 01 de 24/05/2016 emitida pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, republicada em 27/07/2016, no Boletim de Serviço nº 6341 de 27/07/2016, que “Normatiza os procedimentos par a formalização, celebração e execução dos Convênios e Congêneres, disciplinando as orientações técnicas necessárias e disponibilizando os modelos para sua consecução”, alterando sobremaneira ao que estava disposto na até então vigente IN nº 01 de 22/05/2015 emitida pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, publicada no Boletim de Serviço nº 6046 de 26/05/2015, que tratava do “Estabelecimento de competências dos gestores designados para execução dos Convênios e congêneres”, dando amparo para que a Unidade competente possa realizar o acompanhamento dos instrumentos firmados entre entes diversos, inclusive quanto aos repasses de recursos diretamente às Fundações de Apoio credenciadas, em situações que a UFMS se apresenta como EXECUTORA das ações dos projetos, objeto dos instrumentos celebrados.

#### 4.3.6 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 14 – Realização das receitas

Realização das Receitas			Previsão 2016	Receita Arrecadada		Acréscimo em %
				2015	2016	
RECEITA PATRIMONIAL	13100111	Aluguéis e Arredamentos	1.009.364,00	-	806.029,56	83,46%
	13110000	Aluguéis		439.344,12	-	
	13210011	Remuneração de Depósitos Bancários	3.596,00	-	5.212,51	-97,54%
	13250000	Remuneração de Depósitos Bancários		211.875,41	-	
RECEITA DE SERVIÇOS	16000501	Serviços Hospitalares		35.385,20	0,00	-100,00%
	16000505	Serv. Assist. Saúde Suplementar Servidor Civil		18.103.742,57	-	22,87%
	16300211	Serv. Assist. Saúde Suplementar Servidor Civil	23.558.541,00	-	22.244.848,76	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16001300	Serviços Administrativos		1.568.205,84	-	-10,29%
	16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.444.112,00	-	1.406.782,82	
	16005000	Tar. Inscr. Concursos e Processos Seletivos		1.151.823,75	-	30,80%
	16100211	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.405.098,00	-	1.506.580,51	
	17000311	Transferências dos Municípios e suas Entidades	180.000,00	-	-	-
	19210600	Indeniz. por Danos Causados ao Patr. Público		26.469,49	0,00	-100,00%
ALIENAÇÃO DE BENS	22130011	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	160.000,00	-	99.838,80	87,32%
	22160000	Alienação de Móveis e Utensílios		53.299,00	-	
<b>TOTAL</b>				<b>21.590.145,38</b>	<b>26.069.292,96</b>	<b>20,75%</b>

Fonte: PRAD e PROPLAN

\*Em decorrência de alterações nos códigos de receitas, foram efetuados os comparativos 2015 e 2016 utilizando a arrecadação efetivada em códigos equivalentes.

#### 4.3.7 Informações sobre a execução das despesas

**UO: 26283**

Quadro 15 - Despesas totais por modalidade de Contratação – UO: 26283

<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Código UO: 26283</b>			
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa Paga</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+G)</b>	<b>35.785.446,24</b>	<b>26.779.008,35</b>	<b>35.542.686,72</b>	<b>23.681.673,57</b>
Convite	92.534,24	0,00	92.534,24	0,00
Tomada de Preços	158.019,68	0,00	158.019,68	0,00
Concorrência	2.854.884,07	1.834.210,53	2.853.053,01	1.684.496,94
Pregão	32.680.008,25	24.944.797,82	32.439.079,79	21.997.176,63
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2.Contratações Diretas(h+i)</b>	<b>16.415.266,66</b>	<b>15.903.874,81</b>	<b>16.409.696,66</b>	<b>13.336.576,40</b>
Dispensa	9.413.444,61	10.663.689,51	9.413.444,61	9.211.184,81
Inexigibilidade	7.001.822,05	5.240.185,30	6.996.252,05	4.125.391,59
<b>3.Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4.Pagamento de Pessoal(k+l)</b>	<b>651.506.588,91</b>	<b>454.075.444,31</b>	<b>651.506.588,91</b>	<b>454.075.444,31</b>
Pagamento em folha	576.162.995,81	453.356.101,28	576.162.995,81	453.356.101,28
Diárias	999.619,27	719.343,03	999.619,27	719.343,03
<b>5.Outros</b>	<b>74.343.973,83</b>	<b>52.126.682,81</b>	<b>74.343.973,83</b>	<b>52.073.732,07</b>
<b>6.Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>703.707.301,81</b>	<b>548.885.010,28</b>	<b>703.458.972,29</b>	<b>543.167.426,35</b>

Fonte: PRAD

Nota Explicativa:

O quadro refere-se ao órgão 26283 com exceção da UG 154357 que será apresentado em um quadro separado

Quadro 16 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – UO: 26283

Unidade Orçamentária:					Código UO:		UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupo de Despesas	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1.Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
319011	340.755.525,29	263.387.109,77	340.755.525,29	263.387.109,77	0,00	0,00	340.755.525,29	263.387.109,77
319001	125.569.553,98	113.591.343,85	125.569.553,98	113.591.343,85	0,00	0,00	125.569.553,98	113.591.343,85
319113	66.338.175,29	50.385.438,42	66.338.175,29	50.385.438,42	0,00	0,00	66.338.175,29	50.385.438,42
Demais elementos grupo	43.499.741,25	25.992.209,24	43.499.741,25	25.992.209,24	0,00	0,00	43.499.741,25	25.992.209,24
2.Juros Encargos Divida		0,00		0,00		0,00		0,00
3.Outras Despesa Corrente								
339039	46.178.093,64	41.504.988,60	37.053.083,34	30.722.786,15	9.125.010,30	10.782.202,45	36.813.026,84	26.904.486,04
339046	18.276.079,74	11.530.799,29	18.276.079,74	11.530.799,29	0,00	0,00	18.276.079,74	11.530.799,29
339037	18.224.239,27	17.052.828,85	18.077.398,52	16.897.878,87	146.840,75	154.949,98	18.077.398,52	16.894.720,23
339093	11.756.153,38	7.754.308,11	11.646.127,66	7.738.357,13	110.025,72	15.950,98	11.646.127,66	7.738.357,13
339018	10.289.063,99	11.603.894,79	10.289.063,99	11.603.894,79	0,00	0,00	10.289.063,99	11.603.894,79
339048	9.422.579,99	8.094.685,52	9.422.579,99	8.094.685,52	0,00	0,00	9.422.579,99	8.094.685,52
Demais elementos grupo	21.595.505,78	8.435.545,21	17.570.045,09	6.351.412,01	4.025.460,69	2.084.133,20	17.564.223,13	4.900.963,60
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesas	Empenhadas		Liquidadas		RP não Processados		Valores Pagos	
4.Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
449052	14.231.532,23	6.484.355,14	2.084.900,12	645.250,17	12.146.632,11	5.839.104,97	2.084.900,12	357.086,99
449051	8.367.326,28	12.748.463,64	3.107.306,34	1.834.210,53	5.260.019,94	10.914.253,11	3.105.475,28	1.684.496,94
449039	159.471,21	32.463,56	17.721,21	20.718,56	141.750,00	11.745,00	17.101,21	12.918,56
Demais elementos grupo	0,00	88.915,98	0,00	88.915,98	0,00	0,00	0,00	88.915,98
5.Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PRAD

Notas Explicativas:

- o quadro refere-se ao órgão 26283 com exceção da UG 154357 que será apresentado em um quadro separado
- os valores dos quadros acima são consolidados Créditos Originários e Créditos de Movimentação
- No grupo investimentos na tabela de 2015 o valor de R\$ 32.463,56 estava registrado como demais elementos do grupo que representava o 4º lugar do grupo, na tabela de 2016 ele é registrado em 3º lugar e o elemento 449092 que não teve movimentação em 2016 fica como demais elementos grupo.

## Análise Crítica

A diferença das despesas liquidadas com as despesas pagas de 2016 foram despesas que por falta de recursos financeiros de convênios ou algumas por falta de tempo hábil para liquidação, foram inscritas em restos a pagar processados conforme abaixo discriminadas:

Quadro 17 – Restos a Pagar Processados

EMPENHO	FORNECEDOR	FONTE	RPP
2016NE800939	M3 CONSTRUTORA	0112000000	1.831,06
2016NE801962	TITA EVENTOS	0112915028	134.170,00
2016NE801963	TITA EVENTOS	0112915029	17.455,15
2016NE802194	TITA EVENTOS	0112915030	57.024,00
2016NE802195	TITA EVENTOS	0112915031	3.455,04
2016NE802500	TERS TECHNOLO	0112000000	750,00
2016NE802638	OLA CORREA PR	0250154054	4.200,00
2016NE804775	RODAR LOCAÇÃO	0112915028	5.821,96
2016NE805153	TITA EVENTOS	0112915019	16.920,00
2016NE805154	TITA EVENTOS	0112915019	6.082,31
2016NE805219	INFORMA AUTOM	0112000000	620,00
<b>TOTAL</b>			<b>248.329,52</b>

Fonte: PRAD

Durante o exercício de 2016 foram empenhadas despesas de custeio, capital e folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas no montante de R\$ 734.663.041,32, com liquidação de despesas R\$ 703.707.301,81 e pagas R\$ 703.458.972,29 ficando em restos a pagar não processados, devido despesas iniciadas, mas não entregue os materiais e serviços no valor de R\$ 30.955.739,51 para execução no próximo exercício, conforme abaixo discriminados:

Quadro 18 – Despesas com Investimento/Custeio/Pessoal

	EMPENH.	PERC.	LIQUID.	PERC.	RPNP	PERC.	PAGAS	PERC.
INV.	22.758.329,72	3,10%	5.209.927,67	0,74%	17.548.402,05	56,69%	5.207.476,61	0,74%
CUST.	135.741.715,79	18,48%	122.334.378,33	17,38%	13.407.337,46	43,31%	122.088.499,87	17,36%
PESS.	576.162.995,81	78,42%	576.162.995,81	81,88%	0,00	0,00%	576.162.995,81	81,90%
<b>TOTAL</b>	<b>734.663.041,32</b>	<b>100%</b>	<b>703.707.301,81</b>	<b>100%</b>	<b>30.955.739,51</b>	<b>100%</b>	<b>703.458.972,29</b>	<b>100%</b>

Fonte: PRAD

Devido aos problemas enfrentados pelo país, do total do orçamento empenhado no exercício, foram empenhados somente 3,10 % de investimento e 18,48% com despesas de manutenção, ficando despesas com pessoal de 78,42% do orçamento empenhado.

As despesas com pessoal tiveram um aumento final em comparação ao exercício de 2015 de 27,09% pela inclusão dos servidores da Unidade gestora 154357 na ug 154054 (Fundação Universidade Federal de MS) devido ao contrato de gestão gratuita com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, e também um aumento 67,36% dentro do grupo demais por incluir esses servidores e também por causa do pagamento de abono permanência de ativos e inativos pagos na folha de pagamento de novembro/2016.

Quadro 19 – Despesas com Pessoal

	EMPENHADAS		
PESSOAL	2016	AH%	2015
319011	340.755.525,29	29,37%	263.387.109,77
319001	125.569.553,98	10,55%	113.591.343,85
319113	66.338.175,29	31,66%	50.385.438,42
Demais elementos grupo	43.499.741,25	67,36%	25.992.209,24
<b>TOTAL</b>	<b>576.162.995,81</b>	<b>27,09%</b>	<b>453.356.101,28</b>

Fonte: PRAD

As despesas de custeio tiveram no geral um aumento 28,09% em relação ao exercício anterior, os aumentos e quedas dentro do grupo em alguns casos significativos, como por exemplo: as despesas 339046 auxílio alimentação, 339093 e demais que inclui 339092 (despesas de custeio da folha de pagamento) foram relativos a inclusão dos servidores do Hospital Universitário na unidade gestora da universidade, conforme mencionado acima, os demais elementos dentro do grupo tiveram aumentos pouco significativos, mas a queda em bolsas foi devido as novas políticas econômicas do governo que cortaram algumas bolsas.

Quadro 20 – Despesa com Custeio

	EMPENHADAS		
CUSTEIO	2016		2015
339039	46.178.093,64	11,26%	41.504.988,60
339046	18.276.079,74	58,50%	11.530.799,29
339037	18.224.239,27	6,87%	17.052.828,85
339093	11.756.153,38	51,61%	7.754.308,11
339018	10.289.063,99	-11,33%	11.603.894,79
Demais elementos grupo	31.018.085,77	87,64%	16.530.230,73
<b>TOTAL</b>	<b>135.741.715,79</b>	<b>28,09%</b>	<b>105.977.050,37</b>

Fonte: PRAD

O grupo de investimentos teve um aumento geral de 17,59% em relação ao exercício de 2015, sendo seus valores mais expressivos na porcentagem entre os elementos de despesas, onde ocorreu uma mudança de despesas, quando em 2015 investiam-se mais em obras, devido as várias obras concluídas no exercício 2016 foram precisos investimentos em materiais permanentes em 119,47% e softwares em 391,23% para equipar esses imóveis concluídos, tendo uma redução de 34,37% em investimentos de obras, conforme quadro abaixo:

Quadro 21 – Despesa com Investimento

	EMPENHADAS		
INVESTIMENTOS	2016		2015
449052	14.231.532,23	119,47%	6.484.355,14
449051	8.367.326,28	-34,37%	12.748.463,64
449039	159.471,21	391,23%	32.463,56
Demais elementos grupo	0,00	-100,00%	88.915,98
<b>TOTAL</b>	<b>22.758.329,72</b>	<b>17,59%</b>	<b>19.354.198,32</b>

Fonte: PRAD

Esses aumentos e diminuições refletem também as despesas por modalidade de licitação.

Quadro 22 - Despesas totais por modalidade de Contratação

<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Código UO: 26401</b>			
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa Paga</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+G)</b>	<b>203.471,89</b>	<b>17.252.597,13</b>	<b>203.471,89</b>	<b>17.080.587,56</b>
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	203.471,89	17.252.597,13	203.471,89	17.080.587,56
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2.Contratações Diretas(h+i)</b>	<b>0,00</b>	<b>6.205.781,08</b>	<b>0,00</b>	<b>6.202.758,70</b>
Dispensa	0,00	5.905.216,83	0,00	5.902.194,45
Inexigibilidade	0,00	300.564,25	0,00	300.564,25
<b>3.Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>11.690,99</b>	<b>0,00</b>	<b>11.690,99</b>
Suprimento de Fundos	0,00	11.690,99	0,00	11.690,99
<b>4.Pagamento de Pessoal(k+l)</b>	<b>0,00</b>	<b>81.384.490,46</b>	<b>0,00</b>	<b>81.320.978,74</b>
Pagamento em folha	0,00	81.384.490,46	0,00	81.320.978,74
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5.Outros</b>	<b>1.324.049,76</b>	<b>15.389.369,55</b>	<b>1.204.757,84</b>	<b>15.304.277,98</b>
<b>6.Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.527.521,65</b>	<b>120.243.929,21</b>	<b>1.408.229,73</b>	<b>119.920.293,97</b>

Fonte: PRAD

Quadro 23 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – UO 26401

Unidade Orçamentária:					Código UO: 26401		UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupo de Despesas	Empenhada		Liquidada		Rp não processados		Valores Pagos	
1.Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
319011	0,00	56.052.551,51	0,00	56.052.551,51	0,00	0,00	0,00	55.989.039,79
319113	0,00	13.235.846,33	0,00	13.235.846,33	0,00	0,00	0,00	13.235.846,33
319016	0,00	12.013.947,60	0,00	12.013.947,60	0,00	0,00	0,00	12.013.947,60
Demais elementos grupo	0,00	82.145,02	0,00	82.145,02	0,00	0,00	0,00	82.145,02
2.Juros Encargos Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.Outras Despesa Corrente								
339091	1.173.225,95	1.458.421,34	1.173.225,95	1.191.999,79	0,00	266.421,55	1.173.225,95	1.191.999,79
339039	191.166,88	6.611.111,48	191.166,88	6.526.483,78	0,00	84.627,70	71.874,96	6.526.483,78
339092	145.439,67	348.302,31	145.439,67	348.302,31	0,00	0,00	145.439,67	348.302,31
339047	17.689,15	2.079.579,00	17.689,15	2.079.579,00	0,00	0,00	17.689,15	2.079.579,00
339030	0,00	8.568.734,19	0,00	8.443.436,46	0,00	125.297,73	0,00	8.272.076,81
339037	0,00	7.925.009,89	0,00	7.925.009,89	0,00	0,00	0,00	7.921.337,59
339048	0,00	7.119.616,40	0,00	7.119.616,40	0,00	0,00	0,00	7.119.616,40
339046	0,00	3.008.160,16	0,00	3.008.160,16	0,00	0,00	0,00	3.008.160,16
Demais elementos grupo	0,00	2.059.780,99	0,00	2.036.280,99	0,00	23.500,00	0,00	1.951.189,42
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesas	Empenhadas		Liquidadas		RP não Processados		Valores Pagos	
4.Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
449052	0,00	182.166,13	0,00	180.569,97	0,00	1.596,16	0,00	180.569,97
Demais elementos grupo								
5.Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PRAD

Notas Explicativas :

a) os valores dos quadros acima são consolidados Créditos Originários e Créditos de Movimentação

b) foi alterado os valores de demais elementos do grupo de outras despesas correntes no ano de 2015 de despesas empenhadas era R\$ 5.946.083,64 onde estava incluído o valor de R\$ 1.458.421,34 que foi deslocado para o 1º lugar do grupo no elemento 339091 , R\$ 348.302,31 para elemento 339092 sendo 3º do grupo e R\$ 2.079.579,00 para 4º do grupo e consequentemente alterados os valores liquidados, RPNP e pagos.

## Análise Crítica

Devido ao contrato de gestão gratuita 251/2013 entre o órgão 26283 -UG 154357(NHU) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a execução das despesas do Hospital Universitário, foi realizado quase que totalmente na UG vinculada À EBSEH- UG 155124/26443, não sendo de responsabilidade do órgão 26283 a execução das mesmas. Com exceção das despesas abaixo relacionadas, que ainda por motivos de reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores, final de contrato como com a empresa Netware ou ordem judicial como a empresa Servan, foram executadas na ug 154357.

No caso das despesas com pessoal dos servidores do hospital universitário, as mesmas foram executadas na UG 154054 (Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul).

Quadro 24 – Despesas Executadas pela UG 154357

NE	FORNECEDOR	FONTE	ELEM.	EMPENH.	PAGOS	RPP
000006	STN/COFIN	6186369011	339147	92,96	92,96	0,00
000007	SERVAN	6100150714	339091	88.334,36	88.334,36	0,00
000008	NOVAFARMA LTDA	6186369011	339092	81,40	81,40	0,00
000009	FRESENIUS KABI BRAS	6186369011	339092	2.138,40	2.138,40	0,00
000010	PLASTIMED LTDA.	6186369011	339092	12,51	12,51	0,00
000011	JNJ	6186369011	339092	122,87	122,87	0,00
000012	QUALITY	6186369011	339092	251,89	251,89	0,00
000013	CIRURGICA FERNANDES	6186369011	339092	412,62	412,62	0,00
000014	QUALITY	6186369011	339092	450,75	450,75	0,00
000015	BOSTON SCIENTIFIC D	6186369011	339092	116,95	116,95	0,00
000016	GUSSONEQUIP.MEDIC.	6186369011	339092	13,02	13,02	0,00
000017	CORTICAL COMERCIO D	6186369011	339092	351,61	351,61	0,00
000018	BAXTER HOSPITALAR	6186369011	339092	275,90	275,90	0,00
000019	INSS/CGFOC/DF	6153000000	339147	10.492,13	10.492,13	0,00
000020	SERVAN	6153000000	339091	135.000,00	135.000,00	0,00
000021	STN/COFIN	6186369011	339147	2.899,22	2.899,22	0,00
000022	CNEN - IRD	6153000000	339192	1.645,98	1.645,98	0,00
000025	SERVAN	6153000000	339091	150.000,00	150.000,00	0,00
000026	STN/COFIN	6153000000	339147	615,56	615,56	0,00
000027	SERVAN	6153000000	339091	165.000,00	165.000,00	0,00
000028	SERVAN	6153000000	339091	501.967,57	501.967,57	0,00
000031	COMPANHIA DE GAS	6153000000	339047	3.589,28	3.589,28	0,00
000033	COMPANHIA DE GAS	6153000000	339092	7.968,84	7.968,84	0,00
000036	SERVAN	6153000000	339091	132.924,02	132.924,02	0,00
800001	RONDAI	6100150714	339092	119.617,77	119.617,77	0,00
800002	NETWARE	6100150714	339092	11.979,16	11.979,16	0,00
800003	NETWARE	6153000000	339039	11.979,16	11.979,16	0,00
800010	NETWARE	6153000000	339039	11.979,16	11.979,16	0,00
800013	NETWARE	6153000000	339039	11.979,16	11.979,16	0,00
800015	NETWARE	6153000000	339039	35.937,48	35.937,48	0,00
800018	INSTITUTO MIRIM	6100002406	335039	119.291,92	0,00	119.291,92
	<b>TOTAL</b>			<b>1.527.521,65</b>	<b>1.408.229,73</b>	<b>119.291,92</b>

Fonte: PRAD

Por decisão da ordenador de despesas da UG 154357, foi liquidada a despesa com o Instituto Mirim de Campo Grande, mas não pago até 31/12/2016, ficando em restos a pagar processados.

#### **4.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal**

Não houve utilização no exercício de 2016<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Informado pela PRAD

#### **4.4 Desempenho operacional**

Os resultados obtidos pela UFMS na condução dos objetivos definidos no planejamento estão relacionados na Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional (no subitem 4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício), inclusive vinculando cada meta às ações orçamentárias alinhadas com o PPA/LOA.

As principais dificuldades enfrentadas pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para a consecução dos objetivos já foram abordadas em vários tópicos desse Relatório, principalmente no Capítulo 2, na seção que trata sobre as principais dificuldades para a realização dos objetivos e, de forma mais específica, na coluna “Realizações da Unidade” da Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional citada no parágrafo anterior.

A análise dos indicadores desenvolvidos pela UFMS será feita no item 4.5 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho, onde observa-se na coluna “Desempenho” o resultado, o significado e a análise dos resultados de cada indicador desenvolvido.

Além disso, em cada capítulo ou quadro desse Relatório foi feita uma análise que, de alguma forma, aborda o que está sendo solicitado nesse item.

#### 4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Apresentamos em seguida os indicadores implementados em 2016 e seus correspondentes macroprocessos.

Quadro 25 - Indicadores de Desempenho

Macroprocesso	Indicador (Id)	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
<b>Ensino de Graduação Presencial</b>	Percentual de Variação do Acervo Bibliográfico	$Id = \left[ \left( \frac{\text{Acervo ano corrente}}{\text{Acervo ano comparado}} \right) - 1 \right] \times 100$	Demonstra a variação do acervo bibliográfico, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Consubstanciado por análises sobre o contingente real e potencial de alunos e os demais aspectos correlacionados à atividade acadêmica, o indicador pode melhorar o entendimento sobre o quantitativo apropriado do acervo bibliográfico e dos correspondentes investimentos realizados para a sua composição.	$Id = \left[ \left( \frac{486.784}{475.277} \right) - 1 \right] \times 100$ $Id = 2,41\%$	Observa-se um crescimento de 2,41% no acervo bibliográfico em 2016, incluindo o acervo digital, entretanto, considerando a variação obtida em 2015, que apresentou um crescimento de 3,53% no acervo. Importante ressaltar que a variação da ampliação do acervo reflete o comportamento dos preços dos materiais bibliográficos adquiridos e, sobremaneira, das disponibilidades orçamentárias.
	Percentual de Variação das Vagas Ociosas <sup>1</sup>	$Id = \left[ \left( \frac{\sum \text{de vagas ociosas ano corrente}}{\sum \text{de vagas ociosas ano comparado}} \right) - 1 \right] \times 100$	Demonstra a variação das vagas ociosas, portanto, quanto menor o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para subsidiar os estudos de identificação e mitigação dos fatores que desencadeiam tal evento, auxiliar a programação da oferta de cursos de graduação e o desenvolvimento de ações para melhorar a resolutividade dos programas de fortalecimento do desempenho acadêmico e dos cursos de graduação.	$Id = \left[ \left( \frac{6.238}{6.358} \right) - 1 \right] \times 100$ $Id = (1,89)\%$	O contingente de vagas ociosas (vagas não preenchidas nos processos seletivos do tempo do curso + as vagas dos excluídos) diminuiu 1,89% em 2016. Com relação à variação do indicador em 2015 de 24,47% houve um pequeno decréscimo das evasões.. As coordenações de curso têm sido orientadas a acompanhar as matrículas e identificar os motivos da desistência dos alunos.

Continua

Macroprocesso	Indicador (Id)	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
<b>Ensino de Graduação Presencial</b>	Percentual de Ocupação <sup>2</sup> das Vagas Ociosas	$Id = (\sum \text{de vagas ociosas ocupadas} / \sum \text{de vagas ociosas}) \times 100$	Demonstra o percentual de vagas ociosas que foram ocupadas sobre o contingente de vagas ociosas, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se esse indicador para mensurar a eficácia das ações empreendidas para corrigir tal evento, subsidiar estudos e ações corretivas futuras.	$Id = (571/5.665) \times 100$  $Id = 10,08\%$	O preenchimento de vagas ociosas chegou a 10,08% em 2015. Considerando o preenchimento de vagas obtido no ano anterior, que foi 829 de um total de 5.485 vagas, índice de 15,11% não almejamos êxito, já que em vez de a variação ser positiva (quanto maior o resultado do indicador, mais vagas ociosas foram preenchidas) ela apresentou decréscimo deste indicador ou seja, preencheu-se menos vagas ociosas em 2016. Cumpre destacar que as vagas ociosas têm sido ofertadas através de editais específicos, entretanto, a procura por transferência externa ou portadores de diplomas é muito pequena na maioria dos cursos que têm vagas ociosas.
	Desempenho dos Cursos de Graduação na Avaliação INEP <sup>3</sup>	$Id = (\sum \text{de cursos com conceito elevado} / \sum \text{de cursos avaliados}) \times 100$	Demonstra o percentual de cursos que obtiveram aumento no Conceito Preliminar de Curso (CPC), portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para analisar a performance dos cursos de graduação nas avaliações externas e para subsidiar a política de fortalecimento da graduação.	$Id = (6 / 46) \times 100$  $Id = 13,04\%$	No ciclo avaliativo (2011-2014) foram avaliados quarenta e seis cursos de graduação, sendo que três cursos elevaram o conceito de 2 para 3; dois cursos elevaram o conceito de 3 para 4 e um curso elevou o conceito de 4 para 5. Considerando a variação do ano anterior (29%) o indicador apresentou um desempenho insatisfatório por apresentar um decréscimo de 55,03% no número relativo de cursos com conceito elevado.
		$Id = (\sum \text{de cursos com conceito rebaixado} / \sum \text{de cursos avaliados}) \times 100$	Demonstra o percentual de cursos que obtiveram rebaixamento no Conceito Preliminar de Curso (CPC), portanto, quanto menor o valor do indicador melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para analisar a performance dos cursos de graduação nas avaliações externas e para subsidiar a política de fortalecimento da graduação.	$Id = (11 / 46) \times 100$  $Id = 23,91\%$	No ciclo avaliativo (2011-2014) foram avaliados quarenta e seis cursos de graduação, sendo que onze cursos obtiveram rebaixamento do CPC. Considerando a variação do ano anterior (57%) o indicador apresentou um desempenho insatisfatório por apresentar um decréscimo de 58,05% no número relativo de cursos com conceito elevado.

Referência: Ano Corrente (2016). Ano Comparado (2015).

Notas: <sup>(1)</sup> Considera o contingente de vagas ociosas decorrentes de jubilação, desistência, reprovação, transferência para outras IES, solicitação do aluno de exclusão por outros motivos. <sup>(2)</sup> Considera as vagas ociosas ocupadas no ano corrente, sobre o contingente total de vagas ociosas. <sup>(3)</sup> Considera os cursos submetidos à avaliação do ciclo/ENADE (2011- 2014) para a obtenção do Conceito Preliminar de Curso (CPC), desconsiderando do cômputo os cursos que não obtiveram conceito (SC). Os Ciclos (2012-2015) e (2013-2016) ainda não foram disponibilizados pelo MEC.

Fonte: PREG. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Macroprocesso	Indicador (Id)	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
<b>Extensão e Apoio Estudantil</b>	Percentual de Variação das Ações de Extensão	$Id = [(\sum \text{de ações de extensão do ano corrente} / \sum \text{de ações de extensão do ano comparado}) - 1] \times 100$	Demonstra o percentual de variação das ações de extensão desenvolvidas, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para, junto a outros, referenciar a eficácia das ações que viabilizam uma maior inserção do meio acadêmico à materialidade da vida social em suas variadas interfaces e a consolidação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.	$Id = [(245 / 190) - 1] \times 100$  Id= 28,95%	O indicador apresentou um acréscimo de 28,95% no total de ações de extensão desenvolvidas em relação ao ano de 2015, quando o índice percentual teve um decréscimo de 26,35%, motivado em razão da maior seletividade em busca por ações com mais qualidade e visibilidade para a instituição.
	Percentual de Atendimento da Demanda dos Programas de Apoio Estudantil <sup>1</sup>	$Id = (\sum \text{de solicitações atendidas no ano corrente} / \sum \text{de solicitações no ano corrente}) \times 100$	Demonstra o percentual de atendimento dos benefícios solicitados, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para subsidiar as políticas de apoio estudantil no que respeita a sua eficácia de atendimento e aperfeiçoamento acadêmico e outros aspectos correlacionados.	$Id = (3.175 / 5.934) \times 100$  Id= 53,51%	A demanda dos programas de apoio estudantil obteve 53,51% de atendimento. Observa-se neste indicador que quase a metade das solicitações foram indeferidas por razões diversas, tais como não atendimento dos requisitos de renda mínima, falta de documentos, decadência de prazos, etc. Percebe-se a necessidade de prestar mais orientações aos acadêmicos sobre os critérios para solicitação dos benefícios.
	Percentual de Ampliação de Benefícios <sup>2</sup> Concedidos	$Id = [(\sum \text{de beneficiados do ano corrente} / \sum \text{de beneficiados do ano comparado}) - 1] \times 100$	Demonstra percentualmente o crescimento na concessão de benefícios, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor é o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para subsidiar as políticas de apoio estudantil no que respeita a sua eficácia de atendimento e aperfeiçoamento acadêmico e outros aspectos correlacionados.	$Id = [(3.175 / 6.287) - 1] \times 100$  Id= (49,50)%	A concessão de benefícios obteve uma decréscimo de 49,50%.

Referência: Ano Corrente (2016). Ano Comparado (2015).

Notas: <sup>(1)</sup> Considera os programas de apoio estudantil: Bolsa Permanência, Auxílio Alimentação, Incentivo à Participação em Eventos (IPEV) e Ações de Assistência a Saúde

<sup>(2)</sup> Benefícios referentes aos programas de apoio estudantil: Bolsa Permanência, Auxílio Alimentação, Incentivo à Participação em Eventos (IPEV) e Ações de Assistência a Saúde

Fonte: PREAE. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Macroprocesso	Indicador	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
Pós-graduação e Pesquisa	Variação do número de bolsistas para a Iniciação Científica.	$Id = [(\sum \text{bolsistas a.c.} / \sum \text{bolsistas a.a.}) - 1] \times 100$	Demonstra o percentual da variação do número de bolsistas para a iniciação científica. O indicador é utilizado para subsidiar a política de fortalecimento da Iniciação Científica na Instituição.	$Id = [(402 / 387) - 1] \times 100$ Id= 4,69%	O número de bolsistas para a iniciação científica cresceu 4,69% em relação ao ano anterior.
	Média Conceitual dos Cursos de Pós-graduação	$Id = \text{Soma das notas dos cursos de pós-graduação}^1 / \sum \text{dos cursos de pós-graduação}$	Demonstra a média conceitual dos cursos de pós-graduação, portanto, quanto maior o valor do indicador (escala de 0 a 7), melhor é o seu desempenho. O indicador é utilizado para subsidiar a política de fortalecimento da Pós-graduação.	$Id = 203 / 56$ Id = 3,63	Em 2016, com as ações desencadeadas para fortalecer a pós-graduação na UFMS, o indicador apresentou uma média de 3,63. Em relação ao ano anterior 3,64 o indicador se manteve praticamente estável.

Referência: Ano Corrente (2016). Ano Comparado (2015).

Notas: <sup>(1)</sup> Considera as notas conferidas pela CAPES aos cursos de pós-graduação, inclusive os profissionalizantes e em rede nacional.

Fonte: PROPP. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Macroprocesso	Indicador	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
<b>Gestão Patrimonial e Financeira</b>	Percentual de Execução Orçamentária em investimentos.	$(\text{Orçamento empenhado}^1 / \text{Recursos Orçamentários}^2) \times 100$	Demonstra o percentual de execução do orçamento destinado à Instituição, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor é o seu desempenho. Esse indicador é utilizado para subsidiar as políticas de gestão financeira das despesas de capital, aportando, ainda, informações sobre a efetividade dos fluxos de processos internos afetos à gestão supramencionada.	$\text{Id} = (\text{R\$ } 22.758.329,72 / \text{R\$ } 28.759.960,00) \times 100$ $\text{Id} = 79,13\%$	Em 2016 foi possível a execução de 79,13% do orçamento disponível para as despesas com ampliação da infraestrutura Institucional e aquisição de material permanente. No Comparativo a 2015, o qual apresentou um percentual de execução de 57,70%, fica evidenciado um acréscimo de 21,43% no empenho das despesas de capital.

Referência: Ano Corrente (2016). Ano Comparado (2015).

Notas: <sup>(1)</sup> Considera o empenho das Despesas de Investimento previsto na LOA para o exercício de 2015. <sup>(2)</sup> Considera os recursos orçamentários destinados pelo Governo Federal (LOA) no Grupo de Despesas 4 - Investimentos.

Obs.: Cabe ainda esclarecer que no ano de 2016 a SPO/MEC estabeleceu um contingenciamento de 50% nos limites orçamentários destinados aos investimentos na UFMS.

Fonte: PROPLAN. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

#### 4.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Os Indicadores de Gestão estabelecidos pela Decisão nº 408/2002 – PLENÁRIO e Acordãos nº 1043/2006 e nº 2167/2006 – PLENÁRIO do TCU, e de acordo com as orientações para o cálculo contidas na versão TCU/SESu/MEC/SFC revisada em janeiro/2011, encontram-se identificados conforme abaixo:

Quadro 26- Indicadores Primários – Decisão TCU N.º 408/2002

Indicadores Primários	Exercícios				
	2012	2013	2014	2015	2016
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	349.282.267,00	386.345.335,25	404.368.494,36	429.340.885,55	554.812.729,54
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	321.136.210,45	351.274.946,94	378.318.087,62	417.535.382,48	560.067.483,45
Número de professores equivalentes	1.023,50	1.195,50	1.239,50	1.266,00	1.306,50
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	2.636,25	2.886,50	2.802,75	2.695,00	2.865,25
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1.484,25	1.678,75	1.879,25	1.779,00	1.835,25
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	14.637	14.799	15.639	15.659	16.448,00
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	1.347	1.453	1.546	1.632	1.656,00
Alunos de residência médica (AR)	115	117	116	125	130
Número de Alunos Equivalentes Da Graduação (AGE)	19.112,31	19.423,52	19.972,69	20.437,01	20.741,22
Número de Alunos Da Graduação Em Tempo Integral (AGTI)	12.102,55	12.155,54	12.517,58	12.995,71	12.551,30
Número de Alunos Da Pós-Graduação Em Tempo Integral (APGTI)	2.694,00	2.906,00	3.092,00	3.264,00	3.312,00
Número de alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	230,00	234,00	232,00	250,00	260,00

Fonte: PROPLAN

## Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES

Quadro 27 - Resultado dos Indicadores da Decisão TCU N.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	Exercícios				
	2012	2013	2014	2015	2016
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	15.849,85	17.122,56	17.357,34	17.925,79	22.819,39
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	14.573,05	15.568,27	16.239,13	17.432,89	23.035,51
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	14,68	12,79	12,78	13,04	12,34
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	5,70	5,30	5,65	6,13	5,63
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	10,12	9,11	8,43	9,28	8,79
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,58	2,41	2,26	2,13	2,19
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,45	1,40	1,52	1,41	1,40
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,83	0,82	0,80	0,83	0,76
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,08	0,09	0,09	0,094	0,091
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,42	3,50	3,51	3,61	3,50
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,87	4,01	4,09	4,13	4,28
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	57,66	51,59	44,60	40,59	41,54

Fonte: PROPLAN

## **Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES**

Com o objetivo de analisar os resultados obtidos pela UFMS para os indicadores de desempenho preconizados pela Decisão de número 408/2002 do Tribunal de Contas da União, realizar-se-á análise sumária dos indicadores primários, no período de 2012 a 2016, para que se viabilize um diagnóstico institucional alinhado à realidade do seu contexto e, sobretudo aos objetivos e à função social da UFMS. Para efeito deste desígnio, prossegue-se:

**Custo Corrente com HU (Hospital Universitário)** – o indicador apresenta um crescimento de 58,84% na série temporal de 2012 a 2016. A maior ampliação percentual do indicador ocorreu no ano de 2016 com 29,22%, em relação ao ano anterior, motivado pelo crescimento das despesas com a folha de pessoal e encargos sociais, sendo que os outros elementos tiveram o crescimento moderado. Nos demais anos em análise os índices do custo corrente seguiu um crescimento estável próximo aos índices inflacionários.

No custo corrente com o Hospital Universitário somente foram computadas os Termos de Execução Descentralizados - TED, as demais despesas correntes totais da Unidade Gestora - Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP, não foram computados em razão deste estar vinculada a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- Ebserh.

**Custo Corrente sem HU (Hospital Universitário)** – este indicador apresenta um crescimento de 74,40% na série temporal de 2012 a 2016. No comparativo ano a ano observa-se que a variação de 7,69% registrada em 2014 foi a menor variação; em contrapartida a maior variação de crescimento da série de 34,14% ocorreu em 2016. O crescimento do indicador teve impacto em razão do aumento das despesas com a folha de pessoal e encargos sociais. Nos demais anos em análise os índices do custo corrente seguiu um crescimento estável próximo aos índices inflacionários.

**Número de Professores Equivalentes** – Na série temporal em consideração, observa-se um crescimento de 27,65%. No comparativo de 2012 e 2013 há o crescimento mais significativo do período: 16,8%. A partir de 2014 o crescimento estabilizou na casa dos 2,5%. No ano de 2016 em relação a 2015 ocorreu um crescimento de 4,7%.

A adesão ao processo de expansão, tem como contrapartida a ampliação do Banco de Professor Equivalente de forma a garantir a oferta de novos cursos e ampliação de vagas nos cursos existentes, na forma pactuada com o MEC. Entretanto, o quantitativo autorizado de professor equivalente mantém igual a 2014 o que levou a pequenas variações no banco de professores. Ressaltando que a tendência desse indicador é estabilizar a partir do momento da consolidação da Instituição

**Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospital Universitário)** - O crescimento da série temporal consiste em 8,69%. No ano de 2013 houve um acréscimo de 9,49% em relação a 2012. Já nos anos de 2014 e 2015 houve um decréscimo de 2,90% e 3,84%. O aumento das contratações verificadas no período 2011 a 2013 e 2016 tiveram por intenção atender a demanda por profissionais de nível técnico, haja vista que em razão da ampliação dos serviços ofertados pela UFMS, junto ao HU, à comunidade universitária, faz-se necessário garantir um corpo técnico

administrativo compatível com as necessidades reais e potenciais, pautado tal contingenciamento nas diversas posições de trabalho demandadas.

**Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospital Universitário)** – o crescimento observado no período corresponde a 23,64%, sendo o ano de 2013 o que apresentou o maior aumento percentual comparado ao ano anterior: 13,10%. Já no ano de 2015 houve um decréscimo de 5,33%. As contratações no período em referência tiveram por intenção atender à demanda por profissionais de nível técnico para atender as demandas dos serviços ofertados pela UFMS.

**Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)** – pode-se observar que o crescimento do indicador é de 12,37% na série temporal, com o ano de 2012 apresentando o maior aumento, qual seja 7,97%. Desde 2012 as vagas oferecidas nos cursos de graduação foram ampliadas por meio da criação de novos cursos e/ou do aumento de vagas nos cursos existentes; entretanto, no ano de 2015 optou-se por não ampliar a oferta regular de vagas nos cursos de graduação. Em 2016 verifica-se um aumento da AG devido a redução da taxa média de evasão.

**Total de Alunos na Pós-graduação Stricto Sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)** – o indicador apresenta um crescimento de 12,37% na série temporal. No período de 2012 a 2015 o crescimento das vagas atingiu a faixa de 5,6% a 7,8%, em razão do oferecimento de novos programas de pós-graduação ou pela ampliação das vagas nos programas existentes. No ano de 2016 houve ampliação de apenas 23 vagas nos programas, aumento considerado insignificativo.

**Alunos de Residência Médica (AR)** – na série temporal considerada observa-se um crescimento de 13,04%, sendo que em 2015 ocorreu o maior crescimento, 7,8%. Os percentuais estão em conformidade com a programação de vagas destinadas, anualmente, às IFES, realizada pelo Ministério da Saúde, de modo que à UFMS compete o gerenciamento das vagas que lhe foram designadas.

**Número de Aluno Equivalente da Graduação (AGE)** – o indicador apresenta crescimento de 8,52% no período. A série temporal apresenta um crescimento constante, entre 1,63% a 2,83%, sendo possível atribuir a esses modestos aumentos o número considerável de transferências, de matrículas trancadas e, ainda, o contingente de alunos em retenção acadêmica.

**Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)** – o indicador apresenta um crescimento de 3,71% no período. No ano de 2012 passamos por um declínio de 0,43%. Nos anos subsequentes o processo se estabilizou em razão do SISU, das transferências por mobilidade, das matrículas trancadas e do contingente de alunos em retenção acadêmica. No ano de 2016 houve uma queda de 3,42 em razão do declínio de 6,67 no número de alunos ingressantes e 1,94% de alunos concluintes.

**Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)** – na série temporal considerada, o indicador apresenta um crescimento de 22,94%. Este percentual indica que houve uma maior oferta das vagas nos cursos de pós-graduação, especificamente nos anos 2013, 2014 e 2015 no qual houve um crescimento de 7,8%; 6,4% e 5,6%. Em 2016 observa-se um decréscimo de 1,47% o qual reflete o contingenciamento da oferta de novas vagas.

**Número de Alunos Tempo Integral de Residência Médica (ARTI)** – observa-se um crescimento de 13,04% no quinquênio. Os percentuais estão em conformidade com a programação de vagas destinadas, anualmente, às IFES, realizada pelo Ministério da Saúde, de modo que à UFMS compete o gerenciamento das vagas que lhe foram designadas.

O Quadro “Resultado dos Indicadores da Decisão TCU N.º 408/2002” abrange:

**Custo Corrente com HU/Aluno Equivalente** – o indicador apresenta um crescimento de 42,05% na série temporal em questão. A maior ampliação percentual do indicador ocorreu no ano de 2016 com 25,60%, em relação ao ano anterior. Este aumento de 27,49% foi motivado pelo crescimento das despesas de custeio, especificamente as despesas com a folha de pessoal e encargos sociais.

Observa-se, também, que no custo corrente somente foram computadas os Termos de Execução Descentralizados - TED, as demais despesas correntes totais da Unidade Gestora - Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP, não foram computados em razão deste estar vinculada a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- Ebserh.

Em contrapartida o número de alunos equivalentes cresceu somente 1,47% no ano de 2016, o que elevou o custo corrente do Aluno Equivalente.

**Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente** – na série temporal o indicador apresenta um crescimento de 58,07%. Nos anos 2013; 2014, 2015 e 2016 houve um crescimento de 6,8%, 4,31%, 7,35% e 32,14% nessa ordem, o que pode corresponder ao número mais modesto de alunos equivalentes no período. Em contrapartida os custos correntes foram motivados pelo aumento das despesas com pessoal e encargos sociais.

**Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente** – observa-se que na série temporal considerada houve um decréscimo de 15,94% no indicador. Em 2013 obteve-se a menor média na relação aluno/professor que foi 12,87%. Em 2016 o quantitativo de alunos em tempo integral houve um decréscimo de 2,45% em relação ao anterior, enquanto o quantitativo de professores equivalentes cresceu 3,20% em relação a 2015. Esse resultado demonstra uma maior admissão de docentes no período em relação ao ingresso e permanência de acadêmicos na UFMS.

**Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com e sem HU** – o indicador (com HU) evidenciou um decréscimo de 1,23% na série temporal, com o ano de 2016 apresentando a menor média do período, qual seja 8,16%. Desconsiderando o HU, o indicador apresentou um decréscimo de 13,14% no período em questão, tendo o ano de 2013, evidenciado a menor média da série temporal que foi de 9,98%. As variações dos resultados correspondem aos períodos em que houve menor e maior admissão de técnicos administrativos, frisando que tais admissões dependem de um conjunto de fatores externos à competência da UFMS. Em relação ao quantitativo de alunos em tempo integral houve um decréscimo em 2016 de 2,45% em relação ao anterior.

**Funcionário Equivalente com e sem HU/ Professor Equivalente** – o indicador (com HU) evidenciou um decréscimo de 15,12% na série temporal, com o ano de 2016 apresentando a melhor média do período, qual seja, 2,82%. Desconsiderando o HU, o indicador evidenciou um decréscimo de 3,45%, tendo o ano de 2014, evidenciado

a maior média da série temporal que foi de 1,52. Nos demais anos a proporção funcionário equivalente/professor equivalente esteve estável girando em torno 1,4.

**Grau de Participação Estudantil (GPE)** – na série temporal considerada este indicador teve um decréscimo de 8,43%. Em 2015 houve o melhor desempenho do indicador: 0,83. Em 2016 foi o pior indicador com decréscimo de 8,43. Oportuno destacar que a variação nos resultados do GPE no período em questão corresponde às reorganizações nas grades curriculares dos cursos de graduação, que se mostraram necessárias ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas ao longo da formação acadêmica.

**Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)** – este indicador obteve um crescimento de 13,75% no quinquênio. Observa-se que no ano de 2016 o indicador apresentou retração de 3,19%. O desempenho deste indicador se conforma com a ampliação das vagas nos cursos de pós-graduação, seja por meio da criação de novos cursos ou do aumento da oferta de vagas nos cursos já existentes.

**Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação** – no período analisado, o indicador evidenciou um crescimento de 2,34%. No ano de 2016 ocorreu o único decréscimo da série temporal considerada, que foi de 3,05%, este resultado pode ser atribuído à criação de novos programas de pós-graduação os quais iniciam com conceito 3 e, desse modo, impactaram negativamente no resultado do indicador. Nos demais anos o crescimento esteve estável.

**Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)** – na série temporal considerada este indicador teve um decréscimo de 8,43%. Oportuno destacar que a variação nos resultados do GPE no período em questão corresponde às reorganizações nas grades curriculares dos cursos de graduação, que se mostraram necessárias ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas ao longo da formação acadêmica.

**Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)** – Observa-se que o indicador apresentou um decréscimo de 27,95% no quinquênio (2012-2016). A partir de 2013, constata-se que a taxa decrescente indica uma ligação com o aumento da oferta de vagas decorrente do processo de expansão e a redução do número de ingressantes nos cursos de graduação devido à mudanças no processo seletivo de ingresso (SISU).

Alguns fatores contribuem para a redução da taxa de sucesso, entre os quais, destacamos a dificuldade do acadêmico concluir o curso dentro da duração padrão, o aumento dos trancamentos de matrículas decorrente da crescente oferta de condições para mobilidade estudantil nacional e internacional.

Outro fator que contribui para a estagnação da taxa de sucesso é decorrente do processo de expansão sem a respectiva contrapartida de recursos humanos e orçamentários para a consolidação desse processo.

#### **4.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos**

A UFMS não possui contratos cujos projetos ou programas sejam financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito ou agências governamentais estrangeiras.

**5.GOVERNANÇA, GESTÃO  
DE RISCOS E CONTROLES  
INTERNOS**

## 5.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura organizacional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, regulamentada no Art. 10 do Estatuto da UFMS compreende:

- I- os Conselhos Superiores;
- II- as Unidades da Administração Central;
- III- as Unidades da Administração Setorial;
- IV- as Unidades Suplementares; e
- V- a Assembléia Universitária

Os Conselhos Superiores da UFMS, já mencionados no item 1.3, são: I- o Conselho Universitário; II- o Conselho Diretor; III- o Conselho de Ensino de Graduação; IV- o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação; e V- o Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

As Unidades da Administração Central, anteriormente citadas no item 1.3, são: I- a Reitoria; II- as Pró-reitorias; e III- as Coordenações Gerais.

As Unidades da Administração Setorial são formadas pelos: I- Centros; II- Câmpus; III- Faculdades; IV- Institutos e V – Escolas.

A Unidade de Administração Setorial é a unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.

As Unidades Suplementares são aquelas com finalidades culturais, técnicas, assistenciais, desportivas, recreativas, para prestação de serviço e apoio as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente a UFMS possui duas unidades suplementares: o Núcleo de Hospital Universitário e o Núcleo de Tecnologia da Informação.

A Assembléia Universitária constituirá fórum de debates de assuntos relevantes de âmbito estadual, nacional e internacional, e de entrega de títulos e dignidades universitárias aprovadas pelo Conselho Universitário.

A Auditoria Interna da UFMS, unidade responsável pela promoção do controle da legalidade e legitimidade dos resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, atualmente está vinculada administrativamente a Reitoria e tecnicamente a Secretaria Federal de Controle Interno.

A Procuradoria Jurídica da UFMS, unidade responsável pela promoção das atividades de consultoria jurídica relacionadas com a administração universitária geral, bem como das questões judiciais perante qualquer foro ou Juízo.

A Ouvidoria da UFMS, unidade responsável pelo pós-atendimento, constituindo um canal de comunicação direta entre o cidadão e a Instituição, com vistas ao aprimoramento dos serviços prestados pela Universidade.

## 5.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Instrução Normativa/SFC nº 01/2001 estabeleceu que “a auditoria interna constitui-se em um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada”.

A unidade de Auditoria Interna (AUD/Coun) da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul possui regulamento próprio e específico aprovado pela Resolução COUN nº 70, de 25 de setembro de 2014, que define sua missão, responsabilidades, atribuições, composição e estrutura, bem como a formalização de políticas de funcionamento da unidade de auditoria interna, podendo ser consultada na Internet a partir do Boletim de Serviços da UFMS, disponível em <https://bse.ufms.br/>, e na página da unidade em <https://www.ufms.br/universidade/auditoria-interna/>.

Atualmente, a unidade está subordinada diretamente ao Conselho Universitário, conforme Resolução (Coun) nº 8, de 23 de março de 2016, preservando a independência dos trabalhos desenvolvidos, que é uma das diretrizes das normas internacionais de auditoria e em conformidade com o Decreto 3.591/2000.

O planejamento das atividades desenvolvidas pela AUD/Coun está consignado no Plano Anual de Atividades de Auditoria (Paint), que contém a programação das ações desenvolvidas pela Unidade baseada em análise dos riscos associados aos macroprocessos ou temas passíveis de serem trabalhados, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos do órgão.

Os trabalhos da unidade são executados de acordo com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A AUD/Coun possui autonomia para determinar o escopo dos trabalhos e a aplicação das técnicas necessárias para a consecução dos objetivos da auditoria, e possui o grau de independência necessário para o desempenho de suas atribuições com a imparcialidade almejada, eis que os auditores também fiscalizam atividades de gestão realizadas pelas unidades e servidores integrantes da Reitoria, não havendo qualquer influência dos gestores da universidade nos trabalhos realizados.

Além disso, o trabalho desenvolvido é preventivo, de modo a evitar eventuais penalidades dos órgãos de controle aos gestores e mácula nas Contas da Universidade, o que, por si só, já coloca o dirigente máximo na posição de maior interessado nos resultados alcançados, conferindo à Auditoria Interna a maior autonomia e independência possível para a eficácia dos trabalhos.

Destarte, o próprio regulamento da unidade, aprovado pela Resolução COUN 70, de 25 de setembro de 2014, já definiu as responsabilidades do Chefe da Auditoria Interna perante os conselhos superiores, estabelecendo garantia de acesso aos referidos conselhos, bem como a garantia de autoridade necessária para o desempenho de suas atribuições, conforme os dispositivos abaixo:

- O artigo 23 estabelece que o *‘Chefe da Auditoria Interna, com autorização do Plenário, poderá ter voz nas reuniões dos Conselhos Superiores para opinar em assuntos sobre a adequação e a efetividade dos controles interno administrativos, gestão de riscos e demais assuntos afetos a sua competência’*.
- Os incisos VIII e IX do art. 11, prescrevem como competência do Chefe da Auditoria *‘representar a Auditoria Interna perante o Conselho Superior e demais Órgãos e Unidades descentralizadas’* e *‘subsidiar os Conselhos Superiores e o Reitor, fornecendo informações que visem auxiliar nas tomadas de decisões’*.

Demonstra-se, assim, a existência de elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), e os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000.

Em respeito aos termos da Portaria CGU nº 915, de 25 de abril de 2014, e ao Regulamento da Auditoria Interna, a indicação para nomeação do titular da unidade de Auditoria Interna é submetida à Controladoria-Geral da União - CGU pelo dirigente máximo da entidade, após aprovada pelo Conselho Diretor, acompanhada do *Curriculum Vitae*, do qual deverão constar, além da formação acadêmica:

- os cargos e empregos eventualmente ocupados na Administração Pública, com o detalhamento das atividades desempenhadas;
- as áreas de atuação, o tempo de permanência e a descrição das atividades executadas e projetos mais relevantes desenvolvidos, com destaque para os efetuados no âmbito da entidade, quando houver;
- a descrição, o conteúdo programático e a carga horária de cursos realizados nas áreas de auditoria pública, de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, ou correlatas;
- comprovação de experiência de, no mínimo, dois anos em atividades de gestão pública, de auditoria, preferencialmente pública, de finanças públicas ou de contabilidade pública; e,
- comprovação de carga horária de, no mínimo, quarenta horas em curso de auditoria pública realizado nos últimos 2 anos que antecedem à indicação para nomeação ou designação da titularidade do órgão de auditoria interna.

Ressalta-se que, além dos auditores, o Chefe da Auditoria Interna também é responsável pelas auditorias efetivadas, a quem cabe orientar e coordenar os trabalhos, assinando, ao final, os relatórios juntamente com os auditores.

A estrutura atual de recursos humanos da AUD/Coun, que reflete, em grande medida, sua atuação, contou no exercício de 2016 com cinco Auditores, já incluindo o chefe titular da unidade, uma Administradora, que exerce funções de Auditora, e uma Assistente em Administração, sendo que dois servidores (Auditora e Administradora) estiveram licenciados de suas atividades por três meses em gozo de licença para capacitação, e um Auditor foi designado para o exercício da função gratificada de Chefe de Divisão (FG-1) da Divisão de Legislação de Pessoal da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho durante todo o exercício.

Embora a Universidade possua dez *Campi* fora da unidade central da capital, não existem unidades ou subunidades descentralizadas da Auditoria Interna, de forma que a mesma equipe, dentro de sua capacidade, executa os trabalhos relativos aos demais Campi.

Durante a elaboração dos relatórios de auditoria são feitas algumas recomendações, as quais são encaminhadas para cada setor analisado para conhecimento e para a adoção de providências, e, também, à Reitoria e à Controladoria Geral da União – CGU para conhecimento, em atendimento ao art. 12 da Instrução Normativa da CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015.

Almejando contribuir na otimização das atividades realizadas, a Auditoria Interna orienta a implementação de algumas medidas voltadas para minimizar as fragilidades percebidas no decorrer dos trabalhos, dando prazo para a adoção das providências mediante Plano de Ação, onde a unidade informa quando e quais medidas serão implementadas para mitigar as falhas apontadas, ainda que parcialmente, bem como justificativas a respeito do que não venha a ser integralmente implementado.

As constatações e os Achados de Auditoria que implicam em descumprimento às determinações do TCU feitas à UFMS são destacados nos relatórios, alertando-se os agentes responsáveis que a reincidência do descumprimento poderá ensejar a aplicação de penalidades pelos órgãos de controle.

Da mesma forma, sempre que a constatação implicar em situações de risco elevado para a Instituição, em termos de impacto e probabilidade que possam vir a afetar os objetivos institucionais, busca-se soluções mediante reuniões com as autoridades responsáveis e com o Reitor da UFMS, alertando-os sobre as consequências da não implementação de tais recomendações, sobretudo quanto a danos ao erário ou à imagem institucional, e eventuais penalidades dos órgãos de controle.

A Auditoria Interna tem direito a voz nas reuniões do Conselho Universitário para tratar dos Relatórios de Auditoria realizados, dando conhecimento a todos os seus membros sobre o teor dos trabalhos desenvolvidos e orientações preventivas quanto aos Achados de Auditoria registrados. Esta rotina somente foi adotada após a vinculação da unidade ao Conselho Universitário.

Ultimadas as medidas a cargo das unidades da UFMS durante o exercício, as recomendações atendidas e as pendentes de atendimento são consolidadas no Relatório Anual da Auditoria Interna, a serem apreciados em Reunião do Conselho Universitário, e posteriormente encaminhados à CGU/MS. O acompanhamento das recomendações não atendidas, ou de cumprimento futuro, permanece no exercício seguinte e é verificado nas fiscalizações posteriores.

Ao final das auditorias, é autuado um processo administrativo com todos os papéis de trabalho, inclusive o relatório, o qual é arquivado na Auditoria Interna e disponível a quem se interessar ou necessitar de maiores esclarecimentos sobre os documentos que fundamentaram as opiniões ali exaradas.

### 5.3 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

As informações relativas aos processos disciplinares instaurados na UFMS alimentam, primordialmente, o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares CGU-PAD, instituído no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal por meio da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, a qual determinou a obrigatoriedade do uso do referido sistema por todos os órgãos e entidades que os compõem.

Durante o exercício de 2016, foram registrados, no sistema CGU-PAD, as sindicâncias investigativas e os processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da UFMS, os quais foram cadastrados, de maneira geral, em observância aos prazos estabelecidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007.

O relatório de procedimentos instaurados por assunto, resultado dos julgamentos, e fases cadastradas no exercício será apresentado no item “Relatório de instância ou área de correição”. A tabela abaixo representa o resumo dos procedimentos instaurados, julgados e anulados durante o exercício de 2016:

Quadro 28 - Resumo dos procedimentos instaurados, julgados e anulados

<b>RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS</b>	
<b>Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</b>	
Período:	01/01/2016 a 31/12/2016
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	17
Total de Sindicâncias	39
Total de Procedimentos	56
<b>RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS</b>	
<b>Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</b>	
Período:	01/01/2016 a 31/12/2016
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	09
Total de Sindicâncias	30
Total de Procedimentos	39
<b>RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS ADMINISTRATIVAMENTE</b>	
<b>Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</b>	
Período:	01/01/2016 a 31/12/2016
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	01
Total de Sindicâncias	00
Total de Procedimentos	01

Fonte: CGU/PAD

Cabe ressaltar que ainda não existe uma unidade organizacional ou comissão permanente responsável pelos processos de correição e tampouco há normatização sobre o acompanhamento dos processos disciplinares. Os processos instaurados nas modalidades de sindicância e processos administrativos disciplinares são acompanhados pelas comissões designadas para cada caso em cada Campus e na Reitoria da UFMS.

Os processos são cadastrados tempestivamente após a publicação do ato instaurador no Boletim de Serviços Eletrônico da UFMS, e durante os trabalhos realizados pelas comissões, que encaminham as informações necessárias sobre os processos à unidade de Auditoria Interna, a quem cabe a atualização, o lançamento dos dados, e a digitalização de documentos no sistema CGU/PAD.

## 5.4 Gestão de riscos e controles internos

A UFMS ainda não desenvolveu formalmente a política de gestão de riscos para a avaliação, classificação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às atividades institucionais pelos setores envolvidos.

Ciente da necessidade de ações mais eficientes para diagnosticar e avaliar os riscos envolvidos nos processos estratégicos, e para aperfeiçoar o desempenho das atividades, a UFMS tem investido em diversas frentes na busca de melhorias.

Apesar da não implantação de processo de gestão de riscos, as instâncias internas da UFMS utilizam-se de ferramentas de controle a fim de assegurar maior eficácia de suas atividades, contribuir para a melhoria do desempenho organizacional, e reduzir os riscos identificados.

Destacam-se como principais medidas a realização de treinamentos e capacitações para fins específicos de divulgação e esclarecimento sobre os procedimentos utilizados no dia-a-dia das atividades de diversos setores e o aprimoramento dos sistemas operacionais, bem como sobre mapeamento de processo com foco na melhoria contínua e visão sistêmica.

Como ponto forte dos controles internos, têm-se o tratamento das informações e a comunicação. O portal da UFMS dispõe de todos os documentos que regem a instituição, permitindo que a sociedade também contribua para a melhoria dos controles internos. No Boletim de Serviços Eletrônico são publicados todos os atos oficiais da Instituição, e possui ferramentas de pesquisa para facilitar a busca.

Observa-se, também, que existe na UFMS um nível razoável de segregação de funções, sobretudo na distribuição de competências entre as Coordenadorias e suas respectivas Divisões ou setores, que são responsáveis por controlar e executar pontualmente determinadas ações institucionais.

Quadro 29 - Elementos de Controles Internos adotados na UFMS

<b>ELEMENTOS DE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS NA UFMS</b>	
<b>Ambiente de Controle</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</li><li>• Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UFMS são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</li><li>• A comunicação dentro da UFMS é adequada e eficiente, e atinge o público-alvo.</li><li>• Existe código formalizado de ética ou de conduta.</li><li>• Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</li><li>• Existem sistemas desenvolvidos internamente para facilitar desempenho de atividades operacionais, com a devida capacitação de seus usuários.</li><li>• Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UFMS na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou normativos internos.</li><li>• As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades e publicadas em atos oficiais.</li><li>• Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UFMS..</li><li>• Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UFMS.</li></ul>	
<b>Avaliação de Risco</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.</li><li>• Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.</li></ul>	

Fonte: AUD

<b>ELEMENTOS DE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS NA UFMS</b>	
<b>Procedimentos de Controle</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UFMS, ainda que não fossem formalmente estabelecidas, em sua maioria.</li> <li>As atividades de controle adotadas pela UFMS: são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de médio prazo; possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação; são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.</li> <li>A alta Administração se reúne regularmente para tratar dos riscos relevantes que possam comprometer a integridade do órgão e o alcance das metas e dos objetivos organizacionais.</li> </ul>	
<b>Informação e Comunicação</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>A informação relevante para UFMS é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas, e são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.</li> <li>A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UFMS é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.</li> <li>A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UFMS, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.</li> <li>A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UFMS, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.</li> <li>A UFMS possui Boletim de Serviços Eletrônico, onde são publicados diariamente os atos oficiais, e possui ferramentas de pesquisa de fácil utilização para o público geral.</li> </ul>	
<b>Monitoramento</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>O sistema de controle interno da UFMS é monitorado eventualmente para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. De maneira geral, os controles instituídos têm sido considerados adequados e efetivos pelas avaliações realizadas, e contribuído para a melhoria das ações.</li> <li>As metas e indicadores constantes no PDI são monitorados anualmente.</li> <li>A unidade de auditoria interna elabora o seu Plano Anual de Atividades baseado nas maiores áreas de riscos e mantém diálogo com a alta Administração para tratar das constatações de fragilidades encontradas no exercício de suas atribuições.</li> <li>Os sistemas desenvolvidos internamente nas atividades operacionais emitem relatórios gerenciais, possuem ferramentas que impedem fraudes ou inconsistência de registros, e são constantemente atualizados para se adaptarem às necessidades institucionais.</li> </ul>	

Fonte: AUD

## **6.ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

## 6.1 Gestão de pessoas

### 6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 30 – Força de Trabalho da UPC

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>3603</b>	<b>3482</b>	<b>268</b>	<b>182</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	3603	3458	268	182
1.2.1 Servidores de Carreira vinculada ao órgão	3603	3458	268	182
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	16	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros Órgãos e esferas	-	9	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>219</b>	<b>228</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>3603</b>	<b>3492</b>	<b>487</b>	<b>411</b>

Fonte: PROGEP

Quadro 31 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1.Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>2074</b>	<b>1408</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2 + 1.1.3 + 1.1.4 + 1.1.5)	2074	1408
1.1.2 Servidores de Carreira vinculada ao órgão	2056	1403
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	11	4
1.1.5. Servidores requisitados de outros Órgãos e esferas	7	1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		<b>9</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>2074</b>	<b>1417</b>

Fonte: PROGEP

Quadro 32 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>72</b>	<b>71</b>	<b>36</b>	<b>35</b>
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	72	71	36	35
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	71	70	36	34
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgão e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0	0	0
1.2.5. Sem Vinculo	0	0	0	1
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>278</b>	<b>259</b>	<b>77</b>	<b>70</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	277	258	77	70
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
2.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0	0	0
<b>3. Funções Comissionadas de Coordenação de Curso</b>	<b>148</b>	<b>141</b>	<b>63</b>	<b>57</b>
3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	148	141	63	57
3.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
3.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
3.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0	0	0
<b>4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1 + 2 + 3)</b>	<b>498</b>	<b>213</b>	<b>176</b>	<b>162</b>

Fonte: PROGEP

### Análise Crítica

A carreira do pessoal de magistério superior está estruturada em conformidade com o que determina a Lei nº 12.772/12 e alterações e a do pessoal Técnico-Administrativo em educação é regulamentada conforme a Lei nº 11.091/2005, além de outros instrumentos legais (internos e externos) que estabelecem normas de capacitação, regimes de trabalho, progressão funcional, etc.

Atualmente a UFMS possui 3.482 servidores efetivos e 553 servidores terceirizados/contratados, ou seja, aproximadamente 86% da força de trabalho da UFMS e de pessoal efetivo, sendo que 2027 fazem parte da Carreira Técnico-Administrativa em Educação, 1455 da Carreira Docente, do total de servidores terceirizados 460 são

decorrentes da extinção dos cargos das classes “A”, “B” e alguns da “C” da carreira Técnico-Administrativa e 93 professores contratados por tempo determinado.

Dos 3.482 servidores efetivos da UFMS, 1408 estão lotados em unidades responsáveis pelos macroprocessos finalísticos e o restante, 2074, se encontram em unidades e subunidades descentralizadas. Dos 553 servidores terceirizados/contratados, 93 estão envolvidos nos macroprocessos finalísticos.

Considerando ao que emana a Lei nº 12.772/12 quanto às classes da Carreira de Magistério Superior está estruturada em 5 classes, A, B, C, D e E, onde a classe A possui as denominações de Adjunto A (se portador do título de doutor), Assistente A (se portador do título de mestre) e Auxiliar (se graduado ou especialista). Além disso, o ingresso ocorre sempre no vencimento da classe A.

A UFMS tem como prática o estímulo à exigência de titulação mínima de doutor (conforme art. 8º, §2º da Lei 12.772/12), mas o dispensa desta titulação quando há a necessidade para suprimento da vaga como emana o §3º da mesma Lei com abertura com mestrado ou especialização. O regime de trabalho de tempo integral, com dedicação exclusiva para os concursos realizados, excetuando-se casos devidamente justificados, que obedecem ao que preconiza a legislação e normatização vigente:

- Professor Auxiliar: É exigido o diploma de curso de graduação ou certificado de pós-graduação lato sensu, ou certificado de Residência Médica. Atualmente a Instituição possui 43 professores Auxiliares

- Professor Assistente A ou Assistente: são exigidos diploma de graduação, título de mestre, de acordo com a classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de comprovação de formações adicionais, quando houver; Nesta Classe a UFMS possui 138 Assistente A e 88 Assistentes.

- Professor Adjunto A, Adjunto, Associado ou Titular: são exigidos diploma de graduação, título de doutor, de acordo com a classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de comprovação de formações adicionais, quando houver; Atualmente são 191 Adjuntos A, 577 Adjuntos, 283 Associados e 80 Titulares.

A progressão na Carreira Docente ocorre levando-se em consideração tempo de serviço, avaliação da chefia imediata e produção acadêmica para o professor ir da Classe Auxiliar, Assistente A ou Adjunto A até a Titular, passando pelas Classes de Assistente, Adjunto e Associado.

Já a Carreira técnico Administrativa está estruturada em 5 Níveis de Classificação – A, B, C, D e E; 4 Níveis de Capacitação – I, II, III e IV; e 39 padrões de vencimento básico, justapostos com intervalo de 1 padrão entre os níveis de capacitação e 2 entre os níveis de classificação. Atualmente a UFMS possui 83 servidores ocupantes da Classe “A”, 105 na Classe “B”, 394 na Classe “C”, 929 na Classe “D” e 519 na Classe “E”. Todos os cargos das classes “A”, “B” e quase a totalidade da “C” estão em extinção, ou seja, não são mais oferecidas vagas através de concurso público, sendo que os concursos são realizados para a contratação de servidores para ocuparem cargos da Classe “D” (nível médio) e Classe “E” (nível superior).

As Normas Gerais para a Capacitação do Docente Integrante da Carreira do Magistério Superior são regidas pela Resolução COPP nº 100, de 25 de outubro de 2011. O projeto Pró-Doutoral da UFMS, também conhecido como Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (PLANFOR), foi aprovado pela CAPES em 2009, permitindo que docentes que desejem realizar seus cursos de pós-graduação em instituições distantes, no mínimo, a 500 km da IES de origem, possam solicitar bolsas de auxílio financeiro. Em 2016, 14 servidores da Carreira Docente obtiveram

progressão por titulação, ou seja, concluíram cursos de pós-graduação a nível de mestrado ou Doutorado, além disto 580 docentes obtiveram progressão por avaliação de desempenho acadêmico.

A UFMS tem incentivado a capacitação do corpo Técnico-Administrativo da UFMS, buscando promover um conjunto de ações e programas permanentes voltados para a interação da tríade trabalho x servidor x instituição. Neste contexto, estão previstas ações voltadas à reciclagem dos servidores Técnico-Administrativos em áreas prioritariamente ligadas às atividades profissionais; programa de habilitação formal visando ao desenvolvimento do servidor; Treinamento Introdutório para os servidores em início de atividades; programas de pós-graduação voltados para o desenvolvimento das áreas administrativas; cursos em gestão pública destinados a qualificar os servidores e capacitá-los para exercerem funções de chefia e direção; critérios para afastamentos para pós-graduação em que a prioridade seja para as linhas de desenvolvimento institucional. Em 2016, foram capacitados 622 servidores da Carreira Técnico Administrativa, sendo que 310 obtiveram progressão por nível de Capacitação e 312 servidores técnico –administrativos obtiveram incentivo por nível de qualificação, ou seja, concluíram cursos de educação formal acima do mínimo exigido pelo cargo. (graduação até doutorado).

A UFMS, por meio da Progep, no ato de posse de servidores solicita o preenchimento da Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos ou Funções, em que o servidor declara se possui ou não outros vínculos e seu respectivo horário de trabalho, a qual é objeto de análise da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções (CPACE). Anualmente, a unidade de Auditoria Interna procede às apurações e/ou acompanhamento de indícios de acumulação indevida solicitadas pelos órgãos de controle interno e externo.

A Auditoria Interna juntamente com a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos da UFMS, tem verificado os casos de acumulação dos servidores da UFMS, utilizando entre outros instrumentos a Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos e Funções que os servidores entregam ao tomar posse, tal declaração tem-se mostrado de grande utilidade, tendo em vista que a Instituição não possui acesso a informações de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas acerca da acumulação de cargos de seus servidores. Em 2016 a Auditoria fez parcerias com outros órgãos públicos, entre eles, o Ministério do Trabalho, para ter acesso a sistemas que fornecem dados a respeito de outros vínculos (públicos ou privados) que porventura os servidores da UFMS ocupam.

A UFMS tem desenvolvido ações de atendimento ao servidor tais como: visitas domiciliares/hospitalares a ativos, aposentados e pensionistas; acompanhamento de licenças médicas prolongadas; acompanhamento de dependentes químicos; avaliação de servidores em estágio probatórios com avaliação abaixo da média; atendimentos individuais a demandas pessoais e laborais. Têm desenvolvido o Projeto compartilhando o mundo com a pessoa especial que consiste em realizar oficinas e acompanhamentos a pessoas especiais (estagiários da APAE). Também deu continuidade ao Projeto Cada dia crescendo mais, que visa o acompanhamento de estagiários e Mirins e tem acompanhado os servidores admitidos na vaga de PCD na UFMS e que se declaram com deficiência, visando atender as suas necessidades e buscando na medida do possível, tornar os ambientes adaptados para a completa inserção no mercado de trabalho.

E finalmente por intermédio da Divisão de Segurança do Trabalho – DIST/PROGEP, a UFMS tem se preocupado com as condições ambientais de trabalho dos servidores, promovendo as vistorias nos locais onde são analisados itens tais como:

luminosidade, nível de ruído, ergonomia, presença de agentes ou substâncias nocivas a saúde, riscos de acidente de trabalho, além de distribuir rotineiramente EPIs visando a diminuição dos acidentes de trabalho.

## 6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 33 – Despesas do Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira vinculados ao órgão da unidade										
2015	221.192.243,09	3.953.211,43	38.614.350,37	13.021.166,54	0,00	8.368.055,06	2.097.115,96	34.566,27	690.001,38	287.970.710,10
2016	221.293.334,40	3.761.854,13	42.223.471,25	13.368.515,80	0,00	9.059.423,89	2.329.102,43	238.681,23	562.386,57	292.836.769,70
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
2015	0,00	0,00	3.631,82	142.673,85	0,00	0,00	0,00	0,00		
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	488,08	227,37	0,00	0,00	715,45
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2015	0,00	0,00	7.060,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2016	0,00	0,00	0,00	1.765,17	0,00	0,00	2.794,85	0,00	0,00	4.560,02
Servidores Cedidos com Ônus										
2015	8.171.654,85	0,00	1.426.227,65	910.844,96	0,00	226.365,52	92.290,24	517,70	13.853,34	10.841.754,26
2016	2.710.346,24	0,00	428.972,14	145.372,86	0,00	123.176,22	28.259,89	0,00	0,00	3.436.127,35
Servidores com Contrato Temporário										
2015	4.679.512,77	0,00	417.417,86	11.675,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.108.606,29
2016	4.957.412,58	0,00	436.723,40	15.832,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.409.967,99

Fonte: PROGEP

Obs.:

- Valores referente aos custos de pessoal UFMS somados aos custos de pessoal NHU

- Foram retificadas as informações de 2015, em virtude de terem sido informadas somente as despesas com pessoal do NHU

### 6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Os principais riscos identificados na gestão de pessoas foram:

- Elevação no quantitativo de aposentadorias em virtude das mudanças previstas na legislação previdenciária;
- O fato de que uma grande quantidade de servidores que estão na iminência de se aposentar são ocupantes de cargos em extinção (Classes, “A”, “B”, quase a totalidade da Classe “C” e alguns da Classe “D”)
- A afirmação do Governo Federal de que não abrirá novas vagas para o incremento do número de servidores nos órgãos de sua esfera e a falta de garantia de ao menos promover a reposição dos que estão saindo atualmente:
  - Possibilidade de Aumento da Mão-de-obra terceirizada;
  - Absenteísmo;
  - Falta de Motivação dos Servidores Efetivos

A UFMS tem intensificado as ações para realizar o mais breve possível o Dimensionamento da Força de Trabalho; foi idealizada uma parceria entre a PROGEP e a Escola Superior de Administração e Negócios – ESAN/UFMS e já foram escolhidas algumas unidades piloto para aplicação dos primeiros questionários. Espera-se que com a conclusão dos trabalhos do Dimensionamento, a UFMS consiga realocar sua força de trabalho para o melhor atendimento das necessidades institucionais, atenuando e minimizando desta forma a carência de servidores que já é sentida e que possivelmente aumentará consideravelmente. Aliada a esta ação a Progep em conjunto à Administração superior tem intensificado a gestão junto ao MEC e ao MP para incrementar o efetivo de servidores e pelo menos garantir a reposição daqueles que estão saindo. Desta forma, acreditamos que além estabilizar os problemas relacionados a carência de pessoal, evitaremos consequentemente o aumento considerável a mão-de-obra terceirizada, combatido veemente pelos órgãos de controle interno e externo.

Por intermédio da Coordenadoria de Assistência a Saúde, a UFMS também tem buscando promover a qualidade de vida no trabalho através de projetos oferecidos pela Divisão de Assistência Integral ao Servidor tais como: visitas domiciliares/hospitalares a ativos, aposentados e pensionistas; acompanhamento de licenças médicas prolongadas; acompanhamento de dependentes químicos; avaliação de servidores em estágio probatórios com avaliação abaixo da média; atendimentos individuais a demandas pessoais e laborais. Acompanhamento aos servidores admitidos na vaga de PCD na UFMS e que se declaram com deficiência, visando atender as suas necessidades e buscando na medida do possível, tornar os ambientes adaptados para a completa inserção no mercado de trabalho. Somado a isto, a Divisão de Segurança do Trabalho, tem intensificado suas ações de prevenção a acidentes de trabalho, distribuindo EPIs, fazendo vistorias nos ambientes e verificando os locais insalubres e perigosos, tomando as devidas providências para minimizar os riscos.

Assim espera-se, que o servidor da UFMS se sinta valorizado, desejando preparar-se e adquirir novos conhecimentos para o melhor desenvolvimentos das suas atividades. Todos estes esforços em proporcionar qualidade de vida no trabalho, minimizar os riscos e valorizar as pessoas, além dos benefícios diretos de cada ação, visam sem dúvida nenhuma proporcionar maior motivação ao servidor da UFMS, fazendo com que as pessoas trabalhem com mais alegria e entusiasmo.

### 6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 34 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante													
Nome: PRAD/RTR													
UG/Gestão: UFMS					CNPJ: 15.461.510/0001-33								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividade		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2016	L	E	090/2016	14.309.464/0001-	01/10/2016	19/03/2017	0	250	0	6	0	0	Ativo Prorrogado
2014	V	O	122/2014	04.731.108/0001-	04/10/2014	03/04/2017	0	0	0	23	0	0	Ativo Prorrogado
2014	V	O	42/2014	04.731.108/0001-	26/03/2014	25/03/2016	0	0	0	52	0	0	Ativo Prorrogado
2011	V	O	93/2011	10.398.803/0001-	20/12/2011	19/03/2017	0	0	0	64	0	0	Ativo Prorrogado
2011	V	O	94/2011	10.398.803/0001-	20/12/2011	19/12/2017	0	0	0	14	0	0	Ativo Prorrogado
2011	V	O	95/2011	10.398.803/0001-	20/12/2011	19/12/2017	0	0	0	39	0	0	Ativo Prorrogado
2011	V	O	96/2011	10.398.803/0001-	20/12/2011	19/12/2017	0	0	0	24	0	0	Ativo Prorrogado
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: PROGEP

Quadro 35 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estagio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>	22	22	25	25	147.274,51
1.1 Área Fim	22	22	25	25	147.274,51
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
<b>2. Nível Médio</b>	0	0	0	0	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
<b>3. Total (1+2)</b>	22	22	25	25	147.274,51

Fonte: PROGEP

#### **6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais**

Não houve Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais em 2016.

## **6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura**

### **6.2.1 Gestão da frota de veículos**

#### **Legislação que Regula a Constituição e a Forma de Utilização da Frota de Veículos**

- Lei nº 1.081/1950
- Lei nº 9.327/1996
- Lei nº 12.619/2012
- Instrução Normativa MARE nº 09/1994
- Decreto nº 99.658/1990
- Decreto nº 5.992/2006
- Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02 e 03/2008
- Decreto 6.403/2008
- Resolução CD/UFMS nº 71/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 33/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 34/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 35/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 36/2013

#### **Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ**

Atualmente a logística tornou-se uma importante atividade para qualquer organização. No âmbito da UFMS, tal atividade é tratada como uma atividade meio, que oferece suporte às atividades principais da Instituição (ensino, pesquisa e extensão). Tal atividade se torna ainda mais relevante se consideramos a estrutura multicampi da UFMS, com 10 campus e 09 polos de educação a distância localizados em cidades do interior de Mato Grosso do Sul.

São constantes as necessidades de deslocamentos de pessoas e materiais para atender atividades relacionadas às atividades fins da UFMS tais como: aulas práticas fora do campus, visitas técnicas, atividades de coletas e de execução de projetos de pesquisa, aulas presenciais nos polos de educação a distância, atividades de extensão, dentre outras. Os serviços de transportes de pessoas e bens também se mostram essenciais para o bom desenvolvimento de outras atividades de apoio da UFMS, tais como serviços de protocolo, aquisição de bens e serviços, recursos humanos, limpeza do campus, atividades de manutenção, etc.

Devido à diversidade de atividades realizadas por esta Universidade, há a necessidade de veículos com características técnicas próprias para atender atividades específicas. Desta forma, na frota da UFMS é possível encontrar veículos dos mais diversos tipos, desde veículos próprios para o transporte individual de passageiros até máquinas pesadas (como tratores e retroescavadeira), passando por veículos de transporte de cargas, de transporte coletivo, adaptados para serviços de vigilância e de uso misto. Para fins de categorização, as caminhonetes de uso misto foram classificadas como veículos de transporte de cargas leves, embora também sejam utilizadas no transporte de pessoas.

As atividades relacionadas à frota de veículos da Instituição estão fortemente integradas com as outras atividades da UFMS, sejam elas atividades meio ou fim, tornando-se uma peça fundamental no oferecimento de um serviços público efetivo, que satisfaça os requisitos de eficiência e eficácia propostos.

## Quantidade de Veículos em Uso ou na Responsabilidade da UJ, Discriminados por Grupos

Os veículos oficiais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul são destinados exclusivamente ao atendimento do serviço público e classificados, de acordo com as normas emitidas pelo MPOG, para fins de utilização, nas seguintes categorias:

I - 1o Grupo IV/A - veículos destinados ao transporte de servidores a serviço.

II - 2o Grupo IV/B - veículos destinados ao transporte de materiais, subdividido em:

a) Grupo IV/B-1 - transporte de carga leve;

b) Grupo IV/B-2 - transporte de carga pesada.

III - 3o Grupo IV/C-4 - veículos utilizados em atividades relativas a coleta de dados.

IV - 4o Grupo IV/D - veículos destinados ao transporte coletivo.

V - 5o Grupo IV/E-1 - veículos destinados ao transporte individual especial.

VI - 6o Grupo IV/F - veículos classificados como outros veículos.

Quadro 36 -Frota de Veículos

GRUPOS DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR GRUPO	MÉDIA ANUAL DE KM RODADOS	IDADE MÉDIA DA FROTA	CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DE FROTA (R\$)
Grupo IV/A	43	11.162	6,00	228.287,33
Grupo IV/B-1	46	9.971	10,26	303.718,04
Grupo IV/B-2	4	10.428	11,25	66.196,68
Grupo IV/D	37	8.672	5,49	474.161,76
Grupo IV/E-1	4	12.922	4,50	36.374,80
Grupo IV/F	16	2.500	16,88	88.357,23
UFMS	150	9.286	8,44	1.197.095,84

Fonte: PROINFRA

## Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Os principais fatores relacionados à opção pela constituição de frota própria e a não opção pela locação estão relacionados tanto a fatores internos da Instituição quanto ao seu ambiente externo.

No âmbito interno, podemos apontar a grande diversidade de atendimentos realizados, que vão desde transporte de pessoas e documentos a transporte de cargas vivas e equipamentos. Com o intuito de atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão, a UFMS possui veículos dos mais diversos tipos, como tratores para atendimento da fazenda escola, campus localizados no interior e da Base de Estudos do Pantanal, ônibus coletivo para atendimento de projeto de extensão com a comunidade, caminhonetes de uso misto, ônibus rodoviários e micro-ônibus para viagens de estudo, apenas para ficar em poucos exemplos.

Outro fator refere-se à continuidade dos serviços. Por vezes é necessário que os serviços de transporte sejam disponibilizados 24 horas por dia, como no caso de viagens. Sobretudo em algumas atividades de pesquisa, é necessário que o atendimento seja realizado ao longo do período noturno.

Essas características diversificadas de transportes, aliadas à estrutura multicampi da UFMS, acabam por impedir que o mercado seja capaz de atender de forma competitiva todas as opções de serviços demandados. A maior parte das empresas de locação de veículos contatadas na cidade de Campo Grande - MS informou ter dificuldade em oferecer serviços sob as condições acima exemplificadas, ainda mais se levado em consideração a quantidade de cidades onde a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul está presente.

### **Estrutura de controle de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte**

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul regulamentou, através da Resolução CD nº 71/2013, os procedimentos para o uso dos veículos oficiais. Cabe destacar que tal resolução (e sua aplicação) vem sendo aperfeiçoada com o passar do tempo. Os parâmetros sob os quais os veículos podem ser utilizados ficaram mais transparentes. Também foram definidas as responsabilidades das unidades responsáveis pelos serviços de transporte.

A consolidação do sistema on-line para requisição de serviços, inclusive os de transportes, trouxe mais transparência nos critérios adotados para o agendamento de veículos.

O controle de custos relacionados ao abastecimento e manutenção dos veículos é realizado através de obtenção de dados no sistema on-line da empresa contratada para gestão de frotas e abastecimento, através da DITL/COA/PROINFRA.

A eficiência no uso dos veículos oficiais foi um dos focos no ano de 2016. Medidas como otimização das rotas e utilização dos veículos mais novos e menos poluentes continuaram a ser implementadas.

Em virtude da greve do ano anterior, as atividades acadêmicas da UFMS acabaram sendo condensadas em 2016, onde tivemos praticamente três semestres letivos. Desta forma, atendeu-se demandas que estavam suprimidas por conta da suspensão do calendário acadêmico em 2015. Além disto, outros fatores contribuíram nos gastos relacionados à frota da UFMS:

- *Utilização dos novos veículos adquiridos:* Os veículos adquiridos no ano de 2016 foram utilizados plenamente. Em 2016, todos os campus da UFMS passaram a contar com pelo menos um micro-ônibus.
- *Caracterização da frota:* A maior parte da frota da UFMS é movida a diesel, sendo que o diesel S10 tem sido mais utilizado conforme avança o plano de renovação da frota. Embora este combustível seja menos poluente quando comparado ao diesel normal, seu preço também é mais elevado.
- *Preço dos combustíveis:* Os preços dos combustíveis variaram ao longo de 2016. De acordo com dados da ANP, o preço médio da gasolina no Estado de Mato Grosso do Sul passou de R\$ 3,57 em janeiro para R\$ 3,52 em dezembro. No mesmo período, o valor médio do diesel comum foi de R\$ 3,19 para 3,25 e o diesel s10 de R\$ 3,34 para R\$ 3,39. Embora o preço da gasolina tenha diminuído, os outros combustíveis aumentaram. Também temos que considerar que mesmo com a redução no valor da gasolina, os valores praticados ainda são maiores do que os de 2015.
- *Manutenção da frota:* Alguns veículos da UFMS, sobretudo os mais antigos e de uso especial, foram alvos de reparos onerosos, porém justificáveis, em virtude do uso específico a que são destinados (casos do caminhão caçamba,

veículos utilitários usados em situações de grande adversidade, máquinas pesadas e agrícolas, veículos destinados à proteção patrimonial, etc.). Com a liberação de recursos ao final do exercício de 2016, muitas demandas de manutenção que não foram priorizadas ao longo do ano receberam encaminhamento para solução. Desta forma, o custo por quilometro rodado de alguns veículos ficou elevado, pois não houve tempo hábil para que tais os gastos com manutenção fossem diluídos com a utilização dos veículos ao longo do ano.

- *Aumento da demanda:* Com a expansão das atividades fins da Instituição (ensino, pesquisa e extensão) e criação de novos cursos e campus ao longo dos últimos anos, os serviços relacionados à logística e transporte foram afetados, havendo uma maior demanda a ser suprida. A maior disponibilidade de veículos também influencia este fator.

### **Frota de veículos automotores a serviço da UJ, mas contratada de terceiros**

A UFMS não possui veículos automotores contratados de terceiros, sendo toda sua frota própria.

## **Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental**

A sustentabilidade ambiental continuou a ser um dos focos na gestão da frota no ano de 2016. A adoção de veículos menos poluentes foi realizada ao longo do ano. Em relação ao descarte de materiais, as manutenções são realizadas numa ampla rede de prestadores de serviços, sendo tais prestadores os responsáveis pelo manejo dos resíduos descartados dos veículos. Também foi efetuada ação no âmbito do Plano de Logística Sustentável no sentido de regulamentar a aquisição de veículos mais econômicos, adotando a classificação do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) na aquisição de veículos do ciclo otto (veículos movidos à gasolina e/ou álcool). Porém, como não houveram novas aquisições em 2016, tal ação não foi inteiramente realizada.

### **Manutenção da frota**

A manutenção da frota dos veículos da UFMS é realizada através de fornecedores credenciados na rede da empresa SH Informática Ltda, utilizando para tanto o sistema Taurus Card de Gestão de Frotas. Dentro do plano de manutenção, temos duas classificações: a manutenção preventiva e a manutenção corretiva.

A manutenção preventiva tem por objetivo verificar e controlar as condições de uso do veículo, tomando medidas necessárias que garantam o seu pleno funcionamento antes que tais veículos venham a se danificar. Em geral, o que se busca no âmbito da DITL neste sentido é garantir que os veículos tenham boas condições de segurança, conforto e confiabilidade. Assim sendo, os utilizadores do veículo são orientados a conferir as condições básicas para movimentação dos veículos, tais como: nível e validade dos fluídos de lubrificação, de arrefecimento e hidráulicos, entre outros; validade de filtros; condições gerais da suspensão dos veículos (verificação de barulhos anormais ou outros sinais de desgaste); verificação da integridade do sistema de freios, entre outros.

Também são classificadas como manutenções preventivas aquelas denominadas *revisões*, em geral realizadas nas concessionárias autorizadas pelos fabricantes dos veículos. Em geral, estas revisões têm por objetivo garantir o pleno funcionamento do veículo e são realizadas no período em que a garantia do fabricante está vigente.

Algumas verificações que não são passíveis de serem realizadas pelos motoristas são realizadas pela Divisão de Transportes e Logística Sustentável ou pelos responsáveis pela frota em outras unidades da UFMS. Nestas verificações são apuradas as informações sobre alguns componentes que necessitam de substituição antes que ocorra o esgotamento total de sua vida útil, tais como correias sincronizadoras, outras correias de uso geral, polias tensoras e rolamentos, evitando assim prejuízos maiores, tanto em termos de segurança quanto em termos financeiros, caso haja a quebra destas peças.

A manutenção corretiva da frota da UFMS visa reparar os defeitos apontados pelos utilizadores dos veículos. Tais defeitos podem advir do desgaste natural do veículo ou de fatores externos, tais como: condições adversas de uso; má utilização; acidentes de trânsito, etc. Desta forma, quando o veículo é encaminhado para a DITL (ou para o setor responsável pelos veículos de outras unidades) é realizado um diagnóstico inicial do defeito, sendo então o veículo encaminhado para uma oficina credenciada para elaboração de um diagnóstico completo do problema a ser resolvido. Também existem esforços no sentido de acompanhar nas oficinas credenciadas a realização dos trabalhos de manutenção, garantindo a exatidão do diagnóstico com o procedimento corretivo adotado.

Tanto na manutenção preventiva quanto na corretiva, é de fundamental importância o envolvimento do utilizador do veículo, tendo em vista o tamanho e a diversidade da frota da UFMS, bem como a estrutura de gerenciamento disponível.

### **6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atendendo diretrizes pautadas na eficiência e na sustentabilidade dos gastos públicos, tem realizado significativos esforços no sentido de renovar a frota de veículos. No ano de 2016 foram incorporados dez novos veículos à frota da UFMS, sendo 05 micro-ônibus rodoviários Volare W8 e 05 veículos de passeio Doblô 1.8 com capacidade para 07 pessoas. Tais veículos foram adquiridos através de Ata de Preços registrada pela UFMS, com recursos de 2015, sendo entregues somente em 2016.

A opção que se tem feito para a política para de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso adotada pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é de alienação dos bens classificados como antieconômicos. Tais veículos receberam tal classificação seja pelos valores envolvidos no seu conserto (valor da manutenção superior a 50% do valor do veículo); seja por conta do rendimento precário do veículo por conta do seu uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência, conforme o Parágrafo Único do Art. 3º do Decreto 99.658/90.

Desta forma, na outra ponta do plano de substituição da frota, foram alienados por meio de leilão público três veículos em 2016. Tais veículos foram classificados como inservíveis para uso da Instituição, sendo sua manutenção no patrimônio da UFMS considerada como antieconômica.

### 6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

#### DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	UF Mato Grosso do Sul	23	20
	Campo Grande	5	4
	Aquidauana	3	3
	Chapadão do Sul	2	1
	Corumbá	3	3
	Coxim	1	1
	Naviraí	1	1
	Nova Andradina	1	1
	Paranaíba	2	1
	Ponta Porã	1	1
	Terenos	1	1
	Três Lagoas	2	2
	Bonito	1	1
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>23</b>	<b>20</b>
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Cidade 1	0	0
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>23</b>	<b>20</b>

Fonte: PRAD

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS**

<b>LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA</b>		<b>QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ</b>	
		<b>EXERCÍCIO 2016</b>	<b>EXERCÍCIO 2015</b>
<b>BRASIL</b>	<b>UF Mato Grosso do Sul</b>	1	1
	Campo Grande	1	1
	Aquidauana	0	0
	Chapadão do Sul	0	0
	Corumbá	0	0
	Coxim	0	0
	Naviraí	0	0
	Nova Andradina	0	0
	Paranaíba	0	0
	Ponta Porã	0	0
	Terenos	0	0
	Três Lagoas	0	0
	Bonito	0	0
<b>Subtotal Brasil</b>		1	1

Fonte: PRAD

Quadro 37 - Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

UG	Cidades	RIP do imóvel	RIP de utilização	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
						Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
154054	Campo Grande Setor I	9051.00162.500-8	9051.00069.500-2 9051.01111.500-2	21	3	67.820.915,59			0,00	1.792.201,58
154054	Campo Grande Setor II	9051.00164.500-9	9051.00071.500-3	21	3	37.996.479,57			0,00	199.925,75
154054	Campo Grande Setor III	9051.00167.500-5	9051.00076.500-0	21	3	13.813.919,24			0,00	121.551,04
154054	Campo Grande Policlínica Odontológica	9051.00163.500-3	9051.00070.500-8	21	4	98.239,91	16/05/16	425.665,60	0,00	0,00
154054	Campo Grande Carandá Bosque	9051.01177.500-2	9051.01178.500-8	21	3	9.778.615,60			0,00	0,00
154054	Aquidauana Unidade I	9021.00022.500-4	9021.00011.500-4	21	3	1.475.120,38			0,00	112.448,29
154054	Aquidauana Unidade II	9021.00032.500-9	9021.00033.500-4	21	3	6.393.001,22			0,00	48.192,13
154054	Aquidauana Buraco da Ester	9021.00039.500-7	9021.00040.500-2	21	3	43.000,00			0,00	0,00
154054	Chapadão do Sul unid. 1	9787.00001.500-7	9787.00002.500-2	21	3	4.647.023,35			0,00	6.834,24
154054	Chapadão do Sul unid. 2	9787.00003.500-8	9787.00004.500-3	21	3	35.107,82			0,00	2.928,96
154054	Corumbá Unidade I	9063.00134.500-9	9063.00055.500-0	21	3	5.000.999,56			0,00	179.182,14
154054	Corumbá Anfiteatro	9063.00184.500-1	9063.00185.500-7	21	3	3.556.060,10			0,00	44.795,54
154054	Corumbá Base de Estudos do Pantanal - BEP	9063.00133.500-3	9063.00056.500-5	21	3	1.117.787,16			0,00	92.903,10
154054	Coxim	9065.00039.500-9	9065.00040.500-4	21	3	4.088.977,91			0,00	52.795,79
154054	Naviraí	9113.00029.500-8	9113.00030.500-3	21	3	282.973,88			0,00	13.293,32
154054	Nova Andradina	9123.00041.500-0	9123.00042.500-6	21	3	2.566.105,72	04/04/16	7.878.162,26	0,00	8.949,30
154054	Paranaíba	9125.00021.500-8	9125.00022.500-3	21	3	3.088.520,61			0,00	79.181,20
154054	Paranaíba unid.2	9125.00042.500-2	9125.00043.500-8	21	3	1.153.628,80			0,00	0,00
154054	Ponta Porã	9131.00143.500-6	9131.00040.500-6	21	3	4.135.533,65			0,00	47.163,21
154054	Terenos	9159.00010.500-2	9159.00001.500-3	21	3	1.577.513,90			0,00	0,00
154054	Três Lagoas Unidade I	9165.00102.500-7	9165.00018.500-0	21	3	1.235.706,37			0,00	107.525,12
154054	Três Lagoas Unidade II	9165.00065.500-7	9165.00019.500-6	21	3	8.238.233,81			0,00	161.287,68
<b>Total</b>									<b>0,00</b>	<b>3.071.158,39</b>

Fonte: PRAD

Obs.: A incorporação da área do terreno do Câmpus de Bonito, está aguardando o processo de georreferenciamento Proc. nº 23104.005879/2014-27 para finalização.

**Regime:**

- 1 – Aquicultura
- 2 – Arrendamento
- 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta
- 4 – Cessão – Outros
- 5 – Cessão – Prefeitura e Estados
- 6 – Cessão Onerosa

- 7 – Comodato
- 8 – Disponível para Alienação
- 9 – Em processo de Alienação
- 10 – Em regularização – Cessão
- 11 – Em regularização – Entrega
- 12 – Em regularização – Outros

- 13 – Entrega – Adm. Federal Direta
- 14 – Esbulhado (Invadido)
- 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)
- 16 – Irregular – Cessão
- 17 – Irregular – Entrega
- 18 – Irregular – Outros
- 19 –
- 20 – Locação para Terceiros
- 21 – Uso em Serviço Público
- 22 – Usufruto Indígena
- 23 – Vago para Uso

**Estado de Conservação:**

- 1 – Novo
- 2 – Muito Bom

- 3 – Bom
- 4 – Regular

- 5 – Reparos Importantes
- 6 – Ruim

- 7 – Muito Ruim (valor residual)
- 8 – Sem Valor

## **Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ**

Não há Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UFMS.

### **Análise Crítica**

Os imóveis sob a responsabilidade da UFMS, em sua maioria, dispõem do competente registro no sistema de gerenciamento dos imóveis de uso especial da união e encontram-se de acordo com as determinações legais pertinentes.

O terreno doado pela Prefeitura Municipal de Bonito para implantação do campus da UFMS naquela cidade, ainda não teve seu registro lançado no Sistema Spiunet, pois a área delimitada na escritura está dentro da faixa de domínio da rodovia, conforme CI n.º 221/2008-GPO. A fim de solucionar essa questão foi aberto um processo para contratação de empresa especializada em georreferenciamento conforme Proc. nº 23104.005879/2014-27, que está em andamento.

Em relação ao procedimento que vise à adequação de seus reais valores de mercado, ainda no exercício de 2015, foi solicitada à Secretaria de Patrimônio da União - SPU a realização da avaliação dos imóveis desta UFMS. Em primeiro momento obtivemos resposta positiva para a solicitação da realização da avaliação nos campus do interior, foi então encaminhado ao SPU todas as informações referente aos imóveis desta UFMS, e foi então no exercício de 2016, realizado a Avaliação do imóvel do Campus de Nova Andradina pelo SPU.

Com base na avaliação realizada pelo SPU o Engenheiro José Luiz Viegas London desta UFMS realizou a avaliação do imóvel da Policlínica Odontológica localizada na Rua Candido Mariano, 269 Vila Perseverança. Esta avaliação foi validada pela Homologação do SPU em 25/06/16.

Conforme informações da Coordenadoria de Projetos e Obras - CPO havia um saldo contábil pendente referente a um projeto de extensão em que foi construída uma Casa de Taipa, porém a obra não foi incorporada, em razão de não ter sido fiscalizado nem gerida pela CPO devido ao projeto, além de receber recursos inscritos em obras, recebeu também recursos do FUNDECT e CNPQ. No exercício de 2016 foi então autorizada pelo Pró-Reitor de Administração a incorporação da Casa de Taipa somente o valor que foi empenhado com recursos da UFMS, sendo incorporado então o valor R\$ 10.000,00 no Rip 9051.00162.500-8 pertencente à Campo Grande-Setor 1.

Conforme informações documental da CPO (Coordenadoria de Projetos e Obras) foram incorporadas em Campo Grande Setor 1, Campo Grande Setor 2, Paranaíba, Aquidauana II e Nova Andradina as obras que foram concluídas no exercício de 2016.

Na data de 06/07/2016 foram incorporados três novos terrenos recebidos em doação.

Foi incorporado terreno no Campus de Paranaíba recebido em doação pelo Município de Paranaíba, conforme Lei Municipal nº 1.967, de 12 de agosto de 2014, terreno denominado Fazenda Claro da Lua correspondente à gleba A, com área de 110,81,32 ha (1.108.132,00m²), localizada no imóvel Crôa e Ramalho no valor de R\$ 1.153.628,80. Escritura Pública de Doação lavrada no livro 267, folhas 171 a 174, no Cartório de Registro de Imóveis 1º Ofício de Paranaíba. Lançado no sistema do Spiunet foi criado o numero de Rip do imóvel 9125.00042.500-2.

Foi incorporado também terreno em Campo Grande que foi recebido em doação pelo Município de Campo Grande, conforme Lei Municipal nº 5.022, de 21 de dezembro de 2011, terreno correspondente à área de recreação passiva, no parcelamento: Carandá Bosque III, situado no Bairro Carandá, ao qual faz frente com a Avenida Santa Luzia, esquina com a Avenida Aracruz, com área de 28.227,6304m². Escritura Pública de Doação lavrada no livro 785,

folhas 091/092, no Cartório de Registro de Imóveis 1º Ofício de Campo Grande. Lançado no sistema do Spiunet foi criado o numero de Rip do imóvel 9051.01177.500-2.

E por ultimo foi incorporado terreno no Campus de Chapadão do Sul que foi recebido em doação pela Empresa Reichert Agropecuária Ltda, terreno correspondente a uma gleba de terras com área de 3,0010 ha (30,010,00 m²) desmembrada de uma área maior denominada Fazenda Campo Bom. Escritura Pública de Doação lavrada no livro 43, folhas 126 / 127, no Cartório de Serviço Notarial e Registral da Comarca de Chapadão do Sul. Lançado no sistema do Spiunet foi criado o numero de Rip do imóvel 9787.00003.500-8.

#### 6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 38 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Concessionária	Nº do contrato	Área (m²)	Localização Geográfica	Observação
Caixa Econômica Federal	022/2016	374,71	Campo Grande	Período de vigência do Contrato de 03.05.2016 a 02.05.2016.
Banco do Brasil	012/2007	369,75	Campo Grande	O imóvel foi construído pela concessionária e cedido em forma de comodato
Banco Santander	095/2013	147,52	Campo Grande	O imóvel foi construído pela concessionária e cedido em forma de comodato
Bradesco S/A	011/2016	288	Campo Grande	Período de vigência do Contrato de 08.03.2016 a 07.03.2021.
Sicredi Federal MS	080/2016	397,82	Campo Grande	Período de vigência do Contrato de 18.10.2016 a 17.10.2036.
Cantina da Unidade VI	012/2012	62,67	Campo Grande	Período de vigência do Contrato de 05.06.2012 a 04.06.2017
Cantina da Unidade XI	045/2015	158	Campo Grande	Período de vigência do Contrato de 27.04.2015 a 26.04.2020
Quiosque de Reprografia	065/2014	16,3	Campo Grande	Período de vigência do Contrato de 22.05.2014 a 21.05.2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS	01/2015	1.150 q	Nova Andradina	Cessão para instalação de uma torre de radio e serviços de internet no campus de Nova Andradina e instalação de Rack de parede com um link para transmissão de dados ao IFMS
Universidade de São Paulo	01/2016	480	Naviraí	Instalação da Estação Global Navigation Satellite System (GNSS).

Fonte: PROINFRA

## 6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 39 - Bens Imóveis Locados de Terceiros

Contrato Nº	Locador	Objeto	Vigência	Valor Anual
92/2009	Alice de Moura Battaglin	Locação de imóvel sito à rua Sebastião Lima, 1275, Jardim São Bento, para funcionamento do Núcleo de Práticas Jurídicas -FADIR	03/11/2009 à 02/11/2016	R\$ 33.700,92

Fonte: PRAD

### Análise Crítica

#### UO 26283

---

Houve a necessidade de renovar a locação de imóvel de terceiros para que o funcionamento do Núcleo de Práticas Jurídicas pudesse ser implementado, haja vista não haver espaço físico adequado para o funcionamento deste na Cidade Universitária. O imóvel locado recebeu a manutenção necessária – limpeza de caixas d'água, troca de lâmpadas e reatores, recarga de extintores de incêndio, pinturas, instalações e adequações de divisórias, instalações de aparelhos de ar condicionado, por parte da UFMS, assim como reformas e manutenção das edificações em função do desgaste com o foram efetuadas por parte da UFMS.

#### UO 26401

---

O HUMAP possui 01 contrato de locação vigente, o qual, refere-se ao imóvel com área construída de 1.000m<sup>2</sup> a 1.500 m<sup>2</sup>, com acesso facilitado para entrada e saída de caminhões, situado à Rua Campo Grande, nº163, Vila Ipiranga, Campo Grande -MS.

A locação deste imóvel fundamentou-se na necessidade de um espaço maior para funcionamento do depósito do Setor de Suprimento e Unidade de Patrimônio/HUMAP/UFMS/EBSERH, que tem por finalidade o armazenamento e distribuição de materiais adquiridos pela Unidade.

Com relação às despesas inerentes à conservação do imóvel constitui-se obrigação da Locatária: Núcleo Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian/UFMS, no entanto, conforme cláusula contratual, as benfeitorias somente serão realizadas quando autorizadas expressamente e por escrito pelo locador.

### 6.3 Gestão da tecnologia da informação

O PDTIC da UFMS tem como princípio condutor contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da UFMS e está fundamentado nos seguintes compromissos:

- Atender aos direcionamentos estratégicos da UFMS, expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Manter o alinhamento com as diretrizes do governo federal, contribuindo para o alcance de metas estabelecidas pela Estratégia de Governança Digital (EGD 2016-2019) do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP).
- Adotar normas, práticas e modelos de TI reconhecidos nacional e internacionalmente, como:
  - Modelos de governança Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit);
  - Information Technology Infrastructure Library (ITIL);
  - Modelo de Melhoria de Processos do Software Brasileiro (MPS.BR);
  - Project Management Body of Knowledge (PMBOK);
  - Normas de qualidade relacionadas a TI (NBR/ISO 12.207, NBR/ISO 9126, ISO/IEC 17.799, NBR/ISO 20.000, NBR/ISO 27002); e
  - Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

No ano de 2016 houve o início do realinhamento do PDTI com o novo PDI da UFMS. Neste período, houve uma reunião da Comissão Permanente de TI (CPTI) e diversas reuniões para o realinhamento do PDTIC. Como houve também mudança na reitoria, houve também novas demandas para a área de TI. Dessa forma, ficou decidido que a CPTI seria extinta e que seria criado o Comitê de Governança Digital (CGD), de acordo com o Decreto 8.638, de 15 de janeiro de 2016. Dessa forma, a partir de 2017, a UFMS contará apenas com este Comitê.

Quadro 40 – Sistemas Institucionais

SISTEMAS INSTITUCIONAIS							
SIGLA	DESCRIÇÃO	NEGÓCIO	U	M	A	C	
SISCAD	O Sistema Acadêmico de Graduação visa auxiliar docentes e discentes da instituição no gerenciamento e consulta de informações relacionadas a disciplinas. <b>Principais funcionalidades:</b> Gestão de informação do acadêmico; Gestão de dados do curso; Gestão de ingresso de aluno; Gestão de Notas; Gestão de matrícula; Emissão de relatórios gerenciais.	PREG					
SIGPOS	O Sistema de Controle da Pós-Graduação visa a gestão e controle dos dados de pós-graduação da UFMS. <b>Principais funcionalidades:</b> Gestão de informação do acadêmico; Gestão de dados do curso; Gestão de ingresso de aluno; Gestão de matrícula; Emissão de relatórios gerenciais.	PROPP					
SGP	O Sistema de Gestão de Pessoal tem por objetivo integrar as coordenações da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho, disponibilizando de forma on-line informações de todos os servidores da UFMS. <b>Principais funcionalidades:</b> Gestão de Pessoas e geração de relatórios.	PROGEP					
PATRIMONIO	O Sistema de Patrimônio e manter a relação de patrimônios que a universidade adquire, bem como os seus valores e depreciações, administrar inventários e realizar incorporações. <b>Principais funcionalidades:</b> Gestão Patrimonial; Emissão de Termo de Responsabilidade; Transferência de bens; Depreciação; Incorporações; Rastreamentos; e Relatórios Gerenciais.	CGM/PRA DI					
COMPRAS	O Sistema de Compras visa permitir o registro todos os processos de compra, que inclui a aquisição de materiais de consumo, materiais permanentes, bem como a contratação de serviços. <b>Principais funcionalidades:</b> Manter Itens de Material e Serviço do Catálogo; Importar dados de Material do CATMAT; Requisitar Inclusão de Itens no Catálogo pela Lotação; Incluir Licitação no ComprasNet via Integração; Cadastrar Pré-Empenho; dentre outros.	CGM/PRA DI					
RMO	O Sistema de Registro Mensal de Ocorrências foi concebido com o objetivo de atender a necessidade de registrar as frequências, atrasos, horas extras e adicionais noturnos dos servidores da UFMS. <b>Principais funcionalidades:</b> Impressão de Folhas de Frequência; Solicitação; Autorização de Horas Extras; Lançamento de Ocorrências; Relatório Mensal de Ocorrências; Recebimento de Folhas; Exportação para o SIAPE.	CAP/PROG EP					
GRU-UFMS	O Sistema de Gerenciamento de GRUs é oferece funcionalidades para configuração, registro, emissão e gestão das guias recolhidas. <b>Principais Funcionalidades:</b> Registra recolhimento; Registrar Guia; Emitir GRU; Importa arquivos de retorno Banco do Brasil; Importa arquivos de retorno SIAFI; Relatórios Gerenciais;	CFI/PRADI					
BSE	O Sistema de Boletim de Serviço Eletrônico permite dar publicidade à seus atos administrativos, controlando as publicações oficiais. <b>Principais Funcionalidades:</b> Template de documentos oficiais; Geração de Boletim de Serviço; Busca otimizada nos documentos; Envio de e-mail; Área pública de pesquisa; Gerenciamento de publicação de documentos.	CCS/RTR					

SISTEMAS INSTITUCIONAIS							
SIGLA	DESCRIÇÃO	NEGÓCIO	U	M	A	C	
SIPAS	O Sistema de Controle do Plano de Saúde visa realizar o controlar os serviços oferecidos pelo Plano de Saúde oferecido pela UFMS. <b>Principais Funcionalidades:</b> Lançamento de guias; Faturamento de guias; Gestor de prestadores; Gestor de beneficiários; Gestor de procedimentos e outras despesas;	CAS/PROG EP					
REGGIO	O Sistema de Gestão de Restaurante Universitário realiza o controle de consumo dos alunos que possuem desconto no Restaurante Universitário da UFMS. <b>Principais Funcionalidades:</b> Cadastro de acadêmico bolsista; Cadastro de categorias de desconto; Relatórios gerenciais; Ativação do consumo via CPF e Senha;	PREAE					

U – Vida útil		A – Abrangência		M – Manutenibilidade		C – Criticidade	
	Menos de um ano		Toda a UFMS		Alta de manda de manutenções		O negócio para em uma semana
	Entre um e três anos		Mais de uma unidade		Demanda moderada		O negócio para em um mês
	Mais de três anos		Um único setor		Baixa demanda		O negócio não para

Fonte: NTI

Não há planos específicos de capacitação para área de TI. Entretanto, no ano passado foi iniciada capacitação à distância na área de desenvolvimento de software e desenvolvimento de aplicativos para celular.

A força de trabalho da área de TI é composta pelos seguintes servidores:

Quadro 41 – Força de Trabalho da área de TI

<b>Cargo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Formação Exigida</b>	<b>CH</b>
Analista de TI	39	Graduação na área de TI	40h
Técnico em TI	40	Ensino Médio Técnico na área de TI	40h
Assistente de TI	5	Ensino Fundamental	40h
Estagiários	14	Cursando graduação na área de TI	20h

Fonte: NTI

O gerenciamento de serviços de TI na UFMS é realizado pela Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), que trabalha com três principais áreas de atuação:

- Suporte ao cliente: nesta área são gerenciados os chamados que são realizados por meio do sistema OTRS (Open Technology Real Services). O chamado é realizado por meio do OTRS e a Divisão de Suporte ao Cliente redireciona o chamado para área correta.
- Infraestrutura e gerência de TIC: esta área é responsável pelo gerenciamento dos servidores e de infraestrutura de comunicação da UFMS. A maioria dos serviços de TI desta área é realizado baseando-se no PDTIC. Entretanto, alguns atendimentos aos usuários finais são realizados por meio do OTRS.
- Desenvolvimento de software: os serviços mais simples como mudança de senha, cadastro de usuários é realizado por meio do OTRS. A manutenção e desenvolvimento de software são realizados de acordo com as demandas do PDTIC. O desenvolvimento de software segue o modelo MPS-BR.

Não há empresas terceirizadas que prestam serviços de TI na unidade.

Quadro 42 – Descrição dos Projetos de TI

Projeto	Resultados Esperados	Alinhamento com PDTIC	Valores Despendidos	Prazos
Migração da plataforma do e-mail para Zimbra	Melhoria de interface e serviços de e-mail	Migração do e-mail institucional para a plataforma Zimbra	R\$ 0,00	Jan/2017
Implantação de servidores de licenças	Servidor para gerenciar licenças de software	Implantação de melhorias físicas no centro de dados	R\$ 0,00	Mar/2017
Reestruturação do Ambiente de Servidores Virtuais	Melhorar o desempenho das aplicações	Implantação de melhorias físicas no centro de dados	R\$ 0,00	Dez/2016
Aquisição de equipamentos de processamento de dados e armazenamento para o datacenter	Melhorar o desempenho de aplicações existentes e implantação de novas aplicações	Implantação de melhorias físicas no centro de dados	R\$ 1.008.580,00	Dez/2016
Implantação do serviço de antivírus	Garantir mais segurança para as estações de trabalho da UFMS	Aquisição de softwares	R\$ 103.250,00	Fev/2017
Planejamento e execução da infraestrutura de redes	Melhorar a conectividade das unidades	Implantação de cabeamento na sede e nos câmpus	R\$ 553.795,70	Dez/2016
Implantação do serviço de conferência web (mconf)	Possibilitar reuniões entre os diversos câmpus da UFMS	Ampliação da infraestrutura de videoconferência da UFMS	R\$ 0,00	Dez/2016
Implantação do serviço de gerenciamento de diretórios	Gerenciamento dos usuários da rede de dados da UFMS	Integrar a autenticação do passaporte com AD	R\$ 0,00	Nov/2016
Hospedagem de sites institucionais da UFMS	Oferecer sites para as diversas unidades da UFMS com a finalidade de divulgar as informações institucionais	Implementação e manutenção de sites institucionais	R\$ 0,00	Jul/2016
Desativação dos servidores do tipo torre do datacenter	Melhorar a organização do datacenter da UFMS	Implantação de melhorias físicas no centro de dados	R\$ 0,00	Fev/2017
Aquisição de ativos de rede	Melhorar a conectividade na rede de dados da UFMS	Aquisição de ativos de rede	R\$ 559.582,16	Dez/2016
Aquisição de computadores para a UFMS	Melhorar os serviços administrativos e os laboratórios da UFMS	Aquisição de computadores, notebooks, tablets e demais dispositivos computacionais para usuários	R\$ 2.875.784,22	Dez/2016
Implantação do Módulo de PPC no SISCAD	Registro dos PPCs no SISCAD	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	R\$ 0,00	Set/2016
Implantação do Sistema de Contratos	Melhoria no gerenciamento dos contratos da UFMS	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	R\$ 0,00	Out/2016
Melhorias no sistema de Pós-graduação	Melhorias na interface e novas funcionalidades do Sistema de Pós-graduação	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	R\$ 0,00	Em andamento
Certificação no Nível G do MPS-SW	Melhorar o processo de desenvolvimento de software da UFMS	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	R\$ 0,00	Set/2016

Fonte: NTI

### 6.3.1 Principais sistemas de informações

A UFMS conta a Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI que é responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas institucionais.

Os sistemas que mais contribuem para a realização da Missão e Objetivos institucionais são:

#### 1. SISCAD – Sistema Acadêmico

O Sistema Acadêmico de Graduação visa auxiliar docentes e discentes da instituição no gerenciamento e consulta de informações relacionadas a disciplinas.

**Principais funcionalidades:** Gestão de informação do acadêmico; Gestão de dados do curso; Gestão de ingresso de aluno; Gestão de Notas; Gestão de matrícula; Emissão de relatórios gerenciais.

**Manutenção:** Manutenção Própria.

**Unidade de Negócio:** Pró Reitoria de Ensino de Graduação – PREG

#### 2. SIGPOS – Sistema de Gestão de Pós-Graduação

O Sistema de Controle da Pós-Graduação visa a gestão e controle dos dados de pós-graduação da UFMS.

**Manutenção:** Manutenção Própria.

**Principais funcionalidades:** Gestão de informação do acadêmico; Gestão de dados do curso; Gestão de ingresso de aluno; Gestão de matrícula; Emissão de relatórios gerenciais.

**Unidade de Negócio:** Pró Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação – PROPP

#### 3. SGP – Sistema de Gestão de Pessoas

O Sistema de Gestão de Pessoal tem por objetivo integrar as coordenações da Pró Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho, disponibilizando de forma on-line informações de todos os servidores da UFMS.

**Manutenção:** Manutenção Própria.

**Principais funcionalidades:** Gestão de Pessoas e geração de relatórios.

**Unidade de Negócio:** Pró Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP

#### 4. PATRIMONIO – Sistema de Patrimônio

O Sistema de Patrimônio e manter a relação de patrimônios que a universidade adquire, bem como os seus valores e depreciações, administrar inventários e realizar incorporações.

**Manutenção:** Manutenção Própria.

**Principais funcionalidades:** Gestão Patrimonial; Emissão de Termo de Responsabilidade; Transferência de bens; Depreciação; Incorporações; Rastreamentos; e Relatórios Gerenciais.

**Unidade de Negócio:** Pró Reitoria de Administração – PRAD

## **5. COMPRAS – Sistema de Compras**

O Sistema de Compras visa permitir o registro todos os processos de compra, que inclui a aquisição de materiais de consumo, materiais permanentes, bem como a contratação de serviços.

**Manutenção:** Manutenção Própria.

**Principais funcionalidades:** Manter Itens de Material e Serviço do Catálogo; Importar dados de Material do CATMAT; Requisitar Inclusão de Itens no Catálogo pela Lotação; Incluir Licitação no ComprasNet via Integração; Cadastrar Pré-Empenho; dentre outros.

**Unidade de Negócio:** Pró Reitoria de Administração - PRAD

## 6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul adota políticas de sustentabilidade ambiental através do seu Sistema de Governança da Sustentabilidade a partir do desencadeamento, acompanhamento, avaliação e controle de ações contempladas em seu Plano de Gestão de Logística Sustentável, o que envolve a educação continuada em sustentabilidade e qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e licitações sustentáveis, redução das emissões de gases poluentes pela logística de pessoal e material, efficientização do consumo de energia elétrica e de água e esgoto e de práticas e iniciativas de sustentabilidade e do uso eficiente do gasto público. Os resultados dessas ações são avaliados e revistos anualmente por uma Comissão Gestora e apresentadas à sociedade através de audiências públicas. Pela ampla presença da instituição nas mais diversas regiões do estado e por estar inserida territorialmente em dois importantes biomas (Cerrado e Pantanal), a abrangência e o escopo do Sistema de Governança da Sustentabilidade representam importantes desafios para a política e gestão da sustentabilidade ambiental da universidade.

Atualmente a instituição não participa da A3P, embora seja uma ação prevista para sua adesão no próximo exercício.

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul realiza, através de empresa terceirizada, a separação e a mensuração dos resíduos recicláveis e resíduos comuns em todos os campi de atuação. Posteriormente os resíduos recicláveis são encaminhados para cooperativa formada por pessoas de baixa renda e os resíduos comuns são enviados para disposição final em aterros sanitários municipais.

Atualmente a instituição realiza estudos para contemplar e incluir gradativamente itens sustentáveis em suas aquisições de bens móveis e de material de consumo.

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul adotou o seu Plano de Gestão de Logística Sustentável através da Resolução nº 124, de 09 de outubro de 2014 – Conselho Diretor.

A Comissão Gestora do PLS foi constituída através da Portaria nº 1.168, de 29 de outubro de 2014.

O PLS da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul abrange completamente os critérios estabelecidos no art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, na criação, na execução, no controle e na avaliação dos Planos de ação.

O PLS da UFMS entra-se disponível para consulta pública no site <https://proinfra.ufms.br/pls/>

Anualmente os resultados do PLS são avaliados e deliberados pela Comissão Gestora através da emissão de relatórios disponibilizados no site supracitado. As metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores estão no Relatório Consolidado dos Planos de Ação 2016 que segue abaixo:

Quadro 43 – Resultados do Plano de Logística Sustentável

Macroárea: Energia						
Instalação elétrica geral	Projetar a reformulação do sistema elétrico para permitir operação e controle do uso mais eficiente	DIEE/CE M	12 meses	Ação realizada	SIM, TOTALMENTE	Redimensionamento do sistema elétrico do Laboratório de Microbiologia/CCBS; Orientação para Instalação de banco de capacitores na Unidade II do Campus de Três Lagoas para correção do fator de potência;
	Propor especificações de equipamentos para controle do uso de carga	DIEE/CE M	12 meses	Ação realizada	SIM, TOTALMENTE	Orientação para substituição do sistema de destilação comum de água por um mais eficiente com equipamentos de purificação por Osmose reversa no Campus de Campo Grande, instalados no INQUI, CCBS, DHT e FAODO. Redimensionamento dos sistemas de refrigeração especificando aparelhos tipo Inverter ou selo Procel A para ESAN e CCBS.
Organização da manutenção	Propor especificações de equipamentos de segurança (EPI/EPC)	DIEE/CE M	12 meses	Ação realizada	NÃO	Necessidade de mais um colaborador/servidor com conhecimento de área na divisão.
	Elaborar procedimentos para serviços em subestações	DIEE/CE M	12 meses	Ação realizada	SIM, PARCIALMENTE	Programação de limpeza e manutenção das cabines de média tensão da UFMS - Campus Campo Grande. Necessidade de mais um colaborador/servidor com conhecimento de área na divisão.
Estimular boas práticas sustentáveis sobre energia elétrica	Desenvolver campanhas junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia	DIEE/CE M	12 meses	Número de campanhas realizadas	NÃO	Necessidade de mais um colaborador/servidor com conhecimento de área na divisão; Falta de Recursos financeiros.
Eficiência do sistema elétrico	Especificar equipamentos para um sistema de telemetria	DIEE/CE M	12 meses	Ação realizada	SIM, PARCIALMENTE	Análise da viabilidade técnica e financeira para implementar o sistema. Necessidade de mais um colaborador/servidor com conhecimento de área na divisão.
	Revisar os contratos de energia elétrica	DIEE/CE M	12 meses	Número de contratos revistos	SIM, TOTALMENTE	NOD-FAODO campus Campo Grande, campus de Naviraí e campus de Corumbá.
	Projetar estudo de alternativas para suprimento de energia em caso de falha no sistema principal	DIEE/CE M	12 meses	Número de estudos desenvolvidos	SIM, TOTALMENTE	Dimensionamento de grupo gerador e orientação para compra e instalação. Destinado a atender as cargas que necessitam de energia ininterrupta no Biotério.
	Mapear o uso da energia através de medidores	DIEE/CE M	12 meses	Ação realizada	SIM, TOTALMENTE	Setor 1 e Setor 3 mapeados. Necessidade de mais um colaborador/servidor com conhecimento de área na divisão. Falta de equipamentos de análise e medição elétrica.

Fonte: Proinfra

Macroárea: Resíduos Sólidos						
Estabelecer sistema de gestão para resíduos sólidos da UFMS	Analisar diagnósticos dos resíduos gerados na UFMS e proposição de medidas para redução de geração de rejeitos	DICM/COA	12 meses	Ação realizada	NÃO	Esta proposta foi realizada pelo antigo Engenheiro e não foi cumprida. Para ser cumprida é necessária uma equipe para execução.
	Implementar e propor melhorias ao projeto de logística interna dos resíduos sólidos que prime pela segregação para reaproveitamento dos resíduos e redução da quantidade para disposição final	DICM/COA	12 meses	Ação realizada	SIM, TOTALMENTE	1
	Propor medidas para melhorar a segregação de resíduos gerados na UFMS	DICM/COA	12 meses	Ação realizada	SIM, PARCIALMENTE	A empresa ganhadora não cumpriu o contrato e, portanto, as lixeiras não foram entregues.
Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas sustentáveis	Incluir dados na plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária	DICM/COA	12 meses	Ação realizada	SIM, TOTALMENTE	1
	Inserir cláusulas contratuais e fiscalizar os serviços de terceiros, relacionados aos resíduos, para que as suas atividades estejam em conformidade com as observâncias ambientais instituídas	DICM/COA	12 meses	Número de cláusulas contratuais inseridas	SIM, TOTALMENTE	1
	Promover campanha para redução do consumo de copos descartáveis, incentivando o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem	DICM/COA	12 meses	Número de campanhas	SIM, TOTALMENTE	1
	Incluir cláusula de exigência em processo licitatório, para que a empresa vencedora adote logística reversa, quanto aos cuidados para descarte dos bens inservíveis.	DIPM/CGM/PRAD	12 meses	Cláusula inserida em contratos	NÃO	Não houve processo licitatório

Fonte: Proinfra

Macroárea: Água e Esgoto						
Criar uma base de informação que possibilite a rápida formulação de um parecer técnico, informativo e corretivo	Projetar o mapeamento da rede de esgoto, bem como das caixas de gorduras, caixas de inspeção, poços de visita e tubulação geral	CEM	12 meses	Ação realizada	SIM, PARCIALMENTE	Ação iniciada, porém não finalizada
	Projetar o mapeamento da rede de abastecimento de água na UFMS	CEM	12 meses	Ação realizada	SIM, PARCIALMENTE	Ação iniciada, porém não finalizada
	Divulgar através de site específico as informações relativas ao consumo de água, custos e medidas de efficientização oriundas da UFMS	CEM	12 meses	Ação realizada	SIM, TOTALMENTE	1
Incentivar a promoção de boas práticas sustentáveis	Promover campanhas de conscientização para a redução de desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente.	CEM	12 meses	Número de campanhas	NÃO	Falta de recursos financeiros

Fonte: Proinfra

Macroárea: Deslocamento de Pessoal e de Material						
Introduzir critérios de sustentabilidade na compra de veículos automotores e/ou suas manutenções	Incluir exigência em cláusula no processo licitatório, para aquisição de veículos leves com motores do ciclo OTTO, para que os mesmos tenham classificação A ou B do PBE veicular	COA/PROINFRA e DICT/PRAD	12 meses	Ação realizada	SIM, PARCIALMENTE	Ação a ser realizada sob demanda. Como não houve licitação de veículo no ano de 2016, os critérios não foram aplicados. Porém os critérios utilização do PBE Veículos foram realizados.
Inventariar as emissões dos gases poluentes de efeito estufa produzidas pelo deslocamento de pessoal e material	Projetar o inventário das emissões de gases de efeito estufa produzidas pelo deslocamento de pessoal e material	DITL/COA/PROINFRA	12 meses	Projeto elaborado	SIM, TOTALMENTE	O inventário de emissão de gases poluentes pelos veículos da UFMS foi realizado, utilizando os parâmetros do GHG Protocol Brasil.
Estimular a utilização de transportes coletivos e alternativos pela comunidade universitária	Instituir campanhas incentivando o uso de transporte coletivo e veículos não-motorizados nos Campi	DITL/COA/PROINFRA	12 meses	Número de campanhas	SIM, PARCIALMENTE	Os cartazes da campanha foram idealizados, porém algumas alterações solicitadas não foram realizadas em tempo hábil para que a campanha iniciasse em 2016.

Fonte: Proinfra

Macroárea: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho						
Fortalecer o Programa de Qualidade de Vida na UFMS	Identificar as fontes de riscos potenciais à saúde e a segurança	DIST/CAS/PROGEP	12 meses	Número de ambientes inspecionados (400)	SIM, TOTALMENTE	432 ambientes
	Avaliar, por meio de equipe multiprofissional em saúde, as situações de risco à saúde no trabalho dos servidores	DIAS/CAS/PROGEP	12 meses	Número de exames médicos e atendimentos psicológicos e sociais (1000)	SIM, TOTALMENTE	Os acompanhamentos foram divididos da seguinte forma: Junta Médica (302); Perícia Médica Singular (1057); Exames Periódicos (559); Licença Gestante (45); Licença Adotante (1); Licença Acompanhamento Familiar (210); Atendimento Assistentes Sociais (298), totalizando <b>2.472 exames</b> médicos e atendimentos psicológicos e sociais realizados.
	Estimular e ampliar a cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições	DIEC/CDR/PROGEP	12 meses	Número de servidores capacitados (400)	NÃO	Para a meta total de vagas ofertadas, em três cursos não houve procura e em outros dois cursos não foram oferecidos por falta de estrutura física.
	Desenvolver indicadores de satisfação e bem-estar coletivo da comunidade Universitária	GAB/PROGEP	12 meses	Relatório de Indicadores gerado	SEM INFORMAÇÃO	Não informado
	Buscar amparo legal para poder introduzir os servidores inativos nas atividades de capacitação da UFMS	GAB/PROGEP e DIEC/CDR/PROGEP	12 meses	Número de atividades realizadas por inativos	NÃO	Não foi detectada legislação de amparo aos inativos
	Inserir cláusulas no contrato de aquisição de materiais e equipamentos para o atendimento no mínimo aos critérios de segurança e saúde no trabalho	DIST	12 meses	Objetos adquiridos com critérios de segurança e saúde no trabalho (sob demanda)	SIM, TOTALMENTE	Não foram adquiridos no decorrer do ano, mas no mês de novembro de 2016, foram liberados recursos para a aquisição dos seguintes Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva: 125 Botinas de Segurança do Trabalho, 180 Luvas de Proteção, 230 Máscaras de Proteção, 170 Filtros para Máscaras, 80 Óculos de Proteção, 200 Protetores Auriculares, 30 Respiradores Faciais, 300 Extintores de Incêndio, 115 Mangueiras para Hidrantes e 200 Luzes de Emergência. <b>Total de 1.630</b>
	Constituir Brigadas contra Incêndio voluntárias para atuação preventiva, prestação de primeiros socorros e evacuações de ambientes	DIST	12 meses	Número de unidades atendidas (11)	SIM, TOTALMENTE	Foram dimensionadas 21 Unidades de Campo Grande e Interior. Faltaram dimensionar 6 Unidades do Interior, promover curso de formação de brigadista e aquisição de equipamentos de proteção individual para os brigadistas. Não foram concluídas por falta de recursos para as viagens

Fonte: Proinfra

Macroárea: Material de Consumo						
Manter a busca pela eficiência do uso de copos descartáveis	Adquirir Canecas Biodegradáveis	PRAD	12 meses	Quantidade Adquirida (1000)	NÃO	Não foi feita aquisição devido à diminuição do consumo de copos plásticos
	Adquirir gradativamente copos biodegradáveis em substituição aos copos de plástico	PRAD	12 meses	$\Sigma$ Copos biodegradáveis/ $\Sigma$ Copos Adquiridos (5%)	NÃO	Não foi feita previsão de compras para 2016. Entretanto, já está sendo incluído nas previsões de compra para 2017.
Manter a busca pela eficiência no consumo de papel de impressão	Propor slogan no webmail institucional "ANTES DE IMPRIMIR PENSE NA SUA RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE"	PRAD	12 meses	Ação realizada	SIM, TOTALMENTE	1
	Replicar a campanha de conscientização do usuário "Imprima só o necessário" nas unidades não atendidas anteriormente	PRAD	12 meses	Ação realizada	SIM, TOTALMENTE	1
	Incentivar a comunicação interna digital	Todas unidades, com apoio DIPR	12 meses	Ação realizada	SIM, TOTALMENTE	1

Fonte: Proinfra

Macroárea: Compras e Contratações Sustentáveis						
Incluir itens sustentáveis nas Compras institucionais	Propor a aquisição de aparelhos purificador de água por osmose reversa, para possibilitar a economia de água e energia elétrica no processo de purificação para uso laboratorial.	CGM/PRAD	12 meses	Cláusula em edital	SIM, TOTALMENTE	Pregão 49/2016: Licitados: 27 unidades Empenhados: 20 unidades
	Propor aquisições de aparelhos de ar condicionado com selo PROCEL e classificação A (ou a mais eficiente da categoria)	CGM/PRAD	12 meses	Cláusula em edital	SIM, TOTALMENTE	1
	Manter a revisão dos itens dos principais pregões, adequando-os, quando possível, aos critérios ambientais	CGM/PRAD	12 meses	Cláusula em edital	SIM, TOTALMENTE	1

Fonte: Proinfra

Macroárea: Práticas de Sustentabilidade						
Prover limpeza e conservação ambientalmente correta	Manter a limpeza do Lago do Amor	DICM/COA	12 meses	Número de limpezas realizadas (4)	SIM, TOTALMENTE	Foram redimensionadas e realizadas 8 limpezas
	Arborizar áreas da UFMS	DICM/COA	12 meses	Número de mudas plantadas (220)	SIM, TOTALMENTE	220
	Executar compostagem de resíduos orgânicos proveniente de podas, para produção de adubo	DICM/COA	12 meses	Toneladas de adubo produzidas (10)	SIM, PARCIALMENTE	Para ser cumprida integralmente necessita-se de equipe para execução e monitoramento, além de investimento para aquisição.

Fonte: Proinfra

### **Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.**

A atuação institucional em termos de sustentabilidade ambiental vem gradativamente proporcionando resultados mais consolidados, considerando o seu caráter participativo e a importância dada pela administração para sua implementação efetiva. No final do exercício de 2016, a Auditoria Interna da instituição analisou o PLS e seus planos de ação e apontou recomendações de adequações, o que favorecerá a realização de uma revisão mais substanciada para o aprimoramento das iniciativas de sustentabilidade. O investimento em novas tecnologias ecologicamente corretas, a aproximação das atividades-fim aos propósitos de desempenho ambiental, uma melhor capacitação do pessoal técnico e a conscientização e a participação massiva da comunidade universitária sobre o tema, representam os grandes desafios para os próximos exercícios.

## **7.RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

## 7.1 Canais de acesso do cidadão

As demandas da Ouvidoria possuem naturezas diversas e surgem das mais variadas necessidades ou motivações. São oriundas tanto da comunidade interna como da comunidade externa da universidade buscando atendimento em suas demandas.

Conforme Manual de Ouvidoria Pública publicado pela CGU, está entre as atribuições das Ouvidorias públicas, ouvir e compreender as diferentes formas de manifestação dos cidadãos; reconhecer os cidadãos, sem qualquer distinção, como sujeitos de direitos; qualificar suas expectativas de forma adequada, caracterizando situações e identificando os seus contextos, para que o Estado possa utilizá-las como oportunidades de melhoria na gestão; dar tratamento adequado às demandas apresentadas pelos cidadãos; demonstrar os resultados produzidos em razão da participação social, produzindo relatórios gerenciais capazes de subsidiar a gestão pública.

Nesse contexto temos de um lado, parte carecedora de atenção, informação e em busca da satisfação de sua necessidade e, de outro lado, a universidade, que através desse amplo canal de acesso estabelecerá diálogo com os demandantes, sempre objetivando satisfazer suas demandas, sejam elas de solicitação de informações, de interveniência na resolução de conflitos, denúncias, críticas, entre outras. Daí a importância de se estar atento para a variedade de manifestações que se sucedem e da forma que se posicionará o órgão diante desses questionamentos e inquietações.

O Ouvidor, para dar cabo de suas atividades (entre elas o de possibilitar o exercício da cidadania), de forma mais eficiente, ágil e efetiva, estabelece contato com os solicitantes, faz encontros pessoais e diretos com as pessoas envolvidas, sejam elas interessados primários, sejam servidores técnico administrativos, alunos, professores, órgãos colegiados, coordenadores de curso, diretores de campus, pró reitores etc., agindo sempre pró ativamente, dispondo-se a atender as demandas provindas das mais diversas origens. Toda estrutura que possibilita sua atuação é fornecida pela própria universidade e está à disposição da Ouvidoria, que deve explorá-la livremente, isso se consubstanciando num ponto forte na facilitação e desempenho de suas atividades.

O principal e mais utilizado canal de acesso à Ouvidoria da UFMS se dá por meio do sistema informatizado de acesso, pela internet, e que está colocado à disposição dos usuários no sítio oficial da UFMS, por meio do link <http://ouvidoria.sites.ufms.br/> que direcionará o demandante à página do E-OUV, sistema utilizado pelas Ouvidorias do Poder Executivo Federal. Neste site, o cidadão poderá optar entre variados tipos de demanda (denúncia, reclamação, solicitação, sugestão, elogio), isso em um ambiente virtual de fácil acesso e de manuseio simples e intuitivo. Desse modo, é possível, a qualquer tempo, invocar a Ouvidoria seja por meio de solicitações, sugestões, reclamações, denúncias ou elogios. O usuário pode se valer também do telefone fixo institucional, número 67-3345.7983, para falar diretamente com a Ouvidoria ou agendar atendimento pessoal com o Ouvidor, possibilitando ao usuário maior integração com a Universidade e atendimento personalizado.

Os atendimentos são todos canalizados, direta ou indiretamente, para o Sistema da Ouvidoria que gerencia dados dos usuários e o histórico de suas demandas, de modo que todo atendimento permanece sempre documentado. Com efeito, Ouvidoria da UFMS pode ser acessada por carta no endereço postal Ouvidoria da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Avenida Costa e Silva, S/N – Cidade Universitária, CEP 79.070-900, Campo Grande/MS, por e-mail ([ouvidoria.rtr@ufms.br](mailto:ouvidoria.rtr@ufms.br)), pelo Sistema Informatizado da Ouvidoria, por Ofício ou Comunicado Interno e, como já ressaltado, de forma presencial, independentemente da natureza da demanda. Conforme demonstra quadro e gráficos abaixo onde se pode ver a totalização das demandas e também, percentualmente, cada tipo de solicitação:

## Quadro geral de estatísticas do Sistema e-OUV

Figura 1- Dados Gerais - Ano 2016



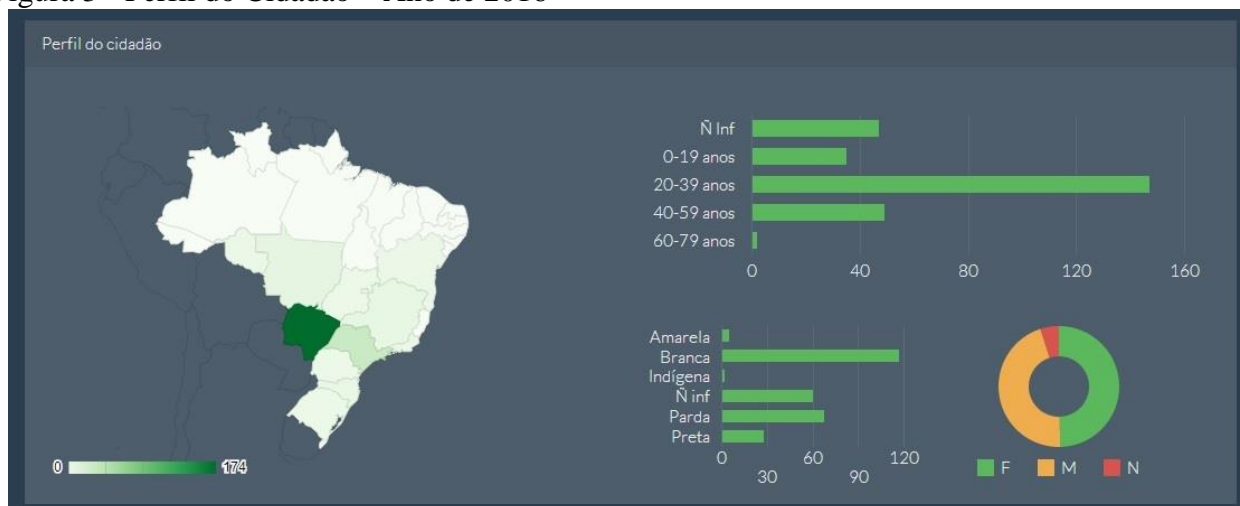
Fonte: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

Figura 2 - Por Tipo de Demanda e Assunto – Ano 2016



Fonte: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

Figura 3 - Perfil do Cidadão – Ano de 2016



Fonte: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

Figura 4 - Tempo de Atendimento – Ano de 2016



Fonte: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

## “e-SIC” Serviço de Informação ao Cidadão da LEI DA ACESSO À INFORMAÇÃO

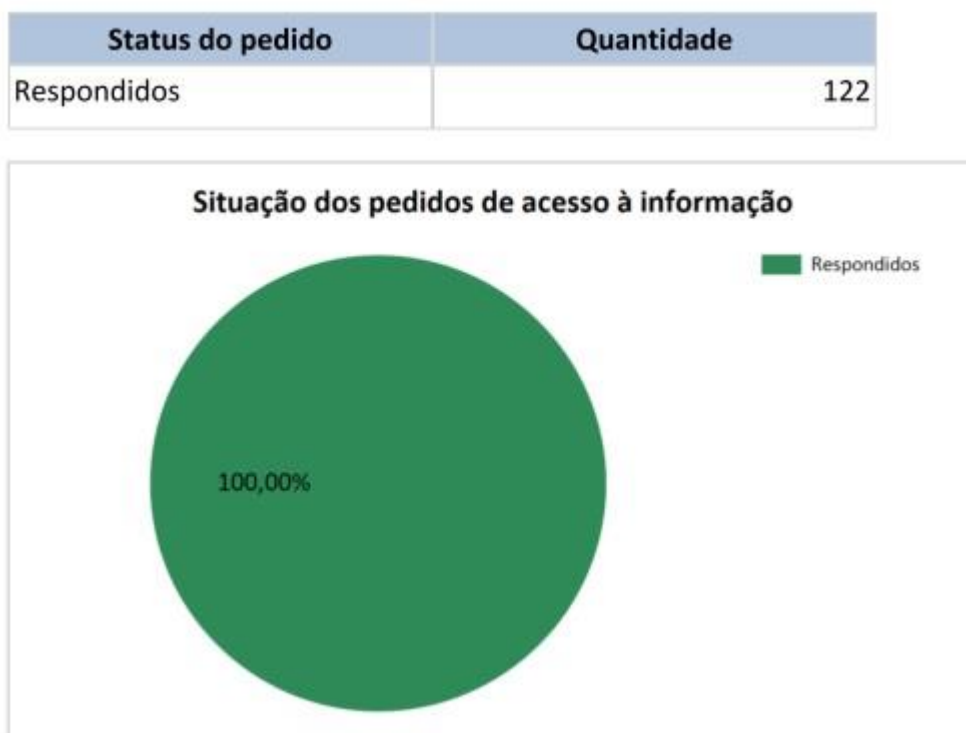
Além do e-OUV, a Ouvidoria utiliza como sistema para recebimento de solicitações “O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)” que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia.

A UFMS sendo um órgão institucional do Poder Executivo pode ser instada por este canal de acesso por qualquer cidadão a procura de informações públicas referentes a instituição através do link da CGU : <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>, onde o cidadão interessado se cadastra e faz o seu pedido de informação diretamente à Universidade que é respondido pelo Gestor. Os pedidos tem prazo de 20 dias para resposta, prorrogáveis por mais 10 dias. Estes trâmites estão sob a responsabilidade da Reitoria, da Assessoria da Reitoria e da Ouvidoria/RTR.

A Lei 12.527/ sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

## Quadro geral de estatísticas do Sistema e-SIC

Figura 5 - Situação Pedidos de Acesso - Ano 2016



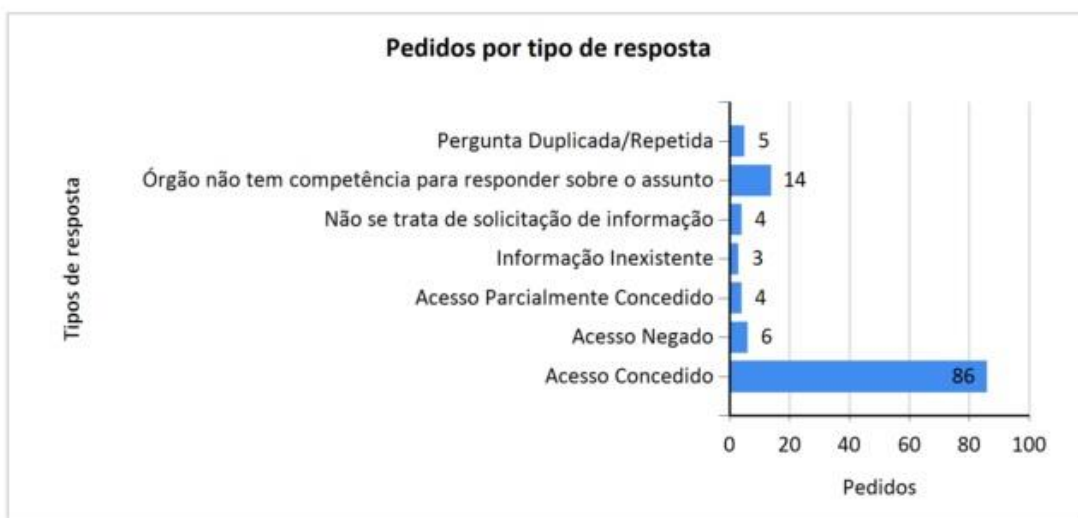
Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Figura 6 - Tipo e Tempo de Resposta – Ano 2016

**Tempo médio de resposta:** 25,61 dias

**Prorrogações:**

Quantidade	% dos pedidos
16	13,11%



Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Figura 7 - Características dos Pedidos – Ano 2016

Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	362	Total de solicitantes:	99
Perguntas por pedido:	2,99	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	4
		Solicitantes com um único pedido:	83

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Assistência ao estudante	23	18,85%
Educação - Profissionais da educação	22	18,03%
Educação - Educação superior	12	9,84%
Educação - Gestão escolar	11	9,02%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	7	5,74%
Educação - Legislação educacional	7	5,74%
Trabalho - Profissões e ocupações	6	4,92%
Educação - Sistema educacional - Avaliação	5	4,10%
Governo e Política - Administração pública	5	4,10%
Justiça e Legislação - Legislação e jurisprudência	4	3,28%

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Figura 8 - Negativa de Acesso – Ano 2016

Razões da negativa de acesso			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Pedido genérico	2	33,333%	1,64%
Processo decisório em curso	1	16,667%	0,82%
Dados pessoais	1	16,667%	0,82%
Pedido desproporcional ou desarrazoado	1	16,667%	0,82%
Pedido incompreensível	1	16,667%	0,82%
<b>TOTAL:</b>	6	100,000%	4,92%

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

## Perfil dos Solicitantes – Ano 2016

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	97	97,98%
Pessoa Jurídica	2	2,02%

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AL	1	1,03%	1
AM	1	1,03%	1
CE	6	6,19%	8
DF	3	3,09%	3
MG	9	9,28%	9
MS	35	36,08%	42
MT	4	4,12%	5
PA	2	2,06%	4
PB	1	1,03%	3
PI	1	1,03%	1
PR	3	3,09%	4
RJ	3	3,09%	3
RN	1	1,03%	1
RO	1	1,03%	1
SC	3	3,09%	4
SE	2	2,06%	2
SP	12	12,37%	17
Outros países	1	1,03%	1
Não Informado	8	8,25%	10

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Figura 9 - Perfil dos Solicitantes Pessoa Física – Ano 2016

Gênero		Escolaridade	
M	49,48%	Ensino Superior	28,87%
F	48,45%	Pós-graduação	26,80%
Não Informado	2,06%	Mestrado/Doutorado	25,77%
		Ensino Médio	12,37%
		Não Informado	6,19%

Profissão	
Servidor público federal	34,02%
Estudante	17,53%
Professor	11,34%
Não Informado	8,25%
Servidor público estadual	7,22%
Empregado - setor privado	7,22%
Pesquisador	5,15%
Outra	3,09%
Servidor público municipal	3,09%
Profis. Liberal/autônomo	1,03%
Jornalista	1,03%
Empresário/empreendedor	1,03%

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Figura 10 - Perfil dos Solicitantes Pessoa Jurídica – Ano 2016

Tipo de pessoa jurídica	
Empresa - PME	50,00%
Empresa - grande porte	50,00%

Fonte: Ouvidoria/UFMS

### **Totalização do e-SIC e e-OUV e fluxo das demandas**

Somados os atendimentos dos sistemas e-OUV e e-SIC, totalizaram, no período de 2016, 502 atendimentos ao cidadão usuário.

Impõe-se um fluxo diferente a cada demanda e avalia-se que envolva diferentes momentos em seu processo. Inicia-se com o recebimento e primeira análise da manifestação, sua procedência, tratamento é dado à questão com o encaminhamento (trâmite) do procedimento da sua origem na Ouvidoria até ao setor ou setores internos responsáveis pela avaliação ou resposta, instaura-se procedimentos internos com rotinas próprias destes, providencia-se respostas intermediárias ao solicitante e assim por diante, até finalmente chegar-se ao deslinde total da solicitação com a finalização do procedimento todo com a resposta ou informação ao solicitante e aos setores envolvidos. Uma manifestação iniciada, transformada em procedimento, pode ter inúmeros desdobramentos e demandar muitas interveniências do Ouvidor e de setores internos ou, de outro lado, quando singela a questão, uma resposta circunstanciada pelo Ouvidor.

## 7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Todas as instituições ou unidades jurisdicionadas integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, que também prestem serviços de atendimento direto ao cidadão, devem registrar também a existência de algum instrumento semelhante à Carta de Serviços ao Cidadão, caso disponível, bem como os procedimentos utilizados para sua correspondente divulgação e o endereço na *Internet* no qual seu conteúdo pode ser acessado. A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul já tem a sua Carta de Serviços ao cidadão em processo de atualização e está disponível no site oficial da UFMS, com acesso pelo link: <https://www.ufms.br/universidade/documentos-oficiais/carta-de-servicos-ao-cidadao/>.

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pela organização pública para informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

Tem como princípios fundamentais:

- Participação e Comprometimento
- Informação e Transparência
- Aprendizagem
- Participação do Cidadão

Sustenta-se nas seguintes Premissas:

- Foco no cidadão
- Indução do controle social

A Carta tem por finalidade:

- Melhorar a relação da Administração Pública com os cidadãos.
- Divulgar os serviços prestados pelas organizações públicas com os seus compromissos de atendimento para que sejam amplamente conhecidos pela sociedade.
- Fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade na administração pública quando esta percebe uma melhora contínua em sua eficiência e eficácia.
- Garantir o direito do cidadão para receber serviços em conformidade com as suas necessidades.

Benefícios da Carta:

- Ao implantar a Carta de Serviços, a organização pública ajustará sua atuação às expectativas dos cidadãos. Nesse sentido, serão visíveis os benefícios tanto para o cidadão quanto para a organização e a sociedade.

Público-alvo da Carta:

- Cidadãos que demandam e utilizam os serviços ou produtos das organizações públicas.

A Carta de Serviços ao Cidadão da UFMS está sendo atualizada por integrantes da Comissão de Elaboração e Implementação da Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pela Instrução de Serviço nº 285/PRAD de 4 de outubro de 2011.

### 7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

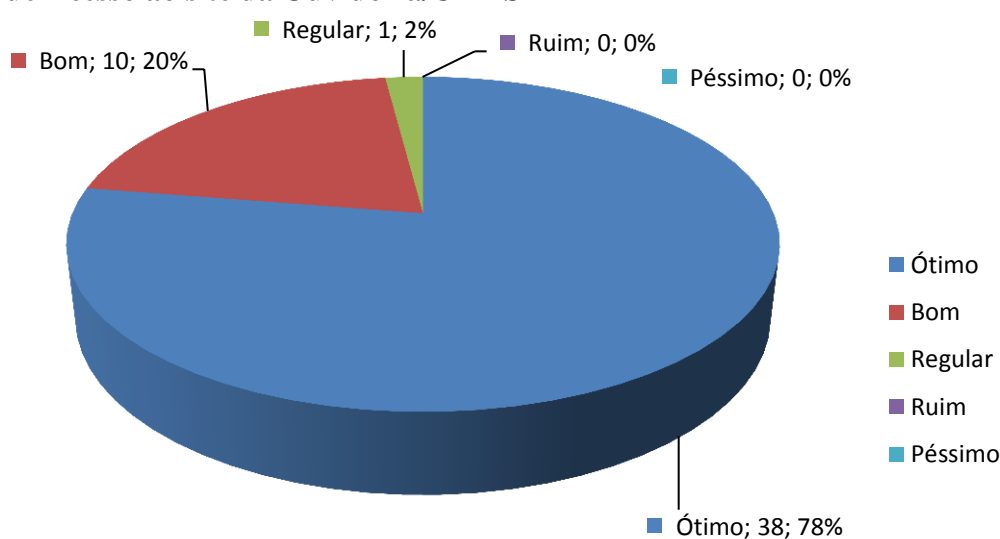
Neste tópico, mister pontuar que a Ouvidoria da UFMS executou sua função por intermédio do sistema fornecido pelo Governo Federal, anteriormente usava-se sistema próprio e nele havia ferramentas de análise de satisfação do cidadão-usuário.

Com a mudança de plataforma, atualmente utiliza-se o site oficial e nele não existe a princípio ferramenta para análise de avaliação de e acesso ao sistema. O modelo abaixo foi mantido da última pesquisa realizada pelo antigo sistema.

Será implementado como meta a criação deste sistema, visto que o sistema do Governo Federal não possui esta ferramenta tanto no E-OUV e E-SIC.

Seguindo o questionário da satisfação dos usuários é possível observar como foi avaliado a **facilidade de acesso ao site da Ouvidoria/UFMS**, resultado que é considerado excelente.

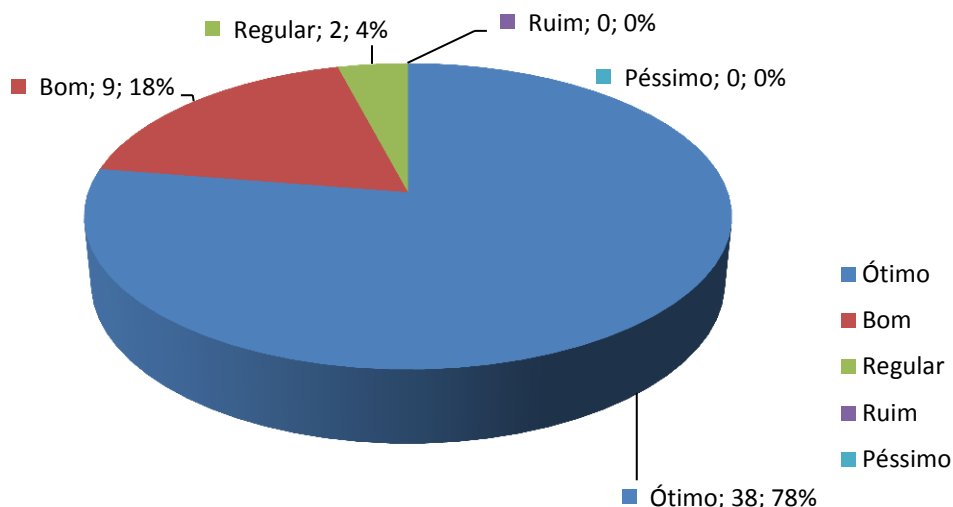
#### Facilidade de Acesso ao site da Ouvidoria/UFMS



Fonte: Ouvidoria

Agora, segue respostas de satisfação quanto a facilidade (e objetividade) no preenchimento dos itens para cadastro da manifestação e, pelos resultados abaixo, observa-se que não há dificuldades de manuseio e de interpretação das informações requeridas para preenchimento:

## Facilidade no preenchimento dos itens para o cadastro da manifestação no site da Ouvidoria/UFMS

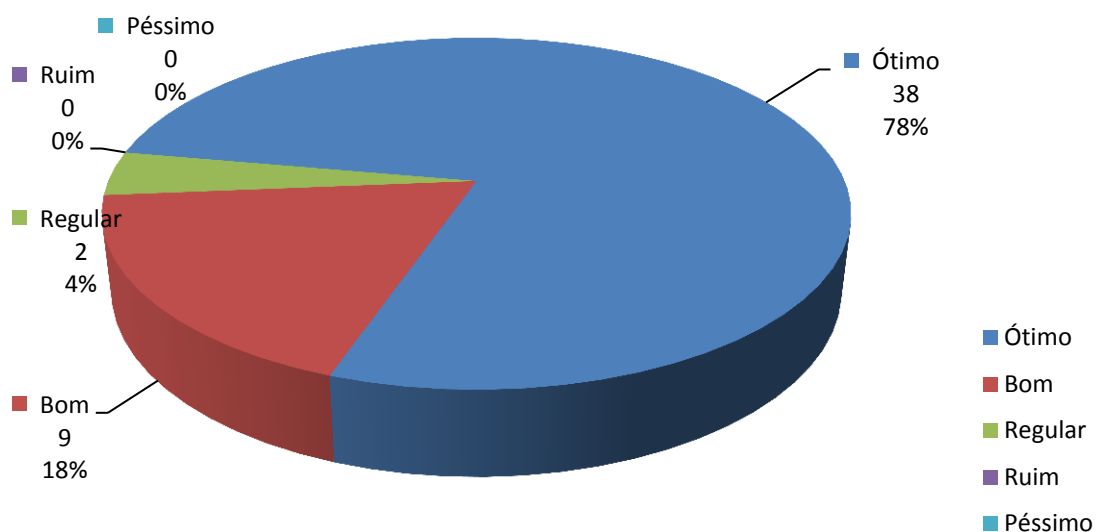


Fonte: Ouvidoria

## Avaliação do usuário com o atendimento da Ouvidoria

Parte importantíssima do trabalho realizado é relativa à satisfação do usuário cidadão com o atendimento e tratamento recebido da Ouvidoria, onde podemos observar um significativo desempenho positivo, fruto de árduo trabalho e estratégias eficientes para um atendimento efetivo, pró-ativo e participativo. Observamos, tal como foi no Relatório Gestão de 2014, que o índice de satisfação dos cidadãos usuários permaneceu bastante alto no período (melhorou 3%), alcançando índice de 78% dos usuários que responderam à pesquisa e avaliaram como ótimo o atendimento pelo Ouvidoria da UFMS, validando ainda mais nossas providências e condutas e atitudes frente à Ouvidoria. Este resultado, na verdade, trás ainda mais responsabilidade à Ouvidoria no cumprimento de suas funções:

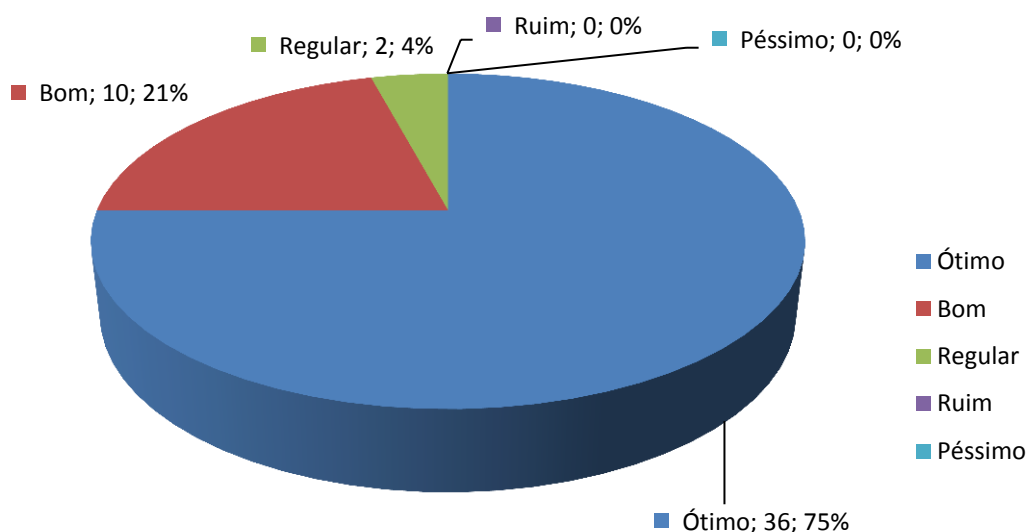
## O atendimento / tratamento recebido da Ouvidoria/UFMS



Fonte: Ouvidoria

Aqui segue dados sobre a medição de satisfação do usuário quanto ao tempo de demora para encaminhar a resposta da demanda inicial:

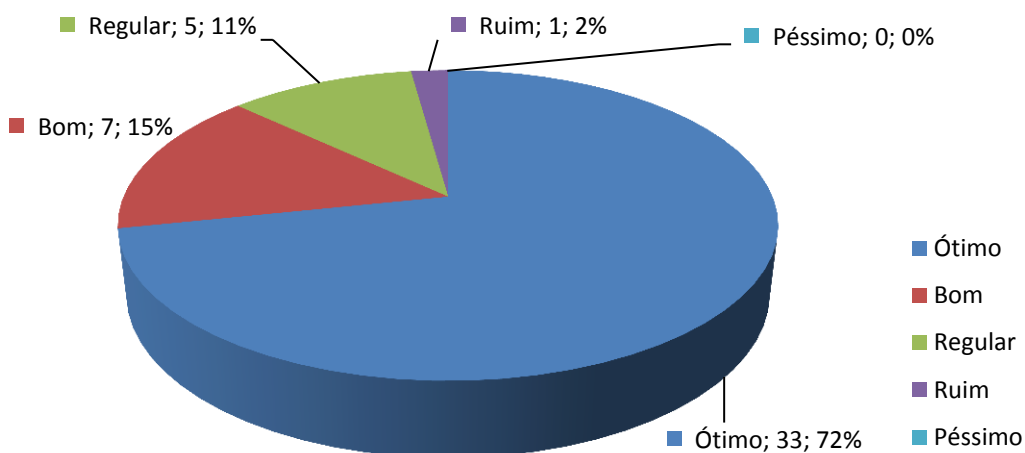
### Tempo de resposta à sua solicitação à Ouvidoria/UFMS



Fonte: Ouvidoria

Segue abaixo questionamento da pesquisa junto ao usuário final que revela dados valiosíssimos, já que aqui se passa a julgar a atuação da área envolvida na solução da questão apresentada. Estes dados deverão ser repassados por relatórios a essas áreas/setores a fim de se poder fazer avaliações dos casos e providências quando pertinentes:

### Avaliação da atuação da área envolvida na solução da manifestação

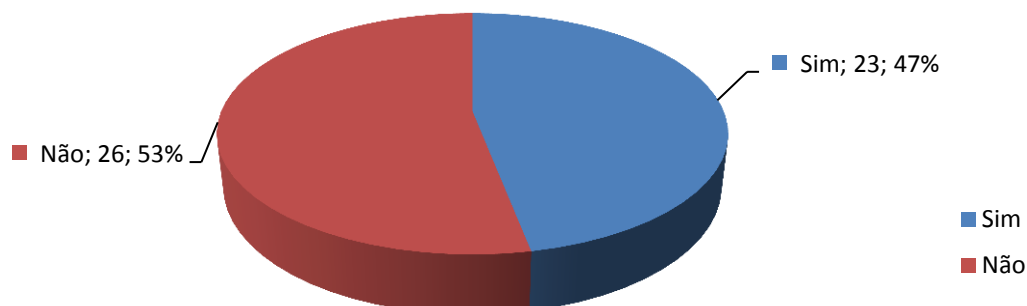


Fonte: Ouvidoria

Abaixo se observa a coleta de dados na pesquisa sobre a escolha/conduta do usuário quanto ao órgão que procurou primeiramente, antes da Ouvidoria, indicadores que também trazem informações para estratégia desses órgãos ou setores envolvidos:

### Antes da Manifestação, procurou o órgão ou área envolvida?

**Antes de recorrer através da sua manifestação junto a Ouvidoria/UFMS, você procurou o órgão ou área envolvida?**

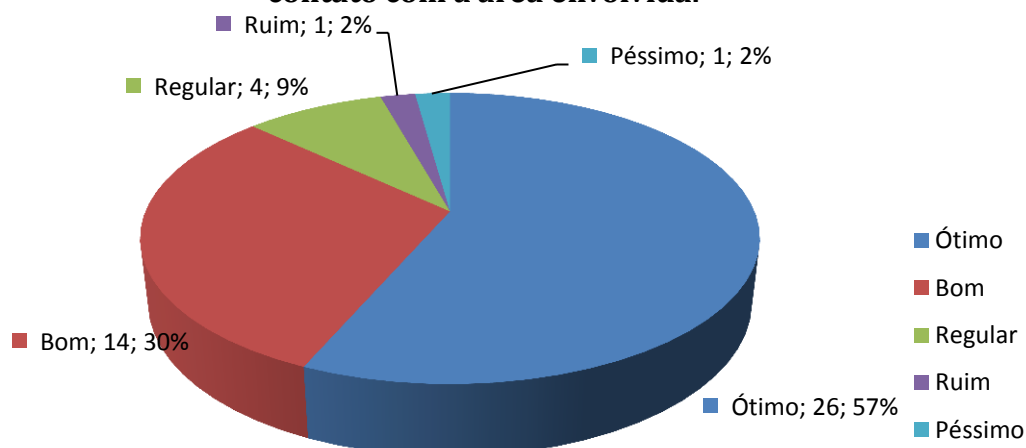


Fonte: Ouvidoria

Questionamento de satisfação que avalia como o usuário da Ouvidoria foi tratado antes quando em contato com a área envolvida frente a situação motivadora da sua manifestação apresentada à Ouvidoria. Informações que serão importantes também para estas áreas envolvidas em auto avaliação.

### Avaliação do primeiro contato

**O tratamento / atendimento recebido no primeiro contato com a área envolvida.**



Fonte: Ouvidoria

Com efeito, estes dados estatísticos refletem plenamente as demandas da Ouvidoria, acrescentado que já estão computados nos totais acima, os atendimentos telefônicos e pessoais que se dão na própria Ouvidoria, seja por agendamento, seja emergencial quando, de imediato, se presta o atendimento ao(s) interessado(s). Ademais, a medição e a avaliação da satisfação dos usuários dos serviços prestados pela Ouvidoria, por si, consubstanciam em válida **Gestão de Riscos** do órgão ouvidor.

Ressalta-se que o Ouvidor atende demandas por meio de telefone celular ou fixo, ambos exclusivos da Ouvidoria. Desse modo, no que tange ao acesso aos serviços da Ouvidoria, considerando o sistema virtual e o atendimento prestado pelo Ouvidor, seja nas dependências da

Ouvidoria ou por meio de telefones, garante-se acesso amplo aos usuários durante as 24 horas do dia, o que socorre inclusive situações de caráter urgente.

Nos gráficos, as totalizações de demandas, sejam àquelas iniciadas pelo Sistema ou as iniciadas por atendimento direto e pessoal ou por telefones, já constam todas inseridas e contadas e fazem parte da estatística que quantificou o movimento de procedimentos da Ouvidoria referente ao ano de 2015, os quais, acrescente-se, ficam documentados em seu sistema interno, além de arquivo físico também mantido, ambos à disposição de pesquisas e a quaisquer dos interessados bem como a Reitoria, órgão supremo da universidade ao qual a Ouvidoria se submete e se reporta diretamente.

A Ouvidoria entende, tal como previsto em seu plano de ação e metas, que a implementação da pesquisa de satisfação e avaliação e desempenho pelo usuário bem como a modernização do ambiente virtual foi perfeitamente assimilada pela comunidade usuária que passou a ter grande facilidade de acesso e também com mais rapidez nas respostas, facilitando o acesso à informação, bem como, a partir de então, poder-se-á extrair relatórios e dados estatísticos mais pormenorizados e atualizados e, se necessário, em tempo real.

A par destes dados vislumbra-se que é possível alcançar todos os pontos que estes relatórios revelaram e com possibilidade de ação, seja diretamente pela Ouvidoria, seja pelo setor envolvido a fim de obter melhorias concretas e, cada vez melhor, fornecer atendimento e informação e, finalmente, ir firmando cada vez mais os canais de acesso ao cidadão. A Ouvidoria passará a planejar ações estratégicas visando alcançar maior número de usuários a estender ainda mais seus serviços para uma quantidade maior de pessoas da sociedade.

Foram realizadas divulgações deste Canal de Acesso a Informação de forma através do Jornal da UFMS e da TVU – TV Universidade, canais de comunicação que abrangem toda Comunidade, com possibilidade de acesso pelo Youtube e Facebook, além da página sempre modernizada da Ouvidoria no site Oficial da UFMS e, ainda, pretendemos continuar a oferecer ampla visibilidade do órgão e demais canais de acesso à informação.

Por fim, é importante salientar que a Ouvidoria encaminha periodicamente as questões mais relevantes à Auditoria Interna para averiguações e a Auditoria, por sua vez, faz algumas consultas junto ao nosso sistema documentativo, como também fazem as Pró-reitorias, secretarias etc. entre tantos outros setores podem-se valer de informações da Ouvidoria que não sejam sigilosas.

A Ouvidoria somente entende encerrada a sua atuação em uma demanda após o setor responsável ou dirigente/autoridade competente assumir institucionalmente a questão. Desse modo, vale citar, já se iniciaram desde sindicâncias até mediações e conciliações, além de tantas outras situações inerentes à Ouvidoria, tais como orientações a servidores e acadêmicos, informações acadêmicas em geral, sobre ENEM/Sisu, graduação, pós graduação, problema de revisão de notas etc., e assim interminavelmente adiante.

O acesso à sala da Ouvidoria é possível para deficientes físicos e cadeirantes, tendo em vista já existir na calçada de toda a universidade o preparo com piso especial para deficientes visuais, bem como existe a acessibilidade por vias com rampas, tal como requerido pela lei de acesso, Lei n. 10.098/2000, bem como existe um elevador para se chegar até a sala da Ouvidoria sem maiores dificuldades.

### **Plano de ação e metas – 2017**

Uma das Metas em 2017 é levar o canal da Ouvidoria ao alcance de maior número de usuários possíveis, tendo como ação principal a publicação e propaganda do seu canal nos periódico interno e Site Oficial da UFMS.

A Ouvidoria tem ainda como meta fazer gestões junto ao NTI visando criar ferramentas tais como a possibilidade de auferirmos o grau de satisfação do usuário conforme exposto no item 6.3. com isso aperfeiçoar ainda mais o atendimento ao usuário.

Temos ainda como meta participar dos cursos oferecidos para aprimorar e implementarmos ações no sentido de ampliar o acesso e resolutividade deste órgão.

#### **7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

A UFMS disponibiliza as informações relacionadas à transparência de diversas maneiras, tais como: sítio principal, portal de transparência e sistemas para consulta pública, descritas a seguir.

##### **Sítio Principal da UFMS**

As informações relacionadas à transparência ficam disponíveis no sítio principal da UFMS, no endereço <http://www.ufms.br>.

O caminho para acesso aos relatórios e demais documentos é: Administração / Relatórios (URL: <http://ufms.br/institution/view/id/23>). Neste endereço estão disponíveis os seguintes documentos:

- Manual de Competências
  - Auto Avaliação Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Relatórios de Gestão
- Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI
- Projeto Pedagógico Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPI/UFMS
- Relatório de Auditoria Anual de Contas
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI
- Cronograma financeiro das obras
- Relatório PLS 2014
- Resolução nº 124 - PLS
- Resolução nº 179 - Plano de Ação PLS

##### **Portal de Transparência**

O sítio tem por objetivo implementar as exigências da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de Novembro de 2011). Serve basicamente para a divulgação proativa de dados e informações, conforme determina a referida Lei.

Endereço/URL: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.**

##### **Sistemas para Consultas Públicas**

O Portal da Transparência da UFMS disponibiliza também alguns sistemas para consulta pública por meio do endereço <http://acessoainformacao.sites.ufms.br/sistemas-para-consulta-publica/>. Neste endereço estão disponíveis os seguintes sistemas:

- Sistema de Informação de Ensino (SIEN)
- Boletim de Serviço (BS)
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)
- SIPLAN – Consultar Convênios e Contratos

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS em busca de dar publicidade as suas informações, disponibiliza em seu site ([www.ufms.br](http://www.ufms.br)) para acesso do cidadão os Relatórios de Gestão, Documentos Oficiais, Dados Institucionais, além de links para outros sites e sistemas institucionais e sites e sistemas do Governo Federal.

- Relatórios de Gestão:
  - Menu Principal > Institucional > Documentos e Downloads > Relatórios de Gestão

- Link: <https://www.ufms.br/universidade/relatorios/relatorios-de-gestao/>
- Conteúdo: Neste endereço estão disponíveis os relatórios de gestão do ano 2000 a 2015.
- Documentos Oficiais
  - Menu Principal > Institucional > Documentos e Downloads > Documentos Oficiais
  - Link: <https://www.ufms.br/universidade/documentos-oficiais/>
  - Conteúdo: Neste endereço estão disponíveis os seguintes documentos;
    - Manual de identidade Visual
    - Manual de Competências
    - Projeto Pedagógico Institucional – PPI/UFMS
    - Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI
    - Cronograma financeiro das obras
    - Regimento | Estatuto | Manual de Atos
    - Carta de Serviços ao Cidadão
    - REUNI
    - Plano de Desenvolvimento Institucional
    - Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS
    - Estatísticas 2009 – 2011
- Dados Institucionais
  - Menu Principal > Institucional
  - Conteúdo: Neste endereço estão disponíveis informações institucionais como Localização, Endereço e Telefones, Informações sobre a Reitoria e Pró-reitorias;
- Sistemas Institucionais para Consulta Pública
  - Menu Principal > Serviços
  - Conteúdo: Nesse endereço estão disponíveis sistemas que possuem consulta pública:
    - Boletim de Serviço – consulta a atos normativos da UFMS
      - Link: <https://bse.ufms.br/>
    - Sistema de Contratos – consulta pública a contratos da UFMS.
      - Link: <https://sistemas.ufms.br/sicon/consulta-publica>
    - Registro de Documentos – consulta pública ao tramite de documentos da UFMS.
      - Link: [https://sistemas.ufms.br/regdoc3/consulta\\_publica](https://sistemas.ufms.br/regdoc3/consulta_publica)
    - Informações de Ensino – consulta pública a Dirigentes da UFMS.
      - Link: <http://sien.ufms.br/dirigentes/busca>
  - Menu Principal > Ingresso > Concursos
    - Sistema de Concursos – Consulta e inscrição de editais de Seleção.
      - Link: <https://www.concursos.ufms.br/>
- Sites Institucionais para Consulta Pública
  - Menu Principal > Serviços > Outros Serviços > Licitações
  - Conteúdo: Licitações da UFMS informadas no site da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura
  - Link: <https://proadi.ufms.br/category/licitacoes/>
- Sistemas do Governo Federal – Relatório de Auditoria da CGU
  - Menu Principal > Institucional > Documentos e Downloads > Relatório de Auditoria da CGU
  - Conteúdo: Página de acesso ao sistema de relatórios de auditoria da CGU onde é possível consultar todos os relatórios de auditoria da UFMS.
  - Link: <http://auditoria.cgu.gov.br/public/relatorio/consultar.jsf?windowId=9db>

- Sistemas do Governo Federal – Acórdãos TCU
  - Menu Principal > Institucional > Documentos e Downloads > Acórdãos TCU
  - Conteúdo: Página de acesso ao sistema de acórdãos do TCU onde é possível consultar os acórdãos da UFMS.
  - Link: <https://www.ufms.br/universidade/relatorios/acordaos-tcu/>
- Sistemas do Governo Federal – Portal da Transparência
  - Página Principal > Seção “Conheça a UFMS” > Portal da Transparência
  - Conteúdo: Link de acesso para o portal da transparência do Governo Federal.
  - Link: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>
- Sistemas do Governo Federal – e-SIC
  - Menu Principal > Serviços > Outros Serviços > Pedido de Informação – e-SIC
  - Conteúdo: Link de acesso ao portal do e-SIC para o Serviço de Informação ao Cidadão.
  - Link: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>

## 7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 da UFMS definiu políticas de acessibilidade a serem implantadas na instituição, tendo como base a Lei Nº 10.098/2000 que assegura os direitos das pessoas com deficiência.

As ações a serem relatadas no presente relatório seguiram estas diretrizes, bem como as orientações do Programa Incluir: acessibilidade no ensino superior, SECADI/SESu/2013, organizadas em três eixos de atuação: Infraestrutura, Currículo, Informação e Formação. Cabe-se indicar que tais ações foram planejadas desde 2013 e atualmente encontram-se em desenvolvimento.

### Infraestrutura

- a) Continuidade do levantamento de espaços a serem sinalizados (trabalho realizado junto com os diretores de cada unidade da Cidade Universitária);
- b) Levantamento dos materiais necessários para atender às necessidades educacionais especiais dos acadêmicos público alvo da educação especial no Sistema de Catalogação de Material – CATMAT e ASSISTIVA/Ministério da Tecnologia, Ciência e Inovação - MCT;
- c) Orçamento para a aquisição dos materiais necessários para atender às necessidades educacionais específicas de acadêmicos com deficiência;
- d) Solicitação de empenho de recursos para aquisição dos materiais necessários para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos público alvo da educação especial;
- e) Solicitação à Administração da UFMS para a criação do Núcleo Central de Acessibilidade na Cidade Universitária e Serviços de Apoio à Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior nos câmpus da UFMS;
- f) Levantamento das necessidades de adequação dos espaços internos da UFMS, de acordo com a NBR 9050;
- g) Indicação de prioridades para a adequação dos espaços internos da UFMS, de acordo com a NBR 9050 e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- h) Estudos para elaboração de regulamentação das ações de Acessibilidade e Ações Afirmativas;
- i) Diálogos com a Administração para criação do Núcleo direcionado ao acadêmico indígena, negro e quilombola no Ensino Superior nos câmpus da UFMS e na Cidade Universitária, desvinculado do Núcleo de Acessibilidade (conforme Portaria Nº 64, de 29 de Janeiro de 2016);
- j) Tradução e interpretação Libras/Língua Portuguesa ao docente, discente, servidor e comunidade em geral, em eventos, projetos e apresentação de trabalho de conclusão de curso;
- k) Participação em palestras e eventos de acessibilidade e ações afirmativas, incluindo representações da UFMS nestas ocasiões;
- l) Participação em grupo de estudo;
- m) Elaboração de planilhas para acompanhamento dos acadêmicos ingressantes pelo sistema de reserva de vagas;
- n) Acompanhamento pedagógico de acadêmicos com necessidades educacionais especiais - planos de Atendimento Educacional Especializado;
- o) Elaboração de planos de estudos para acadêmicos com necessidades educacionais especiais;
- p) Elaboração de materiais para divulgação do trabalho da DIAF/LEE (folhetos, cartilhas, Projeto Braille, Projeto Como Lidar Com Pessoas com Deficiência);
- q) Acompanhamento da matrícula de acadêmicos com necessidades educacionais especiais;

- r) Acompanhamento de acadêmicos com deficiência para conhecimento da universidade (unidade, centros, salas de aula, e outras necessidades inerentes ao processo de inclusão do acadêmico na UFMS);
- s) Reunião com equipe da Tecnovisão para conhecer os produtos de acessibilidade;
- t) Levantamento e localização de Patrimônio;
- u) Orientação a familiares de acadêmicos;
- v) Elaboração e conclusão da ata de acessibilidade;
- w) Acompanhamento psicológico de acadêmicos: incluindo triagem, encaminhamentos a outros serviços (social, saúde e/ou outros setores da UFMS) e o acompanhamento propriamente dito;
- x) Levantamentos de situação de rendimentos de acadêmicos beneficiados com o PBPMEC no SISCAD;
- y) Operacionalização da Bolsa Permanência/MEC.

Quadro 44 – Espaços Adaptados à Acessibilidade

Unidade	Piso tátil <sup>10</sup>	Elevador	Banheiro adaptado	Rampas de acesso
CCBS	6	5	62	22
CCHS	6	2	24	6
CPAN	3	4	20	13
CPAQ	0	0	3	6
CPAR	0	0	4	2
CPBO	0	0	0	0
CPCS	0	0	5	3
CPCX	1	0	5	2
CPNA	0	0	2	0
CPNV	0	0	1	1
CPPP	0	0	4	2
CPTL	1	3	18	3
FACOM	1	1	6	1
FADIR	1	0	1	0
FAENG	0	2	10	4
FAMED	0	1	4	0
FAMEZ	0	0	1	15
FAODO	0	1	8	5
INFI	0	1	1	1
INMA	1	1	0	0
INQUI	0	0	2	1
PROINFRA	17	3	12	10

Fonte: PROINFRA

Observações:

- Foram acrescentados 1 banheiro adaptado e 4 rampas de acesso ao CPAQ (obras novas) que foram entregues e incorporadas ao patrimônio, existem outras obras que possuem os dispositivos de acessibilidade, mas que não foram incluídas por não estarem entregues ainda.
- As adaptações para acessibilidade previstas nas ordens de serviço 003/2015, 004/2015, 005/2015 e 009/2015 (rampas e piso tátil, principalmente) foram finalizadas no ano de 2015. Portanto, não fazem parte do presente relatório.
- Em 2016, a DIRE/CPO realizou apenas intervenções de manutenção predial (e não de acessibilidade). Portanto, não foram inseridas nas ordens de serviço no corrente ano as intervenções de instalação de rampas, piso tátil, banheiros adaptados elevadores.

<sup>10</sup> Quantidade de setores que possuem piso tátil.

## Acompanhamento do Acadêmico Público Alvo da Educação Especial

O quadro abaixo apresenta o quantitativo de acadêmicos público alvo da educação especial matriculados na UFMS.

Quadro 45 - Quantitativo de acadêmicos público alvo da educação especial matriculados na UFMS

UNIDADES	Atendimento Educacional especializado - alunos 2016	Nº atendimentos	Atendimento: Acessibilidade 2016	
			Nº alunos atendidos	Nº atendimentos
CCBS	7	87	8	8
FAENG	1	25	38	38
CCHS	4	60	15	15
FACOM	4	41	13	13
FADIR	2	35	4	4
FAMED	0	0	0	0
FAODO	0	0	0	0
FAMEZ	0	0	7	7
INFI	2	23	8	8
INQUI	2	24	1	1
INMA	0	0	3	3
CPAN	0	0	16	16
CPAQ	0	0	12	12
CPAR	0	0	3	3
ESAN	1	20	13	13
CPCS	0	0	4	4
CPCX	0	0	4	4
CPNA	0	0	2	2
CPNV	0	0	1	1
CPPP	0	0	8	8
CPTL	0	0	26	26
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>315</b>	<b>170</b>	<b>170</b>

Característica do público alvo da Educação Especial	Quantidade de alunos
Deficiência auditiva	74
Surdez	5
Deficiência visual - Baixa visão	547 – dados em análise
Surdocegueira	0
Deficiência visual – Cegueira	1
Deficiência física	31
Deficiência intelectual/mental	3
Deficiência múltipla	1
Síndrome de Asperger	0
Altas habilidades/ Superdotação	5
Outros:	0

Fonte: PREAE

Foram realizados acompanhamento de 23 acadêmicos com algum tipo de necessidade educacional especial no ano de 2016, totalizando 315 atendimentos.

O quadro abaixo apresenta o número de acadêmicos por deficiência e altas habilidades/superdotação na UFMS em 2016.

Quadro 46 - Acadêmicos por deficiência e altas habilidades/superdotação UFMS

Lócus	Cegueira	Def. Múltipla	Baixa visão	Surdez	Def. Aud.	Def. Física	Def. Mental/Intelectual	Altas Habilidades
CCBS	0	0	33	1	0	2	0	0
CCHS	0	0	94	0	110	9	0	3
FADIR	0	0	17	0	01	1	1	1
FAMEZ	0	0	9	0	10	0	0	0
FAODO	0	0	2	0	0	0	0	0
FAENG	0	1	49	1	3	1	0	0
INFI	0	0	8	0	1	1	0	1
INMA	0	0	5	0	0	1	0	0
INQUI	0	0	6	0	1	0	0	0
ESAN	0	0	44	0	5	1	0	0
CPNA	0	0	19	0	00	3	0	0
FAMED	0	0	1	0	00	0	0	0
FACOM	1	0	42	0	2	1	0	0
CPAQ	0	0	32	0	12	0	1	0
CPAR	0	0	17	0	00	1	0	0
CPAN	0	0	40	1	01	1	1	0
CPPP	0	0	17	0	12	1	0	0
CPCS	0	0	11	0	00	0	0	0
CPCX	0	0	12	1	00	0	0	0
CPNA	0	0	19	0	00	3	0	0
CPNV	0	0	6	0	00	0	0	0
CPTL	0	0	64	1	16	5	0	0
TOTAL	1	1	547	5	74	31	3	5

Fonte: NTI/UFMS

Estes dados devem ser considerados com ressalvas, pois muitos alunos que se autodeclararam deficientes visuais e com baixa visão não foram confirmados com essa deficiência em entrevista realizada pela DIAF. Os ajustes necessários estão sendo realizados para fins de retificação junto à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

## **Aquisição de materiais permanentes para implementação do novo espaço para atendimento educacional especializado:**

Quadro 47 – Materiais Permanentes

<b>DIAF/CAE/PREAE/UFMS</b>		
<b>Exercício – 2016</b>		
<b>Ordem</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Descrição</b>
<b>1</b>	04	Armário Alto Fechado com 4 suporte para pasta Suspensa
<b>2</b>	01	Impressoras Braile
<b>3</b>	01	Mesa em madeira
<b>4</b>	01	Mesas em L
<b>5</b>	01	Cadeira
<b>6</b>	04	Cadeira digitador
<b>7</b>	02	Refrigerador
<b>8</b>	01	Forno microondas

Fonte: PREAE

Os recursos disponibilizados foram: Custeio - R\$ 39.256,06 e Investimento - R\$ 32.500,00

### **Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão**

É objetivo da DIAF fomentações de ensino, pesquisa e extensão de forma articulada envolvendo temáticas de acessibilidade e inclusão, por meio de:

- a) Participações em cursos de formação continuada na instituição e outros eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- b) Formação de equipes nos câmpus para criação dos serviços de atendimento educacional especializado;
- c) Capacitação da equipe no cuidado ao atender acadêmico com deficiência.

### **Conclusões e Proposições:**

As ações realizadas pela UFMS em 2016 e as que se encontram em desenvolvimento partem de um planejamento iniciado em 2013. Sendo assim, foram reavaliadas periodicamente. Dessa forma, destaca-se que a DIAF possui duas áreas de atuação distintas, com público e necessidades educacionais diferentes. Sugere-se, portanto, o desmembramento desta divisão por meio da criação de um Núcleo de Acessibilidade, conforme previsto pela legislação, e um Núcleo direcionado à população preta, parda, indígena e quilombola. Cabe-se ressaltar que cada núcleo demanda profissionais especializados.

O Núcleo de Acessibilidade apresentaria a vantagem da autonomia para execução de ações que extrapolam as questões da Assistência Estudantil, propiciando a transversalidade que a acessibilidade e as ações afirmativas exigem.

Por fim, propõe-se a continuidade e ampliação dos investimentos e ações destinados ao acesso, permanência e conclusão dos cursos de graduação e pós-graduação para alunos com impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação. Assim sendo, seguem as diretrizes gerais para as políticas de inclusão da UFMS:

- 1) Acompanhamento do ingresso, permanência e conclusão do curso, oferecendo aos acadêmicos os apoios educacionais de que necessitarem;
- 2) Estímulo à integração de diversas unidades e cursos da instituição, visando ações de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática da inclusão dos estudantes que apresentam algum tipo

de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;

3) Estímulo à integração da UFMS com diversas instituições, visando ações de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática da inclusão dos estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;

4) Eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, instrumentais e atitudinais;

5) Contribuição com projetos pedagógicos de cursos de graduação no que se refere a disciplinas que envolvem temas relativos às necessidades educacionais dos estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;

6) Ampliação da oferta de cursos de capacitação para atendimento a estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;

7) Atuação junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho visando a acessibilidade aos colaboradores que apresentam deficiência, incluindo cursos de capacitação para servidores em Libras e Braille;

8) Estímulo a nomeação de docentes e técnicos para atender estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;

9) Estímulo a monitorias e tutorias para atendimento aos acadêmicos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento;

10) Adequação das bibliotecas da UFMS às normas de Acessibilidade;

11) Promover discussões sobre questões relacionadas à educação de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação no ensino superior.

## **8.DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

## 8.1 Desempenho financeiro no exercício

Quadro 48 – Desempenho financeiro no exercício

NATUREZA DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP	DESPESAS PAGAS
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	125.569.553,98	125.569.553,98		125.569.553,98
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	17.425.357,48	17.425.357,48		17.425.357,48
319004	CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	6.270.523,94	6.270.523,94		6.270.523,94
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	617.238,55	617.238,55		617.238,55
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	340.755.525,29	340.755.525,29		340.755.525,29
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.185,67	6.185,67		6.185,67
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.536.743,14	7.536.743,14		7.536.743,14
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.419.539,05	2.419.539,05		2.419.539,05
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.101.600,94	8.101.600,94		8.101.600,94
319104	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.127.222,31	1.127.222,31		1.127.222,31
319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP.INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	66.331.989,62	66.331.989,62		66.331.989,62
319192	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.515,84	1.515,84		1.515,84
335039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	276.814,05	276.814,05		157.522,13
335041	CONTRIBUIÇÕES	51.939,82	51.939,82		51.939,82
338041	CONTRIBUIÇÕES	4.280,00	4.280,00		4.280,00
338092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.280,00	4.280,00		4.280,00
339004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	589.391,26	589.391,26		589.391,26
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.008.241,62	2.008.241,62		2.008.241,62
339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	999.619,27	999.619,27		999.619,27
339018	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	10.289.063,99	10.289.063,99		10.289.063,99
339020	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	210.646,03	210.646,03		210.646,03
339030	MATERIAL DE CONSUMO	6.161.284,32	3.217.536,26	2.943.748,06	3.217.536,26
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	911.968,07	555.770,96	356.197,11	549.949,00
339035	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	472.389,59	433.450,18	38.939,41	433.450,18
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.710.492,08	2.222.242,98	488.249,10	2.222.242,98
339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	18.224.239,27	18.077.398,52	146.840,75	18.077.398,52
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	45.759.527,16	36.831.243,80	8.928.283,36	36.591.187,30
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	18.276.079,74	18.276.079,74		18.276.079,74
339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	7.459,89	7.446,51	13,38	7.446,51
339048	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	9.422.579,99	9.422.579,99		9.422.579,99
339049	AUXÍLIO-TRANSPORTE	105.919,72	105.919,72		105.919,72
339059	PENSOES ESPECIAIS	68.199,96	68.199,96		68.199,96
339091	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.466.225,12	1.359.385,53	106.839,59	1.359.385,53

NATUREZA DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP	DESPESAS PAGAS
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	374.092,32	374.092,32		374.092,32
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.745.002,56	11.634.976,84	110.025,72	11.634.976,84
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	332.919,31	136.192,37	196.726,94	136.192,37
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	6.749.589,76	6.658.115,72	91.474,04	6.658.115,72
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	35.841,72	35.841,72		35.841,72
339193	INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.150,82	11.150,82		11.150,82
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	159.471,21	17.721,21	141.750,00	17.101,21
449051	OBRAS E INSTALACOES	8.367.326,28	3.107.306,34	5.260.019,94	3.105.475,28
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.230.182,23	2.083.550,12	12.146.632,11	2.083.550,12
449152	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	1.350,00	1.350,00		1.350,00
<b>TOTAL</b>		<b>736.190.562,97</b>	<b>705.234.823,46</b>	<b>30.955.739,51</b>	<b>704.867.202,02</b>

Fonte: PRAD

As informações apresentadas representam as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e as não liquidadas inscritas em restos a pagar por natureza de despesa, sendo que o total das despesas com pessoal e encargos sociais foram empenhas, liquidadas e pagas no exercício. Quanto às despesas com investimentos, temos que do total empenhado apenas 23% foram liquidadas e pagas no exercício e 77% foram inscritas em restos a pagar. Quanto a natureza referente a outras despesas correntes (custeio) tiveram 90% das despesas liquidadas e pagas do total empenhado e apenas 10% inscritas em restos a pagar.

## **8.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior**

O Orçamento Público, em sentido amplo, é um documento legal (aprovado por lei) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um Governo em um determinado exercício. No âmbito federal, os três instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA) estão previstos no Art. 165 da CF do Brasil -1988 e são de iniciativa do Poder Executivo que os submete ao Congresso Nacional sob a forma de projetos de lei específicos para serem apreciados, discutidos e convertidos em lei.

Estes instrumentos de planejamento espelham as decisões políticas e estabelecem as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade. Apresentam múltiplas funções - de planejamento, contábil, financeira e de controle, ao mesmo tempo, por serem instrumentos de administração das ações governamentais, cabe a eles mensurar as próprias condições internas necessárias para execução dos planos previstos. Ou seja, não só relatam o que pretendem cumprir como, também, estabelecem uma estrutura que dê capacidade de realização.

As Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, como entes públicos vinculados ao Ministério de Educação – MEC, participam e são contempladas nos instrumentos de planejamento do Governo Federal (PPA, LDO e LOA) como agentes de políticas de governo para a alocação de serviços à sociedade, para distribuição de renda e para a promoção do desenvolvimento social e econômico.

O orçamento destinado as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vem ao encontro do cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Governo decorrentes da interação entre o PPA, onde são estabelecidas as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital, e para as relativas aos programas de duração continuada; a LDO que, orienta a elaboração do orçamento anual, e onde são estabelecidas as metas e prioridades a ser contempladas no Orçamento, e a (LOA) onde são previstos os recursos para a execução dos programas de governo.

### **8.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão**

As receitas da UFMS são provenientes do tesouro nacional, da arrecadação própria, da descentralização de créditos orçamentários e da viabilização de convênios.

Os recursos provenientes do tesouro nacional são recebidos em função da proposta orçamentaria da UFMS que é elaborada com base nos recursos disponibilizados pelo Ministério da Educação(MEC) através do Sistema Integrado de Monitoramento (SIMEC), compreendendo as seguintes fontes de financiamento para desenvolvimento de suas atividades: recursos do Tesouro Nacional repassados diretamente pelo Ministério da Educação, convênios e receita própria, ressaltando que, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a programação de recursos para pessoal, precatórios e encargos sociais é de responsabilidade do governo federal, por isso o orçamento das instituições e entidades públicas abrange, exclusivamente, as demais despesas - chamadas Despesas Discricionárias, denominadas genericamente de OCC - Outros Custeios e Capital, incorporando os programas, os projetos e as atividades, previstas na LOA.

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional têm como parâmetro a produtividade, que determina o percentual de recursos a ser transferido para as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Anualmente, a Secretaria de Planejamento e Orçamento Ensino Superior – SPO/MEC divulga o Limite Orçamentário que se constitui em teto orçamentário para os gastos, e estabelece um prazo para que as IFES apresentem a Proposta Orçamentária para a aplicação dos recursos orçamentários.

A distribuição dos recursos de OCC (o montante destacado pelo MEC para as IFES) obedece à matriz de alocação de recursos que é denominada de “Matriz OCC” que leva em consideração o tamanho e a qualidade de cada IFES. Os indicadores utilizados para a alocação dos recursos estão relacionados ao desempenho de cada instituição no que se refere ao número de

alunos matriculados, formados, ingressantes e concluintes. Atualmente a referida matriz se encontra regulamentada pelo artigo 4º, Decreto no 7.233, de 19/07/2010. E adota os seguintes critérios para distribuição dos recursos:

- o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período;
- a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;
- a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente;
- o número de registro e comercialização de patentes;
- a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação;
- os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2004;
- a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; e
- a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento.

A receita própria provém dos recursos diretamente arrecadados por meio da prestação de serviços, arrecadação de taxas, emolumentos, pela utilização da infraestrutura universitária e demais arrecadações inerentes à área de atuação da Universidade que financiam as atividades da UFMS ou remuneram a utilização da sua imagem e infraestrutura, além da alienação de veículos e de material permanente e da execução de contratos de prestação de serviços educacionais, pesquisa, serviços gráficos e serviços administrativos.

As receitas Convênios ou descentralizações de créditos são provenientes das transferências de órgãos da esfera federal (descentralização de créditos) ou de entes públicos (convênio), com vistas a financiar o desenvolvimento de projetos, envolvendo mútua cooperação e objetivo recíproco.

No ano de 2016, conforme já demonstrado no Capítulo IV - Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional, as receitas captadas pela UFMS, provenientes do Orçamento Federal, da Descentralização de Créditos Orçamentários e Convênios e da Arrecadação de Recursos Próprios, tanto de capital como de custeio, possibilitaram o desenvolvimento das metas estratégicas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, relacionadas as diretrizes e objetivos estratégicos da UFMS.

Em síntese para o funcionamento e manutenção das atividades ensino, pesquisa, extensão, gestão e a manutenção da infraestrutura física e laboratorial das unidades, a UFMS contou com um orçamento referente a todas as fontes de financiamento num montante de R\$ 753.763.620,00 sendo, que este montante esteve assim distribuído: 77,51% destinado a pessoal e encargos social; 18,67% a Outras Despesas Correntes e 3,82% a Investimentos. Em relação a origem das receitas percebe-se que 96,84% é proveniente do Orçamento da UFMS destinado diretamente pelo Tesouro Nacional; 3,16% é proveniente da captação de recursos diretamente arrecadados ou de convênios (conforme detalhamento no quadro “Sustentabilidade Financeira - Receitas de 2016”, abaixo).

Ressalta-se, ainda, que foram captadas receitas extra orçamentárias num montante de R\$ 16.222.987,01 provenientes de Órgãos de Fomento que apoiam Programas Especiais de Fomento à Pesquisa, Pós-graduação e Extensão e/ou fomento e cooperação científica e tecnológica através do lançamento de editais com chamadas para financiamentos e as propostas aprovadas são oficializadas por meio de Termos de Outorga e/ou Termos de Execução Descentralizada. São concedidas bolsas aos alunos e pesquisadores e os demais recursos para o desenvolvimento das ações pactuados nos projetos.

No exercício de 2016 as despesas relacionadas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e a manutenção das infraestrutura física da Universidade, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, nas ações orçamentárias previstas na LOA e nas receitas extra orçamentárias importaram num montante de R\$ 734.663.037,00 sendo 78,43% destinados as despesas do grupo Pessoal e Encargos; 18,48% a Outras Despesas Correntes e 3,10% ao grupo Investimentos (conforme detalhamento no quadro “Sustentabilidade Financeira - Despesas de 2016”, abaixo). Observa-se que o quadro contempla inclusive a despesas provenientes de Termo de Execução Descentralizada.

Tendo em vista que a liberação dos recursos financeiros por parte do MEC passou a ocorrer de forma irregular (uma a duas vezes por mês), a UFMS adotou as seguintes ações:

1. Para os pagamentos de contratos de serviços terceirizados os gestores foram orientados através de comunicação interna a encaminhar os processos de pagamento conforme cronograma estipulado pela Pró-reitoria de Administração – PRAD com o objetivo de que todos os processos de pagamento estivessem apropriados até a data de referência utilizada pelo MEC para o envio dos recursos financeiros;

2. Com relação aos pagamentos de bolsas, os responsáveis pelo acompanhamento também foram orientados através de comunicação interna de forma a garantir a liquidação do pagamento de bolsas a encaminhar os processos de pagamentos e relatórios conforme cronograma estabelecido pela Pró-reitoria de Administração – PRAD.

Cumpramos esclarecer que a UFMS emvidou esforços no sentido de otimizar o empenho dos recursos orçamentários aos contratos vinculados deste órgão, haja vista a disponibilização parcial dos limites de empenho por parte do MEC. Foram reordenadas as datas de medição dos contratos de obra e de manutenção predial visando obter os relatórios de medição e os consequentes documentos fiscais ainda dentro do mês corrente de forma a garantir a liquidação dos mesmos.

Em relação as dificuldades encontradas no exercício de 2016 já mencionadas no Capítulo que trata das principais dificuldades para a realização dos objetivos, destacamos o contingenciamento dos limites de crédito orçamentário, o movimento grevista que interrompeu as atividades da UFMS, as dificuldades nas operacionalizações dos processos de prestações de contas, e por fim o cenário de incerteza na economia que levou os Órgão de Fomento a disponibilizarem, em seus editais, menos recursos para serem captados.

Quadro 49 – Demonstrativos da arrecadação de receita própria.

Realização das Receitas		Receita Arrecadada	
		2015	2016
RECEITA PATRIMONIAL	Aluguéis e Arredamentos	-	806.029,56
	Aluguéis	439.344,12	-
	Remuneração de Depósitos Bancários	-	5.212,51
	Remuneração de Depósitos Bancários	211.875,41	-
RECEITA DE SERVIÇOS	Serviços Hospitalares	35.385,20	0,00
	Serv. Assist. Saúde Suplementar Servidor Civil	18.103.742,57	-
	Serv. Assist. Saúde Suplementar Servidor Civil	-	22.244.848,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	Serviços Administrativos	1.568.205,84	-
	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	1.406.782,82
	Tar. Inscr. Concursos e Processos Seletivos	1.151.823,75	-
	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	-	1.506.580,51
	Transferências dos Municípios e suas Entidades	-	-
	Indeniz. por Danos Causados ao Patr. Público	26.469,49	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	-	99.838,80
	Alienação de Móveis e Utensílios	53.299,00	-
<b>TOTAL</b>		<b>21.590.145,38</b>	<b>26.069.292,96</b>

Fonte: PRAD

Quadro 50- Sustentabilidade Financeira - Receitas de 2016

GRUPO	FONTE										TOTAL
	100	108	112	188	153	156	157	169	118	250	
<b>Pessoal e Encargos</b>	221.054.445	-	265.392.395	5.100.000	2.100.000	31.082.978	23.425	59.488.056	-		584.241.299
<b>Outras Despesas Correntes</b>	35.106.446	-	83.199.207	-	-	-	-	-	-	22.456.712	140.762.365
<b>Investimentos</b>	3.502.909	-	23.917.229	-	-	-	-	-	-	1.339.818	28.759.956
<b>Total</b>	<b>259.663.800</b>	<b>-</b>	<b>372.508.831</b>	<b>5.100.000</b>	<b>2.100.000</b>	<b>31.082.978</b>	<b>23.425</b>	<b>59.488.056</b>	<b>-</b>	<b>23.796.530</b>	<b>753.763.620</b>

Fonte: TESOURO GERENCIAL

Quadro 51- Sustentabilidade Financeira - Despesas de 2016

GRUPO	FONTE										TOTAL
	100	108	112	188	153	156	157	169	118	250	
<b>Pessoal e Encargos</b>	214.067.636	-	264.300.900	5.100.00	2.1000.000	31.082.978	23.425	59.488.056		-	576.162.995
<b>Outras Despesas Correntes</b>	24.822.510	659.332	87.951.123	-	-	-	-	-	14.651	22.294.098	135.741.714
<b>Investimentos</b>	2.640.019	-	18.792.704	-	-	-	-	-	10.912	1.314.693	22.758.328
<b>Total</b>	<b>241.530.165</b>	<b>659.332</b>	<b>371.044.727</b>	<b>5.100.000</b>	<b>2.100.000</b>	<b>31.082.978</b>	<b>23.425</b>	<b>59.488.056</b>	<b>25.563</b>	<b>23.608.791</b>	<b>734.663.037</b>

Fonte: TESOURO GERENCIAL

### **8.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados**

Item já abordado em outros tópicos, principalmente no Item 8.2.1, na seção que trata sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.

### **8.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

Devido a necessidade do órgão público, apropriar ao resultado de um período o desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da despesa de depreciação, amortização ou exaustão, em obediência ao princípio da competência, o órgão 26283 (Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), vem aplicando os dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.9 e 16.10; para a depreciação e reavaliação de bens móveis utilizando-se do método das quotas constantes, seguindo a metodologia do manual SIAFI macro função 020330, com tabela fornecida pelo Tesouro Nacional para estimar a vida útil econômica do ativo, as taxas e valor residual.

Durante o exercício de 2016, os bens móveis novos e os adquiridos desde 2010 foram registrados no sistema patrimonial e no SIAFI sua depreciação mensal, sendo no exercício, retomado a reavaliação do ano de 2014, faltando para o exercício de 2017 somente a reavaliação dos bens móveis mobiliários que, conforme o Chefe da Divisão de Patrimônio será contratado uma empresa para este fim, a justificativa é devido ao grande numero de mobiliário a ser reavaliado e com isso fazer um inventário geral de todos os bens, com perspectivas de final de 2017 os bens registrados no sistema patrimonial estejam todos com seus valores reavaliados.

A depreciação dos bens imóveis está sendo registrada no Spiunet, pela Coordenação Geral de Contabilidade/MEC através de planilhas encaminhadas pelo SPU.

A partir de janeiro de 2016, para cumprimento do Manual de Contabilidade do Setor Público (MCASP), os softwares foram divididos em intangível com vida útil definida e indefinida, sendo os mesmos reclassificados e a amortização acumulada apurada ao valor, uma vez que serão amortizados somente os softwares com vida útil definida, ficando os softwares com vida útil indefinida não sujeitos a amortização, posteriormente em cada final de exercício serão reavaliados.

A avaliação e mensuração de Ativos e Passivos referentes créditos a receber por danos causados ao patrimônio estão sendo atualizados pelo sistema de débito web do TCU e seus processos com tramitação judicial para seu recebimento.

O impacto da utilização das Normas Brasileira de Contabilidade contribui a cada dia com o real valor do ativo e passivo no Balanço do órgão.

## 8.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A UFMS, através da Divisão de Gestão de Custos – DIGC, tem a responsabilidade de fazer o levantamento e acompanhamento dos custos das unidades da Universidade, pertencente à Coordenadoria de Gestão Orçamentária – CGO da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN. A DIGC foi criada conforme Instrução de Serviço nº 46 de 08 de Abril de 2011, publicada no Boletim de Serviço de nº 5090 de 15 de Julho de 2011, porém, iniciou suas atividades a partir de Janeiro de 2012, devido às dificuldades de espaço físico e pessoal.

Segue abaixo as competências desenvolvidas na Divisão de Gestão de Custos:

- Efetuar o levantamento e o controle dos custos das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração desenvolvidas na Universidade;
- Coletar junto as unidades da instituição o recebimento de informações, que sejam pertinentes à construção do controle de custos das unidades da UFMS;
- Colaborar no processo de programação orçamentária das despesas da UFMS;
- Desenvolver metodologias para o aprimoramento das informações sobre os custos, visando dar
- Suporte ao processo decisório;
- Solicitar, das unidades da Universidade, quando necessário, informações para o acompanhamento dos custos fixos e variáveis;
- Propor diretrizes que visem a racionalização administrativa e a redução de custos operacionais;
- Propor e executar ações que promovam a melhoria dos indicadores contidos nas bases de informações da Universidade;
- Colaborar na elaboração do Relatório de Gestão da Universidade;

A DIGC possui a rotina de analisar todos os processos de pagamento da instituição, visando à coleta das informações mais importantes da liquidação e pagamento, tais como: o objeto do gasto (se seria aquisição de material ou prestação de serviço), qual a matriz interna de distribuição de orçamento e ação orçamentária que subsidiou o gasto, a natureza de despesa detalhada, o mês de competência e exercício de pagamento, qual a unidade beneficiada entre outras informações. Essas informações são armazenadas em um banco de dados no Access que posteriormente são exportadas para o Excel a fim de serem trabalhadas visando obter as informações essenciais para a tomada de decisão. Desta forma, não possuímos software específico para este fim. Segue abaixo, exemplo de relatório:

## DEMONSTRATIVO DOS VALORES LIBERADOS/VALORES GASTOS POR CAMPUS - 2013

UNIDADE	MÊS PG	AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	OBJETO	NAT DESP	DESCRIÇÃO NATUREZA DE DESPESA	Total
Campus de Aquidauana - CPAQ	Janeiro	20RK	FUNCIONAMENTO DAS IFES	2008GT000142	Energia Elétrica	33903943	SERVÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 1.156,02
				2009GT000071	Serv. Água Esgoto	33903944	SERVÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	R\$ 1.078,45
				2010GT000021	Energia Elétrica	33903943	SERVÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 12.303,01
				2010GT000022	Energia Elétrica	33903943	SERVÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 14.859,43
				2011GT000070	Limpeza e Conservação	33903702	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 25.661,74
				2011GT000094	Vigilância Ostensiva	33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	R\$ 25.937,92
				2012GT000006	Manut. Laboratórios	33903917	MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIP.	R\$ 1.350,00
				CESTA OCC	Cesta OCC/LIBERADO	33903000	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 1.025,00
				DIÁRIAS	Diárias/LIBERADO	33901414	DIÁRIAS NO PAÍS	R\$ 1.000,00
				PASSAGENS	Passagens/LIBERADO	33903301	PASSAGENS PARA O PAÍS	R\$ 500,00
				2013NE000001	Bolsa/Aux. Alimentação	33901801	BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS	R\$ 79.025,10
				2013NE000003	Bolsa/Permanência	33901801	BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS	R\$ 81.000,00
								<b>R\$ 250.894,67</b>
	Fevereiro	20RK	FUNCIONAMENTO DAS IFES	2008GT000142	Energia Elétrica	33903943	SERVÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 1.415,08
				2009GT000071	Serv. Água Esgoto	33903944	SERVÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	R\$ 10.840,42
				2010GT000021	Energia Elétrica	33903943	SERVÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 12.300,83
				2010GT000022	Energia Elétrica	33903943	SERVÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 14.884,11
				2011GT000070	Limpeza e Conservação	33903702	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 25.861,74
				2011GT000094	Vigilância Ostensiva	33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	R\$ 25.937,92
				2012GT000006	Manut. Laboratórios	33903917	MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIP.	R\$ 1.350,00
				CESTA OCC	Cesta OCC/LIBERADO	33903000	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 1.025,00
				2013NE000001	Bolsa/Aux. Alimentação	33901801	BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS	R\$ 75.946,20
				2013NE000003	Bolsa/Permanência	33901801	BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS	R\$ 1.000,00
				2013NE000005	Bolsa/Permanência	33901801	BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS	R\$ 78.920,00
								<b>R\$ 249.100,30</b>
	Março	20RK	FUNCIONAMENTO DAS IFES	2008GT000142	Energia Elétrica	33903943	SERVÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 1.252,81
				2009GT000071	Serv. Água Esgoto	33903944	SERVÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	R\$ 7.223,80

A DIGC tem como instrumento de alocação dos custos o plano interno – p.i., instituído pelo MEC, através da Portaria nº 01 de 02 de Janeiro de 2012, alterada pela Portaria nº 01 de 04 de Fevereiro de 2013, onde das 11 (onze) posições passíveis de informações gerenciais, 05 (cinco) são definidas pelo MEC por meio dos anexos e das 06 (seis) restantes, 02 (duas) utilizamos para identificar o centro de custo ou unidade beneficiada (podendo ser uma unidade integrante da estrutura oficial da Universidade ou não, no caso dos cursos de graduação, de pós-graduação e laboratórios), conforme exemplo especificado abaixo:

<b>TABELA DE CENTRO DE CUSTOS - X<sub>4</sub>X<sub>5</sub></b>		
<b>Reitoria</b>	<b>código</b>	<b>RTR</b>
<b>Gabinete do Reitor</b>	1A	GAB/RTR
Secretaria da Reitoria	1B	SEC/GAB/RTR
Divisão de Registro e Diplomas	1C	DIRD/GAB/RTR
Divisão de Cerimonial e Apoio a Eventos	QO	DICR/GAB/RTR
<b>Coordenadoria de Comunicação Social</b>	1D	CCS/RTR
Divisão de Jornalismo	1E	DIJR/CCS/RTR
Divisão de Editoração e Programação Visual	1F	DIPV/CCS/RTR
<b>Procuradoria Jurídica</b>	1G	PROJUR/RTR
<b>Auditoria Interna</b>	1H	AUD/RTR
<b>Coordenadoria dos Órgãos Colegiados</b>	1I	COC/RTR
<b>Ouvidoria</b>	1J	OUV/RTR
<b>Coordenadoria de Relações Internacionais</b>	1K	CRI/RTR
<b>Vice-Reitoria</b>		<b>VRT/RTR</b>
Secretaria da Vice-Reitoria	1L	SEC/VRT
<b>Pró-Reitoria de Administração</b>		<b>PRAD/RTR</b>
<b>Gabinete do Pró-Reitor</b>	1M	GAB/PRAD
Secretaria da Pró-Reitoria	1N	SEC/PRAD
Divisão de Gestão de Contratos	QP	DICT/PRAD
<b>Coordenadoria de Gestão de Materiais</b>	1O	CGM/PRAD
Divisão de Almoxarifado	1P	DIAX/CGM/PRAD
Divisão de Compras	1Q	DICO/CGM/PRAD
Seção de Cadastro	1R	SECD/DICO/CGM/PRAD
Seção de Comércio Exterior	1S	SEEX/DICO/CGM/PRAD

<b>Centro de Ciências Biológicas e da Saúde</b>	<b>LB</b>	<b>CCBS</b>
<b>Conselho de Centro</b>		<b>CC/CCBS</b>
Biotério - UT	4W	BIOTE-UT/CCBS
Coleção Zoológica - UT	4X	COZOO-UT/CCBS
Herbário - UT	4Y	HERBA-UT/CCBS
Secretaria Acadêmica	4Z	SECAC/CCBS
Coordenação Administrativa	5A	COAD/CCBS
Coordenação de Gestão Acadêmica	5B	COAC/CCBS
Secretaria de Apoio Pedagógico	5C	SAP/COAC/CCBS
Unidade Tecnológica de Alimentos	PS	UNID/CCBS
ENFERMAGEM	5D	CURSO/CCBS
CIENCIAS BIOLOGICAS - BACHARELADO	5E	CURSO/CCBS
FARMACIA	5F	CURSO/CCBS
FISIOTERAPIA	5G	CURSO/CCBS
CIENCIAS BIOLOGICAS - LICENCIATURA	5H	CURSO/CCBS
NUTRIÇÃO	5I	CURSO/CCBS
TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	5J	CURSO/CCBS
TECNOLOGIA FARMACÊUTICA	P3	CURSO/CCBS
<b>BIOLOGIA VEGETAL / MESTRADO</b>	5K	<b>MESTRADO/CCBS</b>
<b>BIOLOGIA ANIMAL / MESTRADO</b>	5N	<b>MESTRADO/CCBS</b>
<b>ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO / DOUTORADO</b>	5L	<b>DOUTORADO/CCBS</b>
<b>ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO / MESTRADO</b>	5M	<b>MESTRADO/CCBS</b>
<b>ENFERMAGEM/MESTRADO</b>	QC	<b>MESTRADO/CCBS</b>
<b>FARMÁCIA / MESTRADO</b>	5O	<b>MESTRADO/CCBS</b>
<b>SAÚDE DA FAMÍLIA/MESTRADO</b>	PO	<b>MESTRADO/CCBS</b>
Biotério de Criação e Experimentação	5P	LAB/CCBS
Laboratório de Anatomia Vegetal	KE	LAB.PESQ/CCBS
Laboratório BIOCAPRI	M5	LAB.PESQ/CCBS
Laboratório de Físico-Química	6M	LAB/CCBS

Para subsidiar a construção do controle de custo na instituição está se efetuando um trabalho em conjunto com os gestores de contratos firmados pela Universidade, a fim de que eles disponibilizem nos processos de pagamentos a informação detalhada das unidades que se beneficiaram dos serviços prestados, o mesmo ocorre nas demais situações em que solicitamos que a unidade responsável insira a informação logo no momento inicial do pedido de liberação de crédito orçamentário.

Atualmente a UFMS, participa do projeto piloto de Custos do MEC, por meio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO. Neste sentido, estamos nos organizando internamente para implantação da nova sistemática de apuração dos custos, levando em consideração à adesão a ferramenta DETACUSTO no Novo Siafi – CPR, onde nossos objetos de custos serão inseridos e posteriormente poderemos extrair relatórios no Sistema de Informação de Custos – SIC, no qual, por meio da participação do projeto, já temos acesso.

## **8.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

As demonstrações contábeis estão inseridas como anexo I ao relatório de gestão.

## **9.CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

## 9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As determinações dos órgãos de controle (TCU e CGU) são recebidas pelo Gabinete da Reitoria que, ao dar ciência do expediente, encaminha para conhecimento e providências à unidade de Auditoria Interna que, neste momento, fica encarregada da distribuição aos setores competentes para a adoção de providências ou esclarecimentos pertinentes, e, também, pelo acompanhamento da apresentação das respostas no prazo estabelecido.

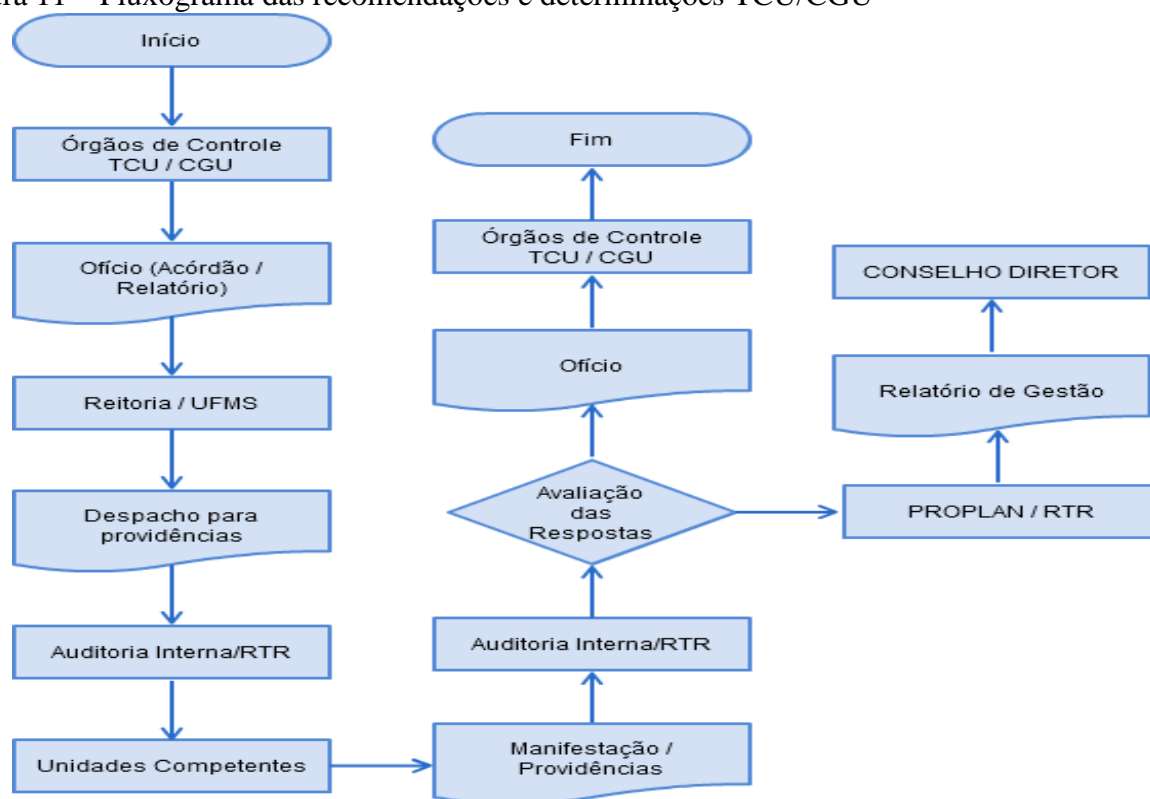
Ultimadas as medidas a cargo das unidades da UFMS, o órgão demandante é formalmente notificado a respeito por meio de ofício emitido pela unidade de Auditoria Interna, encaminhando os documentos e esclarecimentos pertinentes.

Todas as determinações e recomendações pendentes de atendimentos são consolidadas no Relatório de Gestão, a ser apreciado em Reunião do Conselho Diretor e encaminhado à CGU.

O acompanhamento das recomendações não atendidas permanece no exercício seguinte.

Segue abaixo o fluxograma das recomendações e determinações dos órgãos de controle (TCU / CGU):

Figura 11 – Fluxograma das recomendações e determinações TCU/CGU



Fonte: AUD

No exercício de 2016 houve uma quantidade menor de determinações e recomendações feitas pelo TCU em comparação aos exercícios anteriores, o que não significa, necessariamente, que a Corte de Contas atuou menos, uma vez que a UFMS respondeu a diversas diligências e audiências a respeito de trabalhos de fiscalização, ainda pendentes de julgamento, além do recebimento de diversos acórdãos emitidos sem determinações/recomendações, julgando legais atos de pessoal da UFMS, ou dando ciência a respeito de impropriedades encontradas.

As determinações e recomendações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício de referência, e que foram atendidas pela UFMS, estão relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 52 – Determinações e Recomendações feitas pelo TCU

Nº	Acórdão	Determinação/Recomendação
01	731/2016 - TCU - 2ª Câmara	1.7. determinar à unidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, <i>caput</i> , da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, <i>caput</i> e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.
02	2555/2016 - TCU - 1ª Câmara	1.7.1. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que, no prazo de 30 (trinta) dias, emita e disponibilize, no sistema Sisac, <u>atos de alteração</u> das pensões instituídas por MANOEL BATISTA DOS SANTOS FILHO e MARIA ISNETH GOMES AVALHAES, incluindo no fundamento legal das concessões a Emenda Constitucional 70/2012, promulgada em 30/3/2012, e promovendo, em consequência, os ajustes pertinentes na forma de cálculo dos benefícios pensionais.
03	4264/2016 - TCU - 2ª Câmara	1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que emita e disponibilize no SISAC, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de aposentadoria em favor da inativa Célia Terezinha Fassina (CPF 203.156.861-20), escoimado da irregularidade verificada no Acórdão 6.716/2012-TCU-2ª Câmara, conforme determinado no subitem 9.3.2 do referido Acórdão e nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.
04	4265/2016 - TCU – 2ª Câmara	1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que disponibilize no SISAC junto ao Controle Interno, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de aposentadoria em favor do inativo Luiz Carlos Antônio (CPF 575.890.978-53), escoimado da irregularidade verificada no Acórdão 6.902/2012-TCU-2ª Câmara, conforme determinado no subitem 9.3.4 do referido Acórdão e nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.
05	4933/2016 – TCU – 2ª Câmara	9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que: 9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
06	10641/2016 - TCU - 2ª Câmara	1.8. determinar à unidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre da falha apontada, com fundamento nos arts. 45, <i>caput</i> , da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, <i>caput</i> e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.
07	11934/2016 – TCU – 2ª Câmara	9.4. determinar à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que efetue o desconto da dívida nos vencimentos da Sra. Sônia Regina Jurado, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, observados os limites previstos na legislação pertinente, caso não atendidas, no prazo fixado, as respectivas notificações;
08	8616/2016 – TCU – 2ª Câmara	9.7. determinar à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que, quando da futura celebração de contrato que contenha cláusula que preveja o recebimento periódico de serviços ou produtos em quantidades variáveis, abstenha-se de promover pagamentos por meio de parcelas fixas, de sorte que os desembolsos realizados periodicamente correspondam aos produtos ou serviços efetivamente fornecidos no período;
09	8179/2016 - TCU - 2ª Câmara	1.8. determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que proceda, no prazo improrrogável de 45 dias, nos termos da orientação expedida pela Coordenação de Suporte à Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, à retificação dos recolhimentos constantes da tabela abaixo, provenientes do débito imputado a Deise Guadalupe de Lima Vagula (CPF 486.847.599-15), por meio do acórdão 2538/2012-1ª Câmara, de maneira a redirecioná-los ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;

Fonte: AUD

A seguir apresentamos as informações sobre a determinação pendente de cumprimento, por força de acórdão específico:

Quadro 53 – Determinação pendente de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 020.604/2014-9	11934/2016 – TCU – 2ª Câmara	9.4	Ofício nº 0944/2016-TCU/SECEX-MS, de 18/11/2016	08/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
CAP/PROGEP				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que efetue o desconto da dívida nos vencimentos da Sra. Sônia Regina Jurado, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, observados os limites previstos na legislação pertinente, caso não atendidas, no prazo fixado, as respectivas notificações.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A servidora Sônia Regina Jurado já tem sua remuneração totalmente comprometida com outros descontos, considerando o valor do débito e da multa aplicados, torna-se inexecutável o desconto na folha de pagamento nas condições propostas. Isto porque os descontos em sua remuneração, dentro do limite permitido, importariam em um parcelamento superior às 36 (trinta e seis) parcelas autorizadas nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União. Entretanto, o débito ou multa, se não recolhida no prazo pelo responsável, é título executivo bastante para a cobrança judicial da dívida. Além disso, o inciso II do art. 219, autoriza, alternadamente, a cobrança judicial da dívida, por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal. Assim sendo, como medida razoável, solicitou-se ao Tribunal de Contas que seja realizada a cobrança da dívida pela via judicial, para as medidas necessárias ao arresto dos bens da responsável julgada em débito, conforme também prevê o art. 61, da Lei nº 8.443/1992, por entendermos que desta forma será factível a quitação dos referidos valores. Outrossim, verificou-se posteriormente que a interessada interpôs Pedido de Reexame contra o referido Acórdão, gerando efeito suspensivo ao cumprimento deste. No momento, aguarda-se manifestação do TCU quanto às medidas que deverão ser adotadas por esta Universidade.				

Fonte: AUD

Cumpramos ressaltar que o cumprimento de recomendações e determinações das decisões do TCU direcionadas ao Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, a exemplo do Acórdão nº 2894/2016 - TCU – Plenário, que no subitem 1.7.2. concedeu *novo e improrrogável prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da notificação, para que o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, em caso de insucesso das medidas administrativas de recomposição ao erário já adotadas, instaure as tomadas de contas especiais objeto do subitem 9.4.5 do Acórdão 3.103/2013 – TCU/Plenário, mediante a formalização de processos administrativos específicos, observando, para tanto, as disposições da Instrução Normativa TCU 71/2012, em especial, o valor mínimo para instauração e a forma de organização dos referidos processos (art. 6º, inc. I, e art. 10, respectivamente), comprovando, findo o prazo concedido, perante o Tribunal, o seu encaminhamento ao órgão de controle interno para a obtenção dos documentos elencados no art. 9º, inc. III, da Lei 8.443/1992; é de responsabilidade da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, cuja gestão se iniciou em 18/12/2013, conforme Contrato nº 251/2013, publicado no Diário Oficial da União nº 247 em 20/12/2013.*

Não há determinações e recomendações feitas em acórdão do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento no momento da finalização deste relatório de gestão.

## **9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno**

A Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu o sistema Monitor, que permite o acompanhamento online das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal, por meio das ações de auditoria e fiscalização.

A ferramenta proporciona um trabalho colaborativo e de ágil comunicação entre a CGU e os órgãos e entidades fiscalizados, além da redução de custos operacionais e da facilidade de acesso ao processo em tempo real. No âmbito da UFMS, a Auditoria Interna é a unidade responsável pelo acesso e monitoramento e registro dos dados no sistema, a quem também cabe acompanhar e cobrar das unidades o cumprimento das recomendações pendentes de atendimento.

Apesar da CGU/MS ter atuado em diversas fiscalizações durante o exercício de 2015 e 2016, inclusive com o encaminhamento do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2015, as 68 (sessenta e oito) recomendações recebidas para manifestação e providências da UFMS encontram-se atualmente no sistema Monitor na situação “Monitorando”, sendo que 58 (cinquenta e oito) destas se encontram sob análise da CGU, e 10 (dez) para providências do gestor, com prazo limite no mês de abril do exercício de 2017 para apresentar parte das providências adotadas, prejudicando, portanto, destacar quais as recomendações foram efetivamente consideradas atendidas enquanto não houver manifestação final do órgão de controle.

### 9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não foi instaurada nenhuma Tomada de Contas Especial pela UFMS no exercício de 2015. Os ressarcimentos ao erário são realizados pela Coordenadoria de Administração de Pessoal – CAP/PROGEP mediante instauração de processo administrativo, dando direito de ampla defesa ao servidor, e, em caso de se confirmar a necessidade de reposição ao erário, esta é feita através do SIAPE, em rubrica específica na ficha financeira do servidor envolvido.

Os casos baixo referem-se a servidores e pensionistas que iniciaram a reposição ao erário no exercício de 2016, após o devido processo legal:

Quadro 54 – Servidores Ativos e Inativos com Reposição ao Erário

Lista dos Servidores Ativos e Inativos com Reposição ao Erário			
Siape	Tipo Processo	Valor	Início Reposição
11449408	Afastamento Para Pós-graduação	844.307,50	jan/16
31723807	Afastamento Para Pós-graduação	495.702,28	jan/16
12504747	Afastamento Para Pós-graduação	363.853,47	jan/16
31721758	Afastamento Para Pós-graduação	69.953,32	jan/16
11447715	Afastamento Para Pós-graduação	38.715,04	fev/16
11363368	Acertos De Vacância	2.059,56	fev/16
04326789	Afastamento Para Pós-graduação	488.461,02	fev/16
23005976	Afastamento Para Pós-graduação	338.959,12	fev/16
11452344	Afastamento Para Pós-graduação	332.785,03	mar/16
11452344	Afastamento Para Pós-graduação	349.326,81	mar/16
04325723	Afastamento Para Pós-graduação	662.198,82	mar/16
26371507	Afastamento Para Pós-graduação	91.948,72	mar/16
12175123	Afastamento Para Pós-graduação	777.261,43	abr/16
04332410	Afastamento Para Pós-graduação	1.020.159,10	mai/16
64318618	Ressarcimento Dedicção Exclusiva	1.134.719,40	jun/16
11240258	Afastamento Para Pós-graduação	759.716,86	jun/16
36987853	Reintegração	30.872,33	jul/16
10376211	Acertos De Vacância	10.481,91	ago/16
04332312	Afastamento Para Pós-graduação	37.210,63	nov/16
74331692	Ressarcimento à Saúde	1.727,10	nov/16
10883546	Licença Para Trato De Interesse Particular	2.694,34	nov/16
18280409	Afastamento Para Pós-graduação	111.337,87	dez/16

Fonte: Auditoria Interna

Quadro 55 – Pensionistas com Reposição ao Erário

Lista dos Pensionistas com Reposição ao Erário			
Siape	Tipo Processo	Valor	Início Reposição
03929329	47,94%	37.745,21	mar/16
03934349	47,94%	37.745,21	mar/16
03505251	47,94%	5.124,31	mar/16
05090938	47,94%	147.736,37	abr/16
05761221	47,94%	38.826,08	jun/16
05817609	47,94%	92.624,42	jun/16
05760607	47,94%	94.962,43	jun/16
05760771	47,94%	38.826,08	jun/16
06057691	47,94%	37.383,81	jul/16
06057454	47,94%	76.167,12	jul/16
05145228	47,94%	25.481,10	set/16
05944970	Revisão Enquadramento PCCTAE	711,57	set/16
05944970	47,94%	52.063,96	set/16
06081916	47,94%	42.151,57	set/16
05145198	47,94%	50.272,86	set/16
05101450	47,94%	17.388,98	out/16
05101514	47,94%	34.777,95	out/16
05397618	47,94%	112.055,74	dez/16
05101522	47,94%	17.388,98	dez/16

Fonte: Auditoria Interna

## 9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Quadro 56 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – MOVIMENTO NO MÊS (Janeiro a Junho)

Mês Lançamento		JAN/2016		FEV/2016		MAR/2016		ABR/2016		MAI/2016		JUN/2016	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	9.109.401,28	9.109.401,28	9.187.741,74	9.187.741,74	9.280.789,66	9.280.789,66	9.311.688,12	9.311.688,12	9.353.900,11	9.353.900,11	14.256.948,25	14.256.948,25
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	1.270.523,32	1.270.523,32	1.295.051,82	1.295.051,82	1.314.803,45	1.314.803,45	1.293.752,86	1.293.752,86	1.274.915,29	1.274.915,29	1.987.933,70	1.987.933,70
319004	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	548.222,88	548.222,88	460.617,47	460.617,47	511.337,56	511.337,56	518.830,88	518.830,88	506.372,24	506.372,24	662.470,45	662.470,45
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	33.758,69	33.758,69	35.330,36	35.330,36	37.046,65	37.046,65	40.110,98	40.110,98	40.283,63	40.283,63	41.797,58	41.797,58
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.123.688,87	25.123.688,87	24.924.701,74	24.924.701,74	25.311.215,59	25.311.215,59	25.288.527,64	25.288.527,64	24.816.310,03	24.816.310,03	33.023.199,99	33.023.199,99
319013	OBRIGACOES PATRONAIS			447,54	447,54	893,60	446,80	0,00	446,80	446,80	446,80	1.117,00	1.117,00
319016	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	664.304,76	664.304,76	731.749,97	731.749,97	615.678,48	615.678,48	542.403,50	542.403,50	567.118,84	567.118,84	509.963,34	509.963,34
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	235.887,62	235.887,62	235.801,77	235.801,77	197.183,17	197.183,17	196.348,44	196.348,44	196.348,44	196.348,44	192.905,68	192.905,68
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	15.520,60	15.520,60	2.768,47	2.768,47	15.086,25	15.086,25	7.209,23	7.209,23	44.028,30	44.028,30	10.786,01	10.786,01
319104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO			99.641,14	99.641,14	183.231,75	91.655,07	0,00	91.576,68	85.858,91	85.858,91	180.389,09	89.824,37
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	4.888.874,64	4.888.874,64	4.918.903,06	4.918.903,06	4.946.657,54	4.944.372,62	4.939.995,36	4.942.280,28	4.956.772,12	4.956.772,12	4.935.592,46	4.933.246,24
319191	SENTENCAS JUDICIAIS	29.545,08	29.545,08	0,00	0,00	6.131,58	6.131,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES												
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA							46.155,92		9.377,74	50.283,02	69.646,61	74.897,25
335041	CONTRIBUICOES					10.000,68	10.000,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
338041	CONTRIBUICOES												
338092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES												
339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	61.704,62	61.704,62	55.282,26	55.282,26	45.113,87	45.113,87	41.377,02	41.377,02	49.516,85	49.516,85	55.085,74	55.085,74
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	166.249,47	166.249,47	156.257,78	156.257,78	168.097,93	168.097,93	159.898,91	159.898,91	161.609,02	161.609,02	159.985,45	159.985,45
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.705,04	2.762,39	19.453,90	15.787,07	48.271,68	52.395,76	45.471,77	41.815,73	59.948,73	63.121,40	44.194,74	44.225,18
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	54.400,00		1.046.079,22	869.605,46	787.112,41	243.882,96	965.206,99	941.155,17	720.639,24	844.555,03	833.917,81	747.791,44
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES												
339030	MATERIAL DE CONSUMO			20.133,60		80.037,15	5.350,44	97.189,91	22.880,80	119.176,08	11.987,08	226.868,92	184.469,65

Mês Lançamento		JAN/2016		FEV/2016		MAR/2016		ABR/2016		MAI/2016		JUN/2016	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			576,44	576,44	9.543,92	9.543,92	39.434,41	36.290,54	20.398,45	22.142,17	47.579,99	22.235,33
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA			40.340,00	40.340,00	40.340,00	40.340,00	40.340,00	40.340,00	40.340,00	40.340,00	40.340,00	40.340,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	152.256,31	152.256,31	115.891,78	115.891,78	110.765,22	105.148,40	158.209,32	158.209,32	165.145,99	170.762,81	298.172,92	295.184,51
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	828.766,59		1.749.802,57	1.364.598,46	1.278.371,08	1.222.187,49	1.258.049,35	1.444.353,36	1.315.242,11	1.264.648,79	1.556.786,23	1.474.089,05
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.433.594,70	966.411,28	2.616.754,63	1.411.981,31	2.769.248,08	1.377.925,15	3.542.736,83	2.733.702,67	2.743.198,58	1.526.717,14	2.805.557,19	3.994.764,61
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.769.816,75	1.769.816,75	1.517.402,98	1.517.402,98	1.489.499,74	1.489.499,74	1.496.040,61	1.496.040,61	1.496.739,86	1.496.739,86	1.463.160,45	1.463.160,45
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	37,31	37,31	0,00	0,00	0,00	0,00	507,21	507,21	1.624,91	0,00	135,48	1.760,39
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	6.363,28	6.363,28	8.054,46	8.054,46	8.204,33	8.204,33	8.709,83	8.709,83	9.154,36	9.154,36	9.880,71	9.880,71
339059	PENSOES ESPECIAIS	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	10.000,00	10.000,00	21.914,10	21.914,10	8.438,29	8.438,29	20.827,25	20.827,25	30.810,43	30.810,43	20.809,86	20.809,86
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.752,89	5.752,89	42.875,35	34.509,87	86.481,45	83.257,80	16.692,89	25.058,37	38.224,59	10.400,00	2.097,36	28.221,95
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	960.088,92	953.536,72	959.743,58	954.814,37	974.503,01	979.837,73	1.030.439,03	1.030.533,52	927.072,68	927.072,68	938.434,66	944.486,86
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.							18.024,98		53.360,09	1.200,00	0,00	16.824,98
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	304.790,15	304.790,15	296.091,46	28.615,73	297.616,78	565.092,51	304.416,74	304.416,74	299.622,83	299.622,83	385.910,11	385.910,11
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	34.195,74	34.195,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339193	INDENIZACOES E RESTITUICOES												
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA									10.776,21		2.875,00	13.651,21
449051	OBRAS E INSTALACOES			1.868,35		0,00		149.674,65	1.868,35	962.506,04	434.763,54	207.732,82	683.405,69
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					8.144,49		28.680,00	24,49	1.794,95	720,00	116.343,70	38.126,00
449152	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.												
<b>TOTAL</b>		<b>47.717.132,84</b>	<b>46.359.287,98</b>	<b>50.566.960,87</b>	<b>48.494.070,48</b>	<b>50.645.528,72</b>	<b>48.745.747,21</b>	<b>51.612.633,96</b>	<b>50.746.868,63</b>	<b>51.084.317,78</b>	<b>49.264.205,05</b>	<b>65.094.302,63</b>	<b>66.415.182,36</b>

Fonte: PRAD

Quadro 57 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – MOVIMENTO NO MÊS (Julho a Dezembro)

Mês Lançamento		JUL/2016		AGO/2016		SET/2016		OUT/2016		NOV/2016		DEZ/2016	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	9.411.732,38	9.411.732,38	9.921.298,91	9.921.298,91	9.941.435,62	9.941.435,62	10.011.901,69	10.011.901,69	15.555.049,63	15.555.049,63	10.227.666,59	10.227.666,59
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	1.327.854,93	1.327.854,93	1.415.227,37	1.415.227,37	1.375.711,51	1.375.711,51	1.370.309,98	1.370.309,98	2.095.453,68	2.095.453,68	1.403.819,57	1.403.819,57
319004	CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	544.327,14	544.327,14	600.165,15	600.165,15	507.847,26	507.847,26	494.772,08	494.772,08	516.221,95	516.221,95	399.338,88	399.338,88
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	44.791,94	44.791,94	53.540,21	53.540,21	53.404,71	53.404,71	54.793,55	54.793,55	117.259,99	117.259,99	65.120,26	65.120,26
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.920.438,81	24.920.438,81	26.802.036,69	26.802.036,69	27.120.019,94	27.120.019,94	26.373.086,30	26.373.086,30	41.594.945,64	41.594.945,64	35.457.354,05	35.457.354,05
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	446,80	446,80	470,36	470,36	470,36	0,00	470,36	940,72	952,49	0,00	470,36	1.422,85
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	532.942,01	532.942,01	671.722,83	671.722,83	634.750,27	634.750,27	621.703,01	621.703,01	759.720,18	759.720,18	684.685,95	684.685,95
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	192.905,68	192.905,68	194.431,65	194.431,65	194.431,65	194.431,65	1.052.545,38	1.052.545,38	194.431,65	194.431,65	194.431,65	194.431,65
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.249,33	24.249,33	21.064,12	21.064,12	1.125,92	1.125,92	0,00	0,00	8.264,59	8.264,59	7.951.498,12	7.951.498,12
319104	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	101.092,90	191.657,62	104.380,21	104.380,21	96.169,56	0,00	94.665,82	190.835,38	114.343,86	0,00	67.449,07	181.792,93
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORÇAMENTARIAS	4.961.225,11	4.963.571,33	5.250.860,32	5.250.860,32	5.279.764,67	5.278.529,97	5.236.330,28	5.237.564,98	10.515.971,28	10.511.001,60	5.501.042,78	5.506.012,46
319191	SENTENCAS JUDICIAIS	413,46	413,46	2.068,28	2.068,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.894,72	24.894,72
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES							1.515,84	1.515,84	0,00	0,00	0,00	0,00
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	24.759,05	24.759,05	4.091,97	4.091,97	1.363,99	1.363,99	2.126,85	2.126,85	0,00	0,00	0,00	0,00
335041	CONTRIBUICOES	880,00	880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.059,14	0,00	0,00	41.059,14
338041	CONTRIBUICOES					3.700,00	0,00	580,00	4.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00
338092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES					3.700,00	0,00	580,00	4.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	57.711,93	57.711,93	52.929,96	52.929,96	44.932,81	44.932,81	39.624,05	39.624,05	35.868,61	35.868,61	50.243,54	50.243,54
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	181.006,08	181.006,08	175.134,99	175.134,99	175.062,49	175.062,49	163.963,07	163.963,07	173.739,27	173.739,27	167.237,16	167.237,16
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	41.684,86	42.623,19	113.237,37	109.214,82	58.390,11	53.473,09	78.798,76	70.792,45	65.064,72	72.835,09	36.559,40	45.734,91
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	741.485,98	798.323,86	983.008,61	762.468,05	785.112,72	980.472,67	1.033.857,50	940.584,67	1.037.810,10	1.763.553,27	957.965,52	1.054.203,52
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES			4.740,00	2.340,00	2.030,00	4.430,00	39.872,23	20.228,10	17.458,13	37.102,26	13.358,13	13.358,13
339030	MATERIAL DE CONSUMO	161.276,19	382.888,40	302.392,02	225.506,32	371.622,02	446.100,57	290.502,64	298.545,82	574.490,55	113.880,43	770.507,31	1.322.586,88
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	0,00	26.744,81	39.433,10	39.433,10	37.543,42	37.543,42	0,00	0,00	110.883,04	35.924,23	45.887,40	120.846,21
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	35.340,00	35.340,00	42.081,75	42.081,75	39.205,71	39.205,71	37.833,64	37.833,64	38.349,67	38.349,67	38.939,41	38.939,41

Mês Lançamento		JUL/2016		AGO/2016		SET/2016		OUT/2016		NOV/2016		DEZ/2016	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	187.960,07	187.960,07	156.025,16	158.833,57	187.987,77	187.987,77	178.530,73	177.432,73	161.099,46	161.575,06	187.548,07	188.350,47
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.465.938,16	1.594.507,62	1.724.421,27	1.576.928,96	1.231.751,59	1.251.066,03	1.676.319,05	1.714.339,29	2.121.463,10	2.224.139,79	1.792.994,92	2.869.047,18
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.435.189,80	4.939.952,55	4.084.915,69	3.636.265,50	3.590.899,25	3.798.886,77	3.342.396,03	3.410.078,97	2.779.248,25	2.564.692,56	4.069.880,15	5.847.290,67
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.461.512,37	1.461.512,37	1.510.361,08	1.510.361,08	1.515.158,91	1.515.158,91	1.495.804,19	1.495.804,19	1.532.091,89	1.532.091,89	1.528.490,91	1.528.490,91
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	148,74	0,00	520,59	669,33	455,43	455,43	297,48	297,48	55,71	55,71	74,37	74,37
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	8.898,06	8.898,06	9.183,05	9.183,05	9.265,97	9.265,97	9.045,26	9.045,26	9.390,14	9.390,14	9.770,27	9.770,27
339059	PENSOES ESPECIAIS	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33	5.683,33
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	39.941,96	39.941,96	23.417,69	23.417,69	0,00	0,00	79.225,77	79.225,77	7.633.055,63	7.633.055,63	0,00	0,00
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	953,11	5.791,76	3.923,78	4.008,78	2.438,37	2.438,37	0,00	0,00	2.530,80	2.530,80	28.328,04	28.328,04
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.038.008,81	1.031.347,40	938.192,32	944.853,73	942.439,91	942.439,91	928.718,57	928.718,57	949.259,52	949.259,52	1.043.547,83	1.043.547,83
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	63.291,08	53.360,09	0,00	63.291,08	96,91	96,91	0,00	0,00	219,31	0,00	1.200,00	1.419,31
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	302.406,07	302.406,07	319.153,99	319.153,99	327.399,17	327.399,17	319.369,50	319.369,50	1.168.172,40	1.168.172,40	423.942,32	423.942,32
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339193	INDENIZACOES E RESTITUICOES					11.150,82	11.150,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	3.450,00	0,00	0,00	3.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	620,00	0,00
449051	OBRAS E INSTALACOES	825.271,43	672.595,07	197.507,73	413.699,90	325.686,49	463.914,96	192.712,81	192.712,81	57.907,73	57.907,73	186.438,29	184.607,23
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.255,62	134.352,65	51.673,68	35.737,35	191.106,03	179.749,72	214.515,71	93.484,20	971.321,83	191.889,15	1.553.241,37	1.393.295,56
449152	EQUIPE MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.					1.350,00	1.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		51.185.473,19	54.143.917,75	55.779.295,23	55.156.004,40	55.070.664,69	55.586.885,67	55.442.451,46	55.418.419,66	90.958.837,27	90.124.045,45	74.890.229,74	78.476.094,42

Fonte: PRAD

Quadro 58- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – SALDO ACUMULADO NO MÊS (Janeiro a Junho)

Mês Lançamento		JAN/2016		FEV/2016		MAR/2016		ABR/2016		MAI/2016		JUN/2016	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	9.109.401,28	9.109.401,28	18.297.143,02	18.297.143,02	27.577.932,68	27.577.932,68	36.889.620,80	36.889.620,80	46.243.520,91	46.243.520,91	60.500.469,16	60.500.469,16
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	1.270.523,32	1.270.523,32	2.565.575,14	2.565.575,14	3.880.378,59	3.880.378,59	5.174.131,45	5.174.131,45	6.449.046,74	6.449.046,74	8.436.980,44	8.436.980,44
319004	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	548.222,88	548.222,88	1.008.840,35	1.008.840,35	1.520.177,91	1.520.177,91	2.039.008,79	2.039.008,79	2.545.381,03	2.545.381,03	3.207.851,48	3.207.851,48
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	33.758,69	33.758,69	69.089,05	69.089,05	106.135,70	106.135,70	146.246,68	146.246,68	186.530,31	186.530,31	228.327,89	228.327,89
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.123.688,87	25.123.688,87	50.048.390,61	50.048.390,61	75.359.606,20	75.359.606,20	100.648.133,84	100.648.133,84	125.464.443,87	125.464.443,87	158.487.643,86	158.487.643,86
319013	OBRIGACOES PATRONAIS			447,54	447,54	1.341,14	894,34	1.341,14	1.341,14	1.787,94	1.787,94	2.904,94	2.904,94
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	664.304,76	664.304,76	1.396.054,73	1.396.054,73	2.011.733,21	2.011.733,21	2.554.136,71	2.554.136,71	3.121.255,55	3.121.255,55	3.631.218,89	3.631.218,89
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	235.887,62	235.887,62	471.689,39	471.689,39	668.872,56	668.872,56	865.221,00	865.221,00	1.061.569,44	1.061.569,44	1.254.475,12	1.254.475,12
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	15.520,60	15.520,60	18.289,07	18.289,07	33.375,32	33.375,32	40.584,55	40.584,55	84.612,85	84.612,85	95.398,86	95.398,86
319104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO			99.641,14	99.641,14	282.872,89	191.296,21	282.872,89	282.872,89	368.731,80	368.731,80	549.120,89	458.556,17
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	4.888.874,64	4.888.874,64	9.807.777,70	9.807.777,70	14.754.435,24	14.752.150,32	19.694.430,60	19.694.430,60	24.651.202,72	24.651.202,72	29.586.795,18	29.584.448,96
319191	SENTENCAS JUDICIAIS	29.545,08	29.545,08	29.545,08	29.545,08	35.676,66	35.676,66	35.676,66	35.676,66	35.676,66	35.676,66	35.676,66	35.676,66
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES												
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA							46.155,92		55.533,66	50.283,02	125.180,27	125.180,27
335041	CONTRIBUICOES					10.000,68	10.000,68	10.000,68	10.000,68	10.000,68	10.000,68	10.000,68	10.000,68
338041	CONTRIBUICOES												
338092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES												
339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	61.704,62	61.704,62	116.986,88	116.986,88	162.100,75	162.100,75	203.477,77	203.477,77	252.994,62	252.994,62	308.080,36	308.080,36
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	166.249,47	166.249,47	322.507,25	322.507,25	490.605,18	490.605,18	650.504,09	650.504,09	812.113,11	812.113,11	972.098,56	972.098,56
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.705,04	2.762,39	23.158,94	18.549,46	71.430,62	70.945,22	116.902,39	112.760,95	176.851,12	175.882,35	221.045,86	220.107,53
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	54.400,00		1.100.479,22	869.605,46	1.887.591,63	1.113.488,42	2.852.798,62	2.054.643,59	3.573.437,86	2.899.198,62	4.407.355,67	3.646.990,06
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES												
339030	MATERIAL DE CONSUMO			20.133,60		100.170,75	5.350,44	197.360,66	28.231,24	316.536,74	40.218,32	543.405,66	224.687,97

Mês Lançamento		JAN/2016		FEV/2016		MAR/2016		ABR/2016		MAI/2016		JUN/2016	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			576,44	576,44	10.120,36	10.120,36	49.554,77	46.410,90	69.953,22	68.553,07	117.533,21	90.788,40
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA			40.340,00	40.340,00	80.680,00	80.680,00	121.020,00	121.020,00	161.360,00	161.360,00	201.700,00	201.700,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	152.256,31	152.256,31	268.148,09	268.148,09	378.913,31	373.296,49	537.122,63	531.505,81	702.268,62	702.268,62	1.000.441,54	997.453,13
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	828.766,59		2.578.569,16	1.364.598,46	3.856.940,24	2.586.785,95	5.114.989,59	4.031.139,31	6.430.231,70	5.295.788,10	7.987.017,93	6.769.877,15
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.433.594,70	966.411,28	4.050.349,33	2.378.392,59	6.819.597,41	3.756.317,74	10.362.334,24	6.490.020,41	13.105.532,82	8.016.737,55	15.911.090,01	12.011.502,16
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.769.816,75	1.769.816,75	3.287.219,73	3.287.219,73	4.776.719,47	4.776.719,47	6.272.760,08	6.272.760,08	7.769.499,94	7.769.499,94	9.232.660,39	9.232.660,39
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	37,31	37,31	37,31	37,31	37,31	37,31	544,52	544,52	2.169,43	544,52	2.304,91	2.304,91
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	6.363,28	6.363,28	14.417,74	14.417,74	22.622,07	22.622,07	31.331,90	31.331,90	40.486,26	40.486,26	50.366,97	50.366,97
339059	PENSOES ESPECIAIS	5.683,33	5.683,33	11.366,66	11.366,66	17.049,99	17.049,99	22.733,32	22.733,32	28.416,65	28.416,65	34.099,98	34.099,98
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	10.000,00	10.000,00	31.914,10	31.914,10	40.352,39	40.352,39	61.179,64	61.179,64	91.990,07	91.990,07	112.799,93	112.799,93
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.752,89	5.752,89	48.628,24	40.262,76	135.109,69	123.520,56	151.802,58	148.578,93	190.027,17	158.978,93	192.124,53	187.200,88
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	960.088,92	953.536,72	1.919.832,50	1.908.351,09	2.894.335,51	2.888.188,82	3.924.774,54	3.918.722,34	4.851.847,22	4.845.795,02	5.790.281,88	5.790.281,88
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.							18.024,98		71.385,07	1.200,00	71.385,07	18.024,98
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	304.790,15	304.790,15	600.881,61	333.405,88	898.498,39	898.498,39	1.202.915,13	1.202.915,13	1.502.537,96	1.502.537,96	1.888.448,07	1.888.448,07
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74
339193	INDENIZACOES E RESTITUICOES												
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA									10.776,21		13.651,21	13.651,21
449051	OBRAS E INSTALACOES			1.868,35		1.868,35		151.543,00	1.868,35	1.114.049,04	436.631,89	1.321.781,86	1.120.037,58
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					8.144,49		36.824,49	24,49	38.619,44	744,49	154.963,14	38.870,49
449152	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.												
<b>Total</b>		<b>47.717.132,84</b>	<b>46.359.287,98</b>	<b>98.284.093,71</b>	<b>94.853.358,46</b>	<b>148.929.622,43</b>	<b>143.599.105,67</b>	<b>200.542.256,39</b>	<b>194.345.974,30</b>	<b>251.626.574,17</b>	<b>243.610.179,35</b>	<b>316.720.876,80</b>	<b>310.025.361,71</b>

Fonte: PRAD

Quadro 59 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – SALDO ACUMULADO NO MÊS (Julho a Dezembro)

MÊS LANÇAMENTO		JUL/2016		AGO/2016		SET/2016		OUT/2016		NOV/2016		DEZ/2016	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	69.912.201,54	69.912.201,54	79.833.500,45	79.833.500,45	89.774.936,07	89.774.936,07	99.786.837,76	99.786.837,76	115.341.887,39	115.341.887,39	125.569.553,98	125.569.553,98
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	9.764.835,37	9.764.835,37	11.180.062,74	11.180.062,74	12.555.774,25	12.555.774,25	13.926.084,23	13.926.084,23	16.021.537,91	16.021.537,91	17.425.357,48	17.425.357,48
319004	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	3.752.178,62	3.752.178,62	4.352.343,77	4.352.343,77	4.860.191,03	4.860.191,03	5.354.963,11	5.354.963,11	5.871.185,06	5.871.185,06	6.270.523,94	6.270.523,94
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	273.119,83	273.119,83	326.660,04	326.660,04	380.064,75	380.064,75	434.858,30	434.858,30	552.118,29	552.118,29	617.238,55	617.238,55
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	183.408.082,67	183.408.082,67	210.210.119,36	210.210.119,36	237.330.139,30	237.330.139,30	263.703.225,60	263.703.225,60	305.298.171,24	305.298.171,24	340.755.525,29	340.755.525,29
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	3.351,74	3.351,74	3.822,10	3.822,10	4.292,46	3.822,10	4.762,82	4.762,82	5.715,31	4.762,82	6.185,67	6.185,67
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.164.160,90	4.164.160,90	4.835.883,73	4.835.883,73	5.470.634,00	5.470.634,00	6.092.337,01	6.092.337,01	6.852.057,19	6.852.057,19	7.536.743,14	7.536.743,14
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.447.380,80	1.447.380,80	1.641.812,45	1.641.812,45	1.836.244,10	1.836.244,10	2.888.789,48	2.888.789,48	3.083.221,13	3.083.221,13	3.277.652,78	3.277.652,78
319092	DESPEAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	119.648,19	119.648,19	140.712,31	140.712,31	141.838,23	141.838,23	141.838,23	141.838,23	150.102,82	150.102,82	8.101.600,94	8.101.600,94
319104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	650.213,79	650.213,79	754.594,00	754.594,00	850.763,56	754.594,00	945.429,38	945.429,38	1.059.773,24	945.429,38	1.127.222,31	1.127.222,31
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	34.548.020,29	34.548.020,29	39.798.880,61	39.798.880,61	45.078.645,28	45.077.410,58	50.314.975,56	50.314.975,56	60.830.946,84	60.825.977,16	66.331.989,62	66.331.989,62
319191	SENTENÇAS JUDICIAIS	36.090,12	36.090,12	38.158,40	38.158,40	38.158,40	38.158,40	38.158,40	38.158,40	38.158,40	38.158,40	63.053,12	63.053,12
319192	DESPEAS DE EXERCICIOS ANTERIORES							1.515,84	1.515,84	1.515,84	1.515,84	1.515,84	1.515,84
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	149.939,32	149.939,32	154.031,29	154.031,29	155.395,28	155.395,28	157.522,13	157.522,13	157.522,13	157.522,13	157.522,13	157.522,13
335041	CONTRIBUICOES	10.880,68	10.880,68	10.880,68	10.880,68	10.880,68	10.880,68	10.880,68	10.880,68	51.939,82	10.880,68	51.939,82	51.939,82
338041	CONTRIBUICOES					3.700,00	0,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00
338092	DESPEAS DE EXERCICIOS ANTERIORES					3.700,00	0,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00
339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	365.792,29	365.792,29	418.722,25	418.722,25	463.655,06	463.655,06	503.279,11	503.279,11	539.147,72	539.147,72	589.391,26	589.391,26

MÊS LANÇAMENTO		JUL/2016		AGO/2016		SET/2016		OUT/2016		NOV/2016		DEZ/2016	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.153.104,64	1.153.104,64	1.328.239,63	1.328.239,63	1.503.302,12	1.503.302,12	1.667.265,19	1.667.265,19	1.841.004,46	1.841.004,46	2.008.241,62	2.008.241,62
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	262.730,72	262.730,72	375.968,09	371.945,54	434.358,20	425.418,63	513.156,96	496.211,08	578.221,68	569.046,17	614.781,08	614.781,08
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.148.841,65	4.445.313,92	6.131.850,26	5.207.781,97	6.916.962,98	6.188.254,64	7.950.820,48	7.128.839,31	8.988.630,58	8.892.392,58	9.946.596,10	9.946.596,10
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES			4.740,00	2.340,00	6.770,00	6.770,00	46.642,23	26.998,10	64.100,36	64.100,36	77.458,49	77.458,49
339030	MATERIAL DE CONSUMO	704.681,85	607.576,37	1.007.073,87	833.082,69	1.378.695,89	1.279.183,26	1.669.198,53	1.577.729,08	2.243.689,08	1.691.609,51	3.014.196,39	3.014.196,39
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	117.533,21	117.533,21	156.966,31	156.966,31	194.509,73	194.509,73	194.509,73	194.509,73	305.392,77	230.433,96	351.280,17	351.280,17
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	237.040,00	237.040,00	279.121,75	279.121,75	318.327,46	318.327,46	356.161,10	356.161,10	394.510,77	394.510,77	433.450,18	433.450,18
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.188.401,61	1.185.413,20	1.344.426,77	1.344.246,77	1.532.414,54	1.532.234,54	1.710.945,27	1.709.667,27	1.872.044,73	1.871.242,33	2.059.592,80	2.059.592,80
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	9.452.956,09	8.364.384,77	11.177.377,36	9.941.313,73	12.409.128,95	11.192.379,76	14.085.448,00	12.906.719,05	16.206.911,10	15.130.858,84	17.999.906,02	17.999.906,02
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	18.346.279,81	16.951.454,71	22.431.195,50	20.587.720,21	26.022.094,75	24.386.606,98	29.364.490,78	27.796.685,95	32.143.739,03	30.361.378,51	36.213.619,18	36.208.669,18
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	10.694.172,76	10.694.172,76	12.204.533,84	12.204.533,84	13.719.692,75	13.719.692,75	15.215.496,94	15.215.496,94	16.747.588,83	16.747.588,83	18.276.079,74	18.276.079,74
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.453,65	2.304,91	2.974,24	2.974,24	3.429,67	3.429,67	3.727,15	3.727,15	3.782,86	3.782,86	3.857,23	3.857,23
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	59.265,03	59.265,03	68.448,08	68.448,08	77.714,05	77.714,05	86.759,31	86.759,31	96.149,45	96.149,45	105.919,72	105.919,72
339059	PENSOES ESPECIAIS	39.783,31	39.783,31	45.466,64	45.466,64	51.149,97	51.149,97	56.833,30	56.833,30	62.516,63	62.516,63	68.199,96	68.199,96
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	152.741,89	152.741,89	176.159,58	176.159,58	176.159,58	176.159,58	255.385,35	255.385,35	7.888.440,98	7.888.440,98	7.888.440,98	7.888.440,98
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	193.077,64	192.992,64	197.001,42	197.001,42	199.439,79	199.439,79	199.439,79	199.439,79	201.970,59	201.970,59	230.298,63	230.298,63
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.828.290,69	6.821.629,28	7.766.483,01	7.766.483,01	8.708.922,92	8.708.922,92	9.637.641,49	9.637.641,49	10.586.901,01	10.586.901,01	11.630.448,84	11.630.448,84
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	134.676,15	71.385,07	134.676,15	134.676,15	134.773,06	134.773,06	134.773,06	134.773,06	134.992,37	134.773,06	136.192,37	136.192,37
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	2.190.854,14	2.190.854,14	2.510.008,13	2.510.008,13	2.837.407,30	2.837.407,30	3.156.776,80	3.156.776,80	4.324.949,20	4.324.949,20	4.748.891,52	4.748.891,52
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74	34.195,74
339193	INDENIZACOES E RESTITUICOES					11.150,82	11.150,82	11.150,82	11.150,82	11.150,82	11.150,82	11.150,82	11.150,82

MÊS LANÇAMENTO		JUL/2016		AGO/2016		SET/2016		OUT/2016		NOV/2016		DEZ/2016	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	17.101,21	13.651,21	17.101,21	17.101,21	17.101,21	17.101,21	17.101,21	17.101,21	17.101,21	17.101,21	17.721,21	17.101,21
449051	OBRAS E INSTALACOES	2.147.053,29	1.792.632,65	2.344.561,02	2.206.332,55	2.670.247,51	2.670.247,51	2.862.960,32	2.862.960,32	2.920.868,05	2.920.868,05	3.107.306,34	3.105.475,28
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	195.218,76	173.223,14	246.892,44	208.960,49	437.998,47	388.710,21	652.514,18	482.194,41	1.623.836,01	674.083,56	3.177.077,38	2.067.379,12
449152	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.					1.350,00	1.350,00	1.350,00	1.350,00	1.350,00	1.350,00	1.350,00	1.350,00
<b>Total</b>		<b>367.906.349,99</b>	<b>364.169.279,46</b>	<b>423.685.645,22</b>	<b>419.325.283,86</b>	<b>478.756.309,91</b>	<b>474.912.169,53</b>	<b>534.198.761,37</b>	<b>530.330.589,19</b>	<b>625.157.598,64</b>	<b>620.454.634,64</b>	<b>700.047.828,38</b>	<b>698.930.729,06</b>

Fonte: PRAD

## **Análise Crítica**

A autorização para pagamento decorre de autorização do Ordenador de Despesas, sendo que no início do ano foi justificado como motivo para não seguir a ordem cronológicas de pagamento:

“1. Os recursos financeiros foram enviados de forma insuficientes para honrar todas as despesas liquidadas no mês de competências. Trata-se de um fato gerado pelo Tesouro Nacional e não pela Universidade;

2. Parte dos recursos financeiros já vieram "carimbados" para pagamento de determinadas despesas;

3. Com a falta de recursos financeiros a Administração se viu obrigada a fazer escolhas, priorizando aquelas empresas com maior vulnerabilidade no seu fluxo de caixa: prestadores de serviços e obras por exemplo;

4. Priorizações também foram necessárias quando a falta de pagamento ameaçavam serviços essenciais para o funcionamento da Universidade: energia elétrica, água e esgoto, fornecimento de alimentação dentre outros;

5. Pagamentos de bolsas e diárias disputaram por recursos financeiros com os fornecedores, embora muitas vezes sendo de fontes diferentes. Para o Tesouro Nacional não importa se R\$ 1,00 será utilizado para pagamento de uma obra ou de uma bolsa. O que importa é que R\$ 1,00 sairá do caixa do Tesouro Nacional.

6. Por fim, a UFMS procurou manter em todos os casos sua obrigação contratual de não ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias para realizar os pagamentos devidos, conforme art. 78, XV, da referida lei”

Ressalta-se que, no final do exercício, os recursos continuaram insuficientes, devido as irregularidades nos repasses efetuados pelo MEC, sendo obedecida a ordem cronológica de pagamento de acordo com a apropriação da despesa.

### **9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento**

A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (alterada pela Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013), combinada com o Decreto nº 7.828, de 16 de outubro de 2012, alterou a forma de incidência da contribuição previdenciária, denominada “desoneração da folha de pagamento”.

Em atendimento às determinações legais retro mencionadas, quanto à revisão dos contratos celebrados com empresas contempladas pela desoneração, foram adotadas medidas pela UFMS, tais como o envio de Comunicado Interno nº 68-GAB/PRAD, de 13 de novembro de 2014 – Solicitando à Pró-Reitoria de Infraestrutura levantamento sobre contratos cuja Contratada tenha sido beneficiada pela desoneração na folha de pagamento.

Oportuno registrar que todos os esforços têm sido envidados pela área responsável, no sentido de acompanhar e dar cumprimento às normas legais por parte das unidades da UFMS.

## 9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 60 – Despesas com publicidade

<b>Publicidade</b>	<b>Programa / Ação orçamentária</b>	<b>Valores empenhados</b>	<b>Valores pagos</b>
<b>Institucional</b>	Funcionamento IFES	R\$ 29.686,00	R\$ 29.686,00
<b>Legal</b>	Funcionamento IFES	R\$ 35.000,00	R\$ 17.786,50
<b>Mercadológica</b>	-	-	-
<b>Utilidade Pública</b>	-	-	-

Fonte: CCS/RTR

Obs.:a) os valores da Publicidade Institucional referem-se ao Contrato Administrativo 160/2013-Sociedade de Desenvolvimento Cultural, Ecológico e Social para prestação de serviços de exibição da programação da TV Universitária da UFMS no canal 14 da TV a Cabo NET, período de janeiro a dezembro de 2016.

b) os valores da Publicidade Legal referem-se ao Contrato Administrativo 44/2012- Correio do Estado, período de janeiro a dezembro de 2016.

### **9.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005**

Foram inseridas em todos os cursos de graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul as disciplinas referentes à Libras (Estudo de Libras, Língua Brasileira de Sinais – noções básicas) de acordo com o Decreto nº 5.626/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em seu Art. 3º, onde determina que a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória em todos os cursos de licenciatura e disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, sendo o prazo para essa regularização de dez anos em cem por cento da instituição.

## **ANEXOS E APÊNDICES**

# ANEXO I -DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 24/01/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>26.213.090,41</b>	<b>21.726.823,00</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>736.190.562,97</b>	<b>699.432.722,32</b>
Ordinárias	165.041,07	121.741,39	Ordinárias	241.869.389,89	195.785.466,95
Vinculadas	29.267.194,76	21.624.128,14	Vinculadas	494.321.173,08	503.647.255,37
Educação	28.290,04	14.936,23	Educação	371.044.728,02	370.909.840,19
Alienação de Bens e Direitos	99.838,80		Seguridade Social (Exceto RGPS)	93.852.112,34	25.182.365,25
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	29.139.065,92	21.609.191,91	Operação de Crédito	5.100.000,00	83.532.868,03
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3.219.145,42	-19.046,53	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	23.641.575,32	20.683.067,55
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	682.757,40	3.339.114,35
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>767.553.715,80</b>	<b>808.186.781,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>42.314.629,62</b>	<b>130.442.651,93</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	723.899.267,42	768.674.463,87	Resultantes da Execução Orçamentária	40.216.132,84	124.925.154,91
Repasse Recebido	707.506.109,35	647.422.621,95	Repasse Concedido	23.822.974,77	3.673.312,99
Sub-repasse Recebido	16.393.158,07	112.031.135,08	Sub-repasse Concedido	16.393.158,07	112.031.135,08
Valores Diferidos - Baixa		9.220.706,84	Valores Diferidos - Baixa		9.220.706,84
Independentes da Execução Orçamentária	43.654.448,38	39.512.317,13	Independentes da Execução Orçamentária	2.098.496,78	5.517.497,02
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	41.198.085,98	37.460.382,82	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.904.675,17	5.380.819,40
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.456.362,40	2.051.934,31	Movimento de Saldos Patrimoniais	193.821,61	136.677,62
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>32.128.947,04</b>	<b>36.477.893,74</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>42.328.953,30</b>	<b>43.104.569,66</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	367.621,44	6.041.219,17	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	7.808.610,52	3.932.158,38
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	30.955.739,51	30.303.782,83	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	33.714.756,69	38.460.941,66
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	805.586,09	32.415,07	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	805.586,09	711.469,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	100.476,67	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Demais Recebimentos		100.476,67			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>8.304.916,52</b>	<b>14.893.362,69</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>13.366.523,88</b>	<b>8.304.916,52</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.304.916,52	14.893.362,69	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.366.523,88	8.304.916,52
<b>TOTAL</b>	<b>834.200.669,77</b>	<b>881.284.860,43</b>	<b>TOTAL</b>	<b>834.200.669,77</b>	<b>881.284.860,43</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2016

PERÍODO  
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO  
24/01/2017

PAGINA  
1

SUBTÍTULO 26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>27.745.577,00</b>	<b>27.745.577,00</b>	<b>26.113.251,61</b>	<b>-1.632.325,39</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>805.841,00</b>	<b>805.841,00</b>	<b>811.242,07</b>	<b>5.401,07</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	505.841,00	505.841,00	806.029,56	300.188,56
Valores Mobiliários	300.000,00	300.000,00	5.212,51	-294.787,49
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>26.911.917,00</b>	<b>26.911.917,00</b>	<b>25.158.212,09</b>	<b>-1.753.704,91</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.135.890,00	6.135.890,00	2.913.363,33	-3.222.526,67
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	20.776.027,00	20.776.027,00	22.244.848,76	1.468.821,76
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>27.819,00</b>	<b>27.819,00</b>	<b>143.797,45</b>	<b>115.978,45</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	27.819,00	27.819,00	143.797,45	115.978,45
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>231.478,00</b>	<b>231.478,00</b>	<b>99.838,80</b>	<b>-131.639,20</b>
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	<b>231.478,00</b>	<b>231.478,00</b>	<b>99.838,80</b>	<b>-131.639,20</b>
Alienação de Bens Móveis	231.478,00	231.478,00	99.838,80	-131.639,20
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2016

PERÍODO  
Anual

EMISSION  
24/01/2017

PAGINA  
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26263 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>27.977.055,00</b>	<b>27.977.055,00</b>	<b>26.213.090,41</b>	<b>-1.763.964,59</b>
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>27.977.055,00</b>	<b>27.977.055,00</b>	<b>26.213.090,41</b>	<b>-1.763.964,59</b>
<b>DÉFICIT</b>			<b>709.977.472,56</b>	<b>709.977.472,56</b>
<b>TOTAL</b>	<b>27.977.055,00</b>	<b>27.977.055,00</b>	<b>736.190.562,97</b>	<b>708.213.507,97</b>
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>671.799.141,00</b>	<b>729.426.493,00</b>	<b>713.432.233,25</b>	<b>700.024.895,79</b>	<b>699.659.725,41</b>	<b>15.994.259,75</b>
Pessoal e Encargos Sociais	533.139.463,00	585.941.414,00	576.162.995,81	576.162.995,81	576.162.995,81	9.778.418,19
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	138.659.678,00	143.485.079,00	137.269.237,44	123.861.899,98	123.496.729,60	6.215.841,56
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>31.162.744,00</b>	<b>30.759.956,00</b>	<b>22.758.329,72</b>	<b>5.209.927,67</b>	<b>5.207.476,61</b>	<b>8.001.626,28</b>
Investimentos	31.162.744,00	30.759.956,00	22.758.329,72	5.209.927,67	5.207.476,61	8.001.626,28
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>702.961.885,00</b>	<b>760.186.449,00</b>	<b>736.190.562,97</b>	<b>705.234.823,46</b>	<b>704.867.202,02</b>	<b>23.995.886,03</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 24/01/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	702.961.885,00	760.186.449,00	736.190.562,97	705.234.823,46	704.867.202,02	23.995.886,03
TOTAL	702.961.885,00	760.186.449,00	736.190.562,97	705.234.823,46	704.867.202,02	23.995.886,03

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.568.100,16	13.537.083,59	12.279.923,07	12.162.424,84	849.021,53	4.093.737,38
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.568.100,16	13.537.083,59	12.279.923,07	12.162.424,84	849.021,53	4.093.737,38
DESPESAS DE CAPITAL	12.795.307,75	16.766.699,24	23.280.287,42	21.552.331,85	1.701.685,60	6.307.989,54
Investimentos	12.795.307,75	16.766.699,24	23.280.287,42	21.552.331,85	1.701.685,60	6.307.989,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	16.363.407,91	30.303.782,83	35.560.210,49	33.714.756,69	2.550.707,13	10.401.726,92

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	193.573,00	6.230.655,08	5.910.964,67	4.227,92	509.035,49
Pessoal e Encargos Sociais	-	63.511,72	63.511,72	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	193.573,00	6.167.143,36	5.847.452,95	4.227,92	509.035,49
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.897.645,85	1.897.645,85	-	-
Investimentos	-	1.897.645,85	1.897.645,85	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	193.573,00	8.128.300,93	7.808.610,52	4.227,92	509.035,49



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 24/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>25.461.700,82</b>	<b>34.048.801,43</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.966.385,09</b>	<b>38.296.740,36</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.366.523,88	8.304.916,52	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11.693.763,03	25.449.362,46	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.594.363,15	7.790.891,25
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	401.413,91	294.522,45	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	372.021,94	30.505.849,11
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>334.320.733,88</b>	<b>295.800.157,86</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>2.966.385,09</b>	<b>38.296.740,36</b>
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
<b>Imobilizado</b>	<b>333.951.547,97</b>	<b>295.553.392,80</b>			
Bens Móveis	100.484.080,40	98.710.688,42			
Bens Móveis	132.552.243,57	124.112.528,73			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-32.068.163,17	-25.401.840,31			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	233.467.467,57	196.842.704,38			
Bens Imóveis	233.907.589,59	196.874.806,12			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-440.122,02	-32.101,74			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>369.185,91</b>	<b>246.765,06</b>			
Softwares	369.185,91	246.765,06			
Softwares	378.047,13	408.558,48			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-8.861,22	-161.793,42			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2010	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMIÇÃO 24/01/2017	PÁGINA 2
----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>359.782.434,70</b>	<b>329.848.959,29</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>359.782.434,70</b>	<b>329.848.959,29</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>13.366.523,88</b>	<b>22.666.825,00</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>42.334.600,03</b>	<b>84.820.855,31</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>346.415.910,82</b>	<b>307.182.134,29</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>143.797,69</b>	<b>142.627,69</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>317.304.036,98</b>	<b>244.885.476,29</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>28.182.732,55</b>	<b>27.130.730,21</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>110.477.498,75</b>	<b>139.736.829,75</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	28.182.732,55	27.130.730,21	Execução dos Atos Potenciais Passivos	110.477.498,75	139.736.829,75
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	359.833,53	366.760,99	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	26.687.913,02	25.628.983,22	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	2.634.131,14	592.681,56
Direitos Contratuais a Executar	1.134.986,00	1.134.986,00	Obrigações Contratuais a Executar	107.843.367,61	139.144.148,19
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>28.182.732,55</b>	<b>27.130.730,21</b>	<b>TOTAL</b>	<b>110.477.498,75</b>	<b>139.736.829,75</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.486.608,62
Recursos Vinculados	-24.481.467,53
Educação	-28.451.245,09
Seguridade Social (Exeto RGPS)	-2.742.169,65
Alienação de Bens e Direitos	99.838,80
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	7.453.338,37
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-841.229,96
<b>TOTAL</b>	<b>-28.968.076,15</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2010

PERÍODO  
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO  
24/01/2017

PÁGINA  
1

SUBTÍTULO 20283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>33.617.812,87</b>	<b>23.117.897,35</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>794.472.553,50</b>	<b>829.993.196,74</b>
Receitas Derivadas e Originárias	26.113.251,61	21.673.524,00
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	806.029,56	439.344,12
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	25.158.212,09	20.850.157,36
Remuneração das Disponibilidades	5.212,51	211.875,41
Outras Receitas Derivadas e Originárias	143.797,45	163.147,11
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	768.359.301,89	808.319.672,74
Ingressos Extraorçamentários	805.586,09	32.415,07
Transferências Financeiras Recebidas	767.553.715,80	808.186.781,00
Demais Recebimentos	-	100.476,67
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-760.854.740,63</b>	<b>-806.875.299,39</b>
Pessoal e Demais Despesas	-642.897.365,50	-604.568.712,66
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-151.652.572,80	-130.940.593,04
Saúde	-2.201.567,00	-29.733.326,19
Trabalho	-	-
Educação	-489.038.216,98	-443.879.713,54
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-15.079,89
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2016

PERÍODO  
Anual

EMISSION  
24/01/2017

PAGINA  
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-5.008,74	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-74.837.159,42	-71.152.465,18
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-74.445.094,46	-70.416.368,60
Outras Transferências Concedidas	-392.064,96	-736.096,58
Outros Desembolsos das Operações	-43.120.215,71	-131.154.121,55
Despêndios Extraorçamentários	-805.586,09	-711.469,62
Transferências Financeiras Concedidas	-42.314.629,62	-130.442.651,93
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-28.556.205,51</b>	<b>-29.706.343,52</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>99.838,80</b>	<b>53.299,00</b>
Alienação de Bens	99.838,80	53.299,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-28.656.044,31</b>	<b>-29.759.642,52</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-28.609.390,10	-29.641.427,98
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-46.654,21	-118.214,54
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 24/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.061.607,36	-6.588.446,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.304.916,52	14.893.362,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	13.366.523,88	8.304.916,52



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 24/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>843.796.025,81</b>	<b>883.778.716,38</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	<b>25.964.317,15</b>	<b>21.351.800,48</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	<b>25.964.317,15</b>	<b>21.351.800,48</b>
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	<b>230.162,23</b>	<b>211.875,41</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	<b>224.049,72</b>	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	<b>5.212,51</b>	<b>211.875,41</b>
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	<b>769.643.670,50</b>	<b>808.528.007,37</b>
Transferências Intragovernamentais	<b>767.553.715,80</b>	<b>808.186.781,00</b>
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	<b>2.089.954,70</b>	<b>341.228,37</b>
Valorização e Ganhos e/ Ativos e Desincorporação de Passivos	<b>47.714.239,68</b>	<b>53.523.886,01</b>
Reavaliação de Ativos	<b>6.705.457,08</b>	<b>7.906.509,79</b>
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	<b>11.272.792,91</b>	<b>94.936,02</b>
Ganhos com Desincorporação de Passivos	<b>29.735.989,69</b>	<b>45.522.440,20</b>
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	<b>243.636,25</b>	<b>163.147,11</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2010	PERÍODO Anual
EMISSION 24/01/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	243.636,25	163.147,11
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>778.532.195,13</b>	<b>902.312.096,78</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>459.451.939,93</b>	<b>431.062.355,43</b>
Remuneração a Pessoal	356.216.305,40	338.375.277,34
Encargos Patronais	72.149.985,45	70.280.706,96
Benefícios a Pessoal	31.050.672,49	22.426.371,13
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	34.976,59	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>151.989.374,63</b>	<b>131.371.419,40</b>
Aposentadorias e Reformas	133.424.160,73	115.601.669,84
Pensões	18.400.651,83	15.491.189,97
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	164.562,07	188.559,59
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>83.530.777,37</b>	<b>102.416.197,95</b>
Uso de Material de Consumo	4.716.473,28	15.645.412,47
Serviços	71.472.833,94	79.853.281,01
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.341.470,15	6.917.504,47
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>413.124,25</b>	<b>9.400,08</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	413.048,75	9.400,08
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	75,50	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>42.432.803,81</b>	<b>137.485.551,12</b>
Transferências Intragovernamentais	42.314.629,62	130.442.651,93
Transferências Intergovernamentais	-	10.000,68
Transferências a Instituições Privadas	51.939,82	44.026,52
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	9.730,00	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	56.504,37	6.988.871,99
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>17.070.107,88</b>	<b>77.658.950,16</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	2.860,92	48.618.125,93
Desincorporação de Ativos	17.067.246,96	29.040.824,23



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 24/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	<b>2.219.749,64</b>	<b>198.821,90</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.989,88	2.585,80
Contribuições	2.205.759,78	196.236,10
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>21.424.317,62</b>	<b>22.109.400,74</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	19.932.690,01	19.745.261,51
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.491.627,61	2.364.139,23
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>65.263.830,68</b>	<b>-18.533.380,40</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

## BALANÇO PATRIMONIAL

Conforme demonstrado abaixo, a diferença de demais créditos refere-se ao valor do sub-repasse concedido diferido de exercício de 2015, sendo os demais créditos de 2016, R\$ 3.915.093,77 de adiantamento de férias e 13 salário; R\$ 6.895.660,45 de adiantamento de convenio, ainda com suas prestações de contas pendentes para posterior regularização da conta e créditos por danos ao patrimônio no valor de R\$ 883.008,81 corrigidos mensalmente, cujo processo se encontra em tramitação judicial para o recebimento.

### Quadro 61–Ativo Circulante

	2016	2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>25.461.700,82</b>	<b>34.048.801,43</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.366.523,88	8.304.916,52
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11.693.763,03	25.449.362,46
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	401.413,91	294.522,45
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-

Fonte: PRAD

Houve uma diminuição na amortização do intangível de aproximadamente 94%, devido a apuração do valor líquido dos softwares com vida útil definida.

### Quadro 62 - Intangível

	2016	2015	AH%
<b>Intangível</b>	<b>369.185,91</b>	<b>246.765,06</b>	49,61%
Softwares	369.185,91	246.765,06	49,61%
Softwares	378.047,13	408.558,48	-7,47%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-8.861,22	-161.793,42	-94,52%

Fonte: PRAD

No balanço patrimonial verifica-se que também que em 31/12/2016, que o Órgão 26283 apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.594.363,15 relacionados com fornecedores e contas pagar de obrigações a curto.

### Quadro 63 – Saldo Aberto no Balanço Patrimonial

Conta Contábil	dez/16	dez/15	AH%
Curto Prazo	2.594.363,15	7.790.891,25	-66,70%

Fonte: PRAD

A queda em relação ao mesmo período de 2015 se deu graças ao maior fluxo financeiro de liberação pela SPO/MEC à partir do segundo semestre de 2016.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes de fornecedores do Órgão 26283 e contas a pagar na data base de 31/12/2016.

Quadro 64 – Unidades Gestoras/Contas a Pagar

UG		dez/16	AV%
150160	PROGRAMA DE ASSISTENCIA A SAUDE DA UFMS	142.627,69	5,50%
154054	FUNDACAO UNIVERS.FED. DE MATO GROSSO DO SUL	711.764,29	27,44%
154357	HOSPITAL UNIVERSITARIO MARIA AP. PEDROSSIAM	1.739.971,17	67,06%
	TOTAL	2.594.363,15	100,00%

Fonte: PRAD

O maior percentual 67,06 %da unidade gestora 154357 se dá pela liquidação da despesa em 27/12/16 do processo 23447.001118/2012-53 no valor bruto de R\$ 1.372.890,00 referente NF 1566 aquisição de equipamento de hemodinâmica com poligrafo na fonte 0151122883.

O valor referente a unidade gestora 150160 no percentual de 5,50% refere-se a valor indevido de lançamento de reconhecimento de dívida em duplicidade e identificado após o fechamento de 2016, na qual será cancelado no exercício 2017 e não será informado nos quadros abaixo nos fornecedores mais significativos.

Em 31/12/2016 o Órgão 26283 possuía um saldo de R\$107.843.367,61 relacionados a obrigações contratuais, cujas parcelas de contratos serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s), na qual a tabela abaixo demonstra a composição do saldo.

Quadro 65 – Obrigações Contratuais

Obrigações Contratuais	31/12/2016	31/12/2015	AH%	AV%
Fornecimento de Bens	4.724.655,91	7.522.632,36	-37,19%	4,38%
Seguros	35.996,02	30.493,21	18,05%	0,03%
Alugueis	37.299,36	126.775,86	-70,58%	0,03%
Serviços	103.045.416,32	131.464.246,76	-21,62%	95,55%
Total	107.843.367,61	139.144.148,19	-22,50%	100,00%

Fonte: PRAD

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria 95,55% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/12/2016.

Embora tenha ocorrido contratos novos e pagamento das parcelas do exercício, houve uma queda de 22,50% devido as anulações de saldos de contratos vencidos em exercícios anteriores, o que não representa ainda o valor de R\$ 107.843.367,61 em execução, o saldo real do órgão 26283, uma vez que ainda estamos com análises e providencias dos cancelamentos de contratos vencidos para o exercício de 2017.

## DEMONSTRATIVO FLUXO DE CAIXA E BALANÇO FINANCEIRO

O ingresso de receitas recebidas pelo órgão através de GRU teve um aumento total de 20,48% em relação ao exercício anterior, como demonstrado no quadro abaixo, dentro do grupo podemos verificar aumentos significativos e quedas significativas, como por exemplo receita patrimonial (receitas de aluguel) que teve aumento de 83,46% devido a um acordo com o banco HSBC Bank Brasil na qual foi antecipado 2 anos de alugueis, no montante de R\$ 360.000,00 recebidos pelo órgão em março de 2016, contrato 11/2016 cuja vigência vai até 07/03/2021, a queda de 97,54% na receita de remuneração devida a não aplicação dos recursos próprios e o aumento da receitas de serviços que se refere à contribuições dos servidores ativos e inativos no Programa de Assistência à Saúde no valor R\$ 22.244.848,76 e serviços administrativos no valor de R\$ 2.913.363,33 cujo aumento ocorreu devido ao reajuste nas contribuições do programa de saúde.

Quadro 66 – Receitas Derivadas e Originárias

	2016	2015	AH%
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>26.113.251,61</b>	<b>21.673.524,00</b>	<b>20,48%</b>
Receita Tributária	-	-	
Receita de Contribuições	-	-	
Receita Patrimonial	806.029,56	439.344,12	83,46%
Receita Agropecuária	-	-	
Receita Industrial	-	-	
Receita de Serviços	25.158.212,09	20.859.157,36	20,61%
Remuneração das Disponibilidades	5.212,51	211.875,41	-97,54%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	143.797,45	163.147,11	-11,86%

Fonte: PRAD

Os outros ingresso referem-se aos recursos recebidos da LOA , de convênios com outros órgãos e também com ganhos com incorporações de doações móveis e imóveis, com reavaliações dos mesmos.

Quadro 67 – Outros Ingressos das operações

	2016	2015	AH%
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>768.359.301,89</b>	<b>808.319.672,74</b>	<b>-4,94%</b>

Fonte: PRAD

A porcentagem geral das despesas em relação ao exercício anterior foi insignificativo 6,34% em relação as despesas finais, mas entre o grupo ocorreram aumentos em pessoal (devido novas contratações e reajuste salarial). O que teve uma baixa significativa foram as despesas referente à Saúde, devido o contrato 251/2013 do órgão com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, onde quase que a totalidade das despesas do hospital universitário foram realizadas na unidade gestora 155124/26443 do órgão EBSE RH, somente o repasse do Fundo Nacional de Saúde que entrou no órgão 26283(FUFMS) e foi repassado para a essa unidade gestora, devido ao contrato entre a EBSE RH e o Fundo Nacional de Saúde ocorrer somente no final do exercício, ficando no órgão 26283 somente despesas com reconhecimento de dividas e judiciais e alguns restos a pagar de exercícios anteriores.

Quadro 68 – Pessoal e Demais Despesas

	2016	2015	AH%
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-642.897.365,50</b>	<b>-604.568.712,66</b>	6,34%
Previdência Social	-151.652.572,80	-130.940.593,04	15,82%
Saúde	-2.201.567,00	-29.733.326,19	-92,60%
Trabalho	-	-	
Educação	-489.038.216,96	-443.879.713,54	10,17%
Cultura	-	-	
Direitos da Cidadania	-	-15.079,89	
Desporto e Lazer	-5.008,74	-	

Fonte: PRAD

A diferença entre o ingresso e o desembolso do exercício foi de 45,42% a mais que o exercício anterior, devido a maior arrecadação própria, ganhos com doação de imóveis e móveis.

Quadro 69 – Fluxos de Caixa das atividades das operações

	2016	2015	
<b>Fluxos de Caixa das Atividades das Operações</b>	33.617.812,87	23.117.897,35	45,42%

Fonte: PRAD

A geração líquida de caixa teve um aumento em relação ao exercício anterior de 176,83% , foi devido ao aumento de arrecadação, a liberação dos recursos financeiros pelo governo e pela reserva técnica do Programa de Assistência a Saúde- PAS.

#### Quadro 70 – Geração Líquida de Caixa

	2016	2015	
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	5.061.607,36	-6.588.446,17	-176,83%
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>	8.304.916,52	14.893.362,69	-44,24%
<b>Caixa e Equivalente de Caixa Final</b>	13.366.523,88	8.304.916,52	60,95%

Fonte: PRAD

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Receita de serviços foi estimada em R\$ 6.135.890,00 e durante o exercício foi verificado que haveria frustração da receita, onde foi alterado o 2 e 3 momento da receita no simec para R\$ 1.444.112,00, completando no final do exercício o realizado de R\$ 1.406.782,82.

Em relação a receita de assistência a saúde, o valor estimado de R\$ 20.776.027,00 foi ultrapassado para R\$ 22.244.848,76, devido ao reajuste das contribuições dos assegurados no Programa de Assistência a Saúde -PAS/UFMS.

Aumento nas indenizações e restituições foi devido a maiores devoluções de exercícios anteriores ao erário.

Nas despesas, a diferença da dotação atualizada com as despesas empenhadas em outras despesas correntes, parte foi pela frustração da receita própria arrecadada.

### VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Os rendimentos de aplicações tiveram uma baixa de 97,54% em relação ao exercício anterior devido a retirada dos valores da conta limite de saque fonte 0250( recursos próprios) da aplicação.

Os ganhos de incorporações de ativos representados por 11.774,09% em relação ao exercício anterior refere-se:

-R\$ 1.153.628,80 doação pelo município de Paranaíba -MS de um terreno denominado Fazenda Clara da Luz com 1.108 há

-R\$ 9.778.615,60 doação pelo município de Campo Grande -MS de um terreno no Carandá Bosque III com área de 28.227,63m2

-R\$35.107,82 doação de um terreno em Chapadão do Sul com 3 ha, doado pela Empresa Reichert Agropecuária Ltda.

-R\$ 305.440,69 refere-se a transferência do saldo de adiantamento salarial dos servidores da unidade gestora 154357(NHU) para a 154054(FUFMS), devido transferência da folha de pagamento.

Aumento de 4.294,10% em juros e multas de mora, sendo que a maior parte R\$ 368.947,92 refere-se ao processo 23104.007819/2016-19 auto de infração relativo à contribuição previdenciária não retida na fonte por tomadora de serviço mediante cessão de mão de obra na unidade gestora 154357(NHU), cujo processo se encontra em procedimento de cobrança judicial.

Aumento das contribuições de 1.024,03% devido alteração de conta contábil nas liquidações de despesas da folha de pagamento.

## ANEXO II-DECLARAÇÃO HUMAP



# DECLARAÇÃO

Declaro para fins de atendimento ao Relatório de Gestão – ano base 2016 da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que as atividades desenvolvidas na UG 155124 / Gestão 26443 – HUMAP/UFMS – Filial EBSE RH serão reportadas à EBSE RH/SEDE para fins de elaboração do Relatório de Gestão e que as atividades desenvolvidas na UG 154357 / Gestão 15269 – NHU/UFMS já constam do rol de informações disponibilizadas à Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças da UFMS para esse fim.

Campo Grande, MS, 20 de fevereiro de 2017.

**Andréia C. M. B. Antoniolli Silva**  
Superintendente do HUMAP/UFMS – Filial da EBSE RH  
Ordenadora de Despesas

---

**Superintendência - Fone (67) 3345- 3000**  
**Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP-UFMS – Filial da EBSE RH**  
Av. Senador Filinto Muller, 355 – Cidade Universitária – Vila Ipiranga - Campo Grande-MS – 79080-190.

**PARECER OU RELATÓRIO  
DA UNIDADE DE  
AUDITORIA INTERNA**

## **Parecer ou relatório da unidade de Auditoria Interna**

Cumprе ressaltar que, de acordo com o inciso I, do art. 8º da Decisão Normativa-TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, o relatório e parecer da unidade de auditoria interna é peça suplementar integrante do relatório de gestão do órgão ou entidade em que se insere a unidade prestadora da conta, devendo contemplar a síntese das avaliações e dos resultados que fundamentaram a opinião.

A unidade de Auditoria Interna é o órgão de assessoramento da Instituição, com orientação normativa e supervisão técnica do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme assevera o art. 15, do Decreto nº 3.591/2000, tendo como função básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito da UFMS aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A IN/SFC-MF N.º 01, de 06 de abril de 2001, disciplina no capítulo X, as atividades específicas quando trata sobre as Unidades de Auditoria Interna das Entidades da Administração Indireta, define Auditoria Interna como um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada.

A unidade de Auditoria Interna (AUD/Coun) da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul possui regulamento próprio e específico aprovado pela Resolução Coun 70, de 25 de setembro de 2014, que define sua missão, responsabilidades, atribuições, composição e estrutura, bem como a formalização de políticas de funcionamento da unidade de auditoria interna, podendo ser consultada na Internet a partir do Boletim de Serviços da UFMS, disponível em <https://bse.ufms.br/>, e na página da unidade em <https://www.ufms.br/universidade/auditoria-interna/>.

Atualmente, a unidade está subordinada ao Conselho Universitário, conforme Resolução (Coun) nº 8, de 23 de março de 2016, preservando a independência dos trabalhos desenvolvidos, que é uma das diretrizes das normas internacionais de auditoria e em conformidade com o Decreto 3.591/2000.

Dentre suas atribuições, cabe à AUD/Coun elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint do exercício seguinte, que contem a programação das ações desenvolvidas pela Unidade baseada em análise das maiores áreas de risco da universidade bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint, que serão encaminhados ao Órgão ou à Unidade de Controle Interno que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2016.

Os trabalhos realizados pela AUD/Coun da UFMS foram de grande relevância no exercício de 2016, resultando no fortalecimento na melhoria dos controles internos desta Instituição.

### **AValiação da Capacidade de os Controles Internos Administrativos da UFMS Identificarem, Evitarem e Corrigirem Falhas e Irregularidades, Bem como de Minimizar Riscos Inerentes aos Processos Relevantes**

Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem, por força constitucional, implantar, manter, monitorar e revisar controles internos institucionais, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público.

O fortalecimento dos controles internos dentro da Universidade vem aumentando gradativamente ao longo dos anos, decorrente de vários processos internos. O nível de aprendizado organizacional, diante dos preceitos da transparência, responsabilidade social, responsabilização do agente público e ética administrativa tem sido evidente.

A administração vem mostrando proatividade diante das recomendações da Auditoria Interna e dos órgãos de controle, fazendo uso de sistemas de gerenciamento de informação em todas as áreas operacionais, elaborando normativos para controlar a execução de atividades institucionais, e disponibilizando, com bastante transparência, dados para o acompanhamento da gestão da coisa pública no âmbito da Universidade.

Não foram constatados atos e fatos que comprometeram ou causaram prejuízos relevantes ao patrimônio público decorrentes da ausência ou fragilidades dos controles.

Destaca-se como pontos fortes dos componentes de controles internos avaliados a informação e a comunicação. Observa-se, também, que existe na UFMS um nível razoável de segregação de funções, sobretudo na distribuição de competências entre as Coordenadorias e suas respectivas Divisões ou setores, que são responsáveis por controlar e executar pontualmente determinadas ações institucionais.

No entanto, ressalta-se que a principal ausência diagnosticada na estrutura de controle está relacionada à identificação, avaliação, classificação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às atividades institucionais pelos setores envolvidos, de modo que necessita de pronto melhoramento para minimizar a ocorrência de riscos.

Outra deficiência diagnosticada na estrutura de controle avaliada está relacionada à ausência de formalização das rotinas e atividades de controle dos setores, por meio de documento formal que estabeleça o mapeamento dos processos desenvolvidos nas unidades, e a sua ampla divulgação.

Contudo, é importante mencionar que uma quantidade expressiva de recomendações relacionadas ao fortalecimento dos controles internos sobre a evasão e retenção estudantil, encargos da docência, regime disciplinar, restos a pagar, PNAES, e fiscalização de obras, ainda carecem de implementação pela Administração, o que ensejará acompanhamento no exercício de 2017, para que as fragilidades sejam devidamente sanadas.

De maneira geral, observou-se que os controles internos atualmente existentes na UFMS reputam-se adequados, com ressalvas, tendo em vista a existência de falhas sanáveis.

## **DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES GERENCIAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELA AUDITORIA INTERNA**

Durante a elaboração dos relatórios de auditoria são feitas algumas recomendações, as quais são encaminhadas para cada setor analisado para conhecimento e para a adoção de providências, e, também, à Reitoria e à Controladoria Geral da União – CGU para conhecimento. Almejando contribuir na otimização das atividades realizadas, a Auditoria Interna orienta a implementação de algumas medidas voltadas para minimizar as fragilidades percebidas no decorrer dos trabalhos, dando prazo para a adoção das providências mediante Plano de Ação, onde a unidade informa quando e quais medidas serão implementadas para mitigar as falhas apontadas, ainda que parcialmente, bem como justificativas a respeito do que não venha a ser integralmente implementado.

Ultimadas as medidas a cargo das unidades da UFMS durante o exercício, as recomendações atendidas e as pendentes de atendimento são consolidadas no Relatório Anual da Auditoria Interna a ser apreciado em Reunião do Conselho Universitário, e posteriormente encaminhados à CGU/MS.

Ao final das auditorias, é protocolado um processo administrativo com todos os papéis de trabalho, inclusive o relatório, o qual é arquivado na Auditoria Interna e disponível a quem se interessar ou necessitar de maiores esclarecimentos sobre os documentos que fundamentaram as opiniões ali exaradas.

A Auditoria Interna tem direito a voz nas reuniões do Conselho Universitário para tratar dos Relatórios de Auditoria realizados, dando conhecimento a todos os seus membros sobre o teor

dos trabalhos desenvolvidos e orientações preventivas quanto aos Achados de Auditoria registrados. Esta rotina somente foi adotada após a vinculação da unidade ao Conselho Universitário.

O acompanhamento das recomendações não atendidas, ou de cumprimento futuro, permanece no exercício seguinte e é verificado nas fiscalizações posteriores.

Apesar de inexistir sistema específico, o controle das recomendações é feito através de planilhas de Excel, onde são observadas as recomendações implantadas e as pendentes de implantação. Por meio dessa planilha também é possível acompanhar os prazos concedidos para os setores tomarem as providências necessárias para sanar as fragilidades encontradas nas auditorias.

Foi solicitada ao Núcleo de Tecnologia da Informação da UFMS a instalação do Sistema de Auditoria Interna – SIAUDI, software público desenvolvido pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, no entanto, foi verificado que o referido software é homologado apenas para o sistema operacional Linux (Ubuntu 14.04.2), e portanto não pôde ser instalado nas máquinas da UFMS, que possuem apenas sistema operacional Windows.

## **INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DAS AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA REALIZADAS**

Entre as auditorias e fiscalizações realizadas no Paint/2016, e das competências da unidade previstas no regulamento da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução COUN 70, de 25 de setembro de 2014, merecem destaques o acompanhamento das recomendações e determinações da CGU e TCU, e a atuação da AUD/COUN como unidade interlocutora das informações apresentadas a esses órgãos de controle, avaliando as respostas, no ponto de vista técnico, orientando quanto às providências a serem adotadas em atendimento às recomendações ou determinações.

Quanto ao assessoramento à Administração, a AUD/COUN presta orientações acerca da jurisprudência e decisões do TCU, mediante consultas formalizadas ou não, e o apoio técnico a reuniões, propondo-se a adoção de medidas corretivas ou preventivas, e de modo a evitar futuras penalidades de gestores ou máculas nas contas da Universidade, além da manifestação em processos ou consultas formalizadas, com a finalidade de prestar orientações sobre a adequação e a efetividade dos controles interno administrativos, gestão de riscos e demais assuntos afetos a sua competência. Também confere ampla divulgação às unidades da UFMS acerca das atualizações normativas e assuntos de interesse institucional publicados no Diário Oficial da União e nos informativos do Tribunal de Contas da União – TCU.

Na área de correição, compete à AUD/COUN coordenar o registro das informações referentes aos processos disciplinares e sindicâncias da UFMS no Sistema CGU-PAD, acompanhando os prazos estabelecidos e os resultados finais dos processos, bem como prestar orientações relevantes à eficiência e efetividade dos trabalhos realizados pelas comissões e autoridades competentes. Da mesma forma, acompanha a implementação das ações relativas às denúncias recebidas pela Ouvidoria da UFMS.

Durante o exercício de 2016, foram realizadas auditorias nas áreas da gestão financeira, patrimonial e suprimentos de bens e serviços, gestão de pessoas, gestão operacional, gestão acadêmica, e gestão sustentável, onde foram desenvolvidos exames e avaliações na regularidade dos procedimentos licitatórios na modalidade Pregão, regime de dedicação exclusiva e encargos docentes, afastamentos para exercício de mandato eletivo, concessão de adicional de insalubridade, canais de atendimento ao cidadão, regime disciplinar, Plano de Logística Sustentável, controles internos da unidade de almoxarifado, restos a pagar, e gestão de riscos dos principais macroprocessos da UFMS, consubstanciados em 10 (dez) Relatórios de Auditoria.

Para o levantamento dos dados, escopo e amostra analisada, foram considerados os critérios de materialidade, relevância e criticidade, com destaque para a vinculação finalística desta fundação educacional.

## INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE A EXECUÇÃO DO PAINT E RESULTADOS OBTIDOS

Das 24 ações planejadas no Plano Anual de Auditoria Interna – Paint 2016, 83,3% foram realizadas, ou seja, 20 ações. Sendo que os 16,7% restantes não foram realizados devido a execução de outros trabalhos, de igual importância e a pedido da Administração Superior, que demandaram maior tempo e pessoal.

Ações Planejadas no Paint 2016			
Nº Ação	Ação	Situação	Objetivo e síntese dos resultados obtidos
<b>1. Área de Controle da Gestão</b>			
1.1	Elaboração e apresentação RAINIT 2015	Realizada	Cumprimento da IN/CGU nº 24, DE 17/11/2015, para dar conhecimento à CGU/MS das ações de auditoria planejadas na UFMS.
1.2	Apresentação PAINT 2016	Realizada	Cumprimento da IN/CGU nº 24, DE 17/11/2015, para subsidiar a melhoria na execução das atividades de auditoria.
1.3	Relatório de Gestão 2015	Realizada	Cumprimento da DN 146/2015 na elaboração do Relatório de Gestão de 2015.
1.4	Atuação da Controladoria Geral da União - CGU	Realizada	Acompanhamento das recomendações da CGU no sistema monitor, e atuação como unidade interlocutora das informações apresentadas a esses órgãos de controle, quando demandada.
1.5	Atuação do Tribunal de Contas da União - TCU	Realizada	Acompanhamento das diligências, recomendações e determinações do TCU, e a atuação como unidade interlocutora das informações apresentadas a esses órgãos de controle, quando demandada.
1.6	Relatórios de Auditoria	Realizada	Revisão, Análise e encaminhamento dos Relatórios de Auditorias elaborados pela equipe de auditoria.
1.7	Avaliação das Recomendações dos Relatórios de Auditoria Interna	Realizada	Acompanhamento das providências adotadas pela UFMS por meio de verificação de plano de ação sugerido e reuniões periódicas quando demandas.
1.8	Publicações no Diário Oficial da União e Boletim de Serviços da UFMS	Realizada	Encaminhamento de assuntos de interesse institucional, publicados no Diário Oficial da União, a fim de dar ampla divulgação às unidades interessadas; e verificação da regularidade das publicações do Boletim de Serviços da UFMS, bem como dos prazos dos atos oficiais, solicitando correções quando necessário.
1.9	Leitura e Estudo de Normativos Legais Seleccionados e Ementário De Gestão Pública	Realizada	Estudo e registro de ementário de Acórdãos e legislações publicadas no DOU, revistas e informativos dos Tribunais, e encaminhamento de orientações às unidades interessadas.
1.10	Cadastro de Procedimentos Disciplinares no CGU-PAD	Realizada	Registro das informações referentes aos processos disciplinares e sindicâncias da UFMS no Sistema CGU-PAD; acompanhamento dos prazos estabelecidos e dos resultados finais dos processos; emissão de orientações relevantes à eficiência e efetividade dos trabalhos realizados pelas comissões e autoridades competentes.
<b>2. Área de Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, e Suprimentos de Bens e Serviços</b>			
2.1	Veículos Oficiais	Não Realizada	Não foram realizados trabalhos de auditoria na área de Gestão de Transportes devido à execução de outros trabalhos prioritários, que demandaram maior tempo e pessoal.

2.2	Avaliação dos Controles Internos do Almoxarifado	Realizada	Avaliação objetiva quanto aos aspectos formais e legais atinentes ao cumprimento da missão institucional da unidade de almoxarifado, e visa promover a adoção de providências por parte da administração com relação às eventuais falhas e riscos identificados. Verificou-se, por meio do presente trabalho, que os seguintes aspectos contribuem para o alcance da missão da unidade: procedimentos e controles adotados para o recebimento e saída dos materiais adquiridos pela Universidade em conformidade com a legislação de regência, sendo respeitada a segregação de funções; modo de armazenagem dos materiais no depósito e dos materiais inflamáveis realizado de acordo com a norma aplicável; movimentação dos materiais e execução de inventário em consonância com a legislação de regência. Por outro lado, verificou-se que os seguintes aspectos constituem riscos para o atingimento da sua missão: fragilidades no sistema de segurança do depósito da Divisão do Almoxarifado; falhas relativas aos mecanismos de segurança do trabalho (servidores sem treinamento de prevenção a incêndio, ausência de sistema de climatização no interior do depósito); deficiência decorrente da falta de higienização do galpão em virtude da ausência de serviço periódico de dedetização.
2.3	Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios	Realizada	Avaliação objetiva quanto aos aspectos formais e legais das contratações efetuadas pela UFMS na modalidade Pregão Eletrônico visando o aprimoramento dos controles desenvolvidos pelas unidades envolvidas, e verificação dos processos com pendências ou possíveis riscos de fraude, apontados no Observatório da Despesa Pública – ODP da CGU. Não foram identificadas irregularidades ou falhas procedimentais na amostra verificada.
2.4	Cumprimento da Carga Horária e Concessão de Bolsa a servidores nas Ações da EAD	Não Realizada	Não foram realizados trabalhos de auditoria neste assunto devido à execução de outros trabalhos prioritários, que demandaram maior tempo e pessoal.
2.5	Avaliação da Execução de Convênios, Acordos, Ajustes, Termos, Parcerias ou outros Instrumentos	Não Realizada	Não foram realizados trabalhos de auditoria na área de gestão de convênios considerando que a Controladoria-Geral da União realizou auditoria nos convênios e contratos, oriundos de projetos de pesquisa, em duas oportunidades no exercício de 2016, sendo que esta unidade de Auditoria Interna atuou no acompanhamento das respostas das unidades e no cumprimento das recomendações, prestando informações e orientações adicionais.
2.6	Restos a Pagar	Realizada	Avaliar a situação geral e fundamentação legal das inscrições de Restos a Pagar - RP de despesas processadas e não processadas, tendo em vista o montante inscrito em RP no valor de R\$ 35.235.977,31 (trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais e trinta e um centavos). Analisou-se as inscrições, a fim de: evitar comprometimento da dotação orçamentária com ações pouco viáveis; evitar a prorrogação perene dos instrumentos que amparam a manutenção dos restos a pagar inscritos na condição de não processados não liquidados, em razão da ausência de restrição temporal para sua validade; obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); e avaliar a baixa de saldos irrisórios ou de obrigações que não serão cumpridas, e que deverão ser revisadas.
<b>3. Área de Pessoal</b>			
3.1	Trilhas de Auditoria de Pessoal – CGU	Realizada	Acompanhamento das respostas registradas no sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal da CGU, prestando as orientações pertinentes quando ao efetivo atendimento das recomendações.

3.2	Concessões de Adicionais de Insalubridade e Periculosidade	Realizada	Foram realizados levantamentos das concessões dos adicionais de insalubridade executados no âmbito da UFMS no que tange à conformidade legal, bem como à existência de rotinas formais de controle visando à atualização permanente dos registros dos servidores que fazem jus à aludida vantagem pecuniária e à prevenção da ocorrência de pagamentos indevidos. Verificou-se, por meio deste trabalho, que os seguintes aspectos constituem riscos no processo de concessão do Adicional de Insalubridade: ausência de segregação de funções no desempenho das atividades do setor; os dados referentes à concessão de adicionais não se encontram arquivadas nas pastas funcionais; falha na comunicação institucional quanto aos procedimentos e ritos processuais da concessão; inconsistências na informação e registros dos sistemas institucionais; e ausência de reavaliação dos servidores que assumem cargos comissionados.
3.3	Regularidade do Regime da Dedicação Exclusiva	Realizada	A pedido da Reitoria foi solicitado à AUD/Coun a avaliação da atuação dos docentes do magistério superior nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, e da gestão acadêmica do Campus de Aquidauana. Nesta oportunidade, optou-se, também, por avaliar a regularidade do regime de dedicação exclusiva destes docentes. Verificou-se, ao fim dos trabalhos, que diversos docentes não cumprem com os encargos mínimos de ensino de graduação, além de não desenvolver projetos de pesquisa e extensão na UFMS. Na análise de gerência privada e vínculos empregatícios com outros órgãos e empresas não foram identificadas irregularidades.
<b>4. Área Operacional</b>			
4.1	Avaliar os Resultados dos Projetos de Pesquisa	Não Realizada	Não foram realizados trabalhos de auditoria na área de gestão de pesquisa considerando que a Controladoria-Geral da União realizou auditoria nos convênios e contratos, oriundos de projetos de pesquisa, em duas oportunidades no exercício de 2016, sendo que esta unidade de Auditoria Interna atuou no acompanhamento das respostas das unidades e no cumprimento das recomendações, prestando informações e orientações adicionais. Além disso, optou-se por incluir esta ação no Paint 2017, na avaliação da gestão de riscos do macroprocesso finalístico “Pesquisa”.
4.2	Mapeamento de Riscos dos Processos das Áreas Estratégicas da Gestão de Pessoas e do Trabalho	Realizada	Optou-se, nessa oportunidade, por efetuar um levantamento preliminar dos principais macroprocessos da Universidade, e não somente da Gestão de Pessoas, por meio de questionamentos às unidades administrativas executoras, para assim conhecer o nível de maturidade de gestão de riscos e controles internos empregados. O resultado demonstrou que a UFMS, de maneira geral, carece de capacitação na área de riscos e mapeamento de processos, além de ser necessária a formalização de uma política de riscos institucional.
4.3	Avaliação da Ouvidoria	Realizada	Optou-se, nessa oportunidade, por avaliar os controles e eficácia dos canais de atendimento ao cidadão da UFMS, além da Ouvidoria, o E-Sic e a Comissão de Ética. Verificou-se, por meio do presente trabalho, que os seguintes aspectos contribuem para o alcance da missão da unidade: E-SIC e Ouvidoria eficientes e atuantes, com alto grau de satisfação entre os usuários; existência de Regulamento da Comissão de Ética da UFMS e Código de Ética profissional dos servidores em exercício na UFMS aprovados; canal estabelecido para recebimento de denúncia no âmbito da Comissão de Ética da UFMS em página própria da Comissão na internet. Por outro lado, verificou-se que os seguintes aspectos constituem riscos para o atingimento da sua missão: não publicação de nova Comissão de Ética da UFMS para o seu funcionamento e atuação efetiva; falta de divulgação do Código de Ética dos servidores da UFMS nas páginas institucionais; falta de participação da Comissão de Ética no processo correicional da UFMS.
<b>5. Reserva Técnica</b>			

5.1	Orientação / Assessoramento	Realizada	Participação de reuniões de busca de soluções e emissão de 58 (cinquenta e oito) manifestações da unidade em processos ou consultas formalizadas pelas unidades da Administração, em assuntos sobre a adequação e a efetividade dos controles interno administrativos, gestão de riscos e demais assuntos afetos a sua competência.
5.2	Capacitação e Treinamento da Equipe da Auditoria Interna	Realizada	Participação da equipe da AUD/Coun em treinamentos e capacitações: 01 oficina, 2 cursos presenciais, 6 cursos à distância, e 2 fóruns técnicos relacionados a área de atuação da AUD/Coun.

Fonte: Auditoria Interna

Já as ações abaixo foram realizadas sem previsão no Paint 2016:

Ações Realizadas e Não Planejadas no Paint 2016		
Nº Ação	Ação	Objetivo e síntese dos resultados obtidos
01	Gestão Acadêmica do campus de Aquidauana – CPAQ/UFMS	A pedido da Reitoria foi solicitado à AUD/Coun a avaliação da atuação dos docentes do magistério superior nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, e da gestão acadêmica do Campus de Aquidauana. Verificou-se que os seguintes aspectos constituem riscos para o atingimento dos objetivos institucionais: cursos com elevadas taxas de evasão e retenção; ausência de uma política institucional de controle que visa identificar, monitorar e prevenir a evasão discente e minimizar a retenção; Taxa de Sucesso na Graduação de 2015 abaixo da TSG média da UFMS nos cursos de Geografia – Licenciatura, Matemática, Administração, e Geografia – Bacharelado, sendo que os dois últimos sofreram redução drástica da TSG no período analisado; fragilidades nos instrumentos de controle dos Coordenadores de Curso na fiscalização da divulgação de notas e frequência de alunos no Siscad, nos prazos estabelecidos pelos normativos internos; disciplinas ministradas com carga horária inferior ao planejado, e previsão de aulas para os períodos matutino e vespertino, e sábado, que não constam nos quadros de horários divulgados no Campus.
02	Avaliação da regularidade das licenças para atividade política	Após o recebimento de denúncia pela PROGEP, a respeito de indícios de irregularidade em candidaturas de servidores ocupantes de cargos efetivos da UFMS, verificou-se a oportunidade de avaliar se licenças para atividade política concedidas estão respeitando as disposições do art. 86 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e da Lei Complementar nº 64/1990. Constatou-se que uma servidora, candidata ao cargo de vereadora, renunciou à sua candidatura, sem retornar ao serviço, em período que estava em afastamento remunerado. Ante o exposto, recomendou-se à PROGEP a apuração dos valores percebidos indevidamente pela docente, bem como a necessidade de se instituir práticas de controle no sentido de afastar a reincidência de situações como esta.
03	Avaliação do regime disciplinar da UFMS	A razão que motivou este trabalho foi o recebimento do ofício nº 15885/2016/GAB/CGU – Regional/MS, o qual a Corregedoria-Geral da União solicitou informações atualizadas acerca do andamento dos processos administrativos disciplinares em curso cadastrados no âmbito do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares CGU-PAD. Oportunamente, aproveitando a identificação de algumas irregularidades e fragilidades nos processos em curso, esta unidade de Auditoria Interna procedeu à análise das formalidades legais e dos controles implantados no regime disciplinar da UFMS, ampliando a amostra inicial solicitada pela CGU, e constatou que os seguintes aspectos constituem riscos para o atingimento da sua missão: descumprimento dos prazos processuais; falta de individualização processual; controles insuficientes no acompanhamento e monitoramento de sindicâncias e PADs instaurados no âmbito da UFMS; ausência de normas ou manuais definindo procedimentos e deveres dos agentes e setores envolvidos na condução processual; falta de capacitação de membros para atuarem nos processos disciplinares.

04	Avaliação do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS	<p>As razões que motivaram este trabalho estão relacionadas à oportunidade e relevância socioambiental, e o não cumprimento desta Ação que estava previsto no Paint 2015. A auditoria teve como objetivo avaliar o cumprimento dos normativos legais que regulamentam o PLS nas instituições federais, e verificar, principalmente: a existência do PLS; a existência da preocupação com uma gestão com Responsabilidade Socioambiental; a conformidade do Conteúdo Mínimo, dos Temas Mínimos e dos Tópicos Obrigatórios exigidos no PLS. Verificou-se, por meio deste trabalho, que a Instituição demonstra preocupação da gestão com a realização de boas práticas ambientais; direcionamento da gestão para a preocupação socioambiental; e práticas sustentáveis, que poderão ser alocados para investimento em sustentabilidade ou em outras áreas deficitárias da instituição. Por outro lado, verificou-se: a não inserção de ações específicas referentes a compras e contratações sustentáveis em obras, em serviços de vigilância, limpeza, telefonia e manutenção predial; descumprimento da divulgação semestralmente do planejamento e dos resultados do PLS; e ausência da exposição dos resultados medidos pelos indicadores nos relatórios semestrais.</p>
----	---	--

Fonte: Auditoria Interna

**RELATÓRIO DE  
INSTÂNCIA OU ÁREA DE  
CORREIÇÃO**

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Acumulação indevida de cargos	1
Assédio moral	10
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	2
Ausência ou impontualidade ao serviço	5
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	1
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	4
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	7
Descumprimento da Lei de Acesso à Informação	0
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	0
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	1
Desproporção entre patrimônio e renda	0
Desrespeito ao sigilo de informações	0
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	11
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou	12
Favorecimento próprio ou de terceiros	6
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	6

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 3  
Data da emissão do relatório: 09/02/2017  
Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO 01/01/2016 A 31/12/2016

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	2
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	5
Nepotismo	0
Reconhecimento de dívida	0
Representação de interesse particular junto à administração	3
Total de procedimentos sem assunto	0
Total	76

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

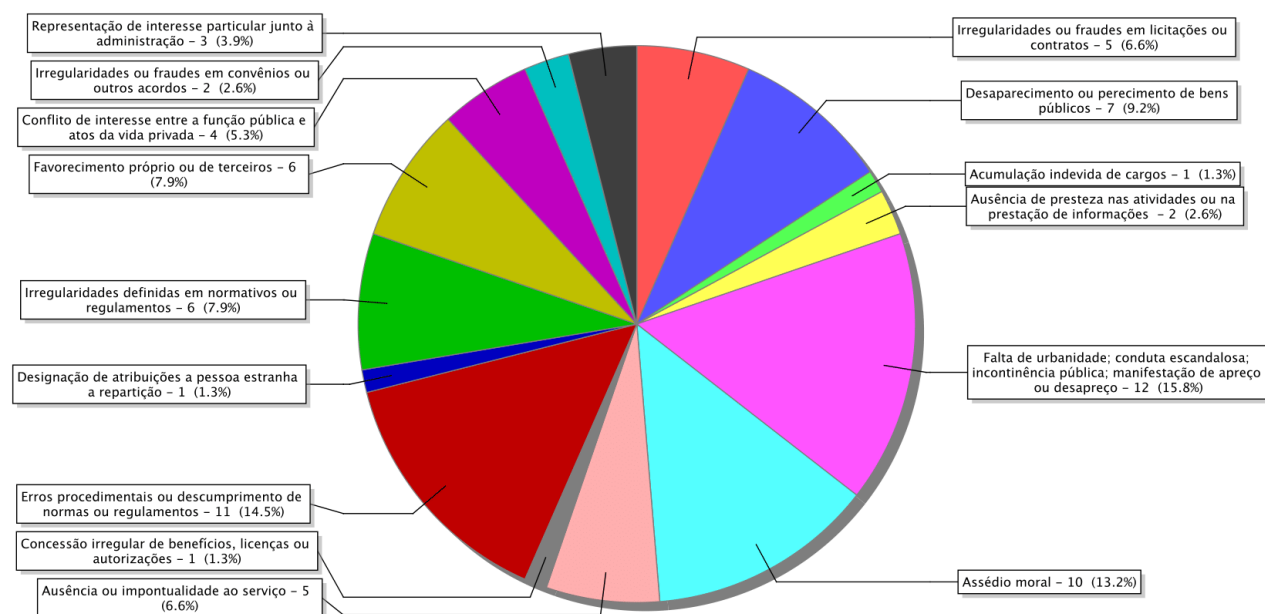
Página: 2 de 3

Data da emissão do relatório: 09/02/2017

Emitido por: Anne Caroline Silveira

## Gráficos

## Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 3 de 3  
Data da emissão do relatório: 09/02/2017  
Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

## Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	23
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	1
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	6
Total de Procedimentos "Julgados"	25
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	1
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	56

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23104000759201603	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	29/03/2016	Anulado por Decisão
23104002084201629	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	27/04/2016	Encaminhado para Julgamento
23104002778201666	Sindicância	04/05/2016	Encaminhado para Julgamento
23449000474201663	Sindicância	06/10/2016	Encaminhado para Julgamento
23104007681201640	Sindicância	24/10/2016	Encaminhado para Julgamento
23104007796201634	Sindicância	04/11/2016	Encaminhado para Julgamento
23449000529201635	Sindicância	30/11/2016	Encaminhado para Julgamento
23104005030201615	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	22/07/2016	Indiciamento/Citação/Defesa
23104000972201615	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	04/04/2016	Instauração/Instrução
23123003227201691	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	23/05/2016	Instauração/Instrução
23123004755201668	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	19/08/2016	Instauração/Instrução
23104001767201669	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	20/09/2016	Instauração/Instrução
23104007885201681	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	01/11/2016	Instauração/Instrução
23104008144201617	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	05/12/2016	Instauração/Instrução

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 3  
Data da emissão do relatório: 09/02/2017  
Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23104002972201561	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	08/12/2016	Instauração/Instrução
23104009039201603	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	16/12/2016	Instauração/Instrução
23448000243201589	Sindicância	27/01/2016	Instauração/Instrução
23104000969201693	Sindicância	23/02/2016	Instauração/Instrução
23104003442201611	Sindicância	31/05/2016	Instauração/Instrução
23449000408201693	Sindicância	16/08/2016	Instauração/Instrução
23448000586201624	Sindicância	19/09/2016	Instauração/Instrução
23104006838201610	Sindicância	28/09/2016	Instauração/Instrução
23104005295201613	Sindicância	04/10/2016	Instauração/Instrução
23104006496201212	Sindicância	05/10/2016	Instauração/Instrução
23104007904201679	Sindicância	10/10/2016	Instauração/Instrução
23449000483201654	Sindicância	18/10/2016	Instauração/Instrução
23104007983201618	Sindicância	28/10/2016	Instauração/Instrução
23456000187201664	Sindicância	21/11/2016	Instauração/Instrução
23104006642201625	Sindicância	23/11/2016	Instauração/Instrução
23104007575201585	Sindicância	24/11/2016	Instauração/Instrução
23104008946201627	Sindicância	05/12/2016	Instauração/Instrução
23104000459201616	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	02/02/2016	Processo Julgado
23104003957201530	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	29/03/2016	Processo Julgado
23104007598201590	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	29/03/2016	Processo Julgado
23104002402201571	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	01/04/2016	Processo Julgado
23104005056201582	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	11/04/2016	Processo Julgado
23104001768201611	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	10/06/2016	Processo Julgado
23448000050201617	Sindicância	05/02/2016	Processo Julgado
23449000073201611	Sindicância	17/02/2016	Processo Julgado
23448000076201657	Sindicância	18/02/2016	Processo Julgado
23104000972201615	Sindicância	24/02/2016	Processo Julgado
23104000214201699	Sindicância	01/03/2016	Processo Julgado
23104000217201622	Sindicância	01/03/2016	Processo Julgado
23104000238201648	Sindicância	01/03/2016	Processo Julgado
23104001514201695	Sindicância	10/03/2016	Processo Julgado
23104001729201614	Sindicância	17/03/2016	Processo Julgado
23104001767201669	Sindicância	21/03/2016	Processo Julgado
23104001768201611	Sindicância	24/03/2016	Processo Julgado

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 2 de 3  
Data da emissão do relatório: 09/02/2017  
Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23104002223201614	Sindicância	11/04/2016	Processo Julgado
23104002754201615	Sindicância	05/05/2016	Processo Julgado
23453000013201621	Sindicância	13/05/2016	Processo Julgado
23104001339201636	Sindicância	16/05/2016	Processo Julgado
23104003259201615	Sindicância	17/05/2016	Processo Julgado
23454000254201661	Sindicância	07/06/2016	Processo Julgado
23104005952201622	Sindicância	16/08/2016	Processo Julgado
23104007984201662	Sindicância	28/10/2016	Processo Julgado

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 3 de 3  
Data da emissão do relatório: 09/02/2017  
Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2016 A 31/12/2016

## Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Órgão: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados
Total Não-Indiciado:	16

Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Aginaldo Cardoso Nunes	32252218134	23104002402201571	Núcleo de Engenharia e Manutenção	MS	
Antonio Carlos Duenhas Monreal	48082929987	23104001768201611	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Bruno Peixoto Carvalho	01315477556	23456000143201553	Campus de Paranaíba	MS	
Cirilo Ribeiro	46027939168	23104001729201614	Faculdade de Odontologia	MS	
Daniel Anijar de Matos	92103995104	23104000238201648	Centro de Ciências Exatas e Tecnologia	MS	
Daniel Anijar de Matos	92103995104	23104000217201622	Centro de Ciências Exatas e Tecnologia	MS	
Dario Cesar Brum Arguello	48912182153	2310400223201614	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
David Alex Arancibia Suarez	23211525831	23104000238201648	Centro de Ciências Exatas e Tecnologia	MS	
David Alex Arancibia Suarez	23211525831	23104000217201622	Centro de Ciências Exatas e Tecnologia	MS	
Eduardo Ferrufino Guzman	97551732187	23104002084201629	Campus do Pantanal	MS	
Iliane Esnarriaga Sampaio	10284150100	23449000073201611	Departamento de Psicologia	MS	
Leandro Ferreira de Aguiar	03661772813	23104000459201616	Campus de Três Lagoas	MS	
Moacir Muniz Pereira Junior	03779537176	23104000214201699	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
osvaldo nunes barbosa	14333554187	23104005952201622	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Sebastião da Silva Nantes Filho	25015664168	23104002754201615	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 5

Data da emissão do relatório: 09/02/2017

Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2016 A 31/12/2016

Órgão: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul					
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016					
Quadro Consolidado					Nº Agentes Alcançados
Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Valdenildo dos Santos	01521333807	23448000183201502	Campus de Três Lagoas	MS	

Total Absolvido ou Arquivado: 2

Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Eduardo Pinto e Silva	10644989149	23104005056201582	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Jose Pereira	16435796149	23104005056201582	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	

Total Submetido a outro processo disciplinar: 8

Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Andrelisa Vendrami Parra	27397123830	23104003957201530	Departamento de Enfermagem	MS	
Antonio Carlos Duenhas Monreal	48082929987	23104001768201611	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	MS	
Bruno Brandoli Machado	00496578103	23454000254201661	Campus de Ponta Porã	MS	
Deiler Sampaio Costa	77377079649	23104000972201615	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia	MS	
Eduardo Pinto e Silva	10644989149	23104005056201582	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
José Pereira	16435796149	23104005056201582	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Luis Gustavo Oliveira Santos	04799553950	23104003259201615	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	MS	
Tancredo Aires	25029126104	23104005056201582	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	

Total Apenado: 3

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 2 de 5

Data da emissão do relatório: 09/02/2017

Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2016 A 31/12/2016

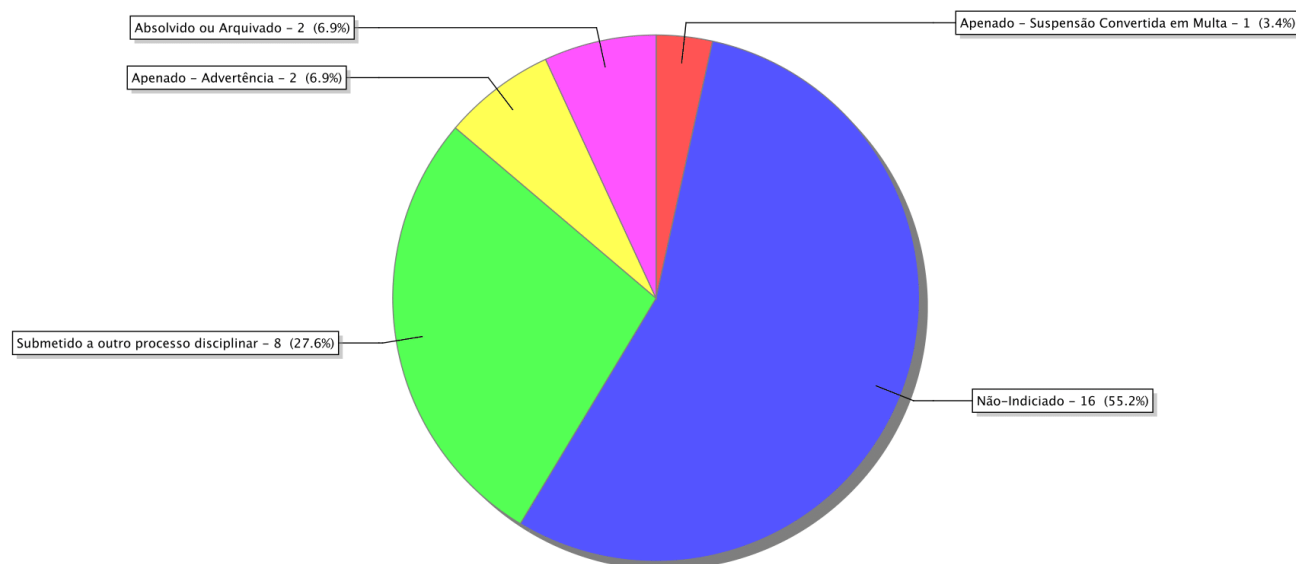
Órgão: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul					
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016					
Quadro Consolidado					Nº Agentes Alcançados
Advertência:					2
Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Sergio Pedrossian de Abrantes	27103471720	23104007598201590	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Tancredo Aires	25029126104	23104005056201582	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Suspensão:					0
Suspensão Convertida em Multa:					1
Quadro Detalhado - Agentes					
Nome	CPF	Número do Processo	Órgão/Sub-Órgão de Lotação	UF	Cargo
Jose Ivan Albuquerque Aguiar	07399073104	23104007458201279	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	MS	
Demissão de Cargo Efetivo:					0



## RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2016 A 31/12/2016

## Gráficos

## Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 5 de 5

Data da emissão do relatório: 09/02/2017

Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

## Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2016 a 31/12/2016
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	17
Total de Sindicâncias	39
Total de Procedimentos	56

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104000459201616	02/02/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000759201603	29/03/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104003957201530	29/03/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104007598201590	29/03/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002402201571	01/04/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000972201615	04/04/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005056201582	11/04/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002084201629	27/04/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23123003227201691	23/05/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104001768201611	10/06/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005030201615	22/07/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23123004755201668	19/08/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104001767201669	20/09/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104007885201681	01/11/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104008144201617	05/12/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002972201561	08/12/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104009039201603	16/12/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23448000243201589	27/01/2016	Sindicância
23448000050201617	05/02/2016	Sindicância
23449000073201611	17/02/2016	Sindicância
23448000076201657	18/02/2016	Sindicância
23104000969201693	23/02/2016	Sindicância
23104000972201615	24/02/2016	Sindicância
23104000214201699	01/03/2016	Sindicância
23104000217201622	01/03/2016	Sindicância
23104000238201648	01/03/2016	Sindicância
23104001514201695	10/03/2016	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 5  
Data da emissão do relatório: 09/02/2017  
Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104001729201614	17/03/2016	Sindicância
23104001767201669	21/03/2016	Sindicância
23104001768201611	24/03/2016	Sindicância
23104002223201614	11/04/2016	Sindicância
23104002778201666	04/05/2016	Sindicância
23104002754201615	05/05/2016	Sindicância
23453000013201621	13/05/2016	Sindicância
23104001339201636	16/05/2016	Sindicância
23104003259201615	17/05/2016	Sindicância
23104003442201611	31/05/2016	Sindicância
23454000254201661	07/06/2016	Sindicância
23104005952201622	16/08/2016	Sindicância
23449000408201693	16/08/2016	Sindicância
23448000586201624	19/09/2016	Sindicância
23104006838201610	28/09/2016	Sindicância
23104005295201613	04/10/2016	Sindicância
23104006496201212	05/10/2016	Sindicância
23449000474201663	06/10/2016	Sindicância
23104007904201679	10/10/2016	Sindicância
23449000483201654	18/10/2016	Sindicância
23104007681201640	24/10/2016	Sindicância
23104007983201618	28/10/2016	Sindicância
23104007984201662	28/10/2016	Sindicância
23104007796201634	04/11/2016	Sindicância
23456000187201664	21/11/2016	Sindicância
23104006642201625	23/11/2016	Sindicância
23104007575201585	24/11/2016	Sindicância
23449000529201635	30/11/2016	Sindicância
23104008946201627	05/12/2016	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 2 de 5  
Data da emissão do relatório: 09/02/2017  
Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

## Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2016 a 31/12/2016
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	9
Total de Sindicâncias	30
Total de Procedimentos	39

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104007458201279	06/05/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000626201548	01/08/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104002402201571	04/08/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23448000183201502	04/08/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104007598201590	19/09/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000459201616	31/10/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104001768201611	31/10/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005056201582	21/11/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104003957201530	07/12/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104003957201530	03/02/2016	Sindicância
23104007598201590	05/02/2016	Sindicância
23449000241201580	10/02/2016	Sindicância
23104005080201511	17/02/2016	Sindicância
23104002402201571	18/02/2016	Sindicância
23456000143201553	03/03/2016	Sindicância
23104000972201615	08/03/2016	Sindicância
23104005056201582	06/04/2016	Sindicância
23104005169201405	11/04/2016	Sindicância
23104003960201553	14/04/2016	Sindicância
23104000517201521	15/04/2016	Sindicância
23448000050201617	11/05/2016	Sindicância
23104001768201611	23/05/2016	Sindicância
23449000073201611	09/06/2016	Sindicância
23104002754201615	10/06/2016	Sindicância
23104003259201615	28/06/2016	Sindicância
23104002223201614	30/06/2016	Sindicância
23104001767201669	04/07/2016	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 3 de 5

Data da emissão do relatório: 09/02/2017

Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104001514201695	30/07/2016	Sindicância
23104000214201699	15/08/2016	Sindicância
23454000254201661	16/08/2016	Sindicância
23104000217201622	25/08/2016	Sindicância
23104000238201648	25/08/2016	Sindicância
23104005952201622	15/09/2016	Sindicância
23104006404201377	04/11/2016	Sindicância
23453000013201621	21/11/2016	Sindicância
23104001339201636	30/11/2016	Sindicância
23104008263201416	05/12/2016	Sindicância
23104007984201662	12/12/2016	Sindicância
23104001729201614	16/12/2016	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 4 de 5  
Data da emissão do relatório: 09/02/2017  
Emitido por: Anne Caroline Silveira

## RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS ADMINISTRATIVAMENTE

## Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2016 a 31/12/2016
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	1
Total de Sindicâncias	0
Total de Procedimentos	1

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104000759201603	13/07/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 5 de 5  
Data da emissão do relatório: 09/02/2017  
Emitido por: Anne Caroline Silveira

# **DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE**

DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

**DECLARAÇÃO**

Eu, Rafaella de Souza Gabriel, CPF nº 018.461.691-35, Chefe da Divisão de Gestão de Contratos, exercido na UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande/MS, 31 de janeiro de 2017.



Rafaella de Souza Gabriel

CPF nº 018.461.691-35

Chefe da Divisão de Gestão de Contratos – DICT/PRAD/UFMS



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação


Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



## DECLARAÇÃO

Eu, Augusto Cesar Portella Malheiros, CPF nº 024.985.168-75, Chefe de Coordenadoria, exercido na Coordenadoria de Gestão de Convênios da Agência de Desenvolvimento, Inovação e de Relações Internacionais - AGINOVA, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres (exceto contratos) firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande (MS), 03 de fevereiro de 2017.

  
Augusto Cesar Portella Malheiros  
CPF: 024.985.168-75

Chefe da Coordenadoria de Gestão de Convênios - AGINOVA  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

### DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Campo Grande - MS, 9 de fevereiro de 2017.

Carmem Borges Ortega  
475.140.351-68  
Contadora  
Coordenadora da Coordenadoria de  
Administração de Pessoal

### Informações adicionais

Quadro 71 - Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados ate 31/12/2016	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>1038</b>	<b>100</b>
1.1. Voluntaria	966	96
1.2. Compulsória	1	0
1.3. Invalidez Permanente	71	4
1.4. Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>337</b>	<b>7</b>
2.1. Voluntaria	221	2
2.2. Compulsória	38	0
2.3. Invalidez Permanente	78	5
2.4. Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1375</b>	<b>107</b>

Fonte: PROGEP

Quadro 72 - Instituidores de Pensão

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada ate 31/12/2016	Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>215</b>	<b>13</b>
1.1. Integral	128	5
1.2. Proporcional	87	8
<b>2. Em Atividade</b>	<b>257</b>	<b>8</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>472</b>	<b>21</b>

Fonte: PROGEP

Quadro 73 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU

Tipos de Atos	Quantidade de Atos sujeitos ao registro do TCU		Quantidade de Atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2016	2015	2016	2015
Admissão	268	206	268	206
Concessão de aposentadoria	107	108	141	121
Concessão de pensão civil	22	21	22	25
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal do ato concessório				
<b>Totais</b>	<b>397</b>	<b>335</b>	<b>431</b>	<b>414</b>

Fonte: PROGEP

Quadro 74 - Atos Sujeitos a Comunicação do TCU

Tipos de Atos	Quantidade de Atos sujeitos a comunicação do TCU		Quantidade de Atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2016	2015	2016	2015
Desligamento	182	186	182	186
Cancelamento de Concessão	0	20	0	20
Cancelamento de Desligamento	22	2	22	2
<b>Totais</b>	<b>204</b>	<b>208</b>	<b>204</b>	<b>208</b>

Fonte: PROGEP

Quadro 75 - Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2016			
	Ate 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3</b>				
Admissão	0	268	0	0
Concessão de Aposentadoria	0	141	0	0
Concessão de pensão civil	0	22	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>431</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos a Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	182			
Cancelamento de concessão	0			
Cancelamento de desligamento	22			
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: PROGEP

**Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas**

<b>Quadro A.9.4.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</b>				
<b>Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR</b>	<b>Situação em Relação as Exigências da Lei n 8.730/93</b>	<b>Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR</b>		
		<b>Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício Financeiro</b>
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1 da Lei n 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20	-	-
	Entregaram a DBR	20	-	-
	Não cumpriram a obrigação	0	-	-

Fonte: PROGEF

Justificativa: A partir da publicação da Instrução Normativa - TCU n 67, de 6 de julho de 2011, (publicada as páginas 137 a 139, seção 1, DOU n 13, de 8.7.2011), os servidores da UFMS passaram a assinar o FORMULARIO DE AUTORIZACAO DE ACESSOAS DECLARACOES DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FISICA, com a seguinte redação, sem a necessidade da entrega anual da copia das referidas Declarações.

"Autorizo, para fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei 8.429, de 1992, e no art. 1 da Lei 8.730, de 1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis 8.429, de 1992, e 8.730, de 1993, o Tribunal de Contas da União - TCU a acesso aos dados de Bens e Rendos exigidos nas mencionadas Leis, das minhas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas a Secretaria da Receita Federal do Brasil".

<p style="text-align: center;"><b>DECLARAÇÃO</b></p> <p>Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a Divisão de Registro e Movimentação, desta Coordenadoria de Administração de Pessoal para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.</p> <p style="text-align: center;">Campo Grande - MS, 9 de fevereiro de 2017.</p> <p style="text-align: center;">Carmem Borges Ortega 475.140.351-68 Contadora Coordenadora da Coordenadoria de Administração de Pessoal</p>
---

## **Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento**

A UFMS não tem responsabilidade sobre o monitoramento do PPA, portanto não acessa o módulo de monitoramento temático do SIOP.

## Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
<b>Denominação completa (UJ)</b>	<b>Código da UO</b>	
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	26283	
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e MCASP, relativos ao exercício de 2016 do órgão 26283, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante a:</p> <p><b>Ressalvas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Saldos de Restos a pagar processados reinscritos indevidamente da UG 150160;</li> <li>b) Perdas prováveis de estoque do almoxarifado;</li> <li>c) Contas de controle de obrigações contratuais não espelham a realidade do órgão;</li> <li>d) Contas de controle de convênios a comprovar</li> </ul> <p><b>Justificativas</b> para a permanência dos saldos acima no exercício de 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Saldos lançados em duplicidade no reconhecimento de dívida e detectados no final do exercício sem tempo hábil para correções que serão efetuadas no exercício de 2017;</li> <li>b) Com as novas obrigatoriedades através da Portaria STN 548/2015 e Portaria Conjunta STN/PGF 8/2015, ficou para o exercício de 2017 a mudança do sistema de almoxarifado, onde será direcionado também para os lançamentos de custos no sistema SIAFI, o que hoje as perdas estão lançadas diretamente nas baixas, não sendo feito as provisões, sendo este já executado como custo médio ponderado.</li> <li>c) As contas de controle de obrigações contratuais estão sendo analisadas e lançadas de acordo com a análise individual dos contratos, com previsão de que final do exercício de 2017 as mesmas estejam espelhando no SIAFI o real valor atual dos contratos;</li> <li>d) As contas de controle de convênios também estão com metas previstas para o exercício de 2017 para espelhar a real situação dos convênios.</li> </ul>		
<b>Local</b>	Campo Grande-MS	<b>Data</b> 31/12/2016
<b>Contador Responsável</b>	Sandra Regina Camargo	<b>CRC nº</b> MS 4043

## **Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial**

De acordo com a IN/STN nº6 de 31/10/2007: “A Conformidade Contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, decorrentes dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial.”

Tendo como base princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, plano de contas aplicado ao setor público e a conformidade registro de gestão efetuadas pelas Unidades Gestoras do órgão 26283, totalizando em Campo Grande e interior 12 unidades gestoras executoras.

A conformidade da setorial contábil do órgão a UG 154054 e das demais unidades vinculadas foram realizadas no exercício de 2016 pela contadora responsável, não havendo segregação de função no processo do registro da conformidade.

Ocorreram durante o exercício de 2016 algumas restrições como a 640 (saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório Mensal de Bens Móveis), devido aos processos de liquidação de despesas em trânsito do setor patrimonial para o financeiro no fechamento mensal, sendo esses valores conciliados. Caso diferenciado na UG 154357 (Hospital Universitário), que durante todo o ano ocorreu uma diferença referente à incorporação de um bem no valor de R\$ 1.372.890,00 e a sua não liquidação da despesa desde os exercícios anteriores, ocorrendo somente de em 28/12/16 sua liquidação por determinação da ordenadora de despesas da UG.

A restrição de alerta 315 (falta da conformidade registro de gestão) foi aplicada para algumas unidades gestoras, o que foi justificado pelas mesmas nos processos de prestação de contas mensais das respectivas unidades gestoras, não ocorrendo com a UG 154357 por estar em transição com a empresa EBSERH e pela movimentação somente de transferência de valores e execução de restos a pagar e também por mudanças na gestão da unidade gestora, não realizou a conformidade e não houve justificativas formais para não realização.

As demais restrições contábeis não ocorreram no órgão 26283, devido a regularizações contábeis serem efetuadas de acordo com o surgimento do lançamento indevido, através da observação diária das normas aplicadas na execução, permanecendo somente a restrição de ordem bancária cancelada dentro do mês por alguns dias até a localização da respectiva conta bancária, nunca ultrapassando o mês da devolução.

## Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994

Quadro 76 - Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio

Fundação de Apoio													
Nome: FAPEC						CNPJ: 15.513.690/0001-50							
Nome: FUNDECT						CNPJ: 02.776.669/0001-03							
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
1	2/3	33a/2011	Condução de Estudo Sanofi Pasteur S.A.	Set/2011	Dez/2018	US\$ 2.804.996,74	Captação						
2	2/3	256/2013	Formação Professores CFP/PREG	Dez/2013	Dez/2018	R\$ 2.847.000,00	R\$ 2.847.000,00						
3	2/3	183/2014	Apoio ao projeto PRO PET Saúde	Dez/2014	Jul/2017	R\$65.959,79	R\$ 38.622,05						
4	1/2/3	200/2014	Apoio ao projeto “Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.	Dez/2014	Dez/2017	R\$ 834.950,00	R\$ 834.950,00						
5	2/3	132/2015	Realização pela UFMS através do laboratório de transportes da FAENG - do projeto de pesquisa intitulado “Estudo do comportamento mecânico dos solos estabilizados quimicamente”	Out/2015	Out/2017	R\$ 610.555,39	Captação						
6	1/2/3	7/2016	Ação 20RJ SEB e SECADI - Apoio à capacitação e Formação Inicial e continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	Fev/2016	Dez/2018	R\$ 1.394.528,86	R\$ 374.899,25						
7	1	144/2016	Oferta e a Implementação dos cursos no âmbito do Sistema UAB-UFMS	Dez/2016	Dez/2017	R\$ 579.701,40	R\$ 0,00						
					Total	R\$ 6.332.695,44 US\$ 2.804,996,74	R\$ 4.095.471,30				Total		
Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos													
Projeto			Recursos das IFES										
Nº	Tipo		Financeiros	Materiais		Humanos							
			Valor	Tipo		Valor	Quantidade		Valor				
1	2/3		-	Laboratório		-	10		240.000,00*				
2	2/3		-	Equipamentos e Infraestrutura (Aud.)		13.000,00*	68		70.434,00*				
3	2/3		-	Laboratório		-	-		-				
4	1/2/3		-	Laboratório		-	9		293.760,00*				
5	2/3		-	Laboratório		-	13		56.000,00*				
6	1/2/3		-	Laboratório		-	59		-				
7	1		-	Laboratório		-	12		-				

**Tipo:**

- (1) Ensino
- (2) Pesquisa e Extensão
- (3) Desenvolvimento Institucional
- (4) Desenvolvimento Científico
- (5) Desenvolvimento Tecnológico

Fonte: PRAD

**Obs.:**

- Cálculo estimado dos valores referentes aos salários dos docentes ligados a execução das atividades neste contrato, bem como dos equipamentos e infraestrutura desta IES para execução das ações planejadas nos Planos de Trabalho. Não há envolvimento de recursos financeiros e sim, uma estimativa dos recursos envolvidos, caso estas atividades fossem desenvolvidas fora desta IES.
- Não houve instrumento formalizado entre UFMS figurando-se como CONCEDENTE DE RECURSOS à sua Fundação de Apoio, na figura de CONVÊNIOS, TERMO DE FOMENTO ou TERMO DE COLABORAÇÃO.

\* Valores não financeiros

Quadro 77 - Relação de Projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio da UFMS, tendo a UFMS como Executora/Anuente e não enquanto concedente de recursos as referidas Fundações.

Nº	Referência/origem recursos	Vigência		Valores
		Início	Fim	Bruto sobre responsabilidade execução da Fundação
01	0110001300 - FINEP	15/01/2010	15/07/2017	3.331.204,00
02	0112024300 - FINEP	28/06/2012	28/06/2017	2.581.400,00
03	0112044500 - FINEP	21/11/2012	21/11/2017	4.887.507,00
04	0112006300 - FINEP	06/03/2012	06/03/2018	1.175.550,00
05	0112006200 - FINEP	27/02/2012	28/02/2018	4.549.412,00
06	ECV - DTP-004/2011 -ELETROBRÁS	22/12/2011	22/06/2016	4.723.340,66
07	00500066860119 -PETROBRÁS	21/07/2011	18/01/2016	918.168,30
08	0113035800 - FINEP	12/12/2013	12/12/2017	5.599.388,00
09	0113004000 - FINEP	11/03/2013	11/03/2018	1.138.263,00
10	0113013800 - FINEP	21/06/2013	21/12/2017	498.832,68
11	0403/2011 - FUNASA	30/12/2011	16/07/2017	100.000,00
12	01120112-00 - FINEP	05/04/2012	05/04/2017	407.089,79
13	7112.0090962.14-4 - PETROBRÁS MIBio	20/03/2014	15/03/2018	14.693.555,68
14	MCM	05/01/2013	05/01/2018	1.242.533,33
15	0116.0019-00 - FINEP	19/05/2016	19/05/2018	2.489.222,00
16	02/2016 - SEBRAE	07/04/2016	06/04/2018	328.528,57

Fonte: Sistema de Convênios – SICON  
 Compilado por: DICV/CRT/PROPLAN  
 DIPC/CRT/PROPLAN

Obs.: 1. Planilha emitida pela FAPEC em 10/01/2017 via Ofício e mensagens eletrônicas.

2.O referido quadro foi apresentado de modo complementar, a fim de demonstrar os instrumentos firmados entre diversos entes diretamente com as Fundações de Apoio da UFMS (receptoras dos recursos), em que a UFMS figura-se apenas como EXECUTORA/ANUENTE das ações, e não enquanto CONVENIENTE/RECEBEDORA DOS RECURSOS.

## **Equipe de Elaboração**

---

### **Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças**

Dulce Maria Tristão

### **Coordenação:**

---

#### **Coordenadoria de Planejamento Institucional/PROPLAN**

Homero Scapinelli – CPI/PROPLAN

Claudia Freire da Silva Kishi – DIAV/CPI/PROPLAN

Jean Paulo de Sá Ajala – DINS/CPI/PROPLAN

Henrique Pasquatti Diehl – DINS/CPI/PROPLAN

Odilson Luiz Ocampos – DIGE/CPI/PROPLAN

Marcel da Silva Lopes – DIGE/CPI/PROPLAN

### **Consolidação:**

---

Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - PROPLAN

### **Unidades que subsidiaram a elaboração do Relatório:**

---

Auditoria Interna

Reitoria

Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Agência de Tecnologia de Informação e Comunicação

Agência de Desenvolvimento, de Inovação e de Relações Internacionais